BRASIL-NORUEGA:
CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM ÁREAS DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Brasil_Noruega_último.indd 1 20/10/2011 12:36:10

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Paulo Roberto Ribeiro Guimarães

Brasil-Noruega:
construção de parcerias em áreas de importância estratégica

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Brasil_Noruega_último.indd 3 20/10/2011 12:36:10

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Mariana Alejarra Branco Troncoso

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Guimarães, Paulo Roberto Ribeiro.
Brasil-Noruega : construção de parcerias em áreas de importância estratégica / Paulo Roberto Ribeiro Guimarães. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
216 p.

ISBN: 978.85.7631.334-2

1. Relações Exteriores. 2. Relação Bilateral. 3. Cooperação Internacional.

CDU 327.3(81:481)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução, 9

Capítulo 1 – Noruega: aspectos políticos, sociais e econômicos, 19
1.1 – Trabalhismo e construção da social-democracia, 20
1.2 – Estado-providência e diálogo social, 27
1.3 – Presença do Estado na economia, 33
1.4 – Riqueza do petróleo, 39

Capítulo 2 – Elementos principais da política externa norueguesa, 45
2.1 – Período formador da política externa norueguesa, 46
2.2 – Atlanticismo "com reservas", 48
2.3 – Idealismo na política externa, 50
2.4 – Período pós-Guerra Fria, 51
2.5 – Política externa norueguesa na atualidade, 53
2.5.1 – "Interesses, responsabilidades e possibilidades", 54
2.5.2 – Cooperação para o desenvolvimento, 58
2.5.3 – A questão da integração europeia, 60
2.5.4 – Relacionamento com a América Latina, 61
2.5.5 – Estratégias em relação a China e Índia, 65

Capítulo 3 – Relacionamento entre Brasil e Noruega, 69
3.1 – Evolução do relacionamento bilateral, 69
3.2 – Intensificação das relações bilaterais, 74
3.2.1 – Visita de Estado ao Brasil do Rei Harald V, 74
3.2.2 – Visita de Estado à Noruega do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 76
3.2.3 – Visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil, 78
3.2.4 – Diálogo bilateral de alto nível, 79
3.3 – Relações econômicas bilaterais: comércio e investimentos, 84
3.4 – Estratégia do governo da Noruega para o Brasil, 87
3.5 – Reflexões sobre a política exterior da Noruega em relação ao Brasil, 91

Capítulo 4 – Energia: petróleo e gás, 99
4.1 – Breve história do petróleo na Noruega, 99
4.2 – O "modelo norueguês", 103
4.2.1 – Elementos constitutivos, 104
4.2.2 – Estrutura organizacional, 106
4.3 – Presença da Statoil no Brasil, 110
4.4 – Vertentes para a cooperação bilateral, 113
4.4.1 – Ampliação do exame do "modelo norueguês", 113
4.4.1.1 – Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS), 115
4.4.1.2 – Fomento à cooperação em pesquisa e inovação, 116
4.4.2 – Parceria em terceiros mercados, 117
4.4.3 – Diálogo sobre segurança energética, 120

Capítulo 5 – Construção naval e logística *offshore, 123*
5.1 – Experiência da Noruega no desenvolvimento da indústria *offshore*, 125
5.2 – Presença norueguesa no Brasil, 128
5.3 – Vertentes da cooperação bilateral, 130
5.3.1 – Cooperação institucional, 131
5.3.2 – Captação de investimentos noruegueses, 132
5.3.2.1 – Atração de pequenas e médias empresas, 132
5.3.2.2 – O acordo para evitar a dupla tributação, 133
5.3.3 – Estrutura de pesquisa e inovação, 135
5.3.4 – Capacitação da mão de obra naval, 136

Capítulo 6 – Clima, meio ambiente e desenvolvimento, 139
6.1 – Política norueguesa sobre clima, 141
6.2 – Iniciativa climática e florestal do governo da Noruega, 144
6.3 – Cooperação entre Brasil e Noruega, 146
6.3.1 – Atuação norueguesa na Amazônia, 146
6.3.2 – A parceria no combate ao desmatamento, 150
6.3.3 – Cooperação em regiões polares, 153

Capítulo 7 – Paz e reconciliação, 161
7.1 – O tema da paz na política externa norueguesa, 162
7.1.1 – "Política de engajamento", 163
7.1.2 – Experiência norueguesa , 164
7.2 – Estrutura da rede norueguesa de pesquisa da paz, 169
7.3 – Avaliação do sistema norueguês, 172
7.4 – Diálogo entre Brasil e Noruega sobre paz, 174
7.5 – Perspectivas da cooperação bilateral, 175
7.5.1 – Aprofundamento do diálogo diplomático, 175
7.5.2 – Cooperação institucional, 176

Considerações finais, 179

Bibliografia, 187

Brasil_Noruega_último.indd 8 20/10/2011 12:36:10

Introdução

O presente trabalho explora as possibilidades de aprofundamento do diálogo diplomático entre o Brasil e Noruega, com vistas à construção de parceria em temas de especial relevância para a política externa brasileira e os setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional.

À primeira vista, a Noruega não é um parceiro óbvio para a construção de alianças estratégicas, mas, como salientou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "os dois países são considerados potências no campo da energia, dedicados a contribuir para a solução de alguns dos principais desafios da agenda internacional, como a mudança do clima e a segurança energética".[1]

O governo norueguês considera o Brasil um "país-chave" para o diálogo e a cooperação nessas áreas.[2] Na sequência dos documentos de estratégia para a China[3] (2007) e de estratégia para a Índia[4] (2009), a

[1] Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do banquete oferecido pelo Rei Harald e pela Rainha Sonja no Palácio Real. Oslo, 13 set. 2007.

[2] Conceito expresso pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre, na abertura do Seminário Brasil-Noruega durante a visita de Estado do Presidente da República. Oslo, 14 set. 2007.

[3] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Regjeringens Kina-strategi.* Oslo, UD, ago. 2007.

[4] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Regjeringens strategi for samarbeidet mellom Norge og India*. Oslo, UD, ago. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 9 20/10/2011 12:36:10

chancelaria norueguesa, em consulta com outros ministérios e organizações da sociedade civil, lançou em março de 2011 documento semelhante para guiar o relacionamento da Noruega com o Brasil.[5] Este estudo, concluído, na versão original, antes da divulgação da *Brasilstrategi*, visa contribuir para melhor avaliação desse relacionamento, que abrange outras áreas relevantes para a política externa brasileira, como o desenvolvimento sustentável e a promoção da paz.

Nos últimos anos, setores governamentais e lideranças empresariais noruegueses passaram a ter maior consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional e vêm-se dedicando a identificar as amplas possibilidades de uma parceria mutuamente vantajosa. O crescente interesse da Noruega pelo Brasil explica-se, em parte, pela importância dos investimentos produtivos daquele país no mercado brasileiro, em setores considerados estratégicos, como o da energia – exploração de petróleo e gás – e o da construção de plataformas e navios, entre outros.[6] Mais recentemente, a diplomacia norueguesa tem buscado estabelecer com o Brasil canais de aproximação política e diálogo sobre temas de alcance global, como meio ambiente, promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e solução pacífica de conflitos, seja mediante o intercâmbio de visitas ministeriais, seja pela realização de encontros temáticos, a exemplo dos seminários Brasil-Noruega sobre paz e reconciliação.

Ao mesmo tempo, reconhece-se, paulatinamente, no Brasil, o importante papel que os capitais e a tecnologia noruegueses podem desempenhar na superação de alguns desafios do desenvolvimento econômico e social, como a ampliação da infraestrutura em energia e a expansão da indústria de construção naval estipuladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasil e Noruega são parceiros, *inter alia*, no combate à fome e à pobreza e na promoção de melhores condições de saúde e bem-estar para a humanidade. Por iniciativa brasileira, a Noruega somou-se aos primeiros esforços de cooperação triangular, envolvendo assistência técnica a países em desenvolvimento de língua oficial portuguesa na África.

---

[5] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Regjeringens Brasil-strategi. Nye perspektiver på et tradisjonsrikt forhold*. Oslo, UD, mar. 2011.

[6] "O Brasil (...) é, hoje, o país, fora da UE e à exceção dos EUA, onde a Noruega mais investe". Mensagem ao parlamento sobre política externa. UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009)*:Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 10 20/10/2011 12:36:10

Nesse contexto, as visitas de Estado do Rei Harald, em 2003, e do Presidente Lula, em 2007, constituíram não somente marcos históricos do relacionamento bilateral, mas também abriram perspectivas concretas para o aprofundamento do diálogo político-diplomático entre o Brasil e a Noruega em questões de interesse comum, as quais deverão ser estudadas, de maneira sistemática, neste trabalho.

Nele, serão examinadas áreas em que os interesses convergentes de ambos os países abrem perspectivas para que as relações entre o Brasil e a Noruega assumam nova dimensão. Energia, construção naval e serviços marítimos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e solução pacífica de conflitos se sobressaem como campos dos mais promissores da agenda bilateral. A ideia é demonstrar que a parceria entre o Brasil e a Noruega gera vantagens interessantes em esferas determinadas, em comparação a outras possíveis parcerias do Brasil com países desenvolvidos.

Em relação a cada um dos temas, procurar-se-á fazer um balanço da situação atual do relacionamento bilateral; apresentar as condições objetivas, nos dois países, que justificam o aprofundamento da cooperação; e avaliar, à luz dos interesses brasileiros, as perspectivas de uma atuação concertada entre o Brasil e a Noruega.

Com o resultado desta análise espera-se poder indicar possibilidades de aproveitamento, pelo Brasil, das oportunidades de uma parceria mais sistematizada com a Noruega, como forma de complementar os esforços nacionais já em andamento, com vistas a explorar os recursos da camada de pré-sal, desenvolver e capacitar tecnologicamente a indústria naval, combater o desmatamento na Amazônia e contribuir para a prevenção de conflitos e construção da paz.

O estudo está dividido em oito capítulos, além desta parte introdutiva. Antes de se explicarem as relações entre Brasil e Noruega e seu potencial de adensamento, julgou-se necessário identificar, em linhas gerais, os principais elementos da história e da sociedade norueguesas, a evolução de suas relações exteriores e as prioridades de sua política externa.

O capítulo 1 trata dos aspectos da evolução política e econômica que são essenciais à compreensão do posicionamento da Noruega em relação ao mundo. A maioria vê a Noruega como uma nação rica, moderna, distante e que logrou atingir altíssimo nível de igualdade

Brasil_Noruega_último.indd 11 20/10/2011 12:36:10

social. É necessário, contudo, ir além dos estereótipos, avançando em direção a uma percepção mais fundamentada desse país. Merecerá análise mais detida a construção da vertente norueguesa do modelo nórdico de social-democracia e do estado de bem-estar social, bases do pensamento político no país e fator de permanência do trabalhismo no poder durante 56 dos 104 anos de governo independente. Em seguida, serão estudadas a estrutura produtiva e a capacidade de poupança gerada pelo Fundo Governamental de Pensão – Global, o segundo maior fundo soberano do mundo,[7] bem como as relações econômico-comerciais da Noruega com a América Latina e com China e Índia.

No capítulo 2, proceder-se-á ao exame da evolução da política externa do país ao longo do século XX, com vistas a possibilitar melhor compreensão de seus fundamentos e prioridades, formalizadas, em 2009, em mensagens ao parlamento, após inédito e amplo processo de debate com a sociedade civil, por iniciativa do ministro dos Negócios Estrangeiros.[8] Conclui com apresentação das estratégias do governo norueguês para o relacionamento com a China e com a Índia, que explicitam alguns dos interesses e expectativas principais que a Noruega deverá considerar também em relação à sua cooperação com o Brasil.

O capítulo 3 é dedicado à evolução das relações bilaterais com ênfase na intensificação das atividades diplomáticas desenvolvidas neste início de século, que se consolidam e sinalizam promissoras vertentes de diálogo e cooperação, tanto em áreas do relacionamento bilateral *stricto sensu* como em questões de alcance global em que ambos os países detêm responsabilidades e interesses comuns. Propõe-se estabelecer uma análise do relacionamento brasileiro-norueguês que inclua discussão dos interesses comuns. Um dos objetivos do capítulo é mostrar a importância da Noruega para o Brasil, e vice-versa, assim como revelar as conexões e os fatores que justificam ação diplomática específica que poderá contribuir para a consecução dos objetivos

[7] US$ 450 bilhões. O FGP-G investia em ações de 104 companhias brasileiras em 2008. NORGES BANK. Government Pension Fund – Global. *Annual Report 2008*. Oslo, NB, 2009. Tabela: Holding of equities at 31 December 2008.

[8] O Projeto *Refleks* ("Reflexão"), conduzido por núcleo especificamente estabelecido na chancelaria norueguesa, teve duração de dois anos, contemplou a realização de dezenas de seminários em todo o país e a publicação de cerca de 200 artigos, em seis volumes da coletânea UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 12 20/10/2011 12:36:10

estratégicos do Brasil em termos de desenvolvimento e de inserção mundial.

Os capítulos 4 a 7 contêm o foco central do tema a ser desenvolvido neste estudo. Neles, proceder-se-á à análise do aprofundamento possível da cooperação bilateral. Do exame preliminar do assunto, sobressaíram como as áreas mais promissoras da agenda bilateral: energia, construção naval e serviços marítimos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, solução de conflitos.

O capítulo 4 situa a principal vertente de cooperação energética entre o Brasil e a Noruega. Este país nórdico é o quinto maior exportador mundial de petróleo e o segundo maior fornecedor de gás para a Europa; domina tecnologias avançadas de construção naval, inclusive de embarcações *offshore* e serviços correlatos. A Statoil, em que o Estado norueguês detém o controle acionário, reconhece a capacidade técnica da Petrobras em operações complexas em águas profundas e com ela desenvolve estreita cooperação em atividades de prospecção de petróleo e gás na plataforma continental brasileira. A empresa norueguesa opera, entre outros, o campo gigante de Peregrino, na Bacia de Campos. Estima-se que a Statoil possa estabelecer-se, em 2012, como a segunda maior produtora de petróleo no Brasil,[9] o que abre perspectivas para outros investimentos de longo prazo na exploração dos novos campos de petróleo e gás natural na área do pré-sal, para significativa transferência de tecnologias *offshore* (em que as duas companhias são reconhecidamente líderes mundiais) e para o intercâmbio de experiências em termos operacionais, comerciais e ambientais entre as duas empresas. Tais atividades deverão ter participação crescente na economia brasileira. Caberá ainda assinalar como a parceria noruego-brasileira, conduzida pelas estatais Petrobras e Statoil, poderá estender-se a outras regiões do globo, em especial à África.[10] Na medida de tais desenvolvimentos, Brasil e Noruega deverão intensificar o diálogo diplomático sobre a questão da segurança energética, em nível global.

[9] Entrevista do Presidente da Statoil do Brasil S/A à Folha de S. Paulo em 27 mar. 2009, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u541671.shtml>.

[10] Uma das vertentes principais da ajuda internacional norueguesa está vinculada, por exemplo, à iniciativa "Petróleo para o desenvolvimento", destinada à formação do arcabouço institucional e à capacitação técnica de países em desenvolvimento produtores de petróleo.

Brasil_Noruega_último.indd 13 20/10/2011 12:36:10

O capítulo 5 introduz a posição da Noruega como construtora naval, possuidora da segunda maior frota de embarcações *offshore* e da quinta maior marinha mercante do mundo.[11] Contudo, em razão da sua pequena população, do elevado custo da mão de obra e da pesada carga tributária, interessa à indústria norueguesa expandir suas operações em terceiros mercados. Nessas áreas, coloca-se para a Noruega o desafio de estabelecer associações com parceiros estratégicos, em cada região do globo. Para a Noruega, o mercado brasileiro, à luz do Plano Estratégico da Petrobras e do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (PROMEF), é atrativo e deverá gerar parte substancial dos contratos futuros de operação, manutenção e ampliação de estaleiros, embarcações e equipamentos navais.

Levando em conta o que precede, o trabalho buscará avaliar as possibilidades de ampliar a captação de investimento norueguês pelo Brasil, fator essencial também para transferências de tecnologia e capacidade de inovação da indústria nacional. Também serão examinados o modelo institucional e a experiência bem-sucedida da Noruega no desenvolvimento de *clusters* regionais de pequenas e médias empresas fornecedoras de equipamentos, tecnologia e serviços para a Statoil e a indústria *offshore* norueguesa e mundial. Tais *clusters* demonstraram ser fatores essenciais para o aproveitamento e a distribuição da riqueza derivada do petróleo no próprio território norueguês, além de preparar este país nórdico para um futuro baseado na economia do conhecimento, quando já estiverem esgotadas as reservas no Mar do Norte.

A estruturação e o desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo no país constituem prioridade de política industrial e, na visão do autor, o estudo da experiência norueguesa nessa área deverá complementar o debate em curso no Brasil sobre o regime de exploração das reservas do pré-sal. Com efeito, será visto que, além dos aspectos mais conhecidos no Brasil, relacionados com a existência de uma empresa pública administradora dos investimentos, a Petoro, e do fundo de investimento soberano, o chamado "modelo norueguês" para a organização do setor de petróleo e gás também compreendeu a criação de redes de pequenas

[11] Segundo Relatório Anual de 2008 da Associação dos Armadores da Noruega, contando-se as embarcações de bandeira norueguesa e aquelas de propriedade norueguesa, registradas em outros países.

Brasil_Noruega_último.indd 14 20/10/2011 12:36:10

e médias empresas fornecedoras de bens e serviços e de núcleos de tecnologia e inovação industrial.

O capítulo 6 introduz a vertente ambiental da política externa norueguesa e como esta vem encontrando no Brasil condições inovadoras de realização, mediante cooperação em temas relacionados ao combate ao aquecimento global, à proteção da biodiversidade e ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável.[12] O trabalho irá expor aspectos de política externa e de política climática que levaram a Noruega a ser o primeiro país a contribuir financeiramente para o Fundo Amazônia.

Tendo em vista o escopo da cooperação bilateral em meio ambiente e a própria estrutura do Fundo, serão também examinados aspectos correlatos, como o intercâmbio de tecnologia de monitoramento por satélite, bem como os esforços que poderão levar à extensão da parceria brasileiro-norueguesa em favor de países em desenvolvimento, nas esferas do controle e da redução do desmatamento.

Na perspectiva de mais ampla contribuição norueguesa ao Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o autor buscará apresentar um levantamento da atuação, crescente, das organizações não governamentais desse país, na Amazônia. Atualmente, as ONGs Rainforest Foundation Norway e Ajuda da Igreja da Noruega estão presentes na Amazônia, em grande medida com recursos públicos da Agência Norueguesa para a Ajuda ao Desenvolvimento (NORAD). Receberam, ainda, a incumbência de implementar o programa da NORAD para povos indígenas, no Brasil.

O capítulo 7 analisa as possibilidades de intensificar o diálogo entre Brasil e Noruega no campo da prevenção, solução pacífica de conflitos e reconciliação, cada vez mais relevante para o país à medida que eleva seu perfil internacional e consolida sua capacidade de liderança em missões de paz. Trata-se de uma área em que a diplomacia, as forças armadas e a academia brasileiras muito têm a se beneficiar da reconhecida experiência e contribuição norueguesas para a teoria, a prática e a formação de quadros para a paz, uma vez que cresce, no Brasil, a demanda por centros de pesquisa sobre a paz.

Com efeito, os chanceleres de ambos os países já presidiram dois seminários sobre o tema, realizados – vale ressaltar – durante as

[12] Áreas cobertas pelo Memorando de Entendimento entre os governos do Brasil e da Noruega, celebrado em 16 de setembro de 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 15 20/10/2011 12:36:10

respectivas visitas de Estado do Rei Harald e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o intercâmbio de informações e experiências em exercícios de construção da paz no Meio Oriente e no Haiti. Serão feitas referências nesta parte do trabalho às contribuições da Noruega à solução de conflitos regionais, antes de tratar da estrutura e do funcionamento das instituições norueguesas pertinentes.

À luz das reflexões realizadas nos capítulos anteriores, o estudo conclui que há convergências possíveis entre as visões de mundo brasileira e norueguesa. Confirma-se a hipótese de trabalho, qual seja, a de que interesses de ordem político-diplomática e de desenvolvimento econômico-social do Brasil justificam o aprofundamento da parceria com a Noruega em, pelo menos, quatro áreas consideradas estratégicas, porque estão baseadas em prioridades de políticas de governo de ambos os países e na busca de soluções conjuntas.

Finalmente, na expectativa de que este estudo sirva de instrumento útil para reflexão sobre o futuro das relações bilaterais, é proposta ação diplomática com vistas a apoiar a construção de uma parceria de longo prazo em áreas estratégicas.

O presente trabalho combinou a pesquisa de fontes bibliográficas, relatórios internos, documentos de trabalho, estudos e artigos de revistas especializadas, inclusive no idioma original norueguês, com entrevistas a autoridades governamentais, parlamentares, empresários, pesquisadores e demais atores envolvidos direta ou indiretamente nas relações noruego-brasileiras. Adicionalmente, o estudo de casos específicos ajudou a entrever as possibilidades futuras de desenvolvimento do diálogo bilateral em energia (parceria Petrobras-Statoil), construção naval (presença norueguesa na indústria *offshore* brasileira), meio ambiente (contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia) e nos esforços de paz e reconciliação (Haiti e Oriente Médio).

À exceção do acervo de comunicações do Itamaraty, a literatura sobre as relações entre o Brasil e a Noruega é incipiente, sendo um dos objetivos desta obra o levantamento do material disponível nos dois países sobre temas de especial relevância para o relacionamento bilateral.[13] A opção pelo estudo das relações noruego-brasileiras justifica-se, ainda, pelo fato de que a academia brasileira carece de um estudo sistemático do relacionamento Brasil-Noruega, em uma fase em

[13] Ver bibliografia, dividida por temas.

Brasil_Noruega_último.indd 16 20/10/2011 12:36:10

que, como será sugerido no presente trabalho, estão dadas as condições para a ampliação e o aprofundamento da agenda diplomática entre os dois países.

Brasil_Noruega_último.indd 17 20/10/2011 12:36:10

Capítulo 1
Noruega: aspectos políticos, sociais e econômicos

"*Norway saves the world, thus*
Norway exists."
Thorvald Stoltenberg
Ministro dos Negócios Estrangeiros
(1987-89 e 1990-93)[14]

Neste capítulo, são apresentados aspectos centrais da formação política, social e econômica da Noruega, que permitirão, em um segundo momento, explicar a evolução da sua diplomacia e identificar os interesses permanentes do Estado e da sociedade noruegueses refletidos na formulação atual de política externa.[15]

Colocam-se em evidência as características da variante local da ideologia social-democrata, força dominante na arena política desde 1935, por intermédio de governos trabalhistas eleitos para sucessivos mandatos, raras vezes interrompidos por interstícios de coalizões

[14] STOLTENBERG, Thorvald. *Det handler om mennesker*. Oslo: Gyldendal, 2001. p. 315.
[15] Além da bibliografia consultada, a análise esboçada no presente capítulo se baseia em comentários do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thorvald Stoltenberg, e do historiador e ex-Membro do Comitê Nobel da Paz, Berge Furre, entrevistados pelo autor em 2 dez. 2009 e 12 jun. 2009, respectivamente.

Brasil_Noruega_último.indd 19 20/10/2011 12:36:11

relativamente frágeis de partidos de centro-direita. Analisam-se, em seguida, os traços marcantes do modelo de bem-estar social norueguês, sua influência sobre a estrutura da sociedade e sobre a maneira como a opinião pública norueguesa percebe o papel que a Noruega deve desempenhar em suas relações internacionais. Trata-se, por último, da estrutura *sui generis* da economia nacional, dominada por amplos recursos energéticos – de fontes hidrelétrica e fóssil – e pelas atividades relacionadas de exploração de petróleo e gás *offshore* e de prestação de serviços tecnológicos, cuja tendência inelutável à internacionalização pressupõe a busca de parcerias estratégicas.

1.1 – Trabalhismo e construção da social-democracia

Na abertura de seu livro de reflexões pessoais sobre relações exteriores, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre, escreve que seu pensamento político está fundamentado nos valores da social-democracia.[16]

A história do Estado independente da Noruega é marcada pela ascensão e consolidação da presença da ideologia social-democrata no cenário político e do trabalhismo como força partidária dominante durante grande parte dos últimos 75 anos. Fundado em 1887 e com apenas quatro representantes no Parlamento (*Stortinget*) em 1905, quando a Noruega se tornou um reino autônomo, o Partido dos Trabalhadores (*Arbeiderpartiet*) logrou conquistar em 1928 um eleitorado tão numeroso quanto o dos conservadores e dos liberais, juntos.[17] Com o lema "Trabalho para Todos",[18] em uma época de severa crise econômica mundial, formou o primeiro governo de maioria trabalhista em 1935, permanecendo no poder até a invasão da Noruega pela Alemanha nazista em 1940.

Durante esse conturbado período de recessão, deflação, greves e agitação social nos anos 1930, foram alcançados acordos políticos e sindicais amplos que serviram de base para a expansão do modelo social-democrata norueguês e a formação do estado de bem-estar

[16] "*Mitt verdigrunnlag er det sosialdemokratiske*". STØRE, Jonas Gahr. *Å gjøre en forskjell*: Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008. p. 13.

[17] FURRE, Berge. *História da Noruega*: século XX: da independência ao estado de bem-estar social. Trad. de Kristin Lie Garrubo. Blumenau: Edifurb, 2006. p. 147.

[18] <http://arbeiderpartiet.no/Om-AP/Aps-historie/Hva-historien-forteller/1920-1935>.

Brasil_Noruega_último.indd 20 20/10/2011 12:36:11

social no pós-guerra.[19] Em primeiro lugar, o Partido dos Trabalhadores obteve, em 1933, o apoio do Partido dos Fazendeiros (*Bondepartiet*), até então um aliado dos partidos "burgueses", em troca de medidas de sustentação da renda do campo, duramente afetado pela queda dos preços dos produtos agrícolas.

Uma das características distintivas do sistema partidário norueguês na primeira metade do século XX foi a força do partido agrário, que representava, sobretudo, os proprietários rurais, praticamente todos pequenos (em comparação com os do sul da Europa), independentes e de tradição familiar.[20] Aquele "compromisso em tempo de crise" constituiu a base histórica das coalizões "rubro-verdes", negociadas entre o *Arbeiderpartiet*, o Partido da Esquerda Socialista (*Sosialistisk Venstrepartiet*) e o Partido do Centro (*Senterpartiet*, herdeiro do Partido dos Fazendeiros) para a formação dos dois governos do atual Primeiro-Ministro, Jens Stoltenberg, desde 2005.[21]

Em segundo lugar, o Partido dos Trabalhadores arbitrou o processo de negociação entre o movimento sindical, representado pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores (AFL), e a Federação Patronal da Noruega (NAF), que levou à conclusão do Acordo Geral de 1935 (*Hovedavtalen*), considerado a "constituição" sobre as relações de trabalho no país.[22]

O *Hovedavtal* formalizou uma série de princípios básicos sobre a negociação do contrato coletivo de trabalho (salários, jornada, descanso semanal, férias, licenças, condições de trabalho, demissão etc.) além das regras relativas à representação sindical nas empresas. Desde então, a cada quatro anos, em média, têm sido renegociados Acordos Gerais entre a Confederação Sindical da Noruega (*Landsorganisasjonen i Norge* – LO, sucessora da AFL) e a Confederação Empresarial Norueguesa (*Næringslivets Hovedorganisasjonen* – NHO, herdeira da NAF), estando o atual vigente no quadriênio 2009-2012.[23] O sistema centralizado de negociação salarial contribuiu decisivamente para a

[19] HILSON, Mary. *The Nordic model:* Scandinavia since 1945. London: Reaction Books, 2008. p. 37.
[20] Ibid., p. 33.
[21] HVEEM, Helge. *Entrepreneurs, institutions and foreign trade in Norway's transformation 1845-1975.* Oslo, 1990. Trabalho apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. p. 35.
[22] JOHANSEN, Tor Are. Hovedavtalen: "abeideslivet grunnlov". *Spekter*, Oslo, jan. 2008.
[23] <http://www.lo.no/Documents/Lonn_tariff/Hovedavt_lo-nho_web.pdf>.

Brasil_Noruega_último.indd 21 20/10/2011 12:36:11

institucionalização do controle do Estado sobre parte significativa da economia norueguesa.

Foi, porém, nos anos do pós-guerra que o movimento trabalhista norueguês logrou consolidar tanto o seu poder político como a sua influência sobre a economia. O pensamento social-democrata alcançou altíssimo grau de legitimidade na sociedade norueguesa, transformando-se, praticamente, no discurso hegemônico durante esse período marcante da construção do estado de bem-estar social.[24] Os anos de 1952 a 1977 foram considerados pelo renomado historiador e político Berge Furre, como os anos da construção da ordem social-democrata moderna.[25]

A amplitude do desenvolvimento do projeto social-democrata nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial criou raízes na consciência popular norueguesa e no vocabulário político. Conceitos como o de "comunidade", "solidariedade", "bem-estar", "propriedade estatal" e "política social", entre outros, utilizados pelos parlamentares e líderes trabalhistas ainda carregam o peso do significado histórico que adquiriram naquela época de formação do modelo social norueguês.[26] Einar Gerhardsen, líder do *Arbeiderparti* de 1945 a 1965 e Primeiro-Ministro durante 17 anos, recebeu o epíteto de "Pai da Pátria" (*Landsfaderen*).

Em 1969, com a descoberta de petróleo na plataforma continental norueguesa, teve início uma era de prosperidade nunca antes imaginada na Noruega, que deu a este país condições ímpares – haja vista o impacto da alta do preço do barril em 1973 e 1977 – sobre os demais vizinhos escandinavos igualmente sociais-democratas, de não apenas manter como também ampliar os níveis de bem-estar. Entre 1973 e 1998, a renda *per capita* cresceu à taxa de 3,02%, bem acima das médias da Europa Ocidental (1,78%), norte-americana (1,99%) e japonesa (2,34%).[27] Assim como ocorreu nos anos 1920-30, o Partido dos Trabalhadores logrou negociar uma aliança com os movimentos agrários, o que fez expandir sua base de apoio das cidades para o

[24] ECCLES, Stephen Ernest. *The Norwegian Labour Party and the welfare state*: changing attitudes towards the market**.** Instituttet for Sosiologi og Samfunnsgeografi, Universitet i Oslo, 2004. p. 22.

[25] FURRE, op. cit., p. 237. Berge Furre foi líder do Partido Socialista (1976-1983) e Membro do Comitê Nobel da Paz (2003-2008).

[26] ECCLES, op. cit., p. 24.

[27] BASBERG, Bjørn L. Norwegian Economic History. *MIB/ENE Seminar*, Bergen, 11 ago. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 22 20/10/2011 12:36:11

campo. A partir da década de 1970, este partido passou a incorporar segmento da classe média composto de funcionários administrativos (*white-collar workers*) e do setor de serviços profissionais.

Nesse clima de euforia, assumiu o poder por três mandatos (1981 e 1986-1996), que totalizaram 10 anos no poder, Gro Harlem Brundtland, talvez a face ainda mais conhecida da política norueguesa no exterior.[28] A Primeira-Ministra Brundtland presidiu uma época em que o Estado norueguês já tinha a capacidade econômico-financeira de desempenhar, incontestavelmente, a função de *decision-maker* em relação à condução da política econômica e da política industrial do país. Nesse contexto, teve papel destacado tanto na ampliação do modelo social-democrata norueguês, mediante a promoção de políticas de plena inclusão da mulher na força de trabalho nacional,[29] como na adaptação daquele modelo à esfera da política exterior, com ênfase no princípio da solidariedade internacional nas questões vinculadas ao desenvolvimento.[30] Por sua vez, o resultado negativo do referendo sobre a adesão da Noruega à União Europeia foi considerado a maior derrota política de Gro Harlem Brundtland.[31]

A década de 1990 presenciou o surgimento de uma economia globalizada, que desafiava a capacidade dos Estados de dar prosseguimento, de maneira autônoma, aos seus objetivos políticos e econômicos. Os países nórdicos gozavam, até então, de uma inequívoca reputação internacional por serem capazes de combinar generosos benefícios do estado de bem-estar social com crescimento econômico e reduzida taxa de desemprego. Surgiu uma sensação de que a crise estava atingindo o estado de bem-estar social-democrata e que o "caminho do

[28] Também foi Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde e presidiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo resultado tornou-se conhecido como "Relatório Brundtland".

[29] "Various Norwegian governments have over the past 30 years created the infrastructure and policies to enable women and men to have children, to care for them and to work and have a career at the same time.[...] Many of these radical changes in our labour laws and social infrastructure have been made under former prime minister Gro Harlem during her terms in office from 1988-1996. Without her commitment to create equal opportunities for women and men, I believe Norway would not have come this far in this development". *apud* WIJNOLST, Niko (ed.). *Dynamic European Maritime Clusters*. Amsterdam: IOS Press, 2006; *Interview with Elizabeth Grieg, CEO Grieg International.* Oslo, 1º jun. 2006

[30] Entrevista do autor com Thorvald Stoltenberg em 2 dez. 2009.

[31] O referendo de 28 nov. 1994 retornou 52,2% de votos contrários à adesão.

Brasil_Noruega_último.indd 23 20/10/2011 12:36:11

meio" escandinavo estaria sendo vítima de um ambiente econômico em mutação.

Teve início, então, na Noruega, um debate sobre a sustentabilidade do sistema, baseado na coexistência de um governo intervencionista com as exigências de uma economia de mercado cada vez mais flexível e globalizada. O dilema principal estava relacionado com a possibilidade de que os altos impostos sobre os salários e o lucro das empresas destruíssem tanto os incentivos para a produtividade dos trabalhadores como também a atratividade para novos investimentos necessários para o crescimento da economia e para a manutenção da competitividade.

Os interstícios de governo democrata-cristão do ex-Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik (1997-2000 e 2001-2005) foram uma dura lição para o Partido Trabalhista,[32] mas não conseguiram reverter a demanda da população por maior retorno social, sobretudo em educação e saúde, dos altíssimos impostos que paga, além de mais ampla utilização dos recursos auferidos da riqueza petrolífera do país para a melhora dos serviços providos pelo tradicional estado de bem-estar social norueguês.

O trabalhismo retornou efetivamente ao governo nas eleições de 2005, em coalizão com o Partido da Esquerda Socialista (SV) e o Partido do Centro (Sp) e sob a liderança do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg (2000-2001 e 2005-). No sufrágio de setembro de 2009, que reconduziu a mesma coligação governista ao poder, o Partido dos Trabalhadores aumentou sua presença no *Storting*, obtendo mais três assentos parlamentares, o que foi interpretado como um voto de confiança, em plena crise mundial, na liderança dos trabalhistas.[33] O partido representa ainda hoje o fiel da balança política, que permanece inclinada para a esquerda. Para muitos noruegueses, o Estado continua sendo considerado um "grande pai". A maioria da população se declara satisfeita em pagar impostos elevados em troca de maiores níveis de emprego e de coesão social, serviços de saúde abrangentes e um sistema educacional público gratuito.[34]

[32] O resultado do *Arbeiderparti* nas eleições de outubro 2001 foi o pior em 77 anos. Fonte: Statistisk Sentralbyrå.

[33] Coalizão de governo: Partido dos Trabalhadores, 64 cadeiras; Partido da Esquerda Socialista, 11; e Partido do Centro, 11. Oposição: Partido Progressista, 41; Partido Conservador, 30; Partido Democrata-Cristão, 10; e Liberais, 2.

[34] Entrevista do autor com Thorvald Stoltenberg em 2 dez. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 24 20/10/2011 12:36:11

Por que a social-democracia norueguesa foi tão bem-sucedida e continua sendo um elemento essencial do discurso político na Noruega, inclusive na esfera de sua política externa?[35]

Uma das chaves do sucesso eleitoral do trabalhismo norueguês residiria na capacidade de o Partido dos Trabalhadores lograr representar um movimento nacional e não apenas o de uma classe.[36] Ressalte-se que as classes trabalhadoras norueguesas eram comparativamente homogêneas, com alto grau de organização e sem diferenças significativas em termos étnicos ou religiosos. A organização pôde evoluir de "partido da classe trabalhadora" para "partido do povo".[37] Essa tendência foi fundamental para a construção da social-democracia na Noruega, ao conduzir à identificação do Partido dos Trabalhadores, no imaginário popular, com o projeto nacional de criação do estado de bem-estar social. Como principal força política ao longo do século XX, o Partido dos Trabalhadores foi o responsável pelo desenvolvimento e pela proteção das instituições do Estado-providência.

Ao mesmo tempo, o programa do *Arbeiderparti* evoluiu de forma pragmática à medida que o partido, no poder, teve de lidar com os diversos desafios de política econômica (promoção do investimento produtivo para a geração de empregos), monetária (controle da inflação em uma economia petrolífera), fiscal (tendência ao descompasso entre as receitas das atividades não petrolíferas e as necessidades crescentes do sistema de bem-estar social). O programa e os discursos do Partido dos Trabalhadores, baseados nos símbolos da tradição social-democrata – presença do Estado na economia e defesa do Estado-providência – se adaptam às políticas bastante favoráveis à iniciativa privada e às medidas de reforma ou "modernização" dos sistemas previdenciário, médico-hospitalar e educacional.[38]

Cabe ressaltar que a economia norueguesa não experimentou de maneira tão negativa as crises que afetaram o resto do mundo

[35] "Temos a capacidade política e econômica de fazer a diferença além das fronteiras. Este dever de solidariedade internacional está profundamente enraizado na história da nossa social-democracia." Excerto do artigo do Chanceler Jonas Gahr Støre para a revista do Instituto Norueguês de Relações Internacionais (NUPI). *Internasjonal Politikk*, Oslo, n. 3, 2009.

[36] LARSEN, Erling Røed. The Norwegian economy 1900-2000: from rags to riches. A brief history of policymaking in Norway. *Economic Survey*, Oslo, n. 4, 2001.

[37] HILSON, op. cit., p. 41.

[38] ECCLES, op. cit., p. 10.

Brasil_Noruega_último.indd 25 20/10/2011 12:36:11

(as quais levaram, por exemplo, a Suécia e a Finlândia a aderirem à União Europeia em 1996 e atualmente conduzem a Islândia a buscar o ingresso na UE e na zona do Euro). No exato momento em que a crise do petróleo assolou o Ocidente, promissoras descobertas no Mar do Norte facultaram à Noruega um futuro como país exportador de bruto.

Não há dúvida de que o petróleo permite ao país manter seu compromisso com políticas de solidariedade e de distribuição dos benefícios do Estado-providência. Contudo, para compreender melhor o caso norueguês, é igualmente importante ter presentes os fatores que levam o Estado a aplicar o dinheiro do petróleo com discernimento, como será visto mais adiante, nos Capítulos 1.4 e 4.2. A continuação de políticas ambiciosas de assistência social e de distribuição de renda, bem como uma regulamentação rígida do mercado de trabalho, no contexto de uma política de estabilização econômica financiada pelo petróleo, acentuam as características divergentes da Noruega em relação à Europa comunitária.

Alguns pesquisadores assinalam que essa atitude pragmática da social-democracia norueguesa de enfrentar o duplo desafio de atender às necessidades futuras e crescentes do Estado-providência e aumentar a capacidade produtiva e a competitividade da indústria constitui uma tentativa de "posicionar-se perante o inevitável".[39] O historiador Berge Furre escreve, em tom de melancolia, que "a Noruega social-democrata do pós-guerra não existe mais".[40] Restaria uma "nostalgia coletiva em relação a uma era em que o modelo nórdico existia e era efetivamente distinto do resto da Europa".[41]

Em suma, o modelo social-democrata na Noruega tem-se adaptado às novas circunstâncias de inserção do país na economia mundial, mas não parece ter sido significativamente enfraquecido. As estruturas básicas do modelo permanecem válidas, sobretudo o regime de previdência social universal, solidário e abrangente, e o sistema centralizado de negociação salarial.

Pode-se também argumentar que, no modelo norueguês, o trabalhismo continuará a influenciar a esfera política norueguesa, uma vez que tem sido capaz de produzir resultados e, assim, obter

[39] Ibid.
[40] FURRE, op. cit., p. 471.
[41] HILSON, op. cit., p. 54.

Brasil_Noruega_último.indd 26 20/10/2011 12:36:11

legitimidade como principal força política nacional. O Partido dos Trabalhadores tem demonstrado que a disciplina fiscal, o nível da taxa de juro e a estabilidade da moeda são fatores-chave para se alcançar o pleno emprego. Nesse sentido, o partido tem demonstrado que as influências externas estão sendo incorporadas a sua estratégia de governo.

Dada a experiência de superação da "crise" do modelo social-democrata, consolidou-se na Noruega a percepção de que o estado de bem-estar social não constituía necessariamente uma desvantagem quando, de repente, nova e inesperada crise econômica ressurgiu a partir do segundo semestre de 2008.

1.2 – Estado-providência e diálogo social

Como visto, a hegemonia dos governos sociais-democratas, sobretudo durante a segunda metade do século XX, criou as condições para a implementação na Noruega de um modelo de bem-estar alicerçado na busca do pleno emprego,[42] no papel quase exclusivo do Estado na prestação dos serviços sociais (saúde, educação e benefícios previdenciários) e na redistribuição de renda pela via de elevados impostos.[43] O estudo sobre os acertos e os desafios das políticas sociais implementadas pelos países escandinavos é bastante fértil e aberto a diversas interpretações, que refletem não apenas opções ideológicas dos autores como a capacidade da teoria econômica de sintetizar aspectos quantitativos e qualitativos do tema.[44] É, contudo, possível vislumbrar algumas características do *welfare state* nórdico em relação às quais se verifica um consenso na literatura consultada. Para os fins deste trabalho, procurar-se-á, sobretudo, identificar os aspectos principais do modelo norueguês que contribuem para a formação dos princípios da

[42] O pleno emprego permanece a prioridade número um da plataforma de governo 2009-2013 do Partido dos Trabalhadores. *Plattform for regjeringssamarbeidet mellom Arbeiderpartiet, Sosialistisk Venstreparti og Senterpartiet 2005-09.*

[43] O sistema impositivo na Noruega é progressivo, podendo atingir 64,7% da renda salarial. O dividendo acionário é taxado em 28%, para rendas de até US$ 40 mil, aplicando-se uma sobretaxa adicional de 13,5% para valores até US$ 100 mil e, ainda, de 19,5% para montantes superiores.

[44] Ver as referências bibliográficas em LARSEN, op. cit. e HILSON, op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 27 20/10/2011 12:36:11

política exterior do país líder do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.[45]

Quatro características principais se sobressaem no modelo norueguês de *welfare state*. Trata-se de (a) um sistema de assistência social universalista; em que (b) o Estado tem participação hegemônica na prestação dos serviços sociais; (c) a participação feminina e a igualdade dos gêneros no mercado de trabalho são incentivadas; e, sobretudo, (d) a negociação salarial ocorre de forma centralizada e tripartite, entre sindicatos de trabalhadores, associações de empregadores e Estado.[46]

Em primeiro lugar, portanto, destaca-se a distribuição universal de benefícios como instrumento para a promoção da igualdade social. Nesse regime, o direito aos serviços do estado de bem-estar é auferido a toda e qualquer pessoa, independentemente de idade, situação ou renda. Como resultado, até a classe média se beneficia do sistema e tem estado, em grande medida, preparada a dar seu apoio eleitoral às forças políticas que defendem sua manutenção.[47]

De certa forma, a história e a geografia da Noruega explicam, em parte, a inclinação para a solidariedade e o coletivismo de sua população.[48] Até o século XX, foi uma nação esparsamente povoada e relativamente pobre, se comparada aos vizinhos europeus, isolada em pequenas comunidades e acostumada às severas dificuldades impostas pelo relevo entrecortado de fiordes e montanhas e pelo clima. Era, porém, uma sociedade influenciada por fazendeiros proprietários e independentes, em contraste com o continente europeu, o que inspirou uma forte tendência à homogeneidade e ao igualitarismo.[49]

---

[45] Human Development Report 2009, disponível em: <http://hdr.undp.org/en/statistics/>.

[46] PONTUSSON, Jonas. Once again a model: Nordic social democracy in a globalized world. Oslo, jan. 2009. Apresentação em pdf. p. 3.

[47] "Decommodification is the process of viewing utilities as an entitlement, rather than as a commodity that must be paid or traded for." DEAKIN, Nicholas, FINER; Catherine Jones & MATTHEWS, Bob. *Welfare and the state*: critical concepts in political science. Oxford: Routledge, 2005.

[48] *Dugnad* designa uma tradição nórdica de trabalho comunitário e voluntário.

[49] As dez regras da vida no vilarejo de Jante se resumem na expressão: "Não pense que você é especial ou que você é melhor do que nós." (Don't think that you are special. Don't think that you are of the same standing as us. Don't think that you are smarter than us. Don't fancy yourself as being better than us. Don't think that you know more than us. Don't think that you are more important than us. Don't think that you are good at anything. Don't laugh at us. Don't think that anyone of us cares about you. Don't think that you can teach us anything.)

Brasil_Noruega_último.indd 28 20/10/2011 12:36:11

Em segundo lugar, a preferência por um Estado intervencionista – responsável quase exclusivo pelo fornecimento dos serviços sociais de saúde, educação, cuidados infantis, assistência aos idosos, seguro-desemprego, licenças de maternidade e de paternidade, empréstimos para estudos e recapacitação, para a aquisição da casa própria e transferências a famílias carentes e com muitos filhos – acabou por reduzir o papel tradicional da família e, em muitos casos, também o das empresas.

Cabe, em seguida, salientar o papel das políticas de promoção do trabalho feminino para a construção do estado de bem estar norueguês. A social-democracia nórdica, em geral, começou a promover a igualdade dos gêneros como um dos elementos principais de sua agenda de reformas da sociedade e das relações de trabalho nos anos 1960 e 1970.

A participação crescente – e, atualmente, quase completa[50] – da mulher no processo produtivo, permitiu a um país de pequena população como a Noruega (4,6 milhões de habitantes[51]) combinar a disponibilidade de capital com a utilização ao máximo, tanto em número como em termos de talentos e afinidades, de sua força de trabalho, gerando um estímulo adicional para o crescimento econômico do país.[52] Contribuiu, sobretudo, para expansão dos serviços relacionados com o Estado-providência. Enquanto se multiplicavam os incentivos destinados a promover o ingresso da mulher no mercado de trabalho e se ampliava a própria capacidade do *welfare state* de lidar com o maior volume de beneficiários, o setor público tornava-se, também, o principal empregador da força de trabalho, tanto masculina quanto feminina. Nos anos 1990, cerca de 50% dos empregos foram gerados nos setores da educação, da saúde e dos serviços sociais.[53] O serviço público é, hoje, o maior empregador, com 31% dos postos de trabalho na Noruega.[54]

É, principalmente, no tocante à distribuição da renda que a Noruega se destaca como um dos países mais igualitários e com a estrutura salarial mais achatada do mundo. O coeficiente de Gini situa-se em 0.25 desde

[50] A relação entre mulheres e homens empregados, na faixa de 15 a 64 anos, era de 0.906, no ano 2000. Na Alemanha, essa relação ainda é de 0.781. Dados da OCDE apud PONTUSON, op. cit.
[51] STATISTISK SENTRALBYRÅ.
[52] FURRE, op. cit., Epílogo.
[53] OECD. *Economic Surveys*: Norway. Paris, v. 2, 2007. p. 85.
[54] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 29 20/10/2011 12:36:11

o início da década de 1990.[55] A título de exemplo, os pisos salariais no setor de engenharia, estabelecidos mediante acordos coletivos, situam-se em torno de US$ 18/hora para trabalhadores especializados e US$ 15/hora para os demais.[56]

Duas características específicas ao sistema norueguês explicam em boa medida essa tendência à distribuição equitativa da renda: a prática da moderação nas demandas salariais e a negociação altamente centralizada[57] dos contratos de trabalho. A forma como são fixados os salários na Noruega envolve sempre uma negociação tripartite entre sindicatos de trabalhadores, a confederação dos empregadores (NHO) e o Estado. A implementação efetiva de uma política social-democrata depende da cooperação entre capital e trabalho de forma organizada.[58] No caso da Noruega, deriva de um amplo entendimento, que analistas qualificam de "pacto ou diálogo social", entre trabalhadores, empresários e o Estado, pelo qual o governo trabalhista controlaria os preços, o empresariado reinvestiria os lucros na produção, e os trabalhadores se absteriam de provocar greves e conflitos na perspectiva de obter maiores salários.[59]

Não se pode, contudo, examinar a questão do Estado-providência na Noruega sem mencionar um importante elemento, fora da esfera da teoria política e econômica e simplesmente caraterizado pela "sorte".[60] A riqueza petrolífera vem permitindo ao país – que foi o terceiro e hoje é o quinto exportador mundial de bruto – executar políticas contracíclicas em tempos de recessão e manter o nível de investimentos em educação e tecnologia, o que garante aumentos de produtividade no futuro. Também tem gerado os recursos necessários à manutenção do nível de emprego e dos benefícios sociais. Não obstante alguns ajustes operados no final dos anos 1990, graças ao petróleo, nada na Noruega se comparou às reformas que o governo sueco teve de implementar

[55] PONTUSON, op. cit. Table 1. "*90-10 full-time wage ratio in Norway is the lowest in OECD countries: 2.00*."

[56] FAFO. The Engineering Industry Agreement 2000-2002 between the Federation of Manufacturing Industries and the United Federation of Trade Unions. *Labour market conditions in Norway*. Oslo, 2002.

[57] Termos utilizados pela ex-Ministra da Economia, Kristin Halvorsen, na palestra *The Norwegian economic model – prosperous and sustainable?* Proferida em Berlim, em fevereiro de 2007.

[58] PONTUSON, op. cit., p. 15.

[59] LARSEN, op. cit.

[60] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 30 20/10/2011 12:36:11

no seu sistema previdenciário e de saúde, em um clima de crescente taxas anuais de desemprego. Mais adiante e sobretudo quando for estudado o tema da energia fóssil no capítulo V, será visto em detalhe como a Noruega logrou pôr em prática políticas e mecanismos para a administração da gigantesca renda derivada da exploração de petróleo e gás *offshore*, na perspectiva de esgotamento das reservas no Mar do Norte em torno de 2070.[61]

Ainda assim, muitos economistas questionam a sustentabilidade do sistema de bem-estar norueguês. Os mais críticos consideram elevados os níveis de benefícios, além de demasiado extensos, e apontam para o crescente ônus do regime para os cofres públicos e para a economia norueguesa em geral.

O desenvolvimento demográfico da Noruega acarreta uma redução da população economicamente ativa enquanto aumenta o número de idosos, que fazem jus a benefícios públicos de pensão e aposentadoria e a onerosos tratamentos médico-hospitalares.[62] Além disso, em função do tamanho do serviço público na economia, parcela significativa das aposentadorias se destina a ex-funcionários públicos e deve ser, pela sua natureza, inteiramente financiada pelo Tesouro. Também, como reflexo do nível de vida alcançado pela sociedade, os estudantes noruegueses passam a dedicar mais tempo a sua formação universitária e os profissionais tendem a optar por períodos mais longos de lazer, mediante jornadas de trabalho reduzidas ou flexíveis.[63] Por último, alertam os críticos para o fato de que a generosidade do sistema tende a produzir o fenômeno do absenteísmo na força de trabalho, por parte de uma categoria de empregados dependentes da gama de seguros assistenciais disponíveis.[64]

[61] Até 2009, foram exploradas 38% das reservas estimadas em petróleo e gás na plataforma continental norueguesa, mas, caso não sejam feitas novas descobertas (Mar de Barents) o nível da produção de petróleo deverá reduzir-se gradualmente a partir dos próximos anos. NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. *Facts 2009*: The Norwegian Petroleum Sector. Oslo, NPD, 2009. p. 15.

[62] O número de idosos duplicará entre 2005 e 2060, cf. HALVORSEN, op. cit.

[63] The normal working week is 37.5 working hours with the maximum legal working week being 48 hours. Yet, looking at averages in 2002, the working week is 34.6 hours with men having an average working week of 37.8 hours compared with 30.8 for women (reflecting the large numbers in part-time employment). OECD, op. cit., pp. 92-93.

[64] Preocupa que quase 20% da população em idade de trabalho receba pensão por incapacidade, encontre-se em licença-saúde ou outro tipo de licença, ou ainda em situação de aposentaria antecipada, cf. HALVORSEN, op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 31 20/10/2011 12:36:11

Em suma, e apesar dos ajustes pontuais, impera a percepção de que o estado de bem-estar tornou-se princípio essencial para a formação da moderna sociedade norueguesa, que a distingue das demais sociedades europeias e é, talvez, a única ainda a ter condições de sustentar-se no mundo globalizado do século XXI. A desigualdade foi, e permanece, o grande inimigo da política social norueguesa.[65] Assim, não deve surpreender o fato de que a Noruega veja a situação do mundo em desenvolvimento, inclusive do Brasil, pelo prisma da desigualdade social ali existente e procure expandir sua atuação internacional para o campo das relações de trabalho.

Uma das linhas de ação externa se refere à promoção do modelo norueguês de diálogo social tripartite que, como já foi visto, tem sido historicamente eficiente para neutralizar o conflito e alcançar o compromisso nas relações laborais entre as forças representativas do capital, do trabalho e do governo. O tripartidismo confere aos fóruns de diálogo social alguns princípios básicos como o reconhecimento da legitimidade, representatividade, autonomia e, dentro do possível, paridade dos atores envolvidos.[66] Procura-se, essencialmente, um resultado de soma positiva, cujo resultado não deve necessariamente representar uma conquista particular do segmento representado, mas uma contribuição à promoção do bem maior, em que os interesses particulares ficam subordinados a interesses públicos maiores. Não constitui mecanismo para a negociação de acordo ou contrato coletivo de trabalho, mas um processo de entendimento mútuo, em que o produto final consubstancia valores comuns e tem como beneficiário um público muito mais amplo do que aquele que os atores representam.

Para o Brasil, a centralidade do objetivo de estimular o diálogo e o tripartidismo está explícito no discurso do Presidente da República na XCI Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT),[67] e no regimento do Fórum Nacional do Trabalho, estabelecido pelo

[65] "Legal equality was a first step; the next was to root out the inequalities that existed by protecting the underprivileged". Palestra do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thorbjørn Jagland, na Comissão de Direitos Humanos. Palais des Nations, Genebra, 3 abr. 2000.

[66] SOCHACZEWSKI, Suzanna (coord.). Diálogo social, negociação coletiva e formação profissional no Brasil. Oficina Internacional del Trabajo. Montevideo, 2000.

[67] "De certo modo, a estrutura tripartite, que constitui a força deste Fórum, tem semelhança com a circunstância histórica que vive o Brasil. Meu governo vem promovendo ampla abertura de diálogo e aperfeiçoamento do convívio democrático. (…) Estamos reunindo ampla base social para promover as transformações esperadas pela nação no combate à fome e à pobreza, no acesso

Brasil_Noruega_último.indd 32 20/10/2011 12:36:11

governo brasileiro em 2003.[68] Nas relações bilaterais, o tema foi objeto de conversações do Ministro da Cooperação Internacional, Erik Solheim, com os Ministros Tarso Genro (em 2006, titular da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República) e Luiz Dulci, Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, que contribuíram para a realização do Primeiro Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega durante a visita ao Brasil, em outubro de 2009, da Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros, Gry Larsen.

1.3 – Presença do Estado na economia

Apesar do reduzido número de habitantes, a Noruega possui um PIB de cerca US$ 450 bilhões[69], que a situa entre as 25 maiores economias mundiais, com a segunda mais elevada renda *per capita*,[70] o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas[71] e o maior nível de produtividade do trabalho nos países da OCDE.[72] Detém, ainda, o segundo fundo soberano de pensão do globo, com capital de US$ 455 bilhões, alimentado pelas rendas da exploração do petróleo e do gás na plataforma continental, e portfólio de 1% das ações cotadas em bolsas de valores no mundo.[73]

Nem sempre foi assim: durante a segunda metade do século XIX, a Noruega perdeu cerca de um quarto da população em fluxos migratórios, sobretudo em direção aos Estados Unidos.[74]

à educação e à saúde, na disseminação da justiça social, na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador."

[68] Regimento Interno do Fórum Nacional do Trabalho. Portaria MTE nº 1.029 de 12 de agosto de 2003. "Art. 1º – O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) é o espaço de diálogo instituído pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. Art. 2º – São objetivos do FNT: (…) II – fomentar o diálogo social; III – promover o tripartismo; IV – assegurar o primado da justiça social no âmbito das relações de trabalho".

[69] THE WORLD BANK. *World Development Indicators Database*, 1 jul. 2009. Gross domestic product (2008).

[70] US$ 58,141 por habitante (2008).

[71] IDH = 0.971. Human Development Report 2009 (<http://hdr.undp.org/en/statistics/>).

[72] US$ 72,5 por hora trabalhada (<http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=LEVEL>).

[73] <http://www.nbim.no/en/About-us/Government-Pension-Fund-Global/>. Acesso em 15 nov. 2009.

[74] HILSON, op. cit., p. 63.

Brasil_Noruega_último.indd 33 20/10/2011 12:36:11

Tampouco o desenvolvimento econômico teve início com a descoberta de petróleo na plataforma continental em 1969. As atividades florestais e a pesca foram tradicionalmente relevantes, sendo que a moderna indústria pesada implantou-se nos últimos anos do século XIX, com base na grande disponibilidade de energia hidrelétrica. Os pescadores noruegueses sempre tiveram acesso privilegiado a reservas de bacalhau, arenque e outros peixes de águas frias e profundas ao longo de sua costa. Chegaram a sentir o gosto da prosperidade mediante a caça da baleia. Mais tarde, o transporte marítimo e a construção naval deram à Noruega posição destacada na economia mundial. A geração abundante e barata da hidroeletricidade foi um fator essencial para a rápida expansão, após a Segunda Guerra, da indústria norueguesa intensiva em energia, como a construção naval, a metalurgia, a fabricação de produtos químicos, papel e celulose.

A partir dos anos 1970, porém, a descoberta do gigantesco campo de Ekofisk[75] e a exploração de petróleo na plataforma continental sob o Mar do Norte teve um efeito profundo na Noruega, transformando-a em uma economia incomum no contexto ocidental: quinta maior exportadora mundial de petróleo e segunda maior fornecedora de gás para a Europa, após a Rússia. Entre 1975 e 1981, a produção de petróleo e gás natural havia saltado de 2 para 50 milhões de toneladas; as atividades de exploração do petróleo já alcançavam 18% do produto interno bruto, 1/3 das exportações e 1/4 dos rendimentos fiscais do Estado, mas ainda somente 3% dos empregos na Noruega.[76]

Atualmente, as atividades econômicas relacionadas ao setor *offshore* geram cerca de 26% da renda nacional na Noruega e representam 52% do valor das exportações anuais norueguesas, ou quase 90% quando somados os ingressos derivados dos serviços prestados pelo setor naval.[77] Cabe ressaltar, no entanto, que o setor primário na Noruega demanda níveis elevados e crescentes tanto de capacitação da mão de obra quanto de tecnologia aplicada ao processo produtivo.

---

[75] Reservas de 3 bilhões de barris de petróleo. Ainda em 1969, um executivo do ramo prometeu que se encarregaria de beber todo o óleo que fosse retirado do Mar do Norte. FURRE, op. cit., p. 316.
[76] Ibid., p. 316.
[77] NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 34 20/10/2011 12:36:11

A Noruega possui, hoje, a quinta maior frota mercante do mundo,[78] uma das mais modernas marinhas de guerra da Europa[79] e avançadas tecnologias de construção naval, inclusive de plataformas e serviços relacionados à indústria *offshore*. Enquanto a construção de navios de grande tonelagem migra para estaleiros situados na Ásia, a indústria naval norueguesa mantém-se na vanguarda da fabricação de embarcações especializadas e com alto grau de tecnologia embarcada.[80] Até no setor da pesca, em que a Noruega se situa como o segundo maior exportador mundial, mais de 50% das exportações, em valor, correspondem a espécies cultivadas, cuja produção demanda investimentos em pesquisa, tecnologia e o treinamento de mão de obra especializada.

Somente as atividades relacionadas ao petróleo e gás natural contribuem em cerca de 25% na formação da receita fiscal. As enormes rendas auferidas dessa atividade têm sido responsáveis pela presença substancial do Estado na economia, seja através da utilização de parcela do Fundo Governamental de Pensão – Global (o chamado "fundo do petróleo"), seja por intermédio do exercício dos direitos de propriedade em companhias públicas ou de seu papel como principal acionista em várias das maiores empresas norueguesas de capital aberto cotadas na Bolsa de Valores de Oslo.

Como será visto mais adiante no trabalho, as receitas fiscais derivadas das atividades de exploração de petróleo e gás natural na Noruega são transferidas, em sua totalidade, ao Fundo Governamental de Pensão – Global (FGP-G). No entanto, a fim de financiar o déficit público estrutural da economia não relacionada às atividades *offshore*, o governo somente está autorizado a retirar em média, ao longo do tempo, quantia correspondente ao retorno real das aplicações do Fundo, estimado em 4% ao ano. Essa diretriz fundamental de política orçamentária visa dissociar os gastos públicos do fluxo de receita proveniente da extração de petróleo e gás natural na plataforma continental norueguesa e tem o mérito de assegurar uma utilização

[78] UNCTAD. Structure, Ownership and registration of the world fleet. 2008. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/rmt2008ch2_en.pdf>.

[79] Em 2010, a renovação da esquadra deverá completar-se com a entrega das últimas fragatas da classe Nansen. <http://www.regjeringen.no/upload/FD/Dokumenter/Fakta-om-Forsvaret_2009.pdf>.

[80] JAKOBSEN, Erik (org.) *Attracting the Winners*: The competitiveness of five European maritime industries. Oslo: Kolofon, 2006.

Brasil_Noruega_último.indd 35 20/10/2011 12:36:11

gradual e sustentada das rendas petrolíferas. Conquanto não seja aplicada automaticamente, essa possibilidade de transferência limitada de recursos do FGP-G para o orçamento do Estado serve de "colchão" e faculta ao governo adotar medidas anticíclicas e políticas ativas de resgate (*bail-out*) ou financiamento de empresas ou setores fragilizados, como foi o caso dos orçamentos públicos propostos para os anos de crise internacional, 2009 e 2010, financiados mediante transferências do FGP-G superiores à regra do retorno real estimado de 4%: US$ 2,3 bilhões e US$ 7,4 bilhões, respectivamente.[81]

Outra característica da economia norueguesa está relacionada com o elevado grau de participação do Estado nos principais segmentos da atividade produtiva. Há um consenso na esfera política de que a propriedade estatal seja a melhor garantia do controle da sociedade norueguesa sobre os recursos naturais do país e que o Estado deva ser o principal acionista de algumas empresas consideradas "estratégicas"[82] para a economia da Noruega. A participação direta do Estado abrange tanto a posse do capital votante majoritário em algumas das maiores companhias cotadas em bolsa quanto a total propriedade de empresas dedicadas exclusivamente a objetivos de política sectorial. Assim, segundo relatório da OCDE, o governo central norueguês controla, total ou parcialmente, cerca de 80 companhias.[83] Mais de 30% do total do valor de mercado das ações cotadas na Bolsa de Valores de Oslo pertencem ao governo central ou às municipalidades.[84]

O Estado norueguês controla integralmente 51 empresas, juridicamente organizadas sob a forma de companhias estatais, sociedades de responsabilidade limitada, empresas do setor de saúde ou empresas públicas com autoridade especial.[85] Dentre as companhias 100% estatais, encontram-se aquelas em que o Estado exerce uma ação monopolística e regulamentadora, como Norsk Tipping AS (loterias) e AS Vinmonopolet (distribuidora de bebidas alcoólicas). Outras, como Posten Norge AS (serviços postais), NSB AS (transporte ferroviário),

[81] FINANSDEPARTEMENTET. Statsbudgetet 2009 & Statsbudgetet 2010.
[82] NÆRINGS- OG HANDELSDEPARTEMENTET. *Report to the Storting (White Paper) nº 13 (2006-2007):* An active and long-term state ownership. Oslo: NHD, 2007.
[83] WTO. Trade Policy Review: Report by the Secretariat by Norway. *WT/TPR/S/205*. Genebra: WTO, 2008.
[84] WTO. Trade Policy Review: Report by Norway. *WT/TPR/G/205*. Genebra: WTO, 2008.
[85] STATISTISK SENTRALBYRÅ.

Brasil_Noruega_último.indd 36 20/10/2011 12:36:11

Statkraft SF (geração de hidroeletricidade), Statnett SF (rede elétrica), Petoro AS (administração dos interesses financeiros do Estado na exploração de petróleo) e Gassco AS (transporte de gás natural), operam em mercados competitivos, mas desempenham um papel importante na política pública para seus respectivos setores.[86]

Adicionalmente, o Estado detém o controle (67%) da Statoil ASA, oitava companhia petrolífera do mundo em valor de mercado,[87] responsável por 80% da produção de petróleo e gás na Noruega, com operações em mais de 40 países. No Brasil, a companhia norueguesa opera o campo de Peregrino e detém outras dez licenças nas bacias de Campos, Santos, Espírito Santo, Jequitinhonha e Camamu-Almada.[88]

O Estado norueguês se faz presente como principal acionista em duas empresas líderes em setores de especial relevância para a economia nacional e, coincidentemente, também do Brasil. Detém 36,2% das ações da Yara International ASA, maior fornecedora mundial de fertilizantes e segunda empresa do setor no Brasil, após a aquisição, em 2000, da Adubos Trevo e, em 2006, da Fertibrás. Os planos de crescimento da empresa norueguesa no país, em sintonia com o crescimento da produtividade da agricultura brasileira, deverão prosseguir com o aumento da capacidade de produção da usina de Rio Grande (RS) de 800 mil para 1 milhão de toneladas anuais de fertilizantes granulados.[89]

Possui, ademais, 43,7% do capital da Norsk Hydro ASA, terceira maior empresa fornecedora de alumínio no mundo e proprietária dos ativos do setor de alumínio que pertenciam à Vale, no Brasil, e troca de 22% das ações da companhia norueguesa.Com esta operação, a Vale tornou-se a segunda maior acionista, após o Estado norueguês, do segundo conglomerado industrial no país nórdico.[90]

O governo norueguês ainda detém 30% das ações da Aker AS, uma das maiores *holdings* do país com atividades industriais nos setores *offshore*, de engenharia naval, pesca, energia e mineração. Em 1995, uma das principais empresas do grupo, Aker Solutions AS, instalou-se em Rio das Ostras (RJ) e começou, em 1997, a fornecer produtos fabricados com conteúdo local para plataformas da Petrobras. Após

[86] NÆRINGS- OG HANDELSDEPARTEMENTET. op. cit., Table 2.1.
[87] NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. op. cit.
[88] <www.statoil.com/en/About/Worldwide/Brazil/ExplorationPortfolio/Pages/default.aspx>.
[89] <www.yarabrasil.com.br/investor_relations/relevant_facts/index.aspx. 15 out. 2009>.
[90] <http://www.hydro.com/en/Investor-relations/Reporting/2010/Vale-aluminium-acquisition/>.

Brasil_Noruega_último.indd 37 20/10/2011 12:36:11

investimentos da ordem de R$ 22 milhões em nova unidade fabril na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, a empresa tornou-se em junho de 2008 a primeira do Brasil a fabricar *risers* de perfuração em águas profundas, entregues à Petrobras, Subsea 7, Technip e Queiroz Galvão.[91]

Em relatório submetido ao Parlamento,[92] o governo da Noruega calculou que, no ano de 2005, o Tesouro obteve dividendos de cerca de NOK 69 bilhões (R$ 23 bilhões) sobre uma receita total de aproximadamente NOK 770 bilhões (R$ 260 bilhões) acumulada por Statoil, Yara, Norsk Hydro e outras empresas em que o Estado era acionista.[93] Se, por um lado, o exercício pelo Estado de seus direitos societários se baseia em princípios geralmente aceitos para a governança corporativa,[94] nem sempre o governo tem logrado separar seus papéis de acionista e de formulador de políticas, regulador e supervisor da esfera econômica.

Portanto, em comparação com os demais países membros da OCDE, a Noruega representa um caso avançado de participação do Estado na economia.[95] Nesse contexto, parcela significativa do investimento direto (IED) da Noruega no exterior também deriva de decisões tomadas por empresas total ou parcialmente controladas pelo Estado.

O estoque de IED norueguês tem crescido de forma significativa nos últimos anos e representou, em 2006, cerca de 11 vezes o volume

[91] Árvore de natal molhada: conjunto de válvulas, colocado sobre o solo oceânico, que controla a pressão e vazão de um poço submarino. *Riser*: porção vertical de uma linha de escoamento para transporte do óleo/gás natural do poço até a plataforma. Glossário da ONIP.

[92] NÆRINGS- OG HANDELSDEPARTEMENTET. op. cit.

[93] SAS (transporte aéreo), Kongsberg Gruppen (sistemas para a indústria do petróleo, aeroespacial, marinha mercante e defesa), Cermaq (aquicultura), DnB NOR (banco) e Telenor (telecomunicações). A divisão marítima do Grupo Kongsberg mantém, em Macaé (RJ), escritório e centro de treinamento em tecnologias de posicionamento dinâmico de navios e plataformas. O DnB NOR, maior banco e principal agente financeiro da indústria naval da Noruega, mantém escritório de representação no Rio de Janeiro.

[94] Em 2002, por proposta do governo, o Parlamento norueguês aprovou dez Princípios de Boa Governança Corporativa do Estado (www.eierberetningen.nhd.no/index.gan?id=1427&subid=0), posteriormente complementados pelas Diretrizes da OCDE para a Governança Corporativa nas Empresas Estatais. Desde 2005, o Ministério da Indústria e do Comércio publica relatório anual sobre a gestão das empresas estatais (www.ownershipreport.net). Na Noruega, está vedada a participação de ministros, funcionários de ministérios ou parlamentares nos conselhos de diretoria das empresas estatais ou daquelas em que o Estado seja acionista, mesmo majoritário.

[95] KNUTSEN, Carl Henrik; RYGH, Asmund & HVEEM, Helge. *Foreign direct investment and host country institutions*: Does state ownership matter? University of Oslo, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 38 20/10/2011 12:36:12

registrado em 1990. Como resultado, a participação da Noruega nos estoques globais de IED saltou de 0,1% para 1,0% entre 1980 e 2005.[96] Quase 60% do fluxo de IED no ano de 2006 partiram de empresas das quais o Estado norueguês detinha pelo menos um terço da propriedade ou do capital votante.[97]

Conquanto possam gozar de grau relativamente elevado de autonomia em matéria operacional,[98] as empresas parcialmente controladas pelo Estado norueguês mantêm diferenças de comportamento, em relação às companhias privadas, em seus negócios no exterior, com ênfase na estabilidade e na visão de longo prazo de seus investimentos. Conforme estudo realizado pela Universidade de Oslo, assumem relevo, nessa perspectiva, as decisões corporativas de caráter mais estratégico, relacionadas ao "por que" e ao "onde" investir.[99]

1.4 – Riqueza do petróleo

Desde que se iniciou a produção de petróleo na Noruega, em 15 de junho de 1971, o setor cresceu até se tornar uma parte substancial da economia, responsável por cerca de 25% do PIB, um terço das receitas fiscais do Estado e mais de 50% do valor das exportações norueguesas.[100] Em 40 anos, o país se transformou no quinto maior fornecedor mundial de petróleo e oitavo, de gás natural.

De uma perspectiva histórica, o ano de 1990 representou um ponto de inflexão na política norueguesa em relação à utilização da vasta riqueza derivada das atividades *offshore*, atualmente reconhecida internacionalmente, inclusive no Brasil, como modelo bem-sucedido para a transformação de renda em desenvolvimento econômico e social.[101] Mais do que uma fórmula para regulamentação e aproveitamento dos enormes lucros derivados da exploração do petróleo e do gás em sua plataforma continental, o chamado "modelo norueguês" constitui uma

[96] KNUTSEN, op. cit. apresentam dados da UNCTAD.
[97] Ibid.
[98] Ibid.
[99] Ibid.
[100] NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. op.cit.
[101] "A valiosa experiência da Noruega na administração de sua riqueza petrolífera é uma referência fundamental." Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino da Noruega, Jens Stoltenberg. Palácio Itamaraty, Brasília, 16 set. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 39 20/10/2011 12:36:12

fusão de mecanismos que visam obter o máximo de valor para o Estado, a indústria nacional e a sociedade, além da que poderia ser obtida através da simples exportação da *commodity*.

Nas décadas de 1970 e 1980, apesar dos ingressos fiscais da fase inicial de prospecção no Mar do Norte, a Noruega experimentou flutuações amplas da atividade econômica, com índices elevados de inflação, reforçados pelos choques dos preços do barril e da utilização das receitas fiscais esperadas da produção petrolífera em gastos do governo.[102] Os sistemas de bem-estar social e de aposentadoria foram ampliados de forma significativa e, junto com novos investimentos em infraestrutura, levaram ao rápido aumento da demanda e do crédito. Com a queda significativa dos preços do petróleo em 1986, a economia do país entrou em recessão e o tradicional segmento da indústria transformadora perdeu fatias do mercado internacional.

As lições aprendidas pela Noruega nas duas primeiras décadas da "era do petróleo" foram fundamentais para a criação, em 1990, pelo Parlamento, com base em amplo consenso político,[103] do Fundo do Petróleo, atualmente denominado Fundo Governamental de Pensão – -Global (FGP-G). Apesar da mudança do nome, assemelha-se mais a um fundo de investimentos do que a um fundo de pensão, mas a nova designação reflete um dos objetivos maiores do Fundo, que é o de servir de poupança de longo prazo, para fazer face a futuros compromissos financeiros do *welfare state* causados pelo envelhecimento da população.

O FGP-G constitui uma ferramenta de apoio à gestão da renda derivada do petróleo na Noruega, ao dissociar os fluxos de receita (oriundos da produção e da exportação de petróleo e gás) dos gastos do governo. O Ministério das Finanças é o proprietário do Fundo e delega a responsabilidade pela gestão operacional dos ativos à Direção de Investimentos do Banco Central da Noruega (NBIM). Todo o capital deve ser investido exclusivamente no exterior, seja em títulos governamentais, seja em ações, consoante limites e coeficientes de distribuição geográfica previamente definidos.

---

[102] ERIKSEN, Tore. The Norwegian petroleum sector and the Government Pension Fund – Global. Oslo, 2006. Disponível em: http://www.regjeringen.no/se/dep/fin/ tema/statens_pensjonsfond/ the-norwegian-experience.html?id=449253.

[103] LARSEN, op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 40 20/10/2011 12:36:12

Desde a primeira transferência, de cerca de US$ 400 milhões, o Fundo tem crescido rapidamente em tamanho. Em 30 dezembro de 2008, seus ativos estavam avaliados em aproximadamente US$ 450 bilhões, volume apenas inferior ao capital acumulado pela Autoridade de Investimento de Abu Dhabi. Detinha cerca de 1% das ações de companhias cotadas em bolsas ao redor do globo, sendo 1,75% do mercado das bolsas de valores na Europa e 0,7% nas Américas e na Ásia.[104]

Mesmo durante a recente crise financeira, e com o preço do barril 65% inferior ao nível de 2007, o Fundo dispunha de capital suficiente para implementar estratégia agressiva de aquisição de ações, na baixa dos mercados internacionais, no valor de US$ 175 bilhões.[105] Segundo estimativas do Banco DnB Nor, o Fundo poderá crescer 2,5 vezes até 2015.[106]

O portfólio de investimentos do FGP-G no Brasil, bem como os aspectos principais de sua estrutura e de seu funcionamento, serão apresentados, mais detidamente, no capítulo IV. Para os fins desta seção, cabe considerar a parcela de poder e de responsabilidade de que dispõe o governo da Noruega ao investir, por intermédio do Fundo, "em 10 mil empresas de 50 países", conforme assinalado pelo Chanceler Jonas Gahr Støre em seu livro de reflexões pessoais.[107] A recente Mensagem ao Parlamento sobre Política Externa deixa explícito que "grande parte da presença internacional da Noruega está relacionada com [...] o seu importante papel como investidor financeiro, por intermédio do Fundo Governamental de Pensão – Global (FGP-G), alimentado pelas rendas do petróleo e do gás".[108]

A questão tornou-se complexa com a introdução, em 2004, de duas principais "diretrizes éticas"[109] para o Fundo: garantir o retorno financeiro dos investimentos de modo que as gerações futuras possam beneficiar-se da riqueza petrolífera e respeitar os direitos fundamentais

[104] <http://www.nbim.no/upload/77444/q3%2009%20report.pdf>.

[105] Entrevista do autor com Yngve Slyngstad, Diretor do FGP-G, em *The Guardian*. Londres, 22 set. 2009.

[106] Matéria na edição de 12 mar. 2009 do jornal VG p. 2-3 e 30-33.

[107] STØRE, op. cit., p. 23.

[108] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009):* Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 87.

[109] <http://www.regjeringen.no/en/dep/fin/Selected-topics/the-government-pension-fund/ethical-guidelines-for-the-government-pe/the-ethical-guidelines.html?id=434894>.

Brasil_Noruega_último.indd 41 20/10/2011 12:36:12

daqueles que são afetados pelas empresas nas quais o FGP-G investe. Foi também instituído um Conselho de Ética, integrado por cinco membros (atualmente, três juristas, um economista e um especialista em segurança do trabalho), com o mandato de recomendar ao Ministério das Finanças a exclusão ou o cancelamento de investimentos em companhias em que se verifiquem:

i) violações graves e sistemáticas de direitos humanos, tais como assassinato, tortura, privação da liberdade, trabalho forçado, as piores formas de trabalho infantil e de exploração de menores;
ii) violações graves de direitos da pessoa em situação de guerra ou de conflito;
iii) danos ambientais graves;
iv) corrupção grave;
v) outras violações graves de normas éticas fundamentais.[110]

Até o presente, foram excluídas 33 companhias,[111] por fabricar sistemas de lançamento de armas nucleares (BAE Systems, Boeing, EADS, Finmeccanica, Honeywell e Northrop Grumman, entre outras) ou munições de fragmentação e minas antipessoais; por danos ambientais (cinco mineradoras) e por violações aos direitos humanos (caso da Wal-Mart, que gerou protestos veementes do embaixador norte-americano em Oslo).[112]

Aparentes ambiguidades inerentes à política ética de investimentos do fundo soberano norueguês são frequentemente apontadas pela opinião pública local, sobretudo as organizações não governamentais. As críticas se referem, por exemplo, ao fato de que as empresas petrolíferas

[110] O Conselho de Ética se guia pelas convenções e princípios estabelecidos por organizações internacionais como a ONU, a OIT e a OCDE relativos a padrões mínimos exigidos em matéria de direitos fundamentais e de proteção do meio ambiente, saúde e vida humana.

[111] Relação completa em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/fin/Selected-topics/the-government-pension-fund/ethical-guidelines-for-the-government-pe/companies-excluded-from-the-investment-u.html?id=447122>.

[112] WHITNEY, Benson K. *Pension Fund disinvestment*: meeting Norwegian fairness standards? Oslo, NUPI, 2006. Palestra. Segundo nota à imprensa divulgada pelo Ministério das Finanças, em junho de 2006, o Conselho de Ética examinou as operações do Grupo Wal-Mart nos EUA e no Canadá, e de seus fornecedores na Nicarágua, El Salvador, Honduras, Lesoto, Quênia, Uganda, Namíbia, Malawi, Madagascar, Swazilândia, Bangladesh, China e Indonésia.

Brasil_Noruega_último.indd 42 20/10/2011 12:36:12

Shell, BP, Exxon Mobil e Total representam as cinco maiores carteiras do Fundo, somando cerca de US$ 10 bilhões,[113] e de que o Fundo Governamental de Pensão – Global (FGP-G, o "fundo do petróleo" da Noruega) mantém investimentos nos chamados paraísos fiscais,[114] além de contar no seu portfólio com ações de empresas fabricantes de tabaco e de companhias de apostas, como Ladbrokes, Bettson, Unibet e William Hill.[115]

O governo admite que o "sistema atual não é perfeito" e que, portanto, torna-se necessário fomentar o debate sobre as "melhores práticas internacionais" em matéria de investimento responsável.[116] Enfatiza, contudo, o esforço de transparência na implementação das Diretrizes Éticas e a convicção de que "o Fundo pode ser útil para a implementação de padrões absolutos de comportamento empresarial, tais como a erradicação do trabalho infantil e a responsabilidade ambiental".[117]

Em 2008, o governo encarregou a administração do Fundo de exercer, de maneira sistemática, seus direitos de acionista (*ownership rights*) com o objetivo de promover a adoção e o cumprimento de princípios éticos e de sustentabilidade no âmbito da atuação das empresas receptoras de investimentos do FGP-G. No momento, segundo gestor do NBIM[118], o Fundo buscou desenvolver um sistema de avaliação (*benchmark*) das companhias onde investe. Dispõe de um conjunto de pontos que busca introduzir na agenda das assembleias gerais de acionistas, mas não procura exercer funções de administrador no conselho de diretoria das empresas, o que poderia levar a conflitos de interesses e pressões políticas para que a empresa atuasse em determinado sentido. O Ministério das Finanças também estimulou o Conselho de Ética a concentrar-se

[113] *Dagens Næringsliv*. Oslo, 12 mar. 2009. pp. 6-7.
[114] *Dagbladet*. Oslo, 12 mar. 2009. p. 10.
[115] *Dagens Næringsliv*. Oslo, 19 mar. 2009. p. 53.
[116] HALVORSEN, Kristin. *Sovereign wealth funds*. Paris, 3 june 2008. Discurso no Fórum da OCDE sobre Mudança do Clima, Crescimento e Estabilidade. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/fin/News/Speeches-and-articles/minister-2.html?id=577250>.
[117] Entrevista do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre. *Dagens Næringsliv*. Oslo, 24 jun. 2009. pp. 16-17.
[118] Entrevista do autor com Stephen Hirsch, Diretor de Investimentos do Norges Bank Investment Management (NBIM), em 20 jun. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 43 20/10/2011 12:36:12

nas áreas prioritárias da proteção dos direitos da criança e do meio ambiente.[119]

Em 2009, com base em recomendação feita pelo Conselho ao Parlamento, o Fundo concluiu processo de desinvestimento de suas participações em companhias produtoras de tabaco.[120] A medida atingiu os investimentos do Fundo em grandes companhias mundiais do setor – inclusive na Souza Cruz AS, que haviam sido de US$ 8,5 milhões, em 2008, ou o equivalente a 0,13% do capital votante na empresa. A venda das ações não teve influência na cotação da firma brasileira, mas o episódio não deixa de revelar o potencial de uma medida de maior impacto, por exemplo, no tocante a companhias nacionais dentro do portfólio do FGP-G que possam acumular déficits ambientais significativos.

[119] FINANSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 20 (2008-2009):* Om forvaltningen av Statens pensjonsfond i 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/pages/2172105/PDFS/STM200820090020000DDDPDFS.pdf>.

[120] <http://www.regjeringen.no/en/dep/fin/press-center/Press-releases>.

Brasil_Noruega_último.indd 44 20/10/2011 12:36:12

Capítulo 2
Elementos principais da política externa norueguesa

"*The Norwegian foreign policy tradition is, in a way, a mix of realism and idealism, and this is also the starting point, I would argue, for the Nobel Peace Prize* [...]"
Geir Lundestad,
Secretário do Comitê Nobel da Paz[121]

O presente capítulo apresenta os fundamentos e a evolução da diplomacia da Noruega ao longo do século XX. Seu conhecimento permitirá melhor compreender as prioridades da atual política externa norueguesa, formalizadas, em 2009, em duas Mensagens ao Parlamento, relativas à política exterior, em geral, e à política de cooperação para o desenvolvimento, em particular. Ver-se-á que a política externa norueguesa em relação aos chamados países de economia emergente como a Índia e a China, junto com o Brasil, tornam-se focos prioritários da diplomacia do país nórdico. O relacionamento com a Rússia, também integrante do grupo denominado BRIC, sempre foi um tema central da política externa norueguesa, por razões históricas e pela vizinhança geográfica. Esse breve estudo servirá de introdução conceitual ao tratamento da evolução do relacionamento diplomático entre o Brasil e

[121] Entrevista à UC Berkeley, 20 set. 2005.

Brasil_Noruega_último.indd 45 20/10/2011 12:36:12

a Noruega, em que determinadas características das políticas externas dos dois países se complementam e vêm gerando mais espaços de diálogo e cooperação bilateral.

2.1 – Período formador da política externa norueguesa

Nos últimos cem anos, a política externa norueguesa tem preconizado uma ordem mundial baseada no direito e na solidariedade. Como Estado relativamento pequeno, em posição geoestratégica na fronteira da Aliança Atlântica com a Rússia (e a ex-URSS), mas interessado em atuar em temas relevantes da agenda internacional – como a segurança energética, o meio ambiente, a solução de conflitos e o desenvolvimento –, a Noruega necessita de uma ordem internacional fundamentada no direito.[122] Esta era uma ideia clara na mente dos mais renomados atores da política externa norueguesa, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Knut Frydenlund (1927-1987): "Para um pequeno país como a Noruega é imperativo agir em conformidade com o direito internacional. Não se trata de uma questão de princípio ou de juridicismo. Vejo-a como verdadeiro realismo político".[123]

O professor Olav Riste, autor da obra de referência intitulada *História das relações exteriores da Noruega*, identifica três períodos de formação da política externa norueguesa: 1905-1910, quando tomou forma a clássica neutralidade norueguesa; o período entreguerras, quando a Noruega se envolve no manto de missionário, em defesa do direito internacional e do desarmamento; e a década de 1940, durante a qual o país se aliou às grandes potências e participou ativamente na reorganização do poder internacional, no contexto da Organização das Nações Unidas e da OTAN.[124]

Somente no início do século XX, com a dissolução da União com o Reino da Suécia, que pôs fim a mais de 500 anos de domínio pelas Coroas sueca ou dinamarquesa, a Noruega passou a contar com diplomacia e serviço exterior próprios. A reivindicação de um serviço exterior independente e a decisão do Parlamento norueguês de instituir

[122] RISTE, Olav. *Norway's foreign relations*: A history. Oslo: Universitetsforlaget, 2005. p. 69.
[123] NYHAMAR, Tore. Norske nasjonale interesser. In: *Internasjonal Politikk*, Oslo, v. 65, n. 3, nov. 2007.
[124] RISTE, op.cit., pp. 69-159.

Brasil_Noruega_último.indd 46 20/10/2011 12:36:12

uma rede autônoma de consulados, rechaçada pelo monarca sueco, foram, segundo os historiadores,[125] algumas das causas diretas da declaração de independência, em 7 de junho de 1905. A necessidade de, primeiro, organizar a separação da Suécia de forma pacífica, e, em seguida, obter o seu reconhecimento pelas grandes potências, teria levado o novo Estado da Noruega a optar por uma política externa de "neutralidade clássica", combinada com uma política ativa de promoção dos interesses da nação no comércio exterior e na navegação marítima.

Finda a Primeira Guerra Mundial, o objetivo da Noruega, como parte do acordo de paz, foi obter o reconhecimento de sua soberania sobre o arquipélago de Svalbard, no Círculo Polar Ártico, rico em carvão e base tradicional das atividades de pesca oceânica. A Conferência de Paz proclamou "soberania total e irrestrita" sobre o arquipélago, com duas reservas: os nacionais dos Estados signatários do tratado se beneficiariam, em igualdade de direitos, da exploração dos recursos econômicos do arquipélago, e as ilhas não poderiam ser utilizadas para "fins bélicos". O tratado foi assinado formalmente pela Noruega em fevereiro de 1920 e obteve adesão de 45 outros países.[126]

A criação da Liga das Nações, em 1920, representou uma mudança histórica e o início do ativismo norueguês para a criação de organizações dedicadas à segurança coletiva e à ajuda humanitária. Muito se deveu à estatura política e à personalidade dominante de Fridtjof Nansen (1861-1930), tanto na Noruega como no exterior.[127] Cientista e explorador polar de fama internacional, Nansen tornou-se o primeiro Alto Comissário para Refugiados, tendo coordenado, entre outros, o repatriamento de cerca de 450.000 prisioneiros de guerra, de 26 países, e instituído o chamado "Passaporte Nansen" para refugiados. As intervenções humanitárias de Fridtjof Nansen ajudaram a criar uma

[125] I bid., p. 62 e DAGRE, Tor. Norway after 1905. *Royal Ministry of Foreign Affairs*, Oslo, 2008.

[126] Celebrado em Paris, em 9 de fevereiro de 1920, originalmente pela Noruega, Estados Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e domínios britânicos de ultramar, Dinamarca, França, Itália, Japão, Países Baixos e Suécia, o Tratado de Spitsbergen conta com a adesão de quarenta países: Afeganistão, África do Sul, Albânia, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chile, China, Egito, Espanha, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Índia, Islândia, Mônaco, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Dominicana, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suíça, Venezuela (três países da América do Sul).

[127] HUNTFORD, Roland. *Fridtjof Nansen* (trad. de Jan Christensen). Oslo: Aschehoug, 2003.

Brasil_Noruega_último.indd 47 20/10/2011 12:36:12

tradição norueguesa de assistência internacional e ilustram um aspecto central do envolvimento internacional da Noruega ainda hoje.[128]

A opção norueguesa pela neutralidade sofreu golpe mortal quando, em 9 de abril de 1940, as forças nazistas atacaram a Noruega e, após dois meses de combates, deram início ao período de ocupação do país, um dos mais longos da II Guerra Mundial.[129] A extensa frota mercante norueguesa que escapou ao controle alemão foi uma contribuição essencial para o esforço aliado de transporte e abastecimento.[130] Fontes do governo britânico estimaram que 40% da gasolina destinada ao Reino Unido foram transportados por navios-tanques noruegueses. Em terra, a resistência norueguesa se destacou em bem-sucedidas operações secretas que impediram a produção de armamento nuclear pela Alemanha nazista, à frente dos Estados Unidos.[131]

2. 2 – Atlanticismo "com reservas"

Tendo como premissa básica a constatação de que as nações europeias não mais seriam capazes de se manter isoladas da influência e do jogo político das grandes potências no pós-guerra, a delegação norueguesa à Conferência de São Francisco, em 1945, adotou uma linha de atuação "realista" na aceitação da posição predominante das grandes potências como principais responsáveis pela paz e segurança internacionais. Com Trygve Lie na chefia da delegação e, posteriormente, na função de presidente da Comissão encarregada da redação dos dispositivos da Carta sobre o Conselho de Segurança, a Noruega argumentou que a questão do veto deveria ser encarada, não como uma questão jurídica, mas sim como uma necessidade de "engenharia política", em favor da colaboração entre as grandes potências na busca de uma solução pacífica. Esta aceitação de uma posição privilegiada para as grandes potências foi, por outro lado, acompanhada de empenho diplomático

[128] STØRE, Jonas Gahr. Fridtjof Nansen Memorial Lecture. Elizabeth Rose Hall, UNU, 25 out. 2007.

[129] A Noruega permaneceu ocupada até a capitulação da Alemanha.

[130] Mais de 1.000 embarcações, somando 4 milhões de toneladas.

[131] HOWARTH, David. *The Shetland bus*. A classic story of secret wartime missions across the North Sea. Lerwick: The Shetland Times Press, 2005.
MEARS, Ray. *The real heroes of Telemark*. The true story of the secret mission to stop Hitler's atomic bomb. London: Coronet Books, 2003.

Brasil_Noruega_último.indd 48 20/10/2011 12:36:12

para fortalecer a posição da Corte Internacional de Justiça, na esperança de fazer a sua jurisdição obrigatória.[132]

A escolha de Trygve Lie como primeiro Secretário-Geral da Organização (1946-1953) cimentou as bases da política externa da Noruega em relação ao multilateralismo e à promoção da paz no âmbito das Nações Unidas. Assim, uma das prioridades da diplomacia norueguesa tem sido contribuir para o reforço das atividades de prevenção e de solução de conflitos, além das próprias operações de manutenção da paz. Desde 1950, mais de 50 mil noruegueses serviram em forças das ONU.[133] A Noruega chegou a ser, em 2006, o sétimo maior contribuinte para as Nações Unidas e o quinto maior para as operações de paz.[134]

Por sua vez, a adesão à OTAN significou uma mudança de rumo na história da Noruega: em primeiro lugar, os EUA passaram a ser a principal referência para a segurança da Noruega; em segundo lugar, a cooperação atlântica motivou esforço de rearmamento pela via do programa estadunidense de assistência militar. Se, nos mapas mais usuais da Europa, a Noruega parece ocupar uma posição periférica, por outro lado, uma projeção polar do planeta, visto do Norte, evidencia a situação estratégica deste país, na linha de menor distância entre os Estados Unidos e a então URSS.

Não obstante sua opção pela Aliança Atlântica, na prática, o governo trabalhista procurou excluir certos aspectos desta cooperação, como o estacionamento de forças aliadas no território norueguês, tendo presente a fronteira comum com a União Soviética e a preocupação com uma atitude soviética mais assertiva em relação ao Arquipélago de Svalbard. O historiador Berge Furre qualificou a postura norueguesa de "atlanticismo com reservas".[135] Em dezembro de 1945, o embaixador norte-americano em Oslo teria feito o seguinte comentário sobre a política exterior da Noruega: "pro-UN to the greatest extent she can;

[132] RISTE, op. cit., p. 62.
[133] <http://www.hansemun.de/fileadmin/hansemun/dokumente/hansemun/Norway_Peacekeeping.pdf>.
[134] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009):* Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 147.
[135] FURRE, op.cit., p. 262.

Brasil_Noruega_último.indd 49 20/10/2011 12:36:12

pro-US to the greatest extent she dares; and pro-Soviet to the extent she must".[136]

Simultaneamente, Halvard Lange, Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1945 a 1965, também buscou conferir à Aliança um conteúdo político mais amplo, de promoção da paz e da *détente,* além da função militar.[137] Lançava as bases para a função de *bridge-building* que iria caracterizar a política externa norueguesa durante a Guerra Fria.[138]

Dada sua posição geoestratégica, a Noruega tornou-se uma área privilegiada para operações de inteligência. Quando, em maio de 1960, a aeronave U-2 pilotada por Gary Powers foi abatida sobre território soviético, o Kremlin lançou ameaças de retaliação contra a Noruega, por servir de base de apoio para voos de espionagem norte-americanos, alegando "o direito de iniciar qualquer medida contra estas bases e aeroportos, até que nada mais se mantenha em pé".[139]

No pós-Guerra Fria e na atualidade, a OTAN continua sendo a pedra angular da concepção norueguesa de segurança. A Noruega contribuiu para as forças da Aliança de manutenção da paz na Bósnia (IFOR/ SFOR) e no Kosovo (KFOR). Mantém cerca de 700 efetivos militares e civis no Afeganistão (ISAF). Em 2003, a Noruega não apoiou os EUA e seus aliados na guerra contra o Iraque, pelo fato de a operação militar carecer do aval da ONU.

2.3 – Idealismo na política externa

A partir dos anos 1970, os temas dos direitos humanos e da ajuda ao desenvolvimento passaram a ocupar posição de destaque na diplomacia norueguesa, primeiramente no contexto das missões de paz relacionadas com os processos de descolonização nos continentes africano e asiático. A tradição dos esforços humanitários de Fridtjof Nansen na década de 1920 foi reforçada pelos ideais de solidariedade universal defendidos pela social-democracia nórdica, na sua fase áurea de consolidação, como visto no capítulo 1.

[136] ATLANTERHAVSKOMITEEN. Veien til Atlanterhavspakten i 1949, 50 aar av Atlanterhavskomiteen. Disponível em: <http://www.atlanterhavskomiteen.no>.
[137] FURRE, op. cit., p. 262.
[138] RISTE, op. cit., p. 185.
[139] RISTE, op. cit., pp. 219-221.

Brasil_Noruega_último.indd 50 20/10/2011 12:36:12

Nesse contexto, tanto a opinião pública como as organizações assistenciais norueguesas, muitas das quais de confissão religiosa,[140] passaram a desempenhar papel complementar à diplomacia oficial, e a Noruega reencontrou seu "espírito missionário", por exemplo, na "causa" de Biafra, na crítica em relação à guerra no Vietnã (a Noruega foi o primeiro país da OTAN a reconhecer o Vietnã do Norte, em 1971) e nos esforços, por intermédio da Internacional Socialista, de democratizar o governo sandinista na Nicarágua.[141] O governo norueguês adquiriu, paulatinamente, posição de destaque entre os maiores doadores *per capita* de ajuda internacional.

Um acontecimento marcante – o golpe contra o governo de Salvador Allende[142] – e uma iniciativa internacional de ampla envergadura – a presidência da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pela ex-Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland – definiram o período.[143]

Datam de meados dos anos 1970 os esforços noruegueses para maior envolvimento na mediação do conflito israelo-palestino, os quais desembocaram, finalmente, no chamado "Processo de Oslo" e firmaram a reputação internacional da Noruega como "facilitador" de condições para a paz.

2.4 – Período pós-Guerra Fria

Com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento da União Europeia, pelo Tratado de Maastricht, em 1993, a política externa da Noruega acusou várias novas tendências, mas também conservou muitos traços tradicionais.[144]

Em 1989, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentou ao Parlamento uma nova proposta de política externa,[145] sob a premissa de que, a fim de ter "influência real", a Noruega deveria concentrar

[140] Reunidas na ONG Ajuda da Igreja da Noruega.
[141] RISTE, op. cit., p. 261.
[142] O ex-Chanceler Thorvald Stoltenberg refere-se, em seu livro de memórias, a 1973 como "o ano que marcou seu destino". STOLTENBERG, op. cit., p. 143.
[143] Entrevista do autor com Thorvald Stoltenberg em 2 dez. 2009.
[144] BLAKKISRUD, Helge. La politique étrangère de la Norvège au XXe siècle. Oslo, 2000. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/dok/tidsskrift_og_nyhetsbrev/2000/la-politique-etrangere-de-la-norvege-au-.html?id=425723>.
[145] "Tendências na sociedade internacional e seus efeitos sobre política externa norueguesa".

Brasil_Noruega_último.indd 51 20/10/2011 12:36:12

esforços em áreas de especial competência, experiência, tradição ou de maior disponibilidade de recursos. Foi acompanhada de uma lista de "zonas de esforço especial", que incluía promoção da paz, ajuda ao desenvolvimento e proteção do meio ambiente, entre outras – áreas, aliás, em que a Noruega efetivamente obteve reconhecimento internacional durante a década de 1990.

O chamado Relatório Brundtland abriu caminho para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, bem como para o amplo consenso em torno da "Agenda 21". Com o retorno dos trabalhistas ao poder em Israel e pela via dos contatos pessoais de políticos noruegueses com líderes israelenses e palestinos – Yitzhak Rabin e Shimon Peres eram amigos de longa data do Chanceler Thorvald Stoltenberg[146] –, as conversações entre representantes israelenses e palestinos tiveram início em condições de extremo sigilo em janeiro de 1993, em Oslo, e continuaram, apesar das crises recorrentes, até o acordo sobre uma "Declaração de Princípios", em agosto daquele ano, em cerimônia formal de assinatura nos jardins da Casa Branca. O Processo de Oslo e o acordo de paz entre Israel e a OLP confirmaram a posição da Noruega como importante ator no Oriente Médio.

No espaço europeu, contudo, o referendo realizado em 1994, em que os noruegueses rejeitaram, pela segunda vez, o ingresso do país na União Europeia, colocou sério obstáculo para a promoção de políticas pró-europeias por todos os governos de centro-direita e sociais-democratas que se seguiram.[147] A rejeição encontraria suas raízes na vertente isolacionista da formação da identidade nacional, bancada, desta vez, pela nova riqueza petrolífera. Apesar do alto grau de inserção da Noruega nas políticas e nos programas da UE, a cooperação regional da Noruega tem-se enquadrado, desde então, no Acordo sobre a Área Econômica Europeia e nos arranjos dentro dos limites da Europa setentrional – inclusive Rússia e Estados do Mar Báltico –, como o Conselho Nórdico, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e a Região Euro-Ártica do Mar de Barents.

[146] Entrevista do autor com Thorvald Stoltenberg em 2 dez. 2009.

[147] ANDERSEN, Svein S. Norway: insider and outsider. In: Advanced research on the europeanisation of the Nation-State (Arena), *Working Paper nº 4*, feb. 2000.

Brasil_Noruega_último.indd 52 20/10/2011 12:36:12

2.5 – Política externa norueguesa na atualidade

Em 2005, ao assumir o cargo, o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg enunciou os três princípios que passariam a reger a ação do seu governo em política externa: (i) apoio continuado ao desenvolvimento do sistema jurídico internacional, mediante o fortalecimento e a reforma do sistema das Nações Unidas; (ii) manutenção e aprofundamento das relações com aliados estratégicos (OTAN) e parceiros políticos e econômicos (dentro da Área Econômica Europeia e na União Europeia, além dos vizinhos escandinavos); e (iii) promoção da paz e do desenvolvimento econômico e social.

Praticamente, o governo Stoltenberg reafirmava as linhas mestras da política externa da Noruega, com a inclusão de dois pontos trazidos pelo novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre: as relações estratégicas no chamado "Alto Norte"[148] e a promoção da saúde global como tema de política externa,[149] no quadro dos esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Campanha Global de Combate à Fome e à Pobreza, lançada por Brasil, Chile e França, nas Nações Unidas.

O último exercício abrangente de reflexão sobre a política exterior da Noruega havia ocorrido em 1989, ainda no período de extinção da Guerra Fria. Em setembro de 2007, o Chanceler Støre lançou o projeto *Refleks* – "Reflexões sobre Globalização e Interesse Nacional" –, com o objetivo de repensar as prioridades da diplomacia do país. Ao longo de quase dois anos, setores do governo e da sociedade, inclusive especialistas estrangeiros, participaram de um programa de seminários temáticos, concluído com a publicação de coletânea de artigos em seis volumes e do relatório *Interesses noruegueses: política externa para um mundo globalizado*.[150] A opção pela consulta pública foi ressaltada como reflexo da complexidade e abrangência dos fenômenos internacionais sobre as mais variadas esferas da sociedade, bem como pela necessidade de conferir maior legitimidade à política externa.

---

[148] O termo "Alto Norte" inclui áreas da Rússia e dos países nórdicos que participam da cooperação nas regiões euro-árticas do Mar de Barents, do Mar da Noruega e ao sul do Oceano Ártico.
[149] Støre foi Chefe do Gabinete de Gro Harlem Brundtland na Organização Mundial da Saúde (1998-2000) e Secretário-Geral da Cruz Vermelha Norueguesa (2003-2005).
[150] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 53 20/10/2011 12:36:12

2.5.1 – "Interesses, responsabilidades e possibilidades"

Em março de 2009, o governo submeteu ao Parlamento o "Livro Branco" que delineia os principais elementos da política externa norueguesa atual.[151] O documento "Interesses, Responsabilidades e Possibilidades" apresenta análise do "horizonte de política externa em rápida mudança" e ressalta o impacto sobre a Noruega de diversos aspectos da "globalização, que dilui a fronteira entre políticas externa e interna". Oferece uma plataforma para o posicionamento da Noruega frente aos "novos, exigentes e complexos desafios globais".

A ênfase no conceito de "interesses", reiterada nos termos de referência do projeto, no seu documento final e no título da própria mensagem ao Parlamento, reflete a busca de reequilíbrio da política externa norueguesa, entre suas tradições de *realpolitikk* e de *idealpolitikk.* Visaria, sobretudo, à superação do período em que a Noruega se identificava como "superpotência humanitária", personalizada na atuação de Jan Egeland no cargo de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1990 e 1997, antes de assumir as funções de Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários. Nas palavras do Ministro Jonas Gahr Støre, "Temos de ter coragem de discutir os nossos próprios interesses no mundo. Precisamos estar mais conscientes das formas como os vários objetivos da sociedade norueguesa e nossas necessidades são desafiados pelo fenômeno da globalização e como podem ser melhor salvaguardados".[152]

As prioridades da política externa atual da Noruega estão agrupadas em sete áreas de atuação, assim resumidas:

i) segurança – a OTAN permanece a pedra angular da política de segurança da Noruega e, nesse contexto, o governo considera a promoção de um quadro estável de segurança no Alto Norte como contribuição relevante para a segurança global e para a integridade territorial do país. Simultaneamente, a evolução do quadro geopolítico em diversas regiões do globo gera incertezas e ameaças imprevisíveis. Como assinala o

[151] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009):* Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009.
[152] Ibid. Impresso na contracapa da obra.

Brasil_Noruega_último.indd 54 20/10/2011 12:36:12

Chanceler, "o envolvimento da Noruega no Afeganistão é uma das mais importantes ações de política exterior […] Esse conflito gera questões de segurança e de estabilidade que atingem a Noruega";[153]

ii) política de engajamento – a promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos, a redução da pobreza, a prestação de assistência humanitária, os esforços para a paz e a reconciliação permitem explorar os aspectos positivos da globalização e atenuar seus efeitos negativos. A ação norueguesa fundamenta-se no altruísmo e no interesse comum da humanidade. Ao mesmo tempo, as mudanças operadas pela globalização transformam cada vez mais a construção da paz e a promoção universal dos direitos humanos em elementos de realpolitikk. Nas palavras do Ministro Støre, "[a] Noruega é política e economicamente uma nação de excedentes. Temos uma parcela de responsabilidade para criar um mundo melhor";[154]

iii) economia – a globalização aumenta os desafios para o bem-estar econômico da Noruega, uma vez que os interesses empresariais noruegueses se tornaram efetivamente globais. A crise financeira e outros aspectos negativos da globalização demonstram a necessidade de maior controle e regulação da economia internacional. Da perspectiva norueguesa, o crescimento dos países BRIC é avaliado de forma muito positiva. Fala-se de um "triplo efeito" desses países sobre o mercado, a produção e a competitividade da economia da Noruega: em primeiro lugar, o consumidor norueguês obtém acesso a bens de consumo a preços reduzidos; em segundo lugar, crescem as exportações noruegueses de petróleo e derivados para aqueles países, assim como as de produtos de alta tecnologia e de serviços de transporte marítimo; por último, tendo em vista a estrutura da sua indústria, intensiva em capital e tecnologia, a Noruega considera-se menos vulnerável pelos efeitos da concorrência mundial em produtos intensivos em mão de obra;

[153] STØRE, Jonas Gahr. *Å gjøre en forskjell*: Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008. p. 257.
[154] Ibid., p. 13.

Brasil_Noruega_último.indd 55 20/10/2011 12:36:12

iv) energia – a complexa conjuntura em matéria de segurança energética gera desafios para a Noruega e aumenta a importância dos recursos energéticos do país. Como segundo exportador de gás para a Europa, quinto exportador mundial de petróleo e sexto produtor de energia hidrelétrica, a principal contribuição da Noruega para a segurança energética está em assegurar o abastecimento estável de petróleo e gás para os mercados mundiais, e ajudar a garantir que os recursos naturais não estejam sujeitos a disputas políticas e geopolíticas. O Ministro Støre comenta que "a energia tornou-se uma questão mais importante para a segurança do que a política de defesa tradicional"[155] ao tempo em que, "entre países produtores de petróleo, estamos em um grupo de Estados que não conhecemos muito bem, com os quais temos pouco ou quase nenhum contato, e poucas – se houver – semelhanças em termos de sociedades".[156] O documento confirma o Alto Norte como uma das prioridades da diplomacia norueguesa, em particular as relações de vizinhança com a Rússia, em uma região marinha de alto valor estratégico para a OTAN e vastas reservas de hidrocarbonetos;[157]

v) clima e meio ambiente – as ameaças ao ecossistema global afetam diretamente a Noruega, em função de seu posicionamento geográfico setentrional e de seus interesses comerciais na pesca oceânica, influenciada pela corrente do Golfo. As alterações climáticas, ameaças à biodiversidade, disseminação de substâncias perigosas e químicas, riscos de centrais nucleares russas próximas à fronteira norueguesa, riscos de emissões e de poluição ao longo da costa constituem desafios-tarefas para a diplomacia norueguesa. A mudança do clima confere às regiões polares maiores visibilidade e peso, bem como a responsabilidade de garantir a gestão sustentável do Ártico. Daí o continuado interesse da Noruega na consolidação de um regime global para o meio ambiente;

[155] Ibid., p. 59.
[156] Ibid., p. 61.
[157] A US Geological Survey (USGS) estima que a região ao norte do Círculo Polar Ártico contenha 25% das reservas de petróleo e gás não descobertas. A maior parte estaria situada abaixo da plataforma continental da Rússia e na seção reivindicada pela Rússia no Ártico.

Brasil_Noruega_último.indd 56 20/10/2011 12:36:12

vi) ordem internacional – interessa à Noruega fortalecer o sistema multilateral e o primado do direito internacional.[158] Devido às novas circunstâncias geopolíticas, a Noruega deverá trabalhar ativamente com mais países e atores para reformar e fortalecer a ONU e as instituições regionais e globais. O governo norueguês prevê crescente tensão com relação à legitimidade e à representatividade das instituições internacionais, bem como em relação a sua eficácia. De acordo com o documento, acelera-se a mudança de poder mundial em favor de países como China e Índia. Nessa perspectiva, "a ascensão do Brasil como parceiro no relacionamento com outros países tradicionalmente influentes torna-o um país importante também para a Noruega, em especial na cooperação sobre clima e meio ambiente, na negociação de novo acordo na OMC, no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial";[159]

vii) desafios operacionais – a fim de responder à crescente complexidade do mundo atual, o governo adotou o "princípio da dupla prioridade", segundo o qual deve ser considerado, em primeiro lugar, em que medida os interesses noruegueses são afetados por um determinado processo internacional, e, em segundo lugar, em que medida a atuação da Noruega pode "fazer a diferença" em casos específicos (a expressão é título do livro de reflexões pessoais do Ministro Jonas Gahr Støre, publicado em 2009).[160]

A política exterior norueguesa não deixa, contudo, de apresentar "paradoxos"[161] ou "dilemas",[162] reconhecidos como graves problemas para sua diplomacia pública, como a incompatibilidade da tradição baleeira com o elevado grau de compromisso com o meio ambiente e a preservação ecológica, ou a dupla responsabilidade de exportar petróleo e gás para o mercado mundial e de defender a redução das emissões de CO_2 a partir dessas mesmas fontes de energia. Alguns

[158] STØRE, op. cit., p. 235.
[159] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009)*: Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 35.
[160] STØRE, op. cit.
[161] STØRE, op. cit., p. 25.
[162] Ibid., p. 59.

Brasil_Noruega_último.indd 57 20/10/2011 12:36:12

comentaristas consideram uma "questão crítica" a parceria da Noruega com países não democráticos, motivada por seus interesses comerciais, como potência petrolífera: "Até que ponto o interesse comercial afeta o diálogo político da Noruega com esses países? Qual o limite de tolerância do governo russo em relação às críticas norueguesas sobre violações de direitos humanos? Estaria sendo a Noruega consistente na promoção dos direitos humanos em países africanos em maior grau do que na Arábia Saudita e no Cazaquistão?".[163]

2.5.2 – Cooperação para o desenvolvimento

Na estrutura de governo da Noruega, o ministro da Cooperação para o Desenvolvimento exerce suas funções constitucionais com o apoio da administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao assumir também a pasta do Meio Ambiente, o Ministro Erik Solheim aproximou ainda mais a relação entre política para o desenvolvimento internacional e política climática, subjacente à política exterior norueguesa desde a gestão da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland. Assim, "a luta contra a pobreza e a mudança climática representam o maior desafio para o mundo de hoje e, por conseguinte, devem desempenhar papel central na política externa norueguesa".[164]

No novo "Livro Branco" sobre a política de desenvolvimento – "Clima, Conflito e Capital"[165] – apresentado ao Parlamento em fevereiro de 2009, o governo norueguês afirma que os objetivos e instrumentos da política externa *stricto sensu* e da política de desenvolvimento estão cada vez mais interligados. Ressalta, também, a importância de uma política coerente para o desenvolvimento, no sentido de que a ação norueguesa deva, como um todo, promover o crescimento econômico e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Estima que as mudanças climáticas, os conflitos violentos e a falta de capital representam os principais desafios na luta mundial contra a pobreza. Atribui importância ao conceito,

[163] LUNDE, Leiv; THUNE, Henrik et al. *Norske interesser.* Utenrikspolitikk for en globalisert verden. Grunnlagsrapport fra Utenriksdepartementet Refleksprosjekt. Oslo: Cappelen Damm, 2008. pp. 209-210.
[164] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 13 (2008–2009)*: Klima, konflikt og kapital. Norsk utvikling politikk i et endret handlingsrom. Oslo: UD, 2008. Introdução.
[165] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 58 20/10/2011 12:36:12

controverso, de bens públicos mundiais (cita o clima estável, a paz e a segurança internacionais, o controle de doenças infecciosas e o bom funcionamento do mercado financeiro mundial), mas salienta o desafio relacionado à atribuição de responsabilidades e a repartição de ônus pelo seu financiamento.

São definidas como áreas prioritárias da atuação da Noruega em favor do desenvolvimento:

i) promoção e financiamento do uso de energias limpas para o desenvolvimento econômico;
ii) preservação das florestas tropicais;
iii) apoio à resolução de conflitos e à construção da paz, em países pobres e vulneráveis, tendo em vista que os conflitos violentos agravam a situação de pobreza, debilitam a administração do Estado e prejudicam o desenvolvimento socioeconômico;
iv) melhor gestão nacional dos recursos naturais e melhor controle das receitas derivadas de sua exploração, em países expostos à corrupção, ao crime organizado e à fuga de capitais; e
v) coordenação estratégica com outros doadores e os diversos canais de assistência internacional com vistas à maior eficácia no terreno e melhoria da relação custo-benefício da ajuda financeira.

O documento reafirma o interesse do governo de priorizar a ajuda oficial bilateral nas áreas de particular competência norueguesa, inclusive quando complementada por formas de parceria com outros países provedores de assistência, como no caso do Brasil, em relação a Angola e Guiné-Bissau,[166] e de Cuba, no envio de equipes médicas para países da África Central e para o Haiti.[167] Nos demais casos, a ajuda deverá ser canalizada através das agências multilaterais.

[166] Memorando de Entendimento para a Cooperação entre o Governo do Brasil e o Reino da Noruega com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola e da Guiné-Bissau, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2007.
[167] Em cooperação com o governo de Cuba.

Brasil_Noruega_último.indd 59 20/10/2011 12:36:13

2.5.3 – A questão da integração europeia

A Noruega se destaca por não pertencer à União Europeia, com base em inequívocas manifestações da vontade popular. Em 1972[168] e, novamente, no referendo realizado em 1994,[169] os noruegueses rejeitaram o ingresso do país na Comunidade Europeia. Recente pesquisa de opinião aponta 52,8% da população contrária à adesão, 35,2% a favor e 12% de indecisos.[170] Como assinala o historiador e Secretário do Comitê Nobel da Paz, Geir Lundestad, "o que há de importante sobre a Noruega é que a Noruega não integra a UE".[171]

Como membro da Associação Europeia de Livre-Comércio (AELC), as relações da Noruega com a União Europeia estão baseadas no acordo constitutivo da Área Econômica Europeia (AEE), que reagrupa os países membros da UE e da AELC. No marco da AEE, a Noruega implementa praticamente os mesmos princípios e as mesmas regras da Europa comunitária sobre a livre-circulação de bens, serviços, capital e pessoas, inclusive política de concorrência, de incentivos e ajudas estatais e de cooperação no âmbito do Acordo de Schengen. Estão, porém, excluídos do mercado comum os setores agropecuário e da pesca, bem como os serviços de saúde e de seguridade social.

A Noruega exime-se, ainda, de transferências líquidas de recursos para o orçamento de Bruxelas, que seriam muito superiores à contribuição anual de EUR 130 milhões (em 2008), e à quantia de EUR 1,3 bilhão destinada, entre 2004 e 2009, para o fundo de equalização socioeconômica dos membros mais recentes da União Europeia.[172]

Há um sentimento nos meios político e acadêmico de que a Noruega enfrenta um dilema em relação à União Europeia: ao permanecer fora da UE, a Noruega logra reter maior autonomia de governo, mas exerce pouca influência sobre os parâmetros que definem políticas e regulamentos essenciais para a prosperidade econômica do país.[173] O

[168] Por 53,5% de votos contrários à adesão à CEE.
[169] Por 52,2% de votos contrários à adesão à UE.
[170] Pesquisa de opinião da agência Norstat, divulgada no jornal *Aftenposten* de 4 set. 2009.
[171] Entrevista à UC Berkeley, 20 set. 2005.
[172] ROYAL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Norway and the EU*. Oslo: UD, 2008. pp. 11 e 18.
[173] Em 1994, o acordo sobre a Àrea Econômica Europeia (EEA) continha 1.500 dispositivos legais da CEE; em 2005, incorporava mais de 6.000 diretivas e regulamentos da União Europeia.

Brasil_Noruega_último.indd 60 20/10/2011 12:36:13

tema da adesão à União Europeia tem sido considerado a mais longa e a mais controversa questão política na história norueguesa do pós-guerra. Os governos trabalhistas dos Primeiros-Ministros Trygve Bratelli e Gro Harlem Brundtland perderam os dois referendos realizados em 1972 e 1994, respetivamente, assim como duas coalizações de centro-direita se desfizeram em razão de antagonismos sobre a matéria.

Para Olav Riste, a situação atual das relações com a União Europeia reflete uma dicotomia que tem estado presente ao longo do século XX: a combinação do isolacionismo político com o internacionalismo econômico (o mercado da UE responde por cerca de 82% das exportações e 69% das importações norueguesas). Até agora, essas duas vertentes da política externa teriam sido capazes de manter uma "convivência desconfortável".[174]

Na opinião do historiador e secretário do Comitê Nobel, Geir Lundestad, a preocupação básica da Noruega residiria em encontrar arranjos institucionais especiais e soluções *sui generis*, como no caso da participação do país na OTAN, sem contudo permitir o estabelecimento de bases militares estrangeiras em seu território.[175]

Enfim, para Svein Andersen, um dos principais objetivos da Noruega é o de preservar o *status quo* tanto quanto possível, mantendo-se "dentro e fora" da União, combinando autonomia em política externa com a capacidade de participar em diversas áreas de cooperação da UE, através de acordos institucionais.[176]

Apesar de favorecer o ingresso da Noruega na União Europeia, o Partido dos Trabalhadores resignou-se, por força dos partidos menores da coalizão (Socialista e do Centro, de base rural), a afirmar na Plataforma de Governo para 2009-2013 que o país "não irá propor adesão à UE".

2.5.4 – Relacionamento com a América Latina

Durante a primeira metade do século XX, a Noruega manteve relações diplomáticas e econômico-comerciais limitadas com a América

[174] RISTE, Olav. Facing the 21 century: new and old dilemmas for Norwegian foreign policy. *Security Policy Library*, Oslo, n. 13, 2001.
[175] LUNDESTAD, Geir. *Hovedlinjer i internasjonal politikk 1945-1985*. Oslo: Universitetsforlaget, 1996.
[176] ANDERSEN, op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 61 20/10/2011 12:36:13

Latina, à exceção dos serviços de navegação marítima. Após a Segunda Guerra, como membro da OTAN, procurou manter-se fiel à política dos EUA para a América Latina e não desenvolveu uma postura autônoma em relação ao continente.[177]

No entanto, nos anos 1960, governos noruegueses começaram a manifestar nos foros das Nações Unidas e da OTAN seu desacordo com os envolvimentos norte-americanos na região, em especial quanto às sanções estadunidenses a Cuba e à intervenção militar dos EUA na República Dominicana em 1965.[178]

A contar da década de 1970, as relações entre a Noruega e países latino-americanos passaram a inserir-se no quadro da "política de engajamento" dos governos noruegueses, com foco em direitos humanos, comunidades indígenas e processos regionais de paz. Nesses anos, alguns poucos pesquisadores do Instituto Internacional para a Pesquisa da Paz (PRIO) em Oslo, tinham produzido trabalhos sobre Brasil, Argentina, Venezuela esobretudo Chile, pela repercussão do golpe contra Salvador Allende e o exílio de acadêmicos chilenos.[179]

No final dos anos 1980, o Conselho de Pesquisa da Noruega encomendou a um grupo de pesquisadores um primeiro relatório sobre o estado do ensino e da pesquisa acadêmica na Noruega sobre a América Latina. Até a virada do século, tais estudos permaneceram centrados nas iniciativas de mediação na América Central, com ênfase nos esforços noruegueses para a conclusão do acordo de paz de 1996, na Guatemala.[180]

Ao assumir em 2005 a pasta da Cooperação Internacional, vinculada à estrutura dos Negócios Estrangeiros, o Ministro Erik Solheim determinou a criação de grupo de trabalho com o objetivo de implementar uma diplomacia mais diversificada para a região, para além da mediação em processos de paz, tendo em vista, sobretudo, o potencial de adensar o relacionamento da Noruega com "países de

[177] STØLEN, Kristi Anne. Research on Latin America in Norway. In: *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 72, abr. 2002. p. 161.

[178] Ibid., p. 161.

[179] Discurso de Kristi Anne Stølen na inauguração da Rede Norueguesa de Pesquisa sobre a América Latina – NorLARNet.

[180] Vegard Bye, autor de obras sobre os conflitos na América Central, escreveu também o ensaio sobre "A Noruega e a América Latina" na obra de referência sobre política externa norueguesa de Torbjørn L. Knutsen et al. (red.) *Norges utenrikspolitikk.* Oslo: Cappelen Akademisk, 1997. p. 376-395.

Brasil_Noruega_último.indd 62 20/10/2011 12:36:13

tendência social-democrata",[181] como o Brasil e o Chile, sobre temas na esfera bilateral (responsabilidade corporativa e diálogo social) e de natureza global (desenvolvimento sustentável e apoio à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Foram, então, verificadas não apenas a ausência de tradição de pesquisa sobre a América Latina como, principalmente, a falta de uma percepção atualizada do quadro político, da evolução econômica e das mudanças sociais ocorridas ou em curso nos países latino-americanos, que pudesse embasar uma orientação diplomática abrangente e de longo prazo.[182]

O processo resultou na criação de uma Rede de Pesquisa na Noruega sobre a América Latina (NorLARNet), sob gerenciamento do Centro para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (SUM) da Universidade de Oslo.[183] A NorLARNet tem como objetivos: (i) servir de ponto focal para o intercâmbio entre os estudiosos e pesquisadores da Noruega e da América Latina; (ii) facilitar a coordenação entre grupos de pesquisadores sobre temas vinculados à região; (iii) reunir base de dados sobre a América Latina na Noruega; e (iv) organizar eventos e publicações.

Atualmente, o governo norueguês verifica que "cresce a autoconfiança da América Latina, com o Brasil na liderança".[184] Reconhece as "grandes mudanças" que têm ocorrido no continente, tanto na esfera interna de cada país – como o crescimento econômico, a superação das altas taxas de inflação e a transição política pela via democrática – quanto no campo da integração regional, fato ressaltado, pela primeira vez, em documento da relevância da Mensagem ao Parlamento sobre Política Exterior.[185] A criação da UNASUL e o desenvolvimento do Banco do Sul, sinalizam, para o governo norueguês, "que a América Latina busca maior autonomia política e econômica, com ênfase nos

[181] Entrevista do autor com a Diretora do Departamento da América Latina no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hege Araldsen, em 8 jan. 2010.

[182] A chancelaria norueguesa identificou 237 professores universitários vinculados a pesquisas sobre a América Latina ou com instituições latino-americanas, desde antropologia até matemática. *Utredning av modeller for etablering av permanent kunnskapsmiljø på Latin-Amerika i Norge*. 2007.

[183] <http://www.norlarnet.uio.no/>.

[184] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009)*: Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 35.

[185] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 63 20/10/2011 12:36:13

princípios democráticos e no desenvolvimento social, e sem excessiva influência norte-americana".[186]

As implicações para a Noruega estão postas nos seguintes termos: "Da perspectiva norueguesa, uma América Latina pacífica, responsável e mais assertiva contribui positivamente para a ordem global e para os interesses comerciais noruegueses, especialmente no setor do petróleo. Tendo em vista que a Noruega possui, em geral, interesses comuns com muitos países da região, vê com interesse a integração na América Latina e sua cooperação com outros países do G-7. Na medida em que os países latino-americanos decidam resolver suas questões no âmbito de organizações regionais próprias, coloca-se para a Noruega o desafio de estabelecer novos canais de diálogo com aquelas estruturas regionais mais relevantes. A ascensão do Brasil como parceiro no relacionamento com outros países tradicionalmente influentes torna-o importante também para a Noruega [...]".[187]

O relacionamento econômico e comercial tem fortalecido os laços diplomáticos e políticos entre a Noruega e países da América Latina, sobretudo Brasil, Chile e México (nesses dois últimos casos, no contexto de acordos de livre comércio negociados como membro da AELC). As empresas norueguesas têm participação crescente na região e ocupam posição de destaque entre os principais investidores estrangeiros em setores da economia de vários países latino-americanos. Por exemplo, a Statoil participa de uma série de atividades petrolíferas no Brasil, na Venezuela, e no México, com ampla rede de fornecedores de serviços *offshore*. A Norsk Hydro realiza atividades de mineração e produção de alumínio no Brasil e na Argentina. A Yara é a segunda produtora e distribuidora de fertilizantes agrícolas na região. Pequenas e médias empresas norueguesas têm se destacado na Argentina e no Chile nas atividades de pesca e de aquicultura

O comércio da Noruega com a América Latina está concentrado em determinados produtos e países, sendo o Brasil responsável por 2/3 das exportações e metade das importações norueguesas da região, valores muito acima do intercâmbio com o Chile (6% e 17%, respectivamente) e a Argentina (2% e 4%).

[186] Ibid.
[187] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 64 20/10/2011 12:36:13

Excetuando o comércio com o Brasil, que será examinado no capítulo seguinte, o país nórdico adquire do Chile, principalmente, farinha de peixe, nitratos e vinhos finos e, da Argentina, uvas, vinhos finos e produtos de couro. Exporta máquinas, equipamentos elétricos e instrumentos de medição. Apesar da reduzida participação da América Latina no comércio exterior da Noruega (2%), a região assume importância como destino de investimentos diretos em setores-chave da economia nórdica, como a indústria *offshore* (no Brasil e na Venezuela, onde a Statoil investiu US$ 1 bilhão desde 1994, no projeto de Petroceño e na Plataforma Deltana);[188] pesca e aquicultura (20 empresas de produção, prestação de serviços e tecnologia para o cultivo do salmão estão presentes no Chile);[189] e hidroeletricidade (Brasil, Chile e Peru).[190]

2.5.5 - Estratégias em relação a China e Índia

Em 2007 e 2009, o governo norueguês lançou dois documentos de estratégica com relação à China e à Índia, respectivamente. Esses documentos contêm elementos úteis para identificar os objetivos e as prioridades da Noruega em países que aumentam seu "poder relativo e influência".[191] Trata-se, nos dois casos, de papéis sintéticos, que não excedem cinco páginas de texto, destinados a servir de base para a implementação de políticas de governo, não apenas pelos diversos ministérios e órgãos da administração pública, sob a coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas também em diálogo permanente com o Parlamento.

A "Estratégia do governo da Noruega para a China"[192] parte da constatação da crescente importância geopolítica, econômica e comercial que aquele país asiático vem assumindo nos contextos regional e mundial, com reflexos sobre a diplomacia e a economia norueguesas. São ressaltados, para a Noruega, os desafios de uma atuação mais firme da China no sistema das Nações Unidas, como membro permanente do Conselho de Segurança, além do interesse chinês de assegurar-se de

[188] <http://www.statoil.com/en/About/Worldwide/Venezuela/Pages/default.aspx>.
[189] Discurso do Príncipe-Herdeiro Haakon na visita oficial ao Chile em janeiro de 2008.
[190] Pela empresa SNPower.
[191] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009)*: Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 27.
[192] UTENRIKSDEPARTEMENTET. Regjeringens Kina-strategi. Oslo, UD, ago. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 65 20/10/2011 12:36:13

fontes de energia e de recursos minerais considerados imprescindíveis para o desenvolvimento econômico do país. A Estratégia estabelece quatro áreas de ação prioritária:

i) instituição de diálogo permanente sobre questões da agenda global, como desarmamento e não proliferação, prevenção de conflitos, manutenção da paz, comércio e desenvolvimento;
ii) ampliação dos negócios e dos investimentos de companhias norueguesas no mercado da China, por intermédio da negociação de acordo de livre comércio que garanta, entre outros, o respeito aos direitos de propriedade intelectual;
iii) promoção de entendimentos sobre desenvolvimento sustentável, mediante estabelecimento de mecanismos de consultas políticas sobre temas relacionados ao meio ambiente, mudança do clima e segurança energética (está em curso a negociação de um acordo sobre transferência de tecnologia em fontes renováveis de energia);
iv) promoção dos direitos humanos e da democracia.

A "Estratégia para cooperação com a Índia"[193] assinala como particularmente relevante para a Noruega o papel desempenhado por aquele país "em uma região em que a Noruega está muito presente", com esforços de mediação (Sri Lanka) e de construção da paz (Afeganistão), além da tradicional ajuda para o desenvolvimento.[194] São, ainda, mencionados os acordos de parceria estratégica da Índia com EUA, China e Rússia, bem como a instituição do Fórum de Diálogo trilateral com o Brasil e a África do Sul. O governo norueguês identificou as seguintes áreas prioritárias para seu relacionamento com a Índia:

i) fortalecimento do diálogo em questões globais, em especial o tema da mudança do clima,[195] à luz da participação da Índia no G-20;

[193] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Regjeringens strategi for samarbeidet mellom Norge og India*. Oslo, ago. 2009.
[194] Note-se que paquistaneses e iraquianos constituem, respectivamente, a segunda e a quarta maiores comunidades de imigrantes na Noruega.
[195] A Índia mantém cooperação com a Noruega, em Svalbard (Ártico) e na Antártica, para pesquisa do aquecimento global e sua influência sobre as geleiras no Himalaia.

Brasil_Noruega_último.indd 66 20/10/2011 12:36:13

ii) promoção do desenvolvimento sustentável e do uso de fontes alternativas de energia, além do plano de compensar 10% das emissões norueguesas de carbono com a aquisição de créditos de carbono derivados de projetos na Índia;
iii) redução da mortalidade infantil e materna, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;[196]
iv) investimentos nos setores de navegação, operações *offshore*, energia hidrelétrica, energia solar, tecnologia da informação e aquicultura (em 2008, o fundo soberano da Noruega detinha cerca de USD 1,2 bilhão em ações de 232 companhias indianas, com tendência a "crescer substancialmente");
v) negociação de acordo comercial entre a Área Europeia de Livre Comércio e a Índia.

Os fluxos de comércio com a China, a Índia e, também, com o Brasil, estão entre os mais dinâmicos da balança norueguesa. Entre 2000 e 2008, as importações provenientes da China cresceram 268%; do Brasil, 178%; e da Índia, 98%. No mesmo período, as exportações norueguesas aumentaram 407% para o mercado indiano; 352%, para o chinês; e 133%, para o brasileiro.[197]

Ao mesmo tempo em que dispõe de recursos econômicos e capacidades que "excedem as expectativas",[198] a Noruega enfrenta desafios de ordem política, ao não pertencer à União Europeia, e de natureza operacional, pelo tamanho relativamente pequeno de sua população. Nesse quadro, a principal estratégia do país em política externa parece estar consubstanciada na reflexão do Chanceler Støre de que "devemos olhar para as áreas em que possamos fazer a diferença, em que a iniciativa norueguesa, a visão norueguesa e os recursos noruegueses possam ajudar a alcançar novos objetivos".[199]

Deriva desse entendimento a busca laboriosa de oportunidades para a promoção de uma ordem internacional baseada no direito, na paz e reconciliação, nos direitos humanos, no bem-estar e no desenvolvimento sustentável. A parcela significativa do orçamento dedicado à ajuda

[196] The Norway-India Partnership Initiative (NIPI).
[197] STATISTISK SENTRALBYRÅ.
[198] STØRE, Jonas Gahr. *Å gjøre en forskjell*: Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008. p. 24
[199] Ibid., p. 31.

Brasil_Noruega_último.indd 67 20/10/2011 12:36:13

internacional contribui para a elevação do perfil da Noruega, tanto em suas relações bilaterais como no âmbito de organismos e foros multilaterais.

Muitas das iniciativas da diplomacia norueguesa, nos últimos anos, têm-se situado na fronteira entre política externa e política de cooperação internacional: a coordenação do Grupo *ad hoc* de Doadores para a Autoridade Palestina, a Iniciativa sobre Saúde Global e Política Externa, a promoção da transparência na indústria do petróleo, a adoção de Mecanismos Inovadores para Financiar o Desenvolvimento, o processo que levou à conclusão da Convenção sobre Munições de Fragmentação e a Iniciativa sobre Florestas Tropicais.

Para tanto, a diplomacia norueguesa tem procurado servir-se da reputação de "utilidade", adquirida nos processos de facilitação da paz, sob a forma de esforços discretos e metódicos, na busca do consenso, bem como de meios para influenciar a opinião pública e poder, assim, "contribuir para soluções criativas, onde os esforços multilaterais não têm produzido resultados ou outros falharam".[200]

O fato de não ser membro da União Europeia faculta à Noruega desenvolver alianças e atividades de cooperação com países e regiões do globo independentemente das prioridades ou restrições políticas da UE. Também confere ao país maior agilidade no lançamento de iniciativas, em formato distinto da geometria regional europeia, como verificado, recentemente, nos processos que levaram à Convenção de Oslo sobre Munições de Fragmentação e à criação da Iniciativa Saúde Global e Política Externa (com o Brasil e outros seis países), bem como nas tentativas, em curso, de apoiar os trabalhos de grupo de países com maior cobertura florestal e de fazer avançar a negociação de acordo internacional sobre o comércio de pequenas armas.

Tal postura leva a chancelaria a considerar as relações bilaterais como "essenciais" para permitir à Noruega atingir seus principais objetivos de política externa. Daí considerar estratégicas as suas relações com "países influentes no mundo globalizado".[201]

---

[200] PETERSEN, Jan. *Peace, mediation and reconciliation*. Bruxelas, 21 may 2003. Palestra. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/nb/dokumentarkiv/Regjeringen-Bondevik-II/ud/Taler-og-artikler-arkivert- individuelt/2003/peace,_mediation_and_reconciliation.html?id=267097>.

[201] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009)*: Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 30.

Brasil_Noruega_último.indd 68 20/10/2011 12:36:13

Capítulo 3
O relacionamento entre Brasil e Noruega

"*Brazil is a key ally. On a wide range of policy issues, from the WTO to issues relating to health and foreign policy. There are many common areas for cooperation.*"
Jonas Gahr Støre
Ministro dos Negócios Estrangeiros[202]

3.1 - Evolução do relacionamento bilateral

O Brasil, com o Barão do Rio Branco à frente de sua diplomacia, foi um dos primeiros países a reconhecer a independência do Reino da Noruega, em 1905, depois que a Rússia e no mesmo dia em que Bélgica, Estados Unidos, Itália, Reino Unido e Suíça o fizeram.[203] O Brasil tornou-se, também, o primeiro país da América do Sul a iniciar relações diplomáticas regulares com esse país nórdico.[204] A Legação do Brasil em Cristiânia (que voltou a denominar-se Oslo em 1925) foi

[202] Discurso de abertura do II Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação. Oslo, 2007.
[203] Telegrama recebido em 31 de outubro de 1905. A notícia do reconhecimento pelo Brasil chegou ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jørgen Løvland, e foi por este anunciada enquanto discursava no Parlamento.
[204] Discurso do Rei Olav em Brasília, no jantar de gala da visita de Estado. 8 set. 1967.

Brasil_Noruega_último.indd 69 20/10/2011 12:36:13

criada pelo Decreto Legislativo 2.188, de 22 de dezembro de 1909, cumulativamente com a Legação em Copenhague. O Decreto 12.584, de 20 de julho de 1917, separou as duas Legações e determinou que a Legação no Reino da Noruega passaria a ser chefiada por um ministro residente.[205]

Em função da tardia independência norueguesa, os poucos ensaios de história da presença escandinava no Brasil[206] assinalam dificuldades para identificar a participação de nacionais noruegueses entre imigrantes e empresários suecos ou dinamarqueses que chegaram no país até o início do século XX. Consta que Joinville foi fundada por cerca de cem noruegueses, além de alemães e suíços, em 1851.[207] A primeira importação de bacalhau diretamente do porto de Ålesund ocorreu em 1842, tendo a embarcação Estrela do Norte levado carregamento de café no retorno,[208] dando início a uma longa tradição de intercâmbio desses produtos e das atividades de companhias de navegação norueguesas no Brasil.

A presença comercial norueguesa no Brasil seria reforçada com a chegada, em 1953, do empresário Erling Lorentzen, casado com a Princesa Ragnhild, filha do Rei Olav V. Lorentzen fundou a Companhia de Navegação Norsul, uma das maiores empresas privadas do setor, e, em 1972, a Aracruz Celulose.

A Visita do Rei Olav V ao Brasil, em setembro de 1967, foi a primeira de um Chefe de Estado norueguês à América Latina[209] e, nesse contexto, revestiu-se de significado político para as relações entre os dois países, reforçado pela presença do casal real no desfile militar de comemoração da Data Nacional, no Rio de Janeiro. O componente econômico comercial da visita também estava presente, com a participação do Ministro da Indústria, Sverre Rostoft, na comitiva oficial, deslocamentos a São Paulo e Santos e delegação de empresários sob a liderança de Erling Lorentzen. O papel de Lorentzen na disseminação

[205] Arquivo da Embaixada do Brasil em Oslo.

[206] "Os escandinavos no Brasil – um século de história", coletânea de ensaios do Clube Escandinavo.

[207] Então denominada Colônia Dona Francisca. "Há mais de um século, cerca de 100 imigrantes noruegueses se instalaram em Joinville". Discurso do Rei Olav em Brasília, no jantar de gala da visita de Estado. 8 set. de 1967.

[208] Eksportutvalget for fisk AS.

[209] Brasil: 6 a 12 de setembro de 1967; Chile: 13-16 set. 1967; Argentina: 18-21 set. 1967.

Brasil_Noruega_último.indd 70 20/10/2011 12:36:13

junto ao setor privado e ao governo noruegueses das oportunidades de comércio e investimento no país está registrado em relatório da reunião de *briefing* ao Rei Olav, anterior à visita, em que foi assinalado que "em comparação com a Suécia, a presença comercial norueguesa no Brasil é praticamente insignificante", mas "ficou patente o grande interesse dos empresários noruegueses na visita de Estado do Rei Olav" ao Brasil.[210]

A visita de Estado promoveu a negociação e a assinatura de acordos sobre comércio de celulose,[211] transportes aéreos[212] e consulta entre autoridades marítimas[213]. Em 1978, durante a visita do então Príncipe Herdeiro Harald, com delegação empresarial, foi firmado o Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica.[214] Seguiram-se missões do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eivinn Berg (1984); do Ministro das Finanças, Rolf Presthus (1985); e do Ministro do Comércio, Asbjørn Haugstvedt (1985); bem como delegações dos comitês de Finanças e de Energia do Parlamento. Do lado brasileiro, o Ministro da Economia, Ernane Galvêas, viajou a Oslo em 1984.[215] Esse intercâmbio refletiu tanto no crescimento de negócios noruegueses no Brasil como na conjuntura financeira brasileira de pesado serviço da dívida externa e a necessidade de diversificar linhas de financiamento, além do Fundo Monetário Internacional.

A visita oficial à Noruega do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em 30 e 31 de maio de 1988, em resposta a convite do Chanceler Thorvald Stoltenberg,[216] inseriu-se no contexto da redemocratização do país. A avaliação da chancelaria norueguesa sobre a situação política interna no Brasil denotava a preocupação do governo da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland com a promoção dos temas dos direitos humanos e do meio ambiente nas relações internacionais: "reformas importantes estão sendo implementadas, as quais sinalizam que o novo regime deseja promover a democracia no Brasil […].

[210] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Arkiv*: Notat Møte i UD 3.5.67 i anledning av HM Kongen besøk.
[211] Acordo sobre Venda de Celulose, de 18 mar. 1969.
[212] Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 18 mar. 1969.
[213] Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Marítimas dos Dois Países, de 30 abr. 1971.
[214] Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, de 5 abr. 1978.
[215] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Arkiv*: Notat till Utenriksråden, UD, LatinAmerika-enhet 21.9.87.
[216] Carta do Chanceler Thorvald Stoltenberg ao Chanceler Roberto de Abreu Sodré, de 22 out. 87.

Brasil_Noruega_último.indd 71 20/10/2011 12:36:13

Uma Assembleia Constituinte reuniu-se em 1 de fevereiro de 1987. Os direitos humanos básicos estão sendo em princípio respeitados no Brasil de hoje [...]. Não há prisioneiros políticos e a tortura não voltará a ser praticada. […] é problemática a situação do grupo étnico dos indígenas […]. A nova constituição deverá, provavelmente, avançar no sentido de assegurar direitos formais aos indígenas, que vão além do 'Estatuto do Índio' de 19 de dezembro de 1973".[217]

A visita sinalizou uma evolução do relacionamento bilateral "do ponto de vista qualitativo",[218] em que o diálogo diplomático passou a incluir temas da agenda internacional de interesse comum. Havia, do lado norueguês, "grande interesse em uma visita de chanceler brasileiro [...] também em função da participação ativa do Brasil nas questões de cooperação econômica multilateral e no Grupo de Apoio a Contadora"[219] e "na avaliação brasileira dos processos de paz na Nicarágua e em El Salvador".[220] Foram ainda intercambiadas informações entre os chanceleres sobre as respectivas políticas para o Oriente Médio (ocupação de territórios árabes por Israel, situação no Líbano e guerra Irã-Iraque).[221]

O programa da primeira visita de chanceler brasileiro à Noruega[222] foi extenso e incluiu encontros com o Rei Olav, a Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland, o Chanceler Thorvald Stoltenberg, o Ministro de Petróleo e Energia, Arne Øien; o Ministro do Comércio, Kurt Mosbakk; o Ministro da Pesca, Bjarne Mørk Eidem; parlamentares do Comitê de Relações Internacionais do *Storting*; empresários do Conselho Norueguês para Exportação (*Exportsråd*) e da Federação dos Armadores da Noruega (*Rederiforbundet*); além de visita ao Instituto Nobel.[223]

Na vertente econômica, além dos assuntos relacionados ao comércio de *commodities* – havendo a Noruega ratificado o acordo do Fundo Comum de Produtos de Base (CFC) –, foi dada ênfase pela delegação

[217] Notat 11.5.88.
[218] Carta do Presidente Sarney ao Rei Olav V, 26.5.88
[219] Notat 22.9.87.
[220] Notat 25.5.88.
[221] Oficio nº 51, 26.4.88, da Embaixada da Noruega em Brasília.
[222] UTENRIKSDEPARTEMENTET. Arkiv. Notat till Utenriksråden, UD, LatinAmerika-enhet, 21.9.87.
[223] Notat 25.5.88.

Brasil_Noruega_último.indd 72 20/10/2011 12:36:13

brasileira, também integrada pelo Presidente da Braspetro, Wagner Freire, aos investimentos da ordem de US$ 6,5 milhões pela Petrobras na exploração de petróleo na plataforma continental norueguesa no Mar do Norte.[224] À época, a Noruega já reconhecia "avançada tecnologia brasileira de exploração em águas profundas"[225] e na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.[226] Eram conhecidos os planos da Petrobras de "desenvolver soluções tecnológicas avançadas em colaboração com companhias estrangeiras" e foi transmitido ao chanceler brasileiro o interesse da Statoil e do setor *offshore* da Noruega em ampliar sua parceria com a companhia brasileira de petróleo.[227]

A visita oficial à Noruega, em 1991, do Presidente Fernando Collor de Mello retomou o diálogo de alto nível entre os dois países. O Presidente e a Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland encontraram-se em outras duas ocasiões, quando a Chefe de Governo norueguesa esteve no Brasil em março de 1992, em visita de caráter bilateral, e por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92).

A consolidação da democracia, a abertura da economia e a estabilização monetária no Brasil dos anos 1990 geraram novas oportunidades de investimento norueguês no país, realçadas pela promulgação da "Lei do Petróleo" (nº 9.478 de 6 de agosto de 1997), que, entre outros dispositivos, determinou o fim do monopólio da Petrobras sobre exploração e produção de petróleo e gás natural. Em dezembro de 1998, o Primeiro-Ministro Kjell-Magne Bondevik realizou sua primeira visita a Brasil, Argentina e Chile, com delegação empresarial interessada no processo de privatização das empresas estatais, em especial, nos setores de petróleo e de telecomunicações.

---

[224] "A Petrobras Norge AS obteve em 1987 direitos de concessão em dois blocos (6201|11 – 15% e 64068 – 10%) do setor de Haltenbanken. (...) A Petrobras também abriu na Noruega uma empresa sob regime de *joint-venture,* Basnor-Neptun AS, para fabricação de sistemas de controle e supervisão para uso *offshore*, tendo como clientes a Braspetro e a Statoil". Notat 22.9.87 e Notat 24.5.88, UD, Enhet for olje- og energispørsmål.

[225] Notat 24.5.88, UD, Enhet for olje- og energispørsmål.

[226] Notat 24.5.88, UD, Enhet for olje- og energispørsmål.

[227] "Nos próximos anos, a Petrobras tem planos de importar bens e serviços no montante de NOK 1,5 a 2,5 bilhões/ano. Parcela significativa dessas importações deverá relacionar-se a *leasing* de diversas embarcações *offshore*, plataformas de perfuração, embarcações de mergulho, bem como serviços de engenharia sísmica. Nessas áreas, é grande o potencial para a participação de empresas norueguesas." Notat 24.5.88, UD, Enhet for olje- og energispørsmål.

Brasil_Noruega_último.indd 73 20/10/2011 12:36:13

Em Oslo no ano de 2002, o Vice-Presidente Marco Maciel relatou os avanços logrados pelo Brasil em matéria de desenvolvimento econômico e social ao Primeiro-Ministro Kjell-Magne Bondevik, ao presidente do Parlamento e aos ministros da Energia e do Comércio. Na liderança de missão empresarial brasileira, presidiu Seminário sobre Relações Econômico-Comerciais Brasil-Noruega e abriu quatro *workshops* sobre oportunidades de investimento nos setores de energia elétrica, *offshore*, aquicultura e turismo. A missão teve como desdobramento a criação, em novembro de 2002, da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, com sede em Oslo, primeira entidade do gênero com sede em um país nórdico, para a promoção do relacionamento entre setores privados dos dois países.[228]

3.2 – Intensificação das relações bilaterais

O intercâmbio de visitas de Estado, em 2003 e 2007, bem como a visita oficial do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil em 2008, dão a medida da intensificação do diálogo político no mais alto nível sobre temas bilaterais e globais – *inter alia* mudança do clima, redução da pobreza, saúde, comércio internacional, manutenção da paz, sistema das Nações Unidas, arquitetura financeira internacional –, bem como a crescente presença norueguesa em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico brasileiro, em especial energia e construção naval, em projetos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Investimentos 2020 da Petrobras e o Programa de Modernização da Frota da Transpetro (PROMEF).

3.2.1 – Visita de Estado ao Brasil do Rei Harald V

A visita de estado ao Brasil do Rei Harald V e da Rainha Sonja, de 4 a 11 de outubro de 2003, abriu novo capítulo no relacionamento bilateral. Desde que assumiu o trono, o monarca realizou apenas oito visitas oficiais a países não europeus: EUA (1995), China (1997), África do Sul (1998 e 2009), Japão (2001), Cingapura (2004) e Vietnã (2004), além do Brasil, único país da América Latina.[229]

[228] <http://www.brazilchamber.no>.

[229] <http://www.kongehuset.no/c27303/artikkel/vis.html?tid=31654>.

Brasil_Noruega_último.indd 74 20/10/2011 12:36:13

O casal real foi acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jan Petersen; dos Ministros do Comércio e Indústria, Ansgar Gabrielsen; da Pesca, Svein Ludvigsen; do Petróleo e Energia, Einar Steensnæs; e do Meio Ambiente, Børge Brende; além do Vice-Ministro de Desenvolvimento Internacional, Olav Kjorven; e, até então, da mais numerosa e diversificada delegação de empresários noruegueses, com cerca de 150 integrantes.[230] Com efeito, segundo avaliação da chancelaria, a visita de Estado ao Brasil contava com "sólido apoio empresarial" e visava "conferir apoio às empresas norueguesas estabelecidas no Brasil, bem como abrir portas para novas companhias que queiram ali instalar-se."[231] Note-se que a perspectiva do investimento se sobrepõe à da mera exportação de produtos.

Do lado do governo brasileiro, houve semelhante interesse em avançar a cooperação econômica entre os dois países, tendo o Primeiro-Ministro Bondevik agradecido o Presidente Lula pelo fato de que cinco ministros haviam recebido a delegação empresarial norueguesa em Brasília.[232] Seminários e rodadas de negócios foram organizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, em parceria com a FIRJAN e a FIESP, respectivamente. A Associação Norueguesa das Indústrias no Setor de Petróleo e Gás (INTSOK) definiu o Brasil como mercado prioritário e decidiu estabelecer escritório no Rio de Janeiro, com a agência de promoção comercial Innovation Norway. Foram previstos investimentos noruegueses de pelo menos US$ 5 bilhões no Brasil, no período de cinco anos, entre 2002 e 2007.[233]

No plano diplomático, a visita de Estado estabeleceu nova área de diálogo e de cooperação bilateral ao ser organizado, no Instituto Rio Branco, na presença do Rei Harald, o primeiro Seminário Brasil--Noruega sobre Paz e Reconciliação.

---

[230] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Arkiv*: Notat 11.12.2003, Statsbesøket til Brasil. Næringslivsoppleget. Evaluering og oppfølgning.
[231] Id.
[232] Id.
[233] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Arkiv*: Notat 11.12.2003, Statsbesøket til Brasil. Næringslivsoppleget. Evaluering og oppfølgning.

Brasil_Noruega_último.indd 75 20/10/2011 12:36:13

3.2.2 – Visita de Estado à Noruega do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de Estado de um governante brasileiro à Noruega, em 13 e 14 de setembro de 2007. A visita refletiu "a ampliação da agenda diplomática e a convergência de posições e interesses entre os dois países", observadas durante o encontro em Oslo, em fevereiro daquele ano, entre os Chanceleres Celso Amorim e Jonas Gahr Støre. Expôs, também, o dinamismo das relações econômicas bilaterais e as perspectivas de aumento dos investimentos[234]. A visita presidencial contribuiu, assim, para consolidar a posição do país como o parceiro mais importante da Noruega na América Latina. Raramente mais de duas visitas de Estado por ano têm sido organizadas na Noruega. Aquelas recebidas por Harald V de países não europeus haviam sido poucas: China (1996), África do Sul (1999) e Estados Unidos (1999).[235]

Nas conversações mantidas entre o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Stoltenberg, os dois governantes acordaram estender a cooperação em temas de alcance global, como mudança do clima, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e esforços para a paz. Desse modo, foram iniciados os entendimentos que levariam à assinatura, um ano após, durante a visita do chefe de governo norueguês ao Brasil, do instrumento bilateral de cooperação no campo da mudança do clima, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. O presidente brasileiro aceitou o convite para integrar grupo de líderes mundiais[236] empenhados em promover o cumprimento das quarta e quinta metas,

[234] Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do banquete oferecido pelo Rei Harald e pela Rainha Sonja no Palácio Real. Oslo, 13 set. 2007. Por sua vez, o Rei Harald recordou que, durante sua visita em 2003, "os empresários noruegueses declararam prever investimentos no Brasil de até US$ 5 bilhões dentro dos próximos cinco anos. Hoje posso constatar que estamos em vias de atingir tal nível".

[235] <http://www.kongehuset.no/c27303/artikkel/vis.html?tid=31654>. A decisão do Governo norueguês de considerá-la Visita de Estado, apesar da ausência das condições que normalmente a ela se aplicam (em termos de duração e de deslocamento a outra cidade) demonstraram, pelo precedente criado, "o alcance da decisão política e o prestígio atribuído ao visitante e ao Brasil" (Telegrama da Embaixada do Brasil em Oslo nº 593/2007).

[236] Formado pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown; Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete; Presidente de Moçambique, Armando Guebuza; Presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyuono; Presidente do Chile, Michelle Bachelet; Primeiro-Ministro do Paquistão, Shaukat Aziz e Senhora Graça Machel.

Brasil_Noruega_último.indd 76 20/10/2011 12:36:13

relacionadas com a redução da mortalidade infantil e materna. Reafirmou-se, enfim, a importância do intercâmbio de informações e experiências dos dois países em exercícios de construção da paz, em especial no Oriente Médio e no Haiti, mediante a realização, durante a visita de Estado, do Segundo Seminário sobre Paz e Reconciliação, com abertura pelos chanceleres.

Por ocasião dos encontros bilaterais entre o Ministro Celso Amorim e os Ministros Jonas Gahr Støre e Erik Solheim (Cooperação Internacional), foram tratados os temas da reforma da ONU, da Iniciativa sobre Saúde Global e Política Externa (lançada em Oslo, em março de 2007) e da implementação de Mecanismos Financeiros Inovadores para Financiar o Desenvolvimento, além da proposta norueguesa de estabelecer um foro de diálogo social, entre governos, associações patronais e sindicatos dos dois países, efetivamente instalado em Brasília, em outubro de 2009.[237] Confirmou-se, ainda, a disposição do governo norueguês de atuar com o Brasil em terceiros países em desenvolvimento no marco de acordos triangulares de cooperação técnica. A proposta, avançada pelo Ministro Celso Amorim durante visita a Oslo em fevereiro de 2007, resultou na assinatura de memorando de entendimento para cooperação entre Brasil e Noruega para apoiar o fortalecimento da Administração Pública em Angola e na Guiné-Bissau.[238]

O componente econômico comercial da visita de Estado esteve presente no café da manhã do Presidente da República com os presidentes das companhias norueguesas que mais investem no Brasil (Statoil, Hydro, Yara, Norske Skog, Aker, DOF, Det Norske Veritas, DNBNor e Norsun, além da Confederação Empresarial Norueguesa – NHO), e no Seminário Empresarial, aberto pelo chefe de Estado brasileiro e com a participação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Na presença do presidente, foram firmados acordos de cooperação entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a NHO, relativos

[237] Durante a visita da Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros, Gry Larsen.

[238] Memorando de Entendimento para Cooperação entre o Governo do Brasil e o Reino da Noruega com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola e da Guiné-Bissau, de 9 nov. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 77 20/10/2011 12:36:13

à promoção de responsabilidade social corporativa[239], bem como entre a Petrobras e a Statoil, sobre parceria estratégica na exploração e produção de petróleo e para o desenvolvimento de biocombustíveis.[240]

3.2.3 – Visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil

A Visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil, entre 14 e 17 de setembro de 2008, um ano após o convite formulado pelo Presidente Lula durante a visita de Estado à Noruega, representou continuidade do diálogo no mais alto nível nunca antes verificada no relacionamento bilateral.

O programa e a agenda da visita refletiram avanços concretos dos entendimentos iniciados em Oslo. Na vertente econômica, a presença do Primeiro-Ministro na Feira Rio Oil & Gas simbolizou a capacidade dos investimentos diretos noruegueses nos setores naval e *offshore* de conferir nova dimensão ao relacionamento econômico e tecnológico entre os dois países. O pavilhão da Noruega foi o maior do certame e abrigou delegação recorde de 53 empresas, ao lado da Statoil que, naquele ano, anunciou a aquisição de 100% dos direitos de operação no campo Peregrino por US$ 1,8 bilhão.

No plano diplomático, a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Temas Relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção da Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável, pelos Ministros Celso Amorim e Erik Solheim, seguido do anúncio, pelo Primeiro-Ministro Stoltenberg, do apoio da Noruega ao Fundo Amazônia, representaram a expressão de uma "parceria inovadora", em nível global.[241] Com efeito, a contribuição da Noruega ao Fundo Amazônia constituiu o primeiro aporte voluntário de um país a programa nacional de desenvolvimento sustentável, gerido de forma soberana. Também evidenciou o reconhecimento da vontade política, da capacidade institucional e da tecnologia brasileiras.

---

[239] Memorandum of Understanding between Confederation of Norwegian Enterprise (NHO) and Confederação Nacional da Indústria (CNI). 14 set. 2007.

[240] Memorandum of Understanding between Statoil ASA and Petróleo Brasileiro S.A. Oslo, 14 set. 2007.

[241] "In the years to 2015, Norway will contribute up to 1 billion US dollars to reduce deforestation in the Amazon." Press release, The Office of the Prime Minister, 16 set. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 78 20/10/2011 12:36:13

No plano político interno, na Noruega, a cooperação desenvolvida com o Brasil sobre clima e florestas contou com amplo grau de aprovação, em todo o universo partidário, e na opinião pública. O Presidente do Parlamento e ex-Primeiro-Ministro pelo Partido dos Trabalhadores, Thorbjorn Jagland, declarou que "a visita de Stoltenberg foi exitosa, e o Brasil passará a ser considerado um parceiro importante".[242] Por sua vez, o ex-Primeiro-Ministro conservador, Kjell-Magne Bondevik, assinalou que "o Brasil já se tornara ator indispensável em questões de alcance global, como mudança do clima, meio ambiente, segurança energética e combate à pobreza".[243] Para o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, aquele foi "o ato mais relevante de minha carreira política, na esfera internacional, juntamente com a Aliança Global de Imunização por Vacinas".[244]

O memorando de entendimento abriu, ainda, possibilidades de cooperação em tecnologia de satélites (monitoramento de áreas de floresta encobertas por nuvens mediante equipamento emissor de ondas radar, utilizado pela Noruega para o controle de seu espaço marítimo), bem como na transferência da experiência noruego-brasileira a outros países de floresta tropical.

3.2.4 – Diálogo bilateral de alto nível

No período entre as duas visitas de Estado e, sobretudo após a presença em Oslo do presidente brasileiro, em 2007, assistiu-se a crescente intercâmbio de visitas ministeriais e de delegações de alto nível. Além do significado político-diplomático das visitas dessa natureza, observa-se que estas denotam temas que adquiriram *status* prioritário nas agendas de política externa dos dois países e, por isso, têm grande potencial de fazer crescer as relações bilaterais.

Em 2003 e 2004, estiveram na Noruega os Ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento[245]; Jacques Wagner, do Trabalho e Emprego[246]; e Luiz Fernando Furlan, do

[242] Jagland tornou-se presidente do Comitê Nobel da Paz e do Conselho da Europa.
[243] Ibid.
[244] Entrevista ao jornal Aftenposten, 17 set. 2008.
[245] Em setembro de 2003.
[246] Em outubro de 2003.

Brasil_Noruega_último.indd 79 20/10/2011 12:36:13

Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, com delegação empresarial[247].

Em fevereiro de 2007, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reuniu-se em Oslo, com seu homólogo norueguês, antes de retornar ao país nórdico no contexto da Visita de Estado. Nessa ocasião, o Chanceler Støre comunicou seu "propósito de dar novo ímpeto às relações com a América Latina, tendo o Brasil como foco".

Foram tratados dois novos temas que passariam, naquele mesmo ano, a integrar a agenda diplomática bilateral: a possibilidade de cooperação triangular em benefício de países de menor desenvolvimento relativo e o lançamento de iniciativa ministerial para o tratamento do tema da saúde global pelo viés da política externa. Em março, seriam adotados a Declaração Ministerial de Oslo e o Plano de Ação sobre Saúde Global e Política Externa, com ênfase para o papel da saúde como elemento essencial no processo de combate à pobreza e, dessa forma, diminuir a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento.

Em maio, teve início a negociação de acordo que permitiria a cooperação trilateral com a Noruega para projetos de capacitação técnica em benefício de Angola e Guiné-Bissau. O respectivo memorando de entendimento foi concluído durante a visita do Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional, Erik Solheim, ao Brasil, em novembro, como modelo para ações em favor de outros países.

Na preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou, em outubro de 2007, da abertura da Conferência de Trondheim sobre Biodiversidade e reuniu-se, em Oslo, com o Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional, Erik Solheim.[248] Ambos viriam a desempenhar papel protagonístico na Conferência de Bali com o lançamento, respectivamente, do projeto do Fundo Amazônia e da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega.

A presença na capital norueguesa, em agosto de 2008, do Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, deu continuidade aos entendimentos bilaterais relativos aos esforços de redução do desmatamento na Amazônia, no contexto da preparação do Memorando

[247] Em agosto de 2004.

[248] O Ministro Solheim assumiu a titularidade da Pasta do Meio Ambiente em 18 out. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 80 20/10/2011 12:36:14

de Entendimento bilateral, que seria celebrado durante a visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil, em setembro daquele ano.

No ano de 2009, as visitas ao país nórdico dos Ministros Tarso Genro e Altemir Gregolin inauguraram duas novas vertentes da cooperação: o diálogo sobre diversidade cultural e religiosa, no contexto da iniciativa da Aliança das Civilizações,[249] e o setor da pesca e aquicultura. Os Ministros Altemir Gregolin e Helga Petersen assinaram, em 5 de março de 2009, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Aquicultura e Outras Áreas de Interesse Comum, como o manejo de recursos marinhos. O instrumento prevê a coordenação de ações com vistas ao intercâmbio de tecnologia e à captação de investimentos noruegueses no Brasil.

Com base na experiência histórica em atividades da pesca, que situa o país na segunda posição mundial nas exportações de produtos da pesca,[250] a Noruega desenvolveu reconhecidas capacidades institucionais na gestão e no ordenamento aquícola, bem como tecnologias de cultivo, melhoria genética e sanidade animal, de especial interesse para a promoção da aquicultura de espécies nativas da Amazônia brasileira. A possibilidade de fornecimento de proteína animal a partir da aquicultura foi reconhecida como novo "paradigma" para o desenvolvimento sustentável em regiões de floresta e como um dos instrumentos de preservação da Amazônia.[251]

Como passo seguinte, a convite da ministra norueguesa, o Ministro Gregolin participou, com delegação técnica e empresarial,[252] da Feira Internacional de Aquicultura (Aqua Nor), em Trondheim, ocasião em que foi organizado Seminário sobre Cooperação e Investimento em Aquicultura no Brasil, seguido de encontros empresariais e visitas a instalações comerciais. Foram também celebrados cinco acordos de

[249] A XIX Conferência da Academia da Latinidade, sobre "Direitos Humanos e sua Possível Universalidade" realizou-se no Instituto Nobel da Noruega e na Academia Norueguesa de Ciências e Letras, com a presença do Ministro da Justiça, Tarso Genro, e o ex-Primeiro-Ministro Kjell-Magne Bondevik, presidente do *Oslo Peace Centre*.

[250] Tabela da FAO *apud* MINISTRY OF FISHERIES AND COASTAL AFFAIRS. *Fisheries and Aquaculture 2007*. Oslo: FKD, 2008.

[251] MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. "Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura unem Brasil e Noruega". Nota à imprensa, 5 mar. 2009.

[252] O ministro chefiou delegação técnico-empresarial de 17 integrantes da Embrapa, Sebrae, Bahia Pesca, UFC/Labomar, UFRPE, UFSC, FURG, ANPAP, ABCC e CONEPE.

Brasil_Noruega_último.indd 81 20/10/2011 12:36:14

cooperação interinstitucional, com os principais centros de pesquisa noruegueses no setor.[253]

Do lado norueguês, o Primeiro-Ministro Bondevik realizou sua segunda visita ao Brasil, em 2003, para participar, em Belo Horizonte, do Seminário do BID sobre "Os Novos Desafios Éticos do Estado, da Empresa e da Sociedade Civil", e ali encontrar-se com o Presidente Lula, no contexto da preparação da visita de Estado do Rei Harald. Em 2005, Borge Brende retornou ao país na qualidade de Ministro do Comércio e Indústria, para encontros com os titulares das pastas do Desenvolvimento, Fazenda, Turismo, Trabalho e Meio Ambiente, e com o presidente do BNDES, dentro da perspectiva de elevação nos fluxos de investimentos diretos noruegueses. Estes aumentariam de US$ 43 milhões, em 2005, para US$ 339 milhões, em 2006, à frente de investimentos provenientes não somente dos outros países nórdicos, mas também de tradicionais parceiros comerciais do Brasil, como Portugal e Itália,[254] confirmando, assim, a tendência prevista durante a Visita de Estado do Rei Harald e os planos da Statoil de que "depois da Noruega, o Brasil será o principal destino dos nossos investimentos entre 2004 e 2006".[255]

Como Ministro da Cooperação Internacional, Erik Solheim visitou o Brasil em 2006 para promover a agenda do diálogo social, que veio a ser concretizada em outubro de 2009 com a realização do I Fórum bilateral, no Palácio do Itamaraty. Em 2007, o Ministro Solheim inaugurou, em Niterói, projeto de responsabilidade social de empresas norueguesas para a formação de mão de obra especializada no setor da construção e serviços navais.[256] Assinou, em Brasília, Memorando de Entendimento com o propósito de apoiar a formação de quadros do setor público em Angola e Guiné-Bissau, dando início à cooperação triangular entre Brasil e Noruega, em favor de países em desenvolvimento. Como vistoanteriormente, o Ministro Solheim acompanhou o Primeiro-Ministro Stoltenberg na visita ao Brasil em setembro de 2009, tendo assinado, em Brasília,

[253] Com os institutos NOFIMA (Norwegian Institute of Food, Fisheries and Aquaculture Research), SINTEF Fisheries and Aquaculture, National Veterinary Institute of Norway; Institute of Marine Research in Norway e a Universidade Norueguesa de Ciências Biológicas (UMB).
[254] Banco Central do Brasil. <http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>.
[255] *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 2003.
[256] Projeto "Sonho Marítimo".

Brasil_Noruega_último.indd 82 20/10/2011 12:36:14

com o Ministro Celso Amorim, o Memorando de Entendimento que formalizou a cooperação entre os dois países em questões de mudança do clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, bem como possibilitou a contribuição do governo norueguês ao Fundo Amazônia.

Em março de 2008, a Ministra da Educação Superior e Pesquisa, Tora Aasland, concluiu, durante encontros em Brasília com os Ministros Fernando Haddad e Sérgio Rezende, dois memorandos de entendimento sobre cooperação em educação[257] e em ciência e tecnologia.[258] Tendo em vista a natureza da parceria noruego-brasileira, relacionada a aspectos de alta tecnologia (exploração de petróleo e gás em águas profundas e condições geológicas desafiadoras, engenharia *offshore*, monitoramento remoto de áreas de florestas e biocombustíveis, entre outros), houve consenso quanto ao potencial desses instrumentos para o desenvolvimento qualitativo do relacionamento entre os setores privados e de pesquisa dos dois países.

Com efeito, a rede de acordos negociados pelo Instituto de Tecnologia Marinha da Noruega (MARINTEK), que abriu escritório no Rio de Janeiro em 2007, alcançava, em setembro de 2008[259], acordos com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). O Centro Norueguês para a Cooperação em Educação Superior (SIU) preparou, em setembro de 2009, relatório sobre o sistema educacional brasileiro com vistas a estabelecer com a CAPES e o CNPq mecanismo de cofinanciamento de programas de intercâmbio.[260]

---

[257] Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Pesquisa do Reino da Noruega, de 31 mar. 2008.

[258] Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Pesquisa do Reino da Noruega, de 31 mar. 2008.

[259] SINTEF and MARINTEK status and activities in Brazil.

[260] BIRKELAND, Ingebjorg. *Brasil*: Landrapport. Senter for internasjonalisering av høgre utdanning (SIU), 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 83 20/10/2011 12:36:14

O número de estudantes brasileiros de pós-graduação na Noruega aumentou de 34, em 2005, para 60, em 2008.[261]

3.3 – Relações econômicas bilaterais: comércio e investimentos[262]

A Noruega destaca-se como o principal destino das exportações brasileiras para os países nórdicos, posição assumida a partir de 2006, e como a principal fonte de investimento direto, originária dos países escandinavos, nos anos 2006 a 2008.[263]

Por sua vez, o Brasil representa a 2ª origem das importações norueguesas, após a China, dentre os países em desenvolvimento. Ocupou, em 2008, a 5ª posição entre os fornecedores não europeus e a 18ª colocação geral. A participação do país no total das compras norueguesas dos países em desenvolvimento aumentou de 5,3%, em 1992, para 9,1%, em 2008.

Pelo lado das exportações norueguesas, o mercado brasileiro constituiu o 3º destino no conjunto dos países em desenvolvimento, em seguida à China e ao Cazaquistão, onde a Statoil vem instalando novos poços de perfuração. Foi, em 2008, o 8º destino não europeu e 24º em geral.

O intercâmbio bilateral nos últimos anos apresentou uma evolução crescente e, também, positiva para o Brasil, em termos de saldos comerciais.

Em 2001, a corrente de comércio somava US$ 435 milhões, sendo US$ 213 milhões de exportações brasileiras. Os históricos déficits no saldo da balança bilateral continuaram até 2005, quando o Brasil logrou obter superávit de US$ 149 milhões.

Em 2008, o fluxo do intercâmbio alcançou cifra recorde de quase US$ 1,5 bilhão. As exportações brasileiras naquele ano chegaram a US$ 865 milhões e o saldo comercial, a favor do Brasil, registrou também valor recorde de US$ 233 milhões. Em 2009, devido ao arrefecimento da economia global, o comércio bilateral totalizou US$ 1,1 bilhão, com exportações brasileiras de US$ 611 milhões e saldo favorável ao país

[261] Levantamento do Departamento de Análise do Ministério da Educação e Pesquisa da Noruega.
[262] Os dados apresentados nesta seção foram obtidos junto à Secretaria de Comércio Exterior/MDIC, ao Banco Central do Brasil e ao Statistisk Sentralbyrå da Noruega.
[263] Valor acumulado de US$ 770 milhões, dos quais US$ 339 milhões em 2006, US$ 255 milhões em 2007 e US$ 176 milhões em 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 84 20/10/2011 12:36:14

de US$ 115 milhões. Ainda assim, o mercado norueguês permaneceu o principal destino, dentre os nórdicos, para as exportações brasileiras, cerca de 80% superior às vendas brasileiras para o mercado até então tradicional da Suécia (US$ 289 milhões).

O exame da pauta das exportações brasileiras para a Noruega demonstra concentração, em valor, de três principais produtos: alumina calcinada (48,2% em 2009), soja (29,8%) e café (5,84%). Note-se, contudo, que as vendas dos dois primeiros produtos abastecem, em grande parte, as fábricas instaladas no país com investimento direto brasileiro, Rio Doce Manganese (filial da Vale) e Denofa (com participação majoritária do Grupo Amaggi). Ademais, não são contabilizados nas estatísticas de comércio aqueles produtos brasileiros importados pela Noruega que ingressam pelos principais portos europeus de Rotterdam, Frankfurt ou Antuérpia.[264] A progressiva diversificação da pauta vem ocorrendo com o crescimento da participação de itens manufaturados como acessórios para tubos de aço (517% em 2009, em relação ao ano anterior) e acessórios moldados para tubos de aço (219%).

Do lado norueguês, os três principais produtos exportados para o Brasil foram bacalhau (o mercado brasileiro segue como o maior consumidor mundial do produto, e segundo em valor, após Portugal), gás liquefeito de propano, adubos e fertilizantes. Outros itens que vêm experimentando crescimento expressivo estão diretamente relacionados com a expansão da presença norueguesa no setor de petróleo e gás no Brasil: estruturas flutuantes (aumento de quase 900% em 2009, em relação ao ano anterior) e paládio (de uso no refino do petróleo).

No tocante aos investimentos diretos, na Mensagem ao Parlamento sobre Política Externa, a chancelaria norueguesa assinala que "após os EUA e a UE, o Brasil é o país em que a Noruega mais investe".[265] O total acumulado de ingressos nos anos 2006 a 2008 (US$ 771 milhões) colocou a Noruega na relação do Banco Central entre os vinte principais países de origem de IED, nesse período.

Em razão da expansão da presença da Statoil, do início da implementação do Programa de Modernização da Frota da Transpetro

[264] Casos, por exemplo, do bioetanol, que chega ao mercado norueguês via Suécia, e de frutas tropiciais, adquiridas pela empresa norueguesa BAMA através de rede de logística comercial europeia.

[265] "*Brasil [...] er i dag det landet utenfor EU og USA hvor Norge har de største investeringene*". UTENRIKSDEPARTEMENTET. op. cit., p. 35.

Brasil_Noruega_último.indd 85 20/10/2011 12:36:14

(Promef) e dos planos de investimentos da Petrobras com vistas à exploração de petróleo e gás na camada de pré-sal, vem crescendo o número de empresas norueguesas no país que operam embarcações, plataformas e equipamentos especiais, produzem bens e serviços *offshore* ou detêm tecnologia para exploração e transporte de petróleo e gás natural.[266]

Além do setor de energia fóssil (Statoil e Norse Energi) e de construção naval (Aker Solutions, Kongsberg, DOF, Subsea 7 etc.), os investimentos em produção mineral (Norsk Hydro)[267], fertilizantes (Yara),[268] papel e celulose (Norske Skog)[269] permanecem significativos e novas áreas são buscadas, como a produção de bioetanol (Grupo UMOE).[270] Levantamento elaborado pelas câmaras de comércio bilateral, em Oslo e no Rio de Janeiro, conta 112 empresas norueguesas estabelecidas no país.[271] Os registros do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Oslo demonstram um acréscimo constante do número de vistos de trabalho (VITEM V) concedidos a profissionais noruegueses – 536 em 2006, 680 em 2007, 752 em 2008 e 865 em 2009 – em uma evolução que reflete o dinamismo das relações econômicas, em especial no setor marítimo e de petróleo.[272]

A ampliação dos investimentos diretos noruegueses no Brasil também se faz acompanhar de crescimento do portfólio de ações de companhias brasileiras detido pelo FGP-G. Em 2006, o Brasil representava 0,7% da carteira de ações em posse do FGP-G (comparativamente, as ações de companhias norte-americanas somavam 30,4% do total; 16,4% de ações britânicas; 0,5% de ações mexicanas). Um conjunto de 54 empresas brasileiras integravam o portfólio do Fundo, entre as quais Petrobras, Vale, Banco Itaú, Banco Bradesco, Brasil Telecom, Embraer, CSN, TIM e Vivo.[273]

---

[266] Conforme será descrito nos capítulos IV e V deste trabalho.

[267] Proprietária do ativos do setor de alumínio no Brasil, até 2011 pertencentes à Vale.

[268] Segunda produtora de fertilizantes no mundo e no Brasil, onde opera sete unidades de produção.

[269] Proprietária da fábrica de papéis Norske Skog Pisa, em Jaguariaíva (PR), investe US$ 210 milhões a fim de expandir a produção para 385.000 ton/ano.

[270] Maior investimento norueguês em bioetanol no Brasil (R$ 904 milhões) para modernização de duas usinas na região de Paranapanema (SP).

[271] INNOVATION NORWAY. *Companies in Brazil owned by Norwegian citizens/capital*. Rio de Janeiro, Innovation Norway Office, 2009.

[272] Relatórios Consulares anuais.

[273] NORGES BANK. *NBIM*: Government Pension Fund – Global Holding of equities at 31 December 2006.

Brasil_Noruega_último.indd 86 20/10/2011 12:36:14

Em 2008, os investimentos do Fundo em companhias brasileiras subiram para 1,2% do total da carteira de ações, com um valor de mercado próximo a US$ 2 bilhões. A relação praticamente dobrou em tamanho, passando a conter 104 empresas, sendo as principais: Petrobras (US$ 390 milhões), Vale (US$ 219 milhões), Banco Itaú Holding (US$ 90 milhões), Banco Bradesco (US$ 83 milhões), Eletrobras (US$ 51 milhões), Investimentos Itaú (US$ 47 milhões), Ambev (US$ 39 milhões) e CSN (US$ 36 milhões). A participação no capital votante varia em torno de 1,42%.[274]

Note-se que os investimentos do FGP-G no Brasil (cerca de US$ 2 bilhões) foram, em 2008, superiores aos realizados na África do Sul (US$ 1,2 bilhão), na China (US$ 1,1 bilhão) e na Índia (US$ 0,3 bilhão).[275]

3.4 – Estratégia do governo da Noruega para o Brasil

No dia 21 de junho de 2010[276], o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jonas Gahr Støre presidiu audiência pública em mesa composta pelos Ministros de Indústria e Comércio, Trond Giske; do Meio Ambiente e Desenvolvimento Internacional, Erik Solheim; e do Petróleo e Energia, Terje Riis-Johansen, durante a qual se deu início ao processo de elaboração pelo governo norueguês de uma "Estratégia para o Brasil".

> O governo está bem representado aqui, hoje, como reflexo da amplitude e do interesse que caracterizam a relação entre a Noruega e o Brasil. [...] Mostra também que o nosso foco no Brasil foi expandido, com visão mais ampla e de mais longo prazo. [...] O Brasil é um ator global chave [...] nas negociações internacionais, como na OMC e em direitos humanos, e pretende continuar a desenvolver seu papel como agente para paz e reconciliação, por exemplo, no Haiti, no Oriente Médio e em conflitos regionais na América Latina. [...] Hoje cooperamos com o Brasil em áreas relacionadas com importantes interesses noruegueses. Precisamos

[274] NORGES BANK. *NBIM*: Government Pension Fund – Global Holding of equities at 31 December 2008.
[275] FINANSDEPARTEMENTET. *Investments of the Government's Pension Fund – Global (GPF-G) in selected developing countries*. Oslo, FD, 2008.
[276] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Åpent møte om ny Brasilstrategi*. Oslo, 21 jun. 2010. Nota à imprensa.

Brasil_Noruega_último.indd 87 20/10/2011 12:36:14

pensar estratégica e concretamente como salvaguardar os interesses da Noruega no longo prazo. Devemos atuar de modo amplo em nossa abordagem para o Brasil. O objetivo no longo prazo deve ser tornar a Noruega um parceiro preferencial e natural para o Brasil em determinadas áreas.

Ministro dos Negócios Estrangeiros
Jonas Gahr Støre

[...] a emergência de países como China, Índia e Brasil reflete mudanças na economia mundial. [...] as companhias norueguesas realizam no Brasil alguns dos seus maiores investimentos. O recente acordo entre a Hydro e a Vale foi a maior transação em valor já feita por firma norueguesa. [...] A Statoil detém em Peregrino o maior campo de exploração fora da plataforma continental norueguesa. [...] na manhã de hoje, será assinado acordo de garantia de crédito entre GIEK e a Petrobras no valor de US$ 1 bilhão, o maior já celebrado pela instituição norueguesa.

Ministro de Indústria e do Comércio
Trond Giske

O Brasil constitui um dos poucos países a dispor de grande potencial tanto no setor de petróleo e gás quanto no de fontes renováveis de energia. À medida que a produção de hidrocarbonetos declina em várias partes do mundo, a do Brasil aumenta não só para satisfazer as necessidades internas mas para suprir a demanda mundial. [...] quase todas as semanas, empresas norueguesas firmam contratos no Brasil.

Ministro do Petróleo e Energia
Terje Riis-Johansen

O Brasil tornou-se um dos países mais influentes do mundo. [...] Trata-se do maior país para investimentos noruegueses além da Europa e dos Estados Unidos. [...] A Noruega e o Brasil têm pontos de vista em comum e constatamos que a cooperação entre os dois países vem aumentando.

Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional
Erik Solheim

Brasil_Noruega_último.indd 88 20/10/2011 12:36:14

Esses trechos assinalam que, no mais alto nível, o governo norueguês considera que as relações com o Brasil refletem crescente dinamismo, que já está havendo convergência de interesses e ações em áreas de especial relevância para as políticas externas de ambos os países e que a Noruega avança em um processo sistemático de reflexão sobre como ampliar as relações bilaterais em uma perspectiva de longo prazo.

Durante cerca de oito meses, foram realizadas reuniões consultivas junto aos representantes da indústria, ONGs, movimentos ambientalistas, meios cultural e acadêmico, além de três conferências temáticas sobre meio ambiente (com participação da Ministra Izabella Teixeira),[277] comércio e investimentos (conduzidas pelos Secretários de Estado da Indústria e Comércio e do Petróleo e Energia)[278] e sobre "Brazil in a Changing Global Order – an emerging power of the 21st Century", organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Centro Norueguês para a Construção da Paz (NOREF) e aberto pelo Secretário de Estado Espen Barth Eide.[279]

A Estratégia do Governo da Noruega para o Brasil, apresentada formalmente em 21 de março de 2011, definiu quatro áreas prioritárias:

a) comércio e investimentos – tendo presente que as grandes descobertas petrolíferas na plataforma continental brasileira já atraíram grande parte dos setores petroleiro e marítimo do país, e que o Brasil constitui um dos mais importantes mercados para exportações da Noruega e um dos principais países receptores de investimentos noruegueses, o documento estabelece o compromisso do governo norueguês de ampliar o suporte às operações das empresas norueguesas no Brasil "tanto por meio de iniciativas destinadas a melhorar as condições estruturais como pelo sistema estatal de incentivo e apoio empresarial" (a Agência Norueguesa de Seguro de Crédito (GIEK) já tem no Brasil sua maior exposição, sobretudo de linhas abertas para operações de fornecedores de bens e serviços noruegueses para a Petrobras). Também está expresso o interesse de iniciar negociações para um acordo bilateral sobre transporte marítimo,

[277] Temamøte om miljø og klima i Brasil-strategi, 6 set. 2010.
[278] Hovedmomenter fra diskusjonene innenfor olje/gass og maritim sektor, 8 nov. 2010.
[279] Literaturhuset, 18 jan. 2011.

Brasil_Noruega_último.indd 89 20/10/2011 12:36:14

que crie condições mais favoráveis no mercado brasileiro para as empresas de navegação e de apoio marítimo de bandeira norueguesa;

b) clima e meio ambiente – redução do desmatamento, gestão da pesca e da aquicultura e apoio continuado aos povos indígenas se sobressaem como focos principais da Estratégia. O governo norueguês tem interesse na elaboração do programa nacional brasileiro em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) como base para experiências semelhantes em outros países e etapa para a criação de regime internacional na matéria;

c) questões globais – a Noruega considera a crescente cooperação brasileira em terceiros países em desenvolvimento, na modalidade Sul-Sul, sobretudo na África, nos campos da agricultura, saúde e cidadania. No capítulo da promoção da paz, tem destaque a atuação brasileira no Haiti e as perspectivas que se abrem, da ótica norueguesa, para avançar o direito humanitário e os temas da manutenção da paz e da prevenção de conflitos regionais;

d) educação e cultura – há coincidência de que as próprias metas de desenvolvimento do Brasil tornam a educação, a pesquisa e a inovação áreas prioritárias para o país nos próximos anos. Para desenvolver a cooperação na área do conhecimento, o governo norueguês se dispõe a mapear instituições científicas e fontes de financiamento, bem como identificar medidas que possam ser implementadas no intuito de incentivar maior intercâmbio de estudantes e pesquisadores.

Subjaz à iniciativa norueguesa uma percepção de que a estrutura das relações internacionais têm evoluído da bipolaridade da Guerra Fria para a construção de um mundo multipolar, com nítida emergência do continente asiático (China e Índia) e da América Latina, onde o Brasil se destaca como líder.[280] Com efeito, o programa do governo (Soria Moria II) prevê a aproximação da Noruega junto aos "países emergentes mais influentes".

[280] Palestra do Vice-Ministro da Defesa, Espen Bath Eide, na Câmara de Comércio Brasil-Noruega. Oslo, 8 abr. 2010. Notas.

Brasil_Noruega_último.indd 90 20/10/2011 12:36:14

A importância do país decorre, assim, da sua condição de grande democracia, com valores semelhantes aos da Europa e da América do Norte, além de situar-se entre as dez maiores economias do mundo, com perspectivas de ascensão. Essa tendência estaria sendo refletida na instituição do G-20, que, ao ver da diplomacia norueguesa, assume o papel de foro relevante para o debate de questões globais e possivelmente a construção de novo multilateralismo (a diplomacia norueguesa aspira tomar parte do agrupamento, pelo menos através de um eventual assento nórdico). A redistribuição do poder mundial, da qual o Brasil é partícipe e agente, contribui para uma ordem multipolar que abre espaço para parcerias inovadoras entre uma diversidade de países que adquirem ou consolidam influência político-diplomática, econômica e tecnológica, mais além do tradicional poder militar.

O Brasil é descrito como o país rico em minerais, petróleo, gás, hidroeletricidade, biocombustíveis; um dos maiores produtores agrícolas mundiais; principal reserva mundial de água doce. Também lhe é reconhecido um ambiente desenvolvido de pesquisa científica, com indústrias de tecnologia avançada. O documento relaciona o desenvolvimento do país com políticas de distribuição de renda que têm promovido redução da pobreza e aumento da população de classe média. Ao mesmo tempo, ressalta o ainda grave problema da pobreza extrema.

Da perspectiva dos interesses noruegueses, o objetivo no longo prazo da Estratégia é tornar a Noruega um parceiro preferencial e natural para o Brasil nas áreas de reconhecida competencia da suas comunidades empresarial e cientifica.

Sob o prisma brasileiro, a iniciativa abre oportunidade para que sejam melhor aproveitadas as vantagens desse renovado interesse norueguês. Veremos, ao longo deste trabalho, que há pontos de vista comuns, nem sempre coincidentes, e que estão dadas as condições para o Brasil inserir suas próprias ênfases e temas de interesse específico dentro do relacionamento bilateral.

3.5 – Reflexões sobre a política exterior da Noruega em relação ao Brasil

A redistribuição do poder nas relações internacionais, da qual o Brasil é partícipe e agente, contribui para uma ordem multipolar que

Brasil_Noruega_último.indd 91 20/10/2011 12:36:14

abre espaço para parcerias inovadoras entre uma diversidade de países que adquirem e consolidam influência econômica, tecnológica, militar ou diplomática. Da perspectiva norueguesa, no hemisfério sul, o Brasil cresce como uma "potência regional" com tamanho e capacidade que se projetam além da América Latina[281] e que o tornam um país relevante também para a Noruega, em áreas de especial relevância para a paz e a segurança mundiais, a cooperação sobre clima e meio ambiente, o funcionamento do sistema econômico comercial multilateral e o desenvolvimento.[282] Na ótica brasileira, a visita de Estado aos países escandinavos, em 2007, confirmou que a região "é sócia em negociações internacionais estratégicas"[283] e que o Brasil identifica na Noruega um parceiro em variada gama de temas das agendas bilateral e global, dedicado a contribuir para a solução de alguns dos principais desafios da agenda internacional.[284]

Brasil e Noruega compartilham o objetivo comum e fundamental, em suas respectivas políticas externas, de fortalecer e normatizar a ordem internacional sobre os princípios do direito internacional, da solução pacífica de conflitos e da solidariedade entre os povos. Ambos procuram articular em suas diplomacias um equilíbrio entre o interesse nacional e a solidariedade internacional de maneira complementar, não excludente.

Possuem uma concepção próxima das principais questões globais. Conforme expresso no "Livro Branco" de política externa, "a luta contra a pobreza e a mudança climática representam os maiores desafios para o mundo de hoje e, por conseguinte, devem desempenhar papel central na política externa norueguesa".[285] Percebem o Estado democrático como ator essencial na conformação de um espaço econômico mais justo e na redistribuição dos benefícios sociais, com vistas à superação das disparidades, dentro e além das fronteiras. Reconhecem, ainda, o valor da crescente participação da sociedade

[281] STØRE, Jonas Gahr. *Å gjøre en forskjell*: Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008. p. 176.
[282] UTENRIKSDEPARTEMENTET. op. cit., p. 35.
[283] Artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "Brasil-Escandinávia: parceria ambiciosa". *Folha de S. Paulo*, 19 set. 2007.
[284] Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do banquete oferecido pelo Rei Harald e pela Rainha Sonja no Palácio Real. Oslo, 13 set. 2007.
[285] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 13 (2008–2009):* Klima, konflikt og kapital. Norsk utvikling politikk i et endret handlingsrom. Oslo: UD, 2008. p. 5.

Brasil_Noruega_último.indd 92 20/10/2011 12:36:14

na formulação da política exterior, seja por intermédio de seus parlamentos, seja em debates públicos, como nos casos da presença brasileira no Haiti ou da permanência de forças de paz norueguesas no Afeganistão.

Brasil e Noruega participam ativamente nos processos de reforma e de fortalecimento do sistema multilateral das Nações Unidas. Em termos gerais, o país nórdico coincide com o Brasil quanto à necessidade de reforma do Conselho de Segurança, à expansão de membros permanentes e não permanentes, e à importância de tornar o órgão mais representativo e, consequentemente, mais legítimo, não obstante existirem diferenças.

O empenho do Brasil em assumir papel preponderante nas operações da ONU, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), é considerado, pela diplomacia norueguesa, como um espaço promissor de cooperação para a promoção da paz e dos direitos humanos, em que as experiências nacionais podem ser intercambiadas e complementadas, mutuamente.

Se, por um lado, a Noruega dispõe de capital político, financeiro e humano que a leva a desempenhar papel protagonístico de facilitação da paz ou de mediação em diversas regiões e conflitos, o Brasil dispõe da capacidade de influenciar não apenas o debate sobre direitos humanos, no Conselho de Direitos Humanos e em órgãos regionais, mas também de colaborar para melhorias efetivas no respeito a esses direitos em outros países, como Haiti, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste, entre outros.

Para Brasil e Noruega, a segurança global está diretamente vinculada ao desenvolvimento. Estiveram no início do processo de busca e adoção de mecanismos inovadores de financiamento para o combate à fome e à pobreza e para projetos na área da saúde. Colaboram ativamente na UNITAID e em outras esferas relacionadas, com ênfase no acesso a medicamentos a preços compatíveis e na promoção do fortalecimento do papel do sistema das Nações Unidas nas questões vinculadas à saúde global. Criaram a Rede de Líderes da Campanha Global para a redução da mortalidade infantil e materna no mundo, bem como a Iniciativa dos Ministros das Relações Exteriores sobre Saúde Global e Política Externa. Esforços de cooperação triangular foram implementados na África, em favor de Angola e Guiné-Bissau.

Brasil_Noruega_último.indd 93 20/10/2011 12:36:14

Na esfera regional, o governo da Noruega reconhece a influência da diplomacia brasileira para neutralizar crises políticas emergentes.[286] Começa, também, a entrever o fenômeno da integração regional e percebe a UNASUL como sinal de maior autonomia política e econômica, com ênfase nos princípios democráticos e no desenvolvimento social.[287] Assinala como um desafio para a chancelaria estabelecer novos canais de diálogo com as estruturas regionais mais relevantes,[288] o que abre ao Brasil a possibilidade de coordenar processo de aproximação do país nórdico (ou da Área de Livre-Comércio Europeia, na esfera comercial) com o Mercosul e com a UNASUL, em favor de projetos de interesse comum.

Nas questões de mudança do clima, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o governo Stoltenberg não deixa dúvida de que a cooperação com o Brasil é considerada "estratégica",[289] ao refletir as prioridades da Iniciativa Climática e Florestal Norueguesa e os esforços do governo brasileiro para redução do desmatamento no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS). Nesse campo, tem destaque a colaboração noruego-brasileira estabelecida pelo Memorando de Entendimento sobre Combate ao Aquecimento Global, Proteção da Biodiversidade e Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável,[290] bem como o compromisso da Noruega de contribuir com até US$ 1 bilhão, até 2015, para o Fundo Amazônia.

No tocante aos temas econômicos da política externa, a Noruega, dados seu desenvolvimento industrial e sua riqueza financeira, considera uma questão crítica o fato de o país não estar representado no G-20, tampouco no Conselho de Estabilidade Financeira, e vem postulando participação conjunta com os demais nórdicos. Na situação em que se encontra, e levando em conta o peso significativo do Brasil na economia mundial e nas principais instâncias internacionais,[291] a Noruega propõe-se como meta trabalhar mais ativamente com o país em temas da agenda do G-20 e também do Banco Mundial e do FMI.

---

[286] UTENRIKSDEPARTEMENTET. op. cit., p. 35.
[287] Ibid.
[288] Ibid.
[289] Ibid.
[290] Celebrado em 16 de setembro de 2008.
[291] UTENRIKSDEPARTEMENTET. op. cit., p. 35.

Brasil_Noruega_último.indd 94 20/10/2011 12:36:14

Como terceiro maior destino de investimentos noruegueses após os Estados Unidos e a Europa,[292] o mercado brasileiro reúne número expressivo de empresas norueguesas em setores específicos como energia (petróleo, gás e bioetanol), indústria naval e *offshore*, produção mineral, papel e celulose. Também há investimentos brasileiros na Noruega. Em função da maior atividade de exploração de petróleo e gás na plataforma continental brasileira, o Brasil constitui mercado crescente para investimentos produtivos de companhias norueguesas nos setores de energia fóssil e de construção naval, em parceria com a Petrobras e a Transpetro. O "modelo norueguês" para o setor petrolífero foi estudado pelas autoridades brasileiras no processo de definição do regime para a exploração das reservas no pré-sal e deve expandir-se a colaboração institucional com base na experiência acumulada pela Noruega.

O caráter complementar das duas economias também enseja oportunidades de negócios e projetos conjuntos, inclusive em terceiros países, em que a tecnologia e os novos métodos desenvolvidos no Brasil poderão ser aplicados à exploração da camada de pré-sal na África Ocidental. O desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação, que figura em elevado nível de prioridade nas políticas governamentais dos dois países, deverá ser uma das vertentes principais da parceria bilateral, com base nos acordos firmados com os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Em comparação com demais países em desenvolvimento, o mercado brasileiro reúne características de estabilidade e de dinamismo, que levaram ao aumento da participação do fundo soberano da Noruega no capital acionário de grandes empresas cotadas em bolsa. Igualmente importante, tendo em vista a evolução do perfil das diretrizes éticas do Fundo, a instalação do Fórum Bilateral de Diálogo Social demonstra os níveis de transparência e de responsabilidade social já alcançados pelo setor privado nacional.

Algumas posições norueguesas de política externa, contudo, sinalizam divergências de percepções e de interesses com relação à diplomacia brasileira.

Conquanto a vinculação da Noruega com a OTAN encontre explicação na história e na geopolítica da Guerra Fria, recentemente a

[292] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 95 20/10/2011 12:36:14

presença norueguesa na operação da Força de Assistência e Segurança Internacional (ISAF) no Afeganistão e a participação da força aérea em operações de bombardeio coordenadas pela Aliança Atlântica na Líbia expuseram limites do principismo e da imagem de potência humanitária do país nórdico. Ao mesmo tempo em que atua como importante ator internacional para a paz e reconciliação, a Noruega também apresenta ao mundo seus interesses como membro da OTAN, país produtor de petróleo e fornecedor internacional de armamentos.[293] O Ministro Jonas Gahr Støre foi criticado pelos partidos de oposição por suposta indecisão e por uma atitude considerada demasiado principista ou acadêmica.[294]

Também na esfera da coalizão de governo, a operação líbia causou a dissensão do Partido Socialista (SV), que expressou dúvidas quanto à participação norueguesa na Operação *Odyssey Dawn* e efetivamente impôs um termo à particpação da força aérea norueguesa nos ataques.

No tocante à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Noruega chegou a manifestar, durante a LIX Assembleia Geral, apoio à proposta entabulada pelo G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão). Vê com simpatia o pleito brasileiro por um assento permanente e coincide na necessidade de ajustar o Conselho de Segurança às novas realidades e de garantir sua capacidade de enfrentar os novos desafios globais. Mantém, no entanto, atitude discreta e, não obstante reconhecer as credenciais do Brasil, a chancelaria norueguesa exime-se de expressar posição favorável a candidaturas específicas ao CSNU, preferindo que uma solução de consenso seja alcançada dentro de cada região.

No plano das negociações multilaterais de comércio, a Noruega compõe, com os membros da União Europeia, Suiça, Japão e Coreia do Sul, o grupo de países mais arredios à abertura de seus mercados para produtos agrícolas. Mesmo reconhecendo as limitações de solo e de clima apropriados, o país pretende manter um setor agrícola viável, como forma de salvaguardar padrões de segurança alimentar e estrutura de povoação e atividade rurais. O ônus dessa política implica a manutenção de elevados níveis de proteção tarifária. Por outro lado, mantém posição demandante quanto ao acesso aos mercados de

[293] A indústria bélica norueguesa reúne 120 empresas, lideradas pela Kongsberg Defense (de capital estatal) e pela Nammo, que juntas tiveram faturamento de aproximadamente USD 2 bilhões em 2010. Tem como principal mercado os países da OTAN, com destaque para os Estados Unidos.
[294] Nas palavras do Chanceler, "quando o governo soube da resolução da ONU na quinta-feira, 17 de março, diversas alternativas ruins surgiram, sendo a pior delas não fazer nada".

Brasil_Noruega_último.indd 96 20/10/2011 12:36:14

transporte marítimo e a outros serviços marítimos, serviços relacionados com energia, telecomunicações e seguros marítimos.

Não há dúvidas, porém, de que as relações noruego-brasileiras se enquadram no rol das relações harmoniosas. Por sua vez, o entendimento político dos últimos anos, entre os governos do Brasil e da Noruega ampliou o diálogo e favoreceu o surgimento de iniciativas em conjunto.

Nos capítulos seguintes, são identificadas e estudadas quatro áreas prioritárias em que o autor considera que maior cooperação entre o Brasil e a Noruega poderia revelar-se profícua para ambas as partes e constituir o núcleo de uma parceria mais estreita e mais densa entre os dois países. O conceito de área de importância estratégica utilizado no presente trabalho se refere ao escopo de uma parceria em setores de alta relevância, baseada em interesses comuns e na complementaridade de conhecimentos e experiências, orientada para o longo prazo e que beneficie ambos os países de forma equilibrada.

Brasil_Noruega_último.indd 97 20/10/2011 12:36:14

Brasil_Noruega_último.indd 98 20/10/2011 12:36:14

Capítulo 4
Energia: petróleo e gás

"*Temos certeza do valor de uma aliança estratégica maior*"
Helge Lund, Presidente da Statoil[295]

4.1 – Breve história do petróleo na Noruega

Em 1962, o diretor da norte-americana Phillips Petroleum Co., Ward W. Dunn, escreveu carta ao Embaixador Trygve Lie que viria a ser considerada histórica, na qual manifestava o interesse da companhia em obter do governo norueguês uma concessão para exploração de petróleo e gás no Mar do Norte.[296] Consta que a Phillips teria cogitado adquirir os direitos sobre toda a plataforma continental norueguesa, o que levou o Parlamento a estabelecer, rapidamente, em lei, a propriedade

[295] LUND, Helge. Os planos da Statoil. Revista Energia Hoje, Rio de Janeiro, 1 jun. 2005.
[296] "We have reasons for believing that the geological basin in which large reserves of natural gas have been discovered in Holland may be extended northward into the Norwegian portion of the North Sea. Therefore, Phillips Petroleum Company is interested in obtaining from the Norwegian Government an oil and gas concession covering the lands laying beneath the territorial waters of Norway […]." Trecho da carta datada de 29 de outubro de 1962. Trygve Lie era, então, eminente parlamentar, após dois mandatos como Secretário-Geral da ONU.

Brasil_Noruega_último.indd 99 20/10/2011 12:36:14

da nação sobre os recursos ali existentes.[297] Na sequência de diversas tentativas infrutíferas, quando a empresa realizava uma última perfuração, após a qual a equipe contratada deveria encerrar o serviço, foi finalmente encontrado petróleo, às vésperas do Natal de 1969, no campo denominado Ekofisk, com enormes reservas então estimadas em 5 bilhões de barris.[298]

Mais do que um "acontecimento histórico"[299] e promessa de riqueza para o país, a intensa atividade prospectiva na plataforma continental norueguesa no início dos anos 1970 representou ponto de inflexão para a Noruega. Do ponto de vista da produção, conforme escreveu Daniel Yergin em sua história do petróleo:[300] "todo o empreendimento foi arriscado e perigoso em termos físicos e econômicos […] as plataformas tinham que operar em profundidades nunca antes vistas [...] equipamentos e trabalhadores tiveram de enfrentar uma das piores condições climáticas do mundo". Em termos geoestratégicos, "de repente, um pequeno país no extremo norte da Europa emergiu para a cena internacional".[301] Em plena Guerra Fria e crise de abastecimento, o Presidente Ronald Reagan tornou-se o mais entusiasta promotor da exploração do campo de gás de Troll, descoberto em 1979, como resposta às preocupações de segurança energética da Europa Ocidental.[302]

A fim de manter o controle sobre as atividades *offshore* de dezenas de empresas internacionais, o Parlamento norueguês decidiu estabelecer, em 1972, uma Autoridade (*Oljedirektorat*) responsável pelas questões técnicas e de avaliações de campo. Simultaneamente, determinou a criação da Statoil como companhia petrolífera estatal, com direito a 50% de participação em cada futura licença de exploração na plataforma continental norueguesa. A companhia deveria desempenhar tríplice missão: participar das atividades de prospecção e produção, absorvendo o máximo de experiência e tecnologia dos parceiros estrangeiros; servir

[297] Entrevista do autor com o Diretor de Assuntos Econômicos no Ministério de Petróleo e Energia, Johan Alstad, em 08 dez. 2009.
[298] <http://www.kulturminne-ekofisk.no/>.
[299] Manchete do jornal Aftenposten, disponível em: <http://www.kulturminne-ekofisk.no/>.
[300] NORENG. Oystein. The role of petroleum in Norway´s economic development. In: Foro Petroleo y Desarrollo Sostenible, 2008, Caracas.
[301] Artigo de Stig Kvendseth, disponível em: <http://www.kulturminne-ekofisk.no/>.
[302] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 100 20/10/2011 12:36:14

de plataforma para o desenvolvimento da indústria *offshore* nacional norueguesa; e canalizar as receitas obtidas ao Tesouro da Noruega.[303] À época, apenas duas outras empresas norueguesas menores, de capital aberto, operavam no setor petrolífero: Hydro Oil&Gas e Saga Petroleum.

Assinale-se que 1972 foi também o ano em que os cidadãos noruegueses votaram em referendo, pela primeira vez, contra a adesão do país à Comunidade Econômica Europeia.

Quando, por decisão da OPEP, o preço internacional do barril quadruplicou, saltando de pouco menos de US$ 3 para cerca de US$ 12, entre 1973 e 1974, as companhias ocidentais de petróleo passaram a concentrar seus projetos de perfuração nas regiões promissoras do Mar do Norte. O regime institucional e os novos desafios de engenharia e de logística de produção, em razão da profundidade e distância da costa, deram novo impulso à indústria nascente do petróleo na Noruega, em especial pela construção das gigantescas e inovadoras plataformas sobre estrutura de concreto, denominadas *Condeep*.[304] Não resta dúvida de que as nações produtoras de petróleo no Mar do Norte beneficiaram-se do alto poder de barganha da OPEP. Há relatos de que os executivos das companhias norueguesas do setor *offshore* eram chamados de "árabes de olhos azuis" por causa das rígidas cláusulas impostas durante as negociações de licenças de exploração.[305]

No início dos anos 1980, não apenas a Statoil havia se tornado uma companhia de proporções e influência inigualáveis nas esferas da economia e da política norueguesa. Também as rendas geradas pelo petróleo representavam mais de 40% do total das receitas do Estado, cerca de US$ 7 bilhões em 1981, para uma população de pouco mais de 4 milhões. Após longo debate parlamentar, o governo conservador tomou, em 1985, a decisão política de atribuir ao Estado um "interesse financeiro direto" em cada nova licença, distinto dos interesses empresarias da Statoil.

---

[303] Entrevista do autor com Johan Alstad, Diretor de Assuntos Econômicos no Ministério Real de Petróleo e Energia, em 8 dez. 2009.

[304] Concrete Deep Water Structure.

[305] ESTRADA, Javier H. Estrada. *El modelo petrolero noruego y sus beneficios*. Analítica Energética. Cidade do México, 2006.

Brasil_Noruega_último.indd 101 20/10/2011 12:36:14

O Investimento Financeiro Direto do Estado (SDFI) foi concebido como uma espécie de "banco estatal do petróleo"[306] para o Estado investir diretamente – e não exclusivamente através da Statoil – no negócio do petróleo, e receber os retornos financeiros esperados. Paralelamente, os esforços realizados para a elevação do conteúdo nacional e do componente de pesquisa e tecnologia desenvolvido em território norueguês contribuíram, em vinte anos, com vistas à formação de uma infraestrutura instalada da ordem de US$ 100 bilhões em 1990.

Contudo, em meio a essa tendência à prosperidade, a Noruega experimentou uma crise orçamentária, em 1985 e 1986, quando o preço do petróleo caiu de US$ 31 para US$ 10 por barril, o saldo da balança comercial inverteu-se e as receitas petrolíferas do Estado reduziram-se de US$ 7 bilhões para US$ 2,5 bilhões. O impacto da volatilidade do preço internacional do barril motivou, então, a reorganização da estrutura fiscal do Estado norueguês nos moldes ainda vigentes, com vistas a que os substanciais recursos financeiros gerados pelas atividades de petróleo fossem investidos para benefício das gerações futuras e transferidos, apenas dentro de limites estabelecidos, ao orçamento do Estado, para despesas correntes.

Assim, o Parlamento aprovou a Lei do Fundo Governamental do Petróleo[307] e decidiu estabelecer, em 2001, novas orientações de política orçamentária, segundo as quais a transferência anual do Fundo para o orçamento fiscal – a fim de financiar os gastos do governo – deve corresponder ao retorno real esperado da renda do Fundo, estimada em cerca de 4% ao ano. A Statoil foi parcialmente privatizada[308] e passou a ser cotada em bolsa. Nesse contexto, criou-se uma empresa inteiramente estatal, a Petoro, para gerir a carteira de SDFI, antes administrada pela companhia petrolífera.

Atualmente,[309] a plataforma continental norueguesa comporta 60 campos em operação, que produzem 2,5 milhões de barris de petróleo por dia e quase 100 bilhões m^3 de gás natural (o Brasil produz 1,9

[306] Entrevista do autor com Johan Alstad, Diretor de Assuntos Econômicos no Ministério Real de Petróleo e Energia, em 8 dez. 2009.
[307] Lei de 22 de junho de 1990.
[308] O Estado manteve 70,6% das ações, na ocasião. Em 2009, a propriedade estatal represen-tava 62,5% das ações da companhia.
[309] NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. Facts 2009: The Norwegian Petroleum Sector. Oslo, NPD, 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 102 20/10/2011 12:36:15

milhões de barris de petróleo por dia e 15 bilhões de m^3 de gás).[310] Ainda em intensa atividade, número recorde de 56 poços foram perfurados em 2008, resultando em 25 novas descobertas. A Noruega é o principal país europeu e o quinto exportador mundial de petróleo (com volumes superiores aos de Kuaite, Nigéria e Venezuela). Como terceiro maior exportador mundial de gás natural, fornece cerca de 15% do gás consumido na União Europeia por extensa rede de gasodutos com terminais na Alemanha, Bélgica, França e Reino Unido.

Os novos desafios para a indústria *offshore* norueguesa advêm dos esforços de exploração das vastas reservas estimadas nos espaços marítimos do Extremo Norte europeu e do Oceano Ártico, de soberanias norueguesa e russa. A exploração da maior parte desses recursos depende, em termos operacionais, do desenvolvimento de tecnologias avançadas de sistemas submarinos de exploração remota e demanda elevado fluxo de capital. Paralelamente, as perspectivas de aproveitamento dessa nova fronteira petrolífera reforçam, para a Noruega e para os países interessados, a necessidade de ações diplomáticas voltadas ao enquadramento político e jurídico de questões relacionadas à soberania (caso das "zonas cinzentas", na fronteira marítima entre a Noruega e a Rússia),[311] ao meio ambiente (a região de Barents é rica em recursos da pesca), à navegação (em rotas polares até o presente obstruídas pelo gelo ou pouco trafegadas) ao tráfego marítimo ou, ainda, estratégicas, para a movimentação de forças navais, sobretudo submarinos, dos países da OTAN e da Rússia.

4.2 – O "modelo norueguês"

A relevância do chamado "modelo norueguês" no processo de elaboração, pelo governo brasileiro, da proposta de marco regulatório para a exploração de petróleo na camada de pré-sal, constante dos Projetos de Lei PL nº 5938 a 5941/2009, foi ressaltada pelo Presidente

[310] AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009. Rio de Janeiro, 2009.

[311] A soberania sobre a região de 175.000 km^2 na fronteira marítima entre a Noruega e a Rússia permaneceu disputada por quase 40 anos, até que, em 15 de setembro de 2009, os Chanceleres Jonas Gahr Støre e Sergej Lavrov assinaram Acordo de Delimitação, a ser submetido ao *Storting* e à *Duma*.

Brasil_Noruega_último.indd 103 20/10/2011 12:36:15

Luiz Inácio Lula da Silva em conversa com o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg durante o encontro em Brasília de setembro de 2008 e na Reunião de Líderes Progressistas, em março de 2009.[312] Acrescentem-se as declarações públicas de diversos ministros de Estado e parlamentares, as informações intercambiadas entre a Embaixada do Brasil em Oslo e o Ministério das Relações Exteriores em Brasília, as missões do Presidente da Petrobras, da Transpetro e do Ipea à Noruega, bem como os numerosos artigos de opinião na imprensa brasileira.

A convite do governo brasileiro, o Ministro do Petróleo e Energia da Noruega, Terje Riis-Johansen, designou o Diretor-Geral Bjarne Moe para apresentar o modelo institucional norueguês de organização e gestão dos recursos do setor de petróleo e gás à Comissão Interministerial criada, em 18 de julho de 2008, com o objetivo de "estudar e propor as alterações necessárias à legislação, no que se refere à exploração e à produção de petróleo e gás natural nas novas províncias petrolíferas descobertas".

O regime regulatório da Noruega foi tema de análise aprofundada nos variados campos jurídico, financeiro e operacional por iniciativa do BNDES.[313]

4.2.1 – Elementos constitutivos

O ponto de partida para o modelo da Noruega foi o estabelecimento de um mecanismo para atrair as melhores companhias internacionais, os investimentos estrangeiros e os profissionais da indústria, mantendo plena soberania sobre os recursos petrolíferos. Simultaneamente, o país buscou, por intermédio da Statoil, controlar o desenvolvimento da prospecção e da produção na sua plataforma continental e desenvolver capacidades técnicas e operacionais autônomas.

Fator considerado fundamental para o crescimento da indústria e a diversificação da cadeia produtiva em poucos anos foi a existência de consenso político com relação à importância da interação entre companhias petrolíferas (nacionais e estrangeiras), empresas

[312] "Agora que encontramos muito petróleo no Brasil, estamos muito interessados em conhecer o fundo do petróleo que foi criado na Noruega, para criar algo que tenha similaridade, utilizar a riqueza do petróleo para ajudar a nossa gente e não apenas para queimar combustível".
[313] Cf. bibliografia.

Brasil_Noruega_último.indd 104 20/10/2011 12:36:15

fornecedoras – anteriormente dedicadas a atividades econômicas tradicionais, porém conexas, como a construção naval – e a comunidade acadêmica. Dentro de um período relativamente curto de tempo, à medida que essa cooperação começou a produzir resultados, empresas, universidades e institutos de pesquisa passaram a formar arranjos regionais especializados (*clusters*), que consolidaram a indústria do petróleo na Noruega e a tornaram o mais importante segmento da economia nacional. Ademais, a opção consciente pela inovação tecnológica tem sido responsável pela competitividade internacional da Noruega no setor, mesmo levando em conta o elevado custo da mão de obra local.

A exigência de transferir tecnologia e de cooperar em projetos de pesquisa comuns foi introduzida na terceira rodada de licenciamento, em 1973, e dispunha que a companhia petrolífera internacional Mobil deveria treinar a Statoil para assumir a tarefa de operadora no campo de Statfjord. A rodada seguinte, em 1979, introduziu demandas específicas de cooperação entre empresas petrolíferas estrangeiras e instituições de pesquisa norueguesas. Os acordos de cooperação eram de três tipos: a) os chamados "acordos de 50%", em que os operadores deveriam realizar pelo menos metade do esforço de pesquisa e desenvolvimento em instituições norueguesas; b) outro tipo em que os operadores eram chamados a desenvolver projetos de pesquisa na Noruega antes de cada novo licenciamento; e c) acordos "boa vontade", em que estes operadores se comprometiam a realizar "o máximo" de pesquisa e desenvolvimento no país.[314]

Simultaneamente, o governo norueguês instituiu expressamente por lei uma política de preferência para bens e serviços noruegueses na exploração de petróleo entre 1972 e 1994, quando passou a vigorar o regime de concorrência da União Europeia também no escopo da Área Econômica Europeia. A Direção de Bens e Serviços do Ministério da Indústria buscava garantir que as empresas norueguesas qualificadas fossem incluídas em licitações relativas às atividades na plataforma continental e que lhes fossem prefrencialmente adjudicados os contratos em condições competitivas de preço, qualidade, tempo de entrega e de serviço. Na fase de adjudicação do contrato, a operadora via-se obrigada

[314] NORENG, Øystein. Norway: economic diversification and the petroleum industry. *Middle East Economic Survey*, v. XLVII, n. 45, 2004.

Brasil_Noruega_último.indd 105 20/10/2011 12:36:15

a informar o ministério da sua escolha de fornecedores, preço, país de origem e conteúdo local norueguês (calculado como a soma, em valor, da utilização de bens e de recursos humanos). A ênfase colocada sobre o conteúdo norueguês ultrapassou, por vezes, 70%. Atualmente, no estado de maturidade da indústria local, este coeficiente situa-se em torno de 50%[315] e o apoio governamental destina-se, sobretudo, ao fomento da inovação e do lançamento comercial de novos produtos e serviços.

Última ferramenta do modelo foi a criação, com as receitas do petróleo, do fundo soberano de investimento, que, mais além das implicações em termos de disciplina fiscal e de política anti-inflacionária, consolidou um "pacto" entre governo e sociedade, segundo o qual parte substantiva da riqueza petrolífera deveria ser poupada e utilizada para financiar crescentes gastos sociais, causados pelo envelhecimento da população, bem como a implementação de uma economia baseada no conhecimento quando já estarão esgotadas as reservas fósseis no Mar do Norte.

4.2.2 – Estrutura organizacional

Constitucionalmente, o Parlamento é responsável pela legislação que define o marco das atividades petrolíferas na Noruega e controla a maneira como o governo implementa as diretrizes políticas que estabelecem os princípios relativos à exploração da plataforma continental, inclusive o nível de extração (porém não o valor exato) e à implementação de novos projetos. Fundamenta suas discussões na análise de documentos e de propostas elaborados pelo Executivo nos chamados "Livros Brancos".

Cabe ao governo implementar a Política do Petróleo através dos seguintes ministérios e agências:

i) o Ministério do Petróleo e Energia é responsável pela gestão dos recursos petrolíferos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Parlamento. Conta com assessoria técnica da Direção do Petróleo da Noruega, a quem compete avaliar a produção dos campos e propor a empresas petrolíferas medidas para maximizar a extração das reservas;

[315] Id.

Brasil_Noruega_último.indd 106 20/10/2011 12:36:15

ii) o Ministério do Meio Ambiente dispõe de um agência reguladora, a Autoridade de Controle do Petróleo, que garante o cumprimento da lei ambiental e de controle da poluição na plataforma continental;
iii) o Ministério do Trabalho e da Inclusão Social, por intermédio da Autoridade de Segurança no Setor de Petróleo e Gás, tem a incumbência de fazer cumprir leis e regulamentos relativos a saúde, ambiente de trabalho e segurança. Em princípio, o operador é responsável pela segurança e pela adoção das "melhores práticas", controladas pela Autoridade mediante auditorias e visitas aos locais de trabalho;
iv) ao Ministério da Pesca e dos Assuntos Costeiros cabe implementar as medidas de contingência em caso de derramamento de petróleo. Para tanto, dispõe de frota própria de aeronaves e navios de vigilância, além dos equipamentos de contenção das "marés negras";
v) o Ministério das Finanças é responsável pela gestão das receitas públicas, que no setor do petróleo incluem: os impostos diretos sobre as atividades de petróleo e gás, os dividendos das ações do Estado na Statoil, o imposto sobre emissão de carbono e o Interesse Financeiro Direto do Estado (SDFI).

No tocante à tributação direta, a Noruega aplica, além da alíquota geral de 28% do imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas, uma taxa específica e adicional de 50% sobre a renda das atividades das empresas no setor de petróleo. Na ótica norueguesa, esse regime fiscal especial se justifica "porque as companhias petrolíferas recebem uma concessão para explorar recurso valioso e não renovável, que pertence à nação".[316] A questão é, porém, complexa, uma vez que o Estado reconhece a necessidade de estabelecer um ponto de equilíbrio entre a rentabilidade das empresas e as condições para investimentos futuros. A solução encontrada faculta às empresas deduzir a maioria dos custos relacionados com o desenvolvimento do projeto. Assim, "para cada coroa norueguesa [de imposto devido], 78 centavos são deduzidos por investimentos realizados".[317]

[316] ERIKSEN, Tore. op.cit.
[317] Entrevista do autor com Johan Alstad, Diretor de Assuntos Econômicos no Ministério Real de Petróleo e Energia, em 8 dez. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 107 20/10/2011 12:36:15

Por sua vez, os dividendos auferidos pelo Estado, com base nos 62,5% das ações da Statoil, alcançou US$ 18 bilhões em 2008, ou cerca de 3% do total da arrecadação do governo.[318]

Característico do sistema norueguês, o Interesse Financeiro Direto do Estado (SDFI) contribuiu com quase metade – US$ 28 bilhões, em 2008 – dos ingressos líquidos do setor do petróleo para o Tesouro da Noruega.[319] O SDFI constitui mecanismo puramente financeiro,[320] pelo qual o Estado, por intermédio da estatal Petoro, investe em uma série de licenças de campos de petróleo e gás. Como os demais licenciados, o Estado paga sua quota de investimentos e de custos, e recebe a parcela correspondente do rendimento bruto de exploração da licença. Por se tratar de um instrumento para aumentar a arrecadação pública, o SDFI mantém participações exclusivamente nas licenças mais rentáveis ou promissoras da plataforma continental norueguesa, na proporção mínima de 20% (no caso do campo gigante de Troll, esta ascende a 56% da licença).[321]

A Petoro foi criada em 2001 como companhia 100% estatal, com a incumbência de gerenciar esse portfólio de licenças do SDFI e de transferir a renda auferida ao fundo soberano da Noruega, o Fundo Governamental de Pensão – Global (FGP-G). Em 2008, a renda transferida do SDFI para o FGP-G ultrapassou US$ 30 bilhões. A Petoro tem o duplo mandato de (i) maximizar o retorno para o Estado, de maneira sustentada, das licenças de exploração e produção na plataforma continental norueguesa e (ii) promover a absorção de *know-how* e de novas tecnologias mediante a participação de empresas estrangeiras no mercado. Recentemente, foram feitas algumas mudanças na regulamentação do setor *offshore* com o propósito de atrair pequenas empresas estrangeiras, detentoras de capacidades tecnológicas específicas, que não estavam presentes na Noruega. Cabe ter presente que a Petoro não desempenha função de operadora de campos de petróleo.

O presidente da companhia é nomeado pelo Conselho de Diretoria, composto de cinco membros de reconhecida experiência na indústria

[318] Ibid.
[319] Ibid.
[320] Ibid.
[321] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 108 20/10/2011 12:36:15

do petróleo, indicados pelo Ministério do Petróleo e Energia, e de dois representantes dos funcionários da empresa (entre cerca de 70 economistas, juristas, geólogos, geofísicos, engenheiros e especialistas em petróleo). O elevado nível dos quadros da Petoro responde à necessidade de avaliar de forma autônoma o valor e as características das licenças e, assim, dispor de capacidade de influir na discussão com as companhias petrolíferas sobre questões técnicas e financeiras relacionadas à exploração.[322]

Todas as receitas de arrecadação do governo são transferidas para o Fundo Governamental de Pensão – Global (cerca de US$ 62 bilhões, em 2008).[323]

O Banco Central da Noruega exerce a gestão operacional do Fundo, em nome do Ministério das Finanças, por intermédio da Gerência de Investimentos (Norges Bank Investment Management (NBIM), que permanece, no entanto, isolada das demais atividades operacionais do Banco Central. Como proprietário formal do FGP-G, o ministro das Finanças é responsável pela definição da estratégia de longo prazo do investimento, assim como a distribuição relativa entre divisas e países que compõem a carteira do Fundo e entre classes de ativos (títulos e ações). A NBIM investe o capital exclusivamente fora da Noruega.

Enquanto todas as receitas do petróleo são transferidas para o Fundo, apenas montante próximo a 4% da renda real estimada dos ativos do Fundo[324] pode ser transferido para o orçamento fiscal do governo, anualmente, a fim de cobrir o déficit da economia não petrolífera. Esse mecanismo visa a que a acumulação de capital no fundo seja igual à poupança financeira líquida do Estado, sem aumento correspondente do passivo.[325] Ademais, a legislação proíbe a utilização de recursos do Fundo para fins não prioritários no orçamento regular.[326] O objetivo é que a riqueza acumulada no Fundo seja transferida para as gerações futuras, e que, portanto, cada geração só deva gastar o equivalente ao

[322] Reunião entre os presidentes do Ipea e da Petoro na Embaixada do Brasil em Oslo, em 26 nov. 2009.
[323] NORGES BANK. Government Pension Fund – Global. Annual Report 2008. Oslo, NB, 2008.
[324] As orientações de política orçamental introduzidas em 2001 dispõem que, em caso de elevada utilização da capacidade instalada, as despesas deverão ser inferiores a 4%, enquanto que em uma desaceleração cíclica da economia, poderão ser utilizados recursos em percentual mais elevado.
[325] GJEDREM, Svein. From oil and gas to financial assets – Norway's Government Pension Fund – Global. In: *Conference on Commodities, the Economy and Money,* 20 jun. 2008, Calgary.
[326] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 109 20/10/2011 12:36:15

retorno do investimento.[327] Consoante tal regra, as transferências do Fundo para o orçamento ultrapassaram 4% nos exercícios de 2003 a 2005 e no ano de 2010.

4.3 – Presença da Statoil no Brasil

A Statoil é uma empresa petrolífera integrada, desde a exploração até a distribuição. Mantém atividades de exploração e produção em 15 países, entre os quais Angola, Nigéria e Venezuela, onde atua também a Petrobras, além do Golfo do México. Com reservas estimadas em 6 bilhões de barris de óleo equivalente (b.o.e.), produziu, em 2008, quase 2 milhões/dia de b.o.e. e foi a terceira maior exportadora mundial líquida de petróleo.

A competência tecnológica da companhia em águas profundas, a boa relação com a Petrobras e o potencial para "grandes sinergias" entre as duas empresas estatais foram, segundo seu presidente, Helge Lund, fatores essenciais para o ingresso da empresa no Brasil.[328] O país representa, hoje, prioridade (*core area*) na estratégia de internacionalização da Statoil.[329]

No Brasil, a Statoil possui concessões para exploração e produção de petróleo e gás, arrematadas na quarta (2002), sétima (2005) e nona (2009) rodadas de licitações, e localizadas nas bacias de Campos, Camamu-Almada, Jequitinhonha e do Espírito Santo.

O portfólio da companhia compreende o campo "gigante" de Peregrino, na Bacia de Campos, no qual passou a exercer a função de operadora após investimentos da ordem de US$ 1,8 bilhão para a aquisição, em 2007, da parcela detida pela norte-americana Anadarko. A previsão é de que o campo comece a produzir petróleo em 2011, em um volume de pelo menos 100 mil b.o.e. diários (de petróleo, um dos mais pesados do Brasil, e gás natural). Uma vez em operação, Peregrino será responsável por aumento de 15% da produção internacional da Statoil e a companhia poderá tornar-se a segunda empresa produtora de petróleo do Brasil.[330] Os investimentos previstos nos próximos três

[327] Ibid.
[328] LUND, Helge. Os planos da Statoil. *Revista Energia Hoje*, Rio de Janeiro, 1 jun. 2005.
[329] Ibid.
[330] Entrevista do autor com Jorge Camargo, Presidente da Statoil do Brasil, em 11 dez. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 110 20/10/2011 12:36:15

anos variam entre US$ 5 e 10 bilhões, para a perfuração de 37 poços de produção e outros 6 poços exploratórios com vistas a ampliar a capacidade produtiva do campo.[331]

Os demais blocos[332] situam-se em áreas de até 2.700 metros de profundidade, alguns com "potencial de pré-sal"[333], como o BM-C-3, na Bacia de Campos, operado pela Repsol, e o BM-J-3, na Bacia de Jequitinhonha, operado pela Petrobras.

A herança muito similar[334] tem levado as companhias brasileira e norueguesa a desenvolver colaboração em projetos dentro e fora do Brasil e no intercâmbio de conhecimento, no quadro do Acordo Geral de Cooperação em Tecnologia, de outubro de 2003, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Estratégica em Petróleo, Gás e Biocombustíveis, assinado durante a visita de Estado do Presidente Lula à Noruega, em 2007, e do Memorando de Entendimento relativo ao Intercâmbio de Tecnologia, de dezembro de 2007.

Além de áreas de expansão prioritária para as duas companhias, em Angola e Nigéria,[335] foram definidas parcerias para exploração e produção de petróleo e gás em campos "tecnologicamente complexos nas regiões do Atlântico Sul, da plataforma continental norueguesa, […] Venezuela, México, Trinidade e Tobago, Tanzânia, China e Índia".[336] Estendeu-se, ainda, a cooperação Petrobras-Statoil com vistas ao "desenvolvimento conjunto de novas tecnologias"[337] aplicadas, por exemplo, a avaliação de reservas, perfuração de poços, controle de fluidos, processamento submarino (*subsea*), transporte de petróleo e gás, captura e armazenamento de carbono (*carbon capture and sequestration* – CCS) e recuperação suplementar de petróleo (*improved oil recovery* – IOR), área em que a Noruega tem logrado avanços significativos, chegando, em alguns casos, a duplicar os níveis de recuperação de petróleo em

[331] Ibid.

[332] Campos: BM-C-33 Statoil 50% Repsol 50%; BM-C-47 Statoil 100% – Camamu-Almada: BM-CAL-7 Statoil 40 % Petrobras 60%; BM-CAL-8 Statoil 100 %; BM-CAL-10 Statoil 60 % Petrobras 40% – Jequitinhonha BM-J-3 Statoil 40% Petrobras 60% – Espírito Santo: BM-ES-29 Statoil 30 % Repsol 40 % Outros 30%; BM-ES-32 Statoil 40% Petrobras 60 %; Santos: três blocos pendentes de adjudicação.

[333] Entrevista do autor com Jorge Camargo, Presidente da Statoil do Brasil, em 11 dez. 2009.

[334] LUND, Helge. op. cit.

[335] Plano de Negócios da Petrobras 2009-2013 e Statoil´s Strategy.

[336] Memorandum of Understanding, 14 set. 2007.

[337] Memorandum of Understanding, 3 dez. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 111 20/10/2011 12:36:15

reservatórios considerados maduros. Também, desde 2007, as duas companhias decidiram colaborar em pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis a partir de óleos vegetais, lignocelulose, biomassa e algas, com base na extensa experiência da Petrobras na produção de bioetanol e de biodiesel.[338]

O potencial da sinergia entre Petrobras e Statoil levou o presidente da estatal norueguesa do petróleo a afirmar: "Temos certeza do valor de uma aliança estratégica maior […]. O desenvolvimento de uma indústria nacional forte e competitiva, onde a Statoil e a Noruega possuem um histórico de sucesso, também é tema de interesse da Petrobras […] temos experiência no desenvolvimento da cadeia de valor do gás, assunto no qual o Brasil está em uma fase menos avançada, e a Statoil pode dar contribuição".[339]

Dentre os diversos resultados práticos da cooperação, ademais das atividades operacionais das duas companhias no Brasil e no exterior, tem destaque o intercâmbio científico e tecnológico entre o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e a Fundação SINTEF, maior rede de pesquisa da Escandinávia, com sede em Trondheim, Noruega, financiada com recursos da indústria do petróleo.[340]

Nesse contexto, o braço *offshore* da fundação, denominado MARINTEK, abriu no Rio de Janeiro seu segundo escritório internacional (além de Houston/EUA) para coordenar as atividades de pesquisa entre o Brasil e a Noruega, no setor.[341]

A Statoil também se associou à criação do Centro de Excelência em Engenharia, Suprimento e Construção, localizado no Rio de Janeiro e que visa aumentar a participação das empresas brasileiras nos projetos de investimento das operadoras de petróleo e gás no Brasil e no exterior, em bases competitivas e sustentáveis. Seguindo o modelo da Noruega, a Universidade Federal Fluminense (UFF) serve de instituição âncora do projeto, que reúne apoio do Ministério de Minas e Energia, do BNDES, de entidades como a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABENI), o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), a

[338] Memorandum of Understanding, 14 set. 2007.
[339] LUND, Helge. op. cit.
[340] Memorando de Entendimento entre Cenpes/Petrobras e SINTEF, firmado por ocasião da visita ao Brasil da Ministra da Educação e Pesquisa da Noruega, Tora Aasland, em 2008.
[341] <http://www.sintef.no/Projectweb/MARINTEKdoBrasil/MARINTEK-do-Brasil/>.

Brasil_Noruega_último.indd 112 20/10/2011 12:36:15

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), além de empresas e universidades.[342]

4.4 – Vertentes para a cooperação intergovernamental

4.4.1 – Ampliação do exame do "modelo norueguês"

A experiência da Noruega mostra que o Estado, com base em amplo consenso político sobre uma estratégia de longo prazo, desempenhou papel fundamental na formação do setor nacional do petróleo. Por si mesmas, as forças do mercado teriam dado preferência a operadoras e fornecedores estrangeiros de competência comprovada, e não teriam levado à transferência de capacidades, ao desenvolvimento de *clusters* industriais de bens e serviços e, ainda menos, à criação do fundo soberano. Por sua vez, a contribuição dos setores privados, nacional e estrangeiro, apoiada na tradição norueguesa em transportes marítimos, construção naval e indústria mecânica, foi, evidentemente, de grande valia.

As circunstâncias, aparentemente semelhantes, sempre variam de país para país. O Brasil também conseguiu realizar seu objetivo de desenvolver uma empresa petrolífera estatal forte financeiramente e capacitada tecnologicamente, ao mesmo tempo que atraiu grandes empresas estrangeiras de petróleo e de fornecimento de equipamentos e serviços correlatos. Após a conquista da autossuficiência, o país se vê frente aos desafios da exploração das enormes reservas do pré-sal e da transferência para a sociedade das futuras receitas fiscais.

O regime brasileiro de exploração para o pré-sal, ainda que se tenha inspirado no modelo norueguês, deste difere em alguns aspectos fundamentais.

A primeira diferença entre o modelo norueguês e o brasileiro é que na Noruega não são realizados leilões de licitação de blocos, como ocorre no Brasil. No sistema norueguês, as propostas de empresas interessadas na exploração e produção de áreas são analisadas pela Direção Nacional do Petróleo, órgão do governo encarregado de administrar as concessões. A escolha do concessionário é realizada

[342] <http://www.ce-epc.org.br/cms/>.

Brasil_Noruega_último.indd 113 20/10/2011 12:36:15

observando-se critérios como a capacidade financeira e técnica do interessado e sua experiência anterior na Noruega. Enquanto a Noruega mantém o modelo de concessões em toda sua plataforma continental, o Brasil introduziu o regime de contratos de partilha de produção nas áreas do pré-sal.

A Noruega, assim como o Brasil, possui uma empresa controlada pelo governo, também com capital negociado em bolsa. A exemplo da Petrobras, a Statoil participa das concorrências por áreas exploratórias, podendo associar-se a empresas privadas e estrangeiras, e responde por fatia majoritária (2/3) da produção norueguesa de petróleo e gás natural. O regime brasileiro, contudo, concede à Petrobras a função de operadora em todos os campos do pré-sal.

Além da Statoil, o governo norueguês possui a Petoro, companhia de capital integralmente estatal que, ao contrário do que foi estipulado para a Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), tem a incumbência de investir diretamente na exploração e na produção, através de participações diretas nos campos de petróleo. Por intermédio da Petoro, o governo norueguês atua ao mesmo tempo como investidor e arrecadador de receitas proporcionais às participações societárias da companhia estatal na exploração da plataforma continental.

A Noruega é percebida como um país que tributa fortemente as empresas que investem na sua plataforma continental. Lá a taxação é de 78% sobre a margem líquida: 28% como imposto de renda e 50% na forma de imposto especial sobre a produção de petróleo. Essa carga tributária tem se mantido estável ao longo tempo e não é tão alta como parece devido aos incentivos fiscais lá praticados.

Na esfera fiscal, o fundo soberano norueguês destina-se exclusivamente, por lei, a investimentos fora da Noruega, e, sobretudo, a transferência de renda para o orçamento nacional está limitada a 4% do retorno anual esperado das aplicações.

Nesse contexto, os esforços de análise comparativa e de avaliação do modelo norueguês, realizados nos últimos dois anos, devem manter-se e, ainda, ser estendidos a outros aspectos que não foram diretamente relevantes para os trabalhos da Comissão Interministerial coordenada pela então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff.

A experiência da Noruega será útil à medida que evolua o futuro regime brasileiro e que seja necessário aperfeiçoar ou adotar novos

Brasil_Noruega_último.indd 114 20/10/2011 12:36:15

regulamentos e práticas, ou ainda decidir sobre questões relacionadas à operação do fundo soberano nacional.

A reflexão interna no Brasil poderá apoiar-se em uma rede de cooperação entre órgãos dos dois países e entre instituições de pesquisa, para capacitação de recursos humanos e intercâmbio de conhecimento. O próximo passo seria a interação do Ipea com a Petoro e com o Instituto Internacional de Pesquisa de Stavanger (IRIS)[343] – com vistas a aprofundar o exame da relação entre receita petrolífera e desenvolvimento econômico-social.

4.4.1.1 – Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS)

O sistema regulatório sobre Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) na indústria norueguesa do petróleo vem sendo objeto de pouca atenção no processo de elaboração do novo regime exploratório brasileiro, apesar de sua centralidade no chamado "modelo norueguês". Estudo comparativo recente, realizado na Universidade de Stavanger,[344] assinala aspectos da estrutura jurídica e da experiência norueguesas que poderiam ser compartilhados com a Agência Nacional do Petróleo e os ministérios relevantes.

Na sequência do acidente com a plataforma Alexander Kielland em 1980, no qual 123 pessoas perderam a vida, a Lei do Petróleo de 1985 representou marco no desenvolvimento dos regulamentos SMS no país nórdico. Implementou-se, desde então, uma nova metologia de prevenção de acidentes baseada na cooperação tripartite entre o Estado regulador, as empresas e os sindicatos de trabalhadores. Como resultado, os regulamentos evoluíram de uma ferramenta de "controle" para "sistemas de gestão", segundo os quais as companhias deveriam alcançar as metas impostas pelos regulamentos, sem que estes, contudo, estabelecessem procedimentos rígidos a serem cumpridos. Assim, o modelo usado pelo regulador norueguês evoluiu da *deterrence* para a *compliance*. Além da consolidação da cultura de segurança na força de trabalho, o regime norueguês terá o mérito de incorporar regulamentos

[343] O Consulado Honorário nessa cidade foi inaugurado em junho de 2008.

[344] HELLEBUST, Celma. A experiência norueguesa com regulamentos de saúde, meio ambiente e segurança na indústria do petróleo. *ANP – Informe Conjuntura*, n. 46, set. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 115 20/10/2011 12:36:15

robustos o suficiente para contemplar rápidas mudanças de tecnologia e de métodos de trabalho, em um ambiente de altos e variados riscos.

A cooperação Brasil-Noruega em SMS deverá tomar como base os entendimentos mantidos, em Oslo, entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Autoridade Norueguesa de Segurança no Setor de Petróleo e Gás (PSA).[345]

4.4.1.2 – Fomento à cooperação em pesquisa e inovação

A exploração de petróleo na camada de pré-sal demandará significativo investimento na formação de recursos humanos no Brasil pela Petrobras, pelas operadoras estrangeiras e pelo crescente número de companhias fornecedoras de bens e serviços que se instalam no país. A Petrobras, que contratou 27 mil empregados desde 2002 e mantém corpo de 1.098 funcionários com mestrado, 226 com doutorado e 6 com pós-doutorado, oferece treinamento para 2.822 profissionais de nível superior recentemente admitidos. Estima a demanda para empregados nas empresas de sua cadeia de fornecimento em 112.625 postos de trabalho (5.967 em engenharia, 15.020 em construção civil, 84.576 para serviços de compras e *leasing* e 7.062 para manutenção).[346]

Como exposto, a capacitação e o desenvolvimento de novas tecnologias têm sido elementos essenciais da parceria estratégica estabelecida entre a Petrobras e a Statoil.

A experiência norueguesa no desenvolvimento de seu Sistema de Inovação no Setor Petrolífero[347] é, reconhecidamente, uma história bem-sucedida de evolução da "capacidade de absorção" de tecnologia para níveis elevados de "competência participativa" na geração de conhecimento. Em grande medida, foi o resultado de políticas públicas direcionadas à expansão da participação de empresas e centros de pesquisa noruegueses nas atividades de exploração da plataforma continental, bem como na transferência de verbas públicas para as universidades e instituições acadêmicas norueguesas.[348]

[345] Missão do Chefe da Coordenadoria de Segurança Operacional da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Raphael Neves Moura, 17 e 18 set. 2009.
[346] Plano de Negócios 2009-2013.
[347] ENGEN, Ole Andreas. The development of the Norwegian petroleum innovation system: a historical overview. In: *TIK Working Paper on Innovation Studies*, n. 20070605. Stavanger, 2007.
[348] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 116 20/10/2011 12:36:15

Essa postura ativa do poder público no fomento da pesquisa e da inovação deveu-se, em grande medida, à ausência, na fase inicial da indústria *offshore* norueguesa, de atores privados capazes de desempenhar as mesmas funções. Nesse sentido, reforça-se a importância do intercâmbio entre os dois governos com vistas a melhor conhecer a estrutura institucional e os mecanismos implementados nas diversas fases de desenvolvimento pelo governo da Noruega, com vistas a alcançar o objetivo de mais ampla capacitação tecnológica sobre petróleo e gás nas empresas, nas universidades e nos centros de pesquisa brasileiros.

O quadro principal dessa cooperação existe e está refletido nos dois Memorandos de Entendimento firmados durante os encontros da Ministra da Educação e Pesquisa da Noruega, Tora Aasland, com os Ministros da Educação, Paulo Haddad, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, em Brasília, no ano de 2008.

Os acordos estimulam "a formação de parcerias e redes temáticas, por meio de suas Instituições de Educação Superior, Centros de Pesquisa e Agências, visando à expansão da cooperação científica e acadêmica". Para tanto, dispõe sobre "a criação de grupos de trabalho para examinar aspectos específicos da cooperação bilateral". Caberá, portanto, propor a convocação de primeira reunião formal entre os dois governos, ao abrigo dos respectivos memorandos, "para rever as atividades cumpridas e sugerir ações" com vistas à implementação de projetos de cooperação em áreas consideradas prioritárias.

4.4.2 – Parceria em terceiros mercados

A Petrobras mantém ativos nos Estados Unidos, México, Angola, Nigéria, Tanzânia, Moçambique, Senegal, Índia, Irã, Paquistão, Líbia, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Argentina, entre outros. Para o período compreendido entre 2009 e 2013, o Plano de Negócios da companhia prevê a manutenção e o desenvolvimento da produção na Argentina, Angola, Nigéria e Golfo de México.[349] Esses três últimos mercados formam igualmente parte da estratégia de internacionalização da Statoil.

[349] PETROBRAS. *Relatório Anual 2008*. p. 77.

Brasil_Noruega_último.indd 117 20/10/2011 12:36:15

A plataforma da África Ocidental deverá assumir especial relevância na cooperação futura entre as duas companhias tendo em vista grandes reservas de petróleo também na camada de pré-sal na costa angolana. Naquele país, a Petrobras participa da exploração do poço Cabaça Norte-1, que produz 6.500 barris diários de petróleo, e do bloco *Fifteen Limited*, em parceria com a Statoil. Para a companhia norueguesa, Angola é sua maior fonte de recursos na África, com produção de 200 mil barris de petróleo por dia, equivalente a 10% da produção diária do país africano.

Se o ambiente *offshore* no Brasil é propício à aplicação das vantagens comparativas da Statoil, o perfil estatal, o bom relacionamento com a Petrobras e as competências somadas das duas empresas serão crescentemente importantes para a atuação conjunta em terceiros países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, onde a reputação de "não agressividade comercial",[350] de comprometimento a longo prazo e de responsabilidade social das duas companhias são capazes de oferecer um diferencial em relação aos interesses das *majors*.

Nesse sentido, o exercício de cooperação triangular que teve início em 2008 entre os governos do Brasil e da Noruega, em benefício de Angola e Guiné-Bissau, serve de base para ampliação do escopo da colaboração e de seu alcance geográfico para outros países africanos, como sugerido pelo Chanceler Celso Amorim a seu homólogo norueguês, Jonas Gahr Støre. Após visita a Angola, em 2009, o ministro norueguês confirmou seu interesse em atuar no setor de petróleo e gás naquele país africano e disse acreditar que poderia ser estabelecida cooperação trilateral com o Brasil nessa área.

Para tanto, torna-se útil ao governo brasileiro aprofundar o conhecimento do Programa Petróleo para o Desenvolvimento do governo norueguês, implementado pela sua Agência da Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), sob a orientação política do Ministério da Cooperação Internacional. Com efeito, a iniciativa em tela, lançada em 2005, vem recebendo verbas crescentes e se transforma em ferramenta da política externa norueguesa pelo viés da assistência técnica para a organização dos setores de energia nos países selecionados. Em 2009, o programa contou com recursos da ordem de

[350] Entrevista do autor com Rune Norseng, Diretor Regional para o Brasil na Associação das Empresas da Plataforma Continental da Noruega (INTSOK), em 12 out. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 118 20/10/2011 12:36:15

US$ 45 milhões (9,5% superiores a 2008). A seguir, são apresentadas as principais iniciativas do Programa Petróleo para o Desenvolvimento em relação a grupo de países com os quais o Brasil também empreende atividades de cooperação técnica internacional:[351]

i) Bolívia – Memorando de Entendimento celebrado em 2007 dispôs sobre a assistência técnica norueguesa, no valor de US$ 2,8 milhões, para capacitação de recursos humanos, organização das instituições públicas do setor de energia boliviano, gestão de recursos de hidrocarbonetos, análise e avaliação da legislação do setor de hidrocarbonetos, assistência jurídica em contratos e gestão das receitas;
ii) Moçambique – a Noruega fornece cooperação ao país desde 1983 e nos últimos dez anos desembolsou US$ 2,5 milhões para capacitação do setor de energia em Moçambique. O Acordo Institucional firmado em 2006 determinou a continuação das atividades mediante financiamento adicional de US$ 7,2 milhões;
iii) Angola – desde 1987, a Noruega tem mantido com governo angolano acordos plurianuais de cooperação em capacitação do setor petrolífero. O Programa de Cooperação Institucional com o Ministério do Petróleo de Angola encontra-se na Fase II (2007-2010), com orçamento de US$ 4,8 milhões e atividades relacionadas ao aperfeiçoamento do marco regulatório, à organização do ministério e ao gerenciamento de bancos de dados, além da análise de impacto ambiental da atividade petrolífera sobre os recursos da pesca na costa angolana;
iv) São Tomé e Príncipe – a Noruega apoia o projeto de capacitação técnica implementado pelo Banco Mundial em áreas relacionadas a legislação, contratos e organização institucional;
v) Timor Leste – a cooperação com o Timor Leste é considerada pelo NORAD um dos mais bem-sucedidos projetos do Programa Petróleo para o Desenvolvimento. Conta com verbas da ordem de US$ 12 milhões para ações estabelecidas no acordo vigente nos anos 2009-2014. A assistência técnica

[351] NORAD. *Oil for Development*: Work Plan and Budget 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 119 20/10/2011 12:36:15

norueguesa tem incluído: negociação da fronteira marítima na Área Conjunta Timor Leste-Austrália para o Desenvolvimento Petrolífero, elaboração da Lei do Fundo do Petróleo (aprovada em 2005) e assessoria operacional, implementação da primeira rodada de licitação em águas timorenses, criação de programa universitário sobre matérias relacionadas ao petróleo, assessoria ao Ministério das Finanças sobre investimentos do fundo do petróleo e orçamento.

4.4.3 – Diálogo sobre segurança energética

No contexto em que a energia ressurgiu como tema de política internacional, associada à questão climática, a constatação de que Brasil e Noruega possuem interesses e responsabilidades partilhadas na produção de energias fósseis e renováveis tem implicações evidentes para o diálogo sobre o tema da segurança energética entre as chancelarias dos dois países.

A Noruega deverá permanecer durante o século XXI como um dos maiores fornecedores de petróleo e gás não membro da OPEP. Com a exploração da camada de pré-sal, o Brasil tem potencial para assumir papel inédito de exportador mundial de petróleo. A cooperação entre os dois países tenderá a promover atividades conjuntas em diversas regiões do globo.

Pode-se vislumbrar uma série de desafios que se inserem, paulatinamente, como temas relevantes da agenda internacional, a começar pela questão do aumento da capacidade de produzir maior quantidade de combustíveis fósseis a fim de sustentar o crescimento da economia mundial, mas limitando ao mesmo tempo seu impacto sobre o meio ambiente e o clima global. Integra a política de segurança energética da Noruega[352] a responsabilidade de promover a adoção de normas e regimes internacionais que favoreçam o fornecimento estável de petróleo e gás em nível mundial, assim como a produção e o transporte de tais *commodities* de maneira segura, inclusive em termos

[352] STØRE, Jonas Gahr. Our most burning challenges: climate change and energy security – why and how the EU and Norway care. In: *Europakonferansen 2008.* Oslo, 25 feb. 2008. STØRE, Jonas Gahr. Perspectives on foreign policy and energy. In: *Statoilhydro Leadership Forum (G-500)*. Stavanger, 18 jun. 2007. BARTH EIDE, Espen. Speech of the State Secretary in the Ministry of Defence. In: *Act Conference*, Tromsø 22-25 out. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 120 20/10/2011 12:36:15

ambientais. Paralelamente, coloca-se para a Noruega a responsabilidade dupla de desenvolver tanto fontes alternativas de energia – tema do memorando de entendimento entre a Petrobras e a Statoil, celebrado durante a visita de Estado de 2007 – como tecnologias voltadas para a redução de emissões derivadas da exploração dos combustíveis fósseis – caso do método de captura e armazenagem de carbono (CCS), que deveria ser examinado no Brasil à luz da experiência norueguesa e na perspectiva do aumento previsto das atividades exploratórias na plataforma continental brasileira.[353]

Outro ponto, a estabilidade da economia mundial pode ser determinante para amparar os vastos fluxos de capitais necessários à prospecção e operação de novos campos, em condições cada vez mais complexas em termos logísticos e onerosas em investimentos em tecnologia.[354]

Enfim, a preocupação com a segurança física das instalações na plataforma continental brasileira, bem como o controle das rotas marítimas e o monitoramento do meio ambiente em suas proximidades, vêm assumindo crescente prioridade tendo em vista os reflexos estimados do degelo de maiores parcelas do Ártico e da Antártica sobre a navegação e a exploração de recursos minerais.

[353] MIGUEZ, José Domingos. *O potencial da tecnologia de CCS como solução para o clima*. Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima no Ministério da Ciência e Tecnologia, 2009. Apresentação em pdf.
[354] BARTH EIDE, op. cit.

Brasil_Noruega_último.indd 121 20/10/2011 12:36:15

Capítulo 5
Construção naval e logística *offshore*

Vor ære og vor magt / har hvite sejl os bragt.
(*Velas brancas trouxeram-nos / glória e poder*)
Bjørnstjerne M. Bjørnson[355]

"A retomada da indústria naval brasileira é estratégica e fundamental para garantir a soberania, já que estamos gastando US$ 10 bilhões com transporte marítimo, que engloba o frete incluído no produto […] a Petrobras gasta por ano quase US$ 1,5 bilhão com afretamento de navios".[356] A afirmação do Presidente da Transpetro, Sergio Machado, reiterada durante missão comercial à Noruega, em 2009, não apenas reflete a importância da navegação marítima para o comércio exterior brasileiro, como, também, sinaliza que as descobertas de petróleo na camada de pré-sal abrem oportunidades e desafios para o reaparelhamento da indústria nacional de construção naval.

O pleno aproveitamento do potencial da plataforma continental brasileira exigirá o desenvolvimento da cadeia produtiva local para fornecer à Petrobras e demais operadoras embarcações, equipamentos

[355] *Norsk sjømannssang* (1868).
[356] Entrevista do Presidente da Transpetro, Sergio Machado, à revista *Conjuntura Econômica*, abr. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 123 20/10/2011 12:36:15

e serviços, tecnologicamente avançados e a preços competitivos, a fim de que o país possa atingir o objetivo último de transformar a riqueza petrolífera em desenvolvimento socioeconômico e maior bem-estar para toda a população.

Em 2007, a indústria naval e *offshore* foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em maio de 2008, o Presidente da República lançou em Niterói o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (PROMEF). A Transpetro operava, naquele momento, 64 navios afretados a armadores estrangeiros. A conta Transportes Marítimos da Balança de Serviços – composta pelos serviços de transporte, afretamentos, reparos navais, atividades de apoio marítimo e serviço de transações nos portos – refletiu saldo deficitário de US$ 2,4 bilhões em 2008. Somente as despesas com fretes marítimos registraram aumento de 41,5% em relação ao ano anterior, alcançando o montante de US$ 3,9 bilhões.[357]

Como na Noruega dos anos 1970 e 1980, a intensidade da exploração e produção de petróleo e gás natural vem fazendo do setor *offshore* o mais promissor mercado para a indústria naval brasileira, na construção de navios-sondas, navios-plataformas de produção, embarcações de apoio marítimo e módulos de engenharia submarina. Nos dois casos, a empresa estatal de petróleo cumpre papel de catalisador da indústria, estabelecendo a carteira de encomendas e determinando os requisitos técnico-operacionais e de conteúdo nacional.

Os vultosos planos de investimentos da Petrobras nos próximos anos oferecem oportunidades de desenvolvimento industrial que vão muito além do setor *offshore*. Deverão contribuir efetivamente para a criação da cadeia fornecedora de navipeças, que geralmente abrange gama diversificada de pequenas e médias empresas, com impacto positivo em termos de geração de empregos qualificados e de capacidade inovadora. Devem, ainda, favorecer a formação de *clusters*[358] de empresas, universidades e centros de pesquisa aplicada, capazes, no futuro, de ampliar a produção autônoma de conhecimentos no setor naval brasileiro.

---

[357] Banco Central do Brasil. Balanço de pagamentos 2008.

[358] Arranjos produtivos nos quais ocorre concentração setorial e espacial de empresas interrelacionadas e vinculadas a centros de pesquisa e inovação. Definição da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Brasil_Noruega_último.indd 124 20/10/2011 12:36:16

Nesse particular, torna-se relevante para o país a experiência da Noruega com políticas públicas de estímulo à cooperação entre estaleiros e universidades, com vistas a promover melhores níveis de inovação e de competitividade internacional da indústria de construção naval. Não obstante o domínio do Sudeste Asiático na construção de grandes embarcações de transporte, o setor naval norueguês ainda detém vantagens comparativas importantes: exporta 60% da produção nacional de bens e serviços e responde por cerca de 20% do total das exportações norueguesas em valor.[359]

5.1 – Experiência da Noruega no desenvolvimento da indústria *offshore*

Dispondo até os anos 1970 de uma base industrial sem experiência significativa na indústria do petróleo – não obstante longa tradição em construção naval e navegação –, a Noruega procurou adotar, na fase inicial de exploração da plataforma continental, políticas de apoio à "indústria infante" como forma de promover o desenvolvimento da cadeia produtiva no local de fornecimento de bens e serviços à Statoil e às companhias petrolíferas estrangeiras.[360]

Diferentemente do Reino Unido, as medidas de incentivo para criação ou especialização de fornecedores locais implementadas pela Noruega definiram como meta a capacitação tecnológica (*technology oriented competitiveness*) sobre a redução dos custos de produção. Como assinalado no capítulo IV, na exploração dos primeiros campos de petróleo foi requerido às operadoras estrangeiras negociar acordos de transferência de tecnologia com a Statoil. Em pouco menos de 20 anos, a companhia estatal tornou-se capacitada a operar mais da metade dos campos noruegueses.

De maneira complementar, o sistema de licenciamento levava em consideração, além dos critérios de custo e de competência da empresa, o potencial do projeto de contribuir para a economia regional. Com o objetivo de monitorar o conteúdo local dos projetos, as operadoras estavam obrigadas a reportar ao Ministério do Petróleo e Energia suas

[359] NORTRADE – Norway's Maritime Cluster 2009. Impresso.
[360] NORENG, Øystein. Norway: economic diversification and the petroleum industry. *Middle East Economic Survey*, v. XLVII, n. 45, 2004.

Brasil_Noruega_último.indd 125 20/10/2011 12:36:16

licitações de valor superior a US$ 150 mil, a fim de que o governo pudesse incluir firmas locais na relação de licitantes.

Sobretudo, a exigência de que as operadoras estabelecessem contratos de pesquisa e desenvolvimento com empresas, universidades e instituições de pesquisa da Noruega tem sido considerada como elemento determinante da estratégia norueguesa para a capacitação tecnológica de sua indústria naval e *offshore*. Atualmente, a inovação tecnológica responde em grande medida pela competitividade do segmento em comparação com países como Reino Unido, Cingapura e Coreia do Sul, mesmo em um ambiente de elevados custos de produção e de mão de obra qualificada. Além dos recursos transferidos pela Statoil e pelas operadoras estrangeiras para atender os requisitos para concessão de licenças de exploração e produção, o governo da Noruega também destinou fundos públicos para o fomento da inovação tecnológica, sendo 1/3 dos recursos destinados a programas de pesquisa básica e estratégica de longo prazo, e os 2/3 restantes direcionados à tecnologia aplicada, em função das demandas concretas do setor.

Assim, por intermédio da definição de metas e prioridades no âmbito do Conselho de Pesquisa da Noruega (NRC), em consulta com as empresas nacionais e estrangeiras que atuavam na Noruega, o Estado norueguês promoveu, gradualmente, a formação de arranjos produtivos em torno das universidades e dos centros de pesquisa regionais. A distribuição territorial em aglomerações produtivas ao longo da costa é característica da indústria provedora de bens e serviços *offshore*. Outra característica é a relação, mais flexível e menos piramidal, entre as grandes firmas e seus fornecedores, em razão do papel importante da colaboração horizontal com os centros de pesquisa e de tecnologia industrial.

Atualmente, estão instalados na Noruega oito *clusters* do setor de petróleo, gás, construção naval e produção de navipeças, quatro dos quais reconhecidos como "Centros de Excelência" (Norwegian Centres of Expertise – NCE):

i) Região Sul: cerca de 50 empresas, reunidas no *NCE Subsea*, com sede em Bergen, detêm 80% do mercado mundial de equipamentos e tecnologia de perfuração;

Brasil_Noruega_último.indd 126 20/10/2011 12:36:16

ii) Stavanger: a "capital do petróleo" reúne o maior número de empresas (250) do setor *offshore* da Noruega em torno da Universidade de Stavanger e do Instituto Internacional de Pesquisa de Stavanger (IRIS);
iii) Kongsberg: as empresas do NCE Systems Engineering (FMC Technologies, Kongsberg Maritime e Kongsberg Automotive) tiveram como origem comum a fábrica de armamentos Kongsberg Defence, atualmente especializada em mísseis e engenharia de novos materiais;[361]
iv) Trøndelag: além das empresas do Grupo Aker e seus fornecedores diretos (cujo faturamento provém, em 85%, de encomendas internacionais), o *NCE Instrumentation* congrega, na área de pesquisa, a Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia (NTNU), a Escola Técnica de Sør-Trøndelag e o Instituto de Tecnologia Industrial (SINTEF);
v) Møre: principal *cluster* de empresas de construção naval (inclusive embarcações de pesca) e de navegação; sede do NCE Maritime, que cobre todas as etapas da cadeia produtiva (14 escritórios de engenharia naval, 17 armadores, 13 estaleiros e 161 fornecedores);
vi) Região Norte: o mais recente esforço de regionalização, a partir do aumento da produção do campo gigante de Snøhvit, no Ártico;
vii) FPSO:[362] o *cluster* de engenharia, fabricação e operação de plataformas flutuantes é uma dos mais avançados e competitivos do mundo, sendo que 95% das operações do setor ocorrem no mercado internacional; e o
viii) *Cluster* de Operações de Manutenção e Reparos.

A experiência do governo e da indústria noruegueses na formação desses *clusters* foi selecionada para exame pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), no âmbito do Programa de Internacionalização da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás (Prointer

[361] A Marinha do Brasil adquiriu, em dezembro de 2008, oito mísseis da classe *Penguin*, fabricados pela Kongsberg Defence, para seus helicópteros *Seahawk*, com opção de compra de mais quatro, para entrega até 2011.
[362] Floating Production, Storage and Offloading.

Brasil_Noruega_último.indd 127 20/10/2011 12:36:16

P&G), dentro do objetivo de promover a inserção competitiva das pequenas e médias empresas brasileiras no mercado internacional de petróleo e gás. Do lado norueguês, conta com a colaboração da agência Innovation Norway, com escritório no Rio de Janeiro. Entendimentos mantidos em 2009[363] durante missão técnica e empresarial a Oslo, Stavanger e Alesund do diretor do programa, com parceiros da FIRJAN, da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) e do SEBRAE-RJ estão sendo seguidos de elaboração de plano de trabalho conjunto com vistas a avaliar o marco regulatório e as políticas de fomento implementadas na Noruega, de potencial interesse no caso brasileiro.

5.2 – Presença norueguesa no Brasil

No primeiro dia da programação oficial no Brasil, em setembro de 2008, o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg visitou em Niterói o Estaleiro Promar, resultado de investimento do grupo norueguês Aker e que, desde 2001, havia entregue 21 navios de apoio a plataformas.[364] O chefe de governo ressaltou, na oportunidade, que "três embarcações ainda maiores estavam sendo produzidas – consideradas as mais avançadas a serem construídas no Brasil".[365]

A indústria norueguesa mantém sólida participação no setor naval brasileiro, com 24 companhias estabelecidas, 12 delas com unidades de produção no país, entre as quais empresas do porte da Aker Solutions, Frank Mohn, K. Lund Offshore, Kongsberg e Nexans, líderes em áreas específicas de produção de equipamentos para plataformas flutuantes, sistemas integrados ou módulos de perfuração.[366] Mesmo empresas transnacionais como ABB, Rolls Royce Marine e Siemens desenvolvem seus negócios no setor naval e *offshore* brasileiro por intermédio de empresas do grupo sediadas na Noruega, em função da competitividade e do avanço tecnológico adquiridos nos *clusters* do país nórdico. A título de exemplo, as duas companhias selecionadas pela Petrobras como "fornecedoras preferenciais" de *drilling packages* são a Aker Solutions,

[363] Missão técnica e empresarial do Programa de Internacionalização da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás (Prointer P&G), de 9 a 12 de novembro de 2009.
[364] Hoje parte do Grupo STX Europe.
[365] Prime Minister Jens Stoltenberg´s speech at the visit to Aker Yards, Rio de Janeiro, 15 set. 2008.
[366] INTSOK. *Norwegian Suppliers of Equipment and Systems*. January 2010. Impresso.

Brasil_Noruega_último.indd 128 20/10/2011 12:36:16

da Noruega, e a divisão norueguesa da norte-americana National Oilwell Varco. De forma semelhante, os implementos denominados árvores de natal (christmas trees)[367] são fornecidos à Petrobras pelas norueguesas Aker e FMC Kongsberg, além da VetcoGray (Grupo GE), com tecnologia desenvolvida em sua unidade de Stavanger.[368]

Nesse contexto, estima-se útil uma apresentação sintética das atividades dos grupos industriais instalados no Brasil.

A Aker Solutions iniciou suas atividades no Brasil na década de 1970, nas áreas de mineração, papel e celulose. Em 1995, a divisão *Subsea* instalou-se no país e iniciou, em 1997, o fornecimento de árvores de natal para operações em profundidade de 1.000 a 3.000 m. Durante os primeiros dez anos, acumulou encomendas de US$ 500 milhões. Em junho de 2008, inaugurou em Rio das Ostras (RJ) a primeira fábrica de *risers*[369] do Brasil, após investimentos de US$ 10 milhões. Os principais projetos da divisão *Subsea* estão sendo executados para Petrobras, Subsea 7, Technip e Queiroz Galvão. Apenas para a estatal brasileira, a Aker deverá entregar 45 árvores de natal nos próximos três anos. Conta com 86 fornecedores no Brasil e o índice de nacionalização de seus equipamentos atinge 90% em árvores de natal, e 60% em outros produtos. Seu presidente no Brasil anunciou, em 2008, que a companhia está "dobrando a capacidade manufatureira".[370]

A Kongsberg Marítima ingressou no mercado brasileiro em 1980, quando foram introduzidos os sistemas de posicionamento dinâmico para a estabilização de navios-plataformas. Em 1986, estabeleceu *joint-venture* com a REM Indústria e Comércio Ltda. Atualmente, mantém unidades nas cidades do Rio de Janeiro e Macaé, com 20 engenheiros brasileiros que prestam serviços a cerca de 150 navios na plataforma continental. A Kongsberg estabeleceu em 2001, em Macaé, centro de treinamento em posicionamento dinâmico pelo qual já passaram 900 profissionais e oficiais navais, em parceria com o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) da Marinha. Em 2009, a empresa forneceu à Petrobras

[367] Equipamentos posicionados no fundo do mar, na cabeça do poço de petróleo, para controlar a produção. Têm cerca de 7 metros de altura e pesam 70 toneladas.

[368] Entrevista do autor com Rune Norseng, Diretor Regional para o Brasil na Associação das Empresas da Plataforma Continental da Noruega (INTSOK), em 12 dez. 2009.

[369] Dutos de perfuração usados na exploração de petróleo em águas profundas.

[370] TAULOIS, Marcelo. Edição Marítima, Petróleo e Gás. *Norway Exports*. Oslo, 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 129 20/10/2011 12:36:16

o primeiro sistema de separação de óleo pesado do mundo a ser instalado em águas profundas, no campo de Marlim.

O Grupo Jotun investiu, entre 1998 e 2009, cerca de US$ 40 milhões em fábrica no interior de São Paulo para elevar a produção a 5 milhões de litros/ano de tintas e revestimentos para embarcações marítimas, *offshore* e armações de concreto. Planeja abrir, em 2011, uma nova unidade fabril em Itaboraí (RJ) para atender a demanda gerada pela exploração de petróleo na camada de pré-sal.

A DOF Subsea desenvolve projeto de US$ 250 milhões, com a francesa Technip, de construção da primeira embarcação de bandeira brasileira para o lançamento de dutos flexíveis. Realiza, desde 2006, a partir de sua base em Macaé, serviços de inspeção de oleodutos e de estruturas submarinas em geral por robôs submarinos (ROVs) e ancoragem de plataformas, além de mapeamento, posicionamento submarino de estruturas e levantamentos geofísicos e oceanográficos.

A Subsea 7 mantém contratos de US$ 200 milhões com a Petrobras para a fabricação, na unidade de Ponta do Ubu (ES), de oleodutos para conexão às plataformas P-38, P-51, P-56 e Tambaú-Uruguá. A engenharia e o gerenciamento desses projetos serão integralmente realizados no escritório da companhia em Niterói.

No setor de serviços, a Det Norske Veritas, presente no Brasil há 32 anos, detém atualmente 65% do mercado brasileiro de classificação, certificação e gerenciamento de risco, sendo 5 estaleiros e nove armadores nacionais. Como uma das líderes mundiais do segmento, paralelo ao da construção naval e operações *offshore*, a presença da DNV no Brasil tem servido à divulgação junto à indústria norueguesa das oportunidades de investimento no país. Não por acaso os primeiros presidentes das câmaras bilaterais de comércio com sedes em Oslo e no Rio de Janeiro foram altos executivos da companhia.

5.3 – Vertentes da cooperação bilateral

À luz da prioridade conferida pelo governo brasileiro à indústria naval e *offshore,* as possibilidades de acelerar e intensificar a cooperação com a Noruega se apresentam em três vertentes: no campo institucional, para conhecimento da bem-sucedida experiência norueguesa de formação de *clusters* no setor naval; na esfera econômica, mediante a

Brasil_Noruega_último.indd 130 20/10/2011 12:36:16

captação de investimentos de companhias norueguesas interessadas em estabelecer-se no Brasil; e em tecnologia, através da colaboração entre universidades e institutos de pesquisa dos dois países.

Cabe ter presente que a similaridade geológica com a costa ocidental da África abre a perspectiva de que indústria brasileira possa atuar também no suprimento de bens e serviços às operadoras em atividade nos países daquela região.[371]

5.3.1 – Cooperação institucional

A aglutinação de empresas e centros de pesquisas em *clusters* foi uma estratégia importante para a criação de condições ímpares de nacionalização, competitividade e inovação na Noruega. Foi também reconhecido, em vários estudos internacionais sobre o tema,[372] o papel determinante do Estado norueguês para o ordenamento desses arranjos produtivos, mediante políticas de incentivo fiscal, de regionalização e de apoio financeiro às universidades locais.

O conhecimento adquirido pela Noruega na formação de *clusters* navais têm especial relevância no caso brasileiro, uma vez que o país tende, em grandes medida, a reproduzir a experiência nórdica, em que as extraordinárias novas demandas da exploração *offshore* servem de catalisador para a instalação de uma indústria fornecedora local, com vistas ao domínio de parte substantiva da cadeia produtiva.

Conforme assinala o Secretário-Geral do Sindicato Nacional da Indústria da Construção, Reparação Naval e *Offshore* (SINAVAL), Sérgio Leal, "estabelecer arranjos produtivos locais, com uma dinâmica utilização da capacidade produtiva dos estaleiros e em uma mesma região, como é o caso da Baía da Guanabara, do Norte Fluminense, da região de Navegantes e Itajaí, do Ceará e de Suape [...] em tão pouco tempo, merecerá estudos aprofundados".[373]

---

[371] OLIVEIRA, Adilson de (coord.). *Indústria para-petrolífera brasileira*: competitividade, desafios e oportunidades. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1811.pdf>.

[372] JAKOBSEN, Erik (org.) *Attracting the Winners*: The competitiveness of five European maritime industries. Oslo: Kolofon, 2006. WIJNOLST, Niko (ed.). *Dynamic European Maritime Clusters*. Amsterdam: IOS Press, 2006.

[373] ARARIPE, Sônia. *Maré Alta*: conjuntura econômica. Rio de Janeiro, abr. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 131 20/10/2011 12:36:16

5.3.2 – Captação de investimentos noruegueses

5.3.2.1 – Atração de pequenas e médias empresas

Em 2007, Petrobras e Transpetro celebraram contratos de quase US$ 10 bilhões com firmas norueguesas[374] e estimou-se, à época, que o mercado brasileiro já era responsável por cerca de 10% do faturamento das empresas de bens e serviços *offshore* instaladas na Noruega.[375] Recente levantamento realizado pela Associação das Indústrias da Plataforma Continental da Noruega (INTSOK) assinala o interesse de pelo menos 36 empresas norueguesas em instalar-se ou expandir sua presença no Brasil.[376] Dentre os construtores navais, os grupos Bergen, TTS e Ulstein encontram-se em fase de entendimentos com a Transpetro e estaleiros nacionais.[377]

Esse movimento traduz a busca de um posicionamento estratégico no Brasil, por parte da indústria norueguesa, em relação a seus concorrentes internacionais, com vistas ao aproveitamento do mercado potencial das atividades na camada do pré-sal – em linha com o Plano 2020 da Petrobras e do Programa de Modernização da Frota da Transpetro (PROMEF).[378] Reflete, necessariamente, a constatação de que preferência será reservada àquelas empresas que tenham capacidade de produzir localmente. Assim, a participação crescente da Statoil, de estaleiros e dos principais fabricantes de bens e serviços *offshore* da Noruega deverá atrair para o país crescente número de pequenas e médias empresas, como consequência direta da forte relação de interdependência existente no processo produtivo dentro dos *clusters* noruegueses.[379] Uma vez que, pela sua natureza, as pequenas e médias

[374] DET NORSKE VERITAS. A fusion of experience and opportunity. *Brazil & Sweden/Norway*. São Paulo, jun.-ago. 2008.

[375] INTSOK. *Promoting Norwegian oil and gas capabilities in international markets*. 2008. Impresso.

[376] INTSOK. *Norwegian Suppliers of Equipment and Systems*. January 2010. Impresso.

[377] Entrevista do autor com Gunvor Ulstein, Presidente do Grupo Ulstein, em 14 out. 2009, e com Johannes Neteland, Presidente da TTS Marine, em 5 out. 2009.

[378] Paal Nordgreen, presidente da Nor-Ocean Offshore, com negócios no Brasil desde 1987: "Some people are waking up to realise they should have entered Brazil 20 years ago. But, no, it is not too late now because the activities will go on for decades".

[379] "About 50% of our sales go to – or through – companies in the cluster" Arthur Solvåg, Vice-Presidente da OSV, fornecedora da ABB Marine.

Brasil_Noruega_último.indd 132 20/10/2011 12:36:16

empresas (PME) da Noruega não podem contar com a disponibilidade de recursos financeiros e humanos das empresas maiores em operações no exterior, sua transferência para o Brasil deverá dar-se sob a forma de *joint-ventures* e parcerias tecnológicas com PME brasileiras, contribuindo, assim, para a ampliação do parque de fornecedores nacionais com qualidade internacional.[380]

Nessa perspectiva, o Escritório no Rio de Janeiro da Innovation Norway inaugurou, em 2007, o primeiro Norwegian Business Incubator's Office (NBIO)[381] para fornecer apoio institucional, logístico e de consultoria às PME norueguesas que tencionam desenvolver atividades no Brasil. Por sua vez, o governo brasileiro estabeleceu Consulados Honorários em Stavanger – centro da indústria *offshore* da Noruega –, em 2008, e a seguir em Trondheim, onde funciona o *cluster* da inovação em engenharia naval, centrado no Instituto de Tecnologia Industrial (SINTEF) e no Instituto de Pesquisa Marítima (MARINTEK). Esses novos consulados, junto com o Consulado Honorário em Bergen, servem de apoio à Embaixada em Oslo para a disseminação das oportunidades de investimento produtivo no Brasil, bem como na identificação de empresas interessadas em instalar unidades fabris no país, com vistas a participar do PROMEF.

5.3.2.2 – O Acordo para evitar a dupla tributação

Dada a natureza da economia norueguesa nos últimos 40 anos, as instituições financeiras locais desenvolveram vantagens comparativas no atendimento às demandas do setor naval e *offshore*, em nível global.

Na banca privada, o DnB NOR, que mantém escritório de representação no Rio de Janeiro, e o Nordea lideram o mercado europeu de financiamento à construção naval. O DnB NOR vem negociando com o BNDES sua participação em operações comerciais realizadas no Brasil, através da Eksportfinans,[382] que concede financiamento a empresas de países em desenvolvimento para aquisição de bens de capital e serviços

[380] OLIVEIRA, op. cit.

[381] O segundo NBIO só veio a ser criado em Houston, em 2009.

[382] A instituição é o braço executivo do sistema de financiamento oficial norueguês para exportações, concedendo créditos para exportação aprovados pelo Ministério da Indústria e do Comércio. Trata-se de empresa privada, porém 50% de suas ações são propriedade deste Ministério.

Brasil_Noruega_último.indd 133 20/10/2011 12:36:16

noruegueses, com o aval da Agência Norueguesa de Crédito à Exportação (GIEK). Em junho de 2009, na presença do Ministro da Indústria e Comércio, Trond Giske, Petrobras e GIEK firmaram acordo de garantia de crédito à exportação no montante de US$ 1 bilhão, o maior até então autorizado pela agência norueguesa.[383]

Tendo em vista o potencial da demanda por operações de transferência de equipamentos e *know-how* da Noruega para o Brasil, a Eksportfinans e o DnB NOR promovem, internamente, avaliação jurídica e financeira do Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação, celebrado em 1980.[384] A entidade tem interesse de retomar os entendimentos informais, iniciados por seu Vice-Presidente, Lars Hasle, durante encontro no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2003, quando foi mencionada a possibilidade de revisão do acordo. Posteriormente, o lado norueguês levantou a questão da possível isenção do imposto sobre juros cobrados nos créditos à exportação, que não consta do acordo de 1980.

Cabe ter presente que a indústria brasileira mantém dois investimentos produtivos na Noruega.

A Vale (então CVRD) adquiriu em 2003, por US$ 17,6 milhões, fábrica na cidade de Mo i Rana, na qual investiu cerca de US$ 10 milhões para sua conversão em unidade de produção de ferro-ligas de manganês, incluindo a reforma de seus fornos elétricos, dos sistemas de proteção ambiental e de segurança e a instalação de máquinas e equipamentos de última geração. O início das operações foi aprovado sem restrições pelas autoridades norueguesas encarregadas da proteção do meio ambiente. Atualmente, a Rio Doce Manganese produz 110 mil toneladas anuais de ferro-ligas para o mercado europeu e está sendo ampliada com vistas à fabricação de ligas de ferro-silício-manganês e de ferro-manganês de alto carbono. A filial norueguesa importa minério de manganês produzido na mina do Azul, localizada em Carajás (PA).

No setor do agronegócio, a companhia Denofa AS, sediada em Fredrikstad, tem como acionista majoritário (51%) o Grupo André

[383] <http://www.giek.no/nyheter/giek_med_ramme_pa_1_milliard_dollar_til_petrobras/no>.

[384] Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, concluída em Brasília, a 21 de agosto de 1980. Promulgada pelo *Decreto nº 86.710, de 9 de dezembro de 1981*.

Brasil_Noruega_último.indd 134 20/10/2011 12:36:16

Maggi. A empresa tem capacidade de esmagamento de 430 mil toneladas/ano de soja (segundo produto da pauta de exportação brasileira para a Noruega) a partir de grãos não geneticamente modificados, com foco nos mercados dos países escandinavos.

A exemplo de negociações realizadas recentemente com outros parceiros econômicos e comerciais do Brasil, torna-se oportuno examinar, internamente, o interesse em eventual revisão do Acordo Brasil-Noruega, com vistas a torná-lo instrumento atual e efetivo para a promoção do investimento produtivo nos dois sentidos.

5.3.3 – Estrutura de pesquisa e inovação

A exploração de petróleo e gás em águas ultraprofundas e na camada de pré-sal gera demanda por conhecimento e *know-how*. Para a Petrobras, colocam-se desafios tecnológicos em termos de soluções adaptadas à extração e ao transporte em condições inéditas de complexidade geológica e de distância da costa brasileira. Para a indústria naval brasileira, coloca-se o duplo desafio de reestruturar-se, após anos de crise, e de absorver capacidade tecnológica crescente, em ritmo compatível com os planos do país para a exploração da plataforma continental. Em recente entrevista, o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que "o limite do pré-sal não é financeiro, não é tecnológico, não é de gestão. O limite é a velocidade que a cadeia de fornecedores terá para fornecer o que é necessário para o pré-sal".[385]

Nesse campo, a parceria do meio acadêmico com a indústria será fundamental e a experiência da Noruega com a criação de "centros de excelência" no setor marítimo poderá ser útil aos esforços brasileiros de ampliação e coordenação da rede de pesquisas dentro do Programa de Capacitação Tecnológica para Apoio à Indústria Naval Brasileira (PACTI Naval), lançado, em 2006, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a Transpetro, o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A gama de instituições acadêmicas e centros de pesquisa do Programa é vasta e inclui a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), o

[385] *Valor Econômico*. São Paulo, 10 set. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 135 20/10/2011 12:36:16

Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi estabelecido um primeiro Centro de Excelência em Engenharia Naval e Oceânica (CEENO) e desenvolvem-se projetos de criação de dois laboratórios para análise e avaliação de riscos, e para a simulação de sistemas de construção naval. Relatórios preliminares verificam, no entanto, deficiências na organização da cooperação entre agências governamentais, a indústria e as universidades, e a necessidade de aprimorar a "cultura institucional da inovação" e tornar menos "burocrático" o acesso ao financiamento, bem como a dinâmica do relacionamento entre pesquisadores e empresas.

A Noruega reúne nove Centros de Excelência, sobre temas diversos, inclusive nanotecnologia e medicina do câncer, sendo que o NCE Maritime congrega 14 armadores, 12 estaleiros, 14 escritórios de engenharia naval, 139 fornecedoras de equipamentos navais e 5 centros de pesquisa.[386] O fato de que a Innovation Norway seja uma das coordenadoras do Programa NCE traz vantagens para o intercâmbio de experiências com o Brasil. Com efeito, a agência norueguesa mantém representação no Rio de Janeiro e Memorando de Cooperação Tecnológica com o Cenpes/Petrobras foi firmado com vistas a promover "esforço conjunto de cooperação em pré-projetos de pesquisa e desenvolvimento".[387]

Tal acordo pode servir de base também para cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da construção naval, tendo como uma de suas vertentes a transferência do conhecimento adquirido pela Innovation Norway no gerenciamento dos centros de excelência noruegueses aos coordenadores do Programa de Capacitação Tecnológica da Indústria Naval Brasileira (PACTI Naval).

5.3.4 – Capacitação da mão de obra naval

A grande carência de mão de obra qualificada tem sido apontada como um dos principais gargalos para a expansão da indústria naval e

[386] INNOVATION NORWAY. *NCE Maritime*. 2009. Impresso.

[387] Memorando de Entendimento firmado em Oslo, em 27 de agosto de 2009, pelo Gerente Executivo do Cenpes e a Diretora da Innovation Norway.

Brasil_Noruega_último.indd 136 20/10/2011 12:36:16

offshore no Brasil. "Os quatro maiores estaleiros brasileiros em atividade empregam 164 engenheiros em um total de 6.393 trabalhadores, ou 2,6% do total […]. Temos demanda reprimida até por funcionários de 'chão de fábrica'".[388] Na opinião da Presidente da Associação de Armadores da Noruega, Elisabeth Grieg, esta falta de profissionais causa obstáculos à expansão da presença norueguesa no Brasil, tanto na área industrial como em navegação marítima.

Por esse motivo, grupo de companhias norueguesas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro – Det Norske Veritas, Aker, Norskan/DOF, Jotun, Kongsberg e DnB NOR – desenvolvem programa de formação de jovens de comunidades carentes na região de Niterói, com o objetivo de abrir-lhes carreira na indústria naval e na navegação. O projeto, intitulado "Sonho Marítimo", conta, do lado brasileiro, com a participação do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), UFRJ, UFF e SENAI. Foi inaugurado oficialmente pelo Ministro da Cooperação Internacional, Erik Solheim, na visita ao Brasil em 2007, como demonstração do apoio e do interesse compartilhado pelo governo da Noruega nos esforços de capacitação do setor marítimo brasileiro.[389]

A falta de marítimos, principalmente oficiais, motivou assinatura, em 2007, de Acordo de Cooperação entre o CIAGA e a Associação para a Especialização do Profissional Marítimo (AEPM), constituída por empresas brasileiras fornecedoras de serviços *offshore* filiadas às matrizes norueguesas, com vistas à implementação, no CIAGA, de Centro Integrado de Simulação de Operações *Offshore*, com cursos dados por instrutores brasileiros treinados no Centro de Simuladores de Ålesund.[390]

Em educação superior, no quadro do Memorando de Entendimento celebrado entre os dois governos em 2008,[391] a CAPES/MEC e a agência do Ministério da Educação da Noruega responsável pela cooperação internacional (Norwegian Center for Cooperation in Higher Education – SIU) propuseram troca de missões de *fact finding*

[388] *Portos e Navios*. Rio de Janeiro, set. 2009.

[389] O Ministério da Cooperação Internacional destinou US$ 160 mil ao projeto.

[390] PROMINP. *Relatório final do projeto Centro de Simulação e Desenvolvimento de Operações Offshore*. RF-E&P25-CQP-001.

[391] Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Pesquisa do Reino da Noruega, de 31 mar. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 137 20/10/2011 12:36:16

com vistas à negociação de protocolo de intercâmbio de bolsistas, na modalidades de doutorado "sanduíche", inclusive no âmbito de projetos de pesquisa integrantes do Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas (PRONAP) e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).

Brasil_Noruega_último.indd 138 20/10/2011 12:36:16

Capítulo 6
Clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

"*The difficult is what takes a little time; the impossible is what takes a little longer.*"
Fridtjof Nansen[392]

A Noruega é um país de florestas de clima temperado e de tipo boreal, que recobrem mais de 1/3 do território continental.[393] Seu desenvolvimento econômico deveu-se, historicamente, à exploração de recursos naturais, como a madeira, a pesca e as numerosas fontes hídricas para geração da eletricidade que alimentou a fase de industrialização nacional ao longo do século XX e, atualmente, ainda representa 45% da matriz energética do país, além de produto de exportação para a rede elétrica europeia.[394] Dada sua posição geográfica, o país se sente especialmente vulnerável às mudanças climáticas que estão sendo observadas e previstas: o ritmo do derretimento do mar gelado no Ártico e possíveis alterações na temperatura, salinidade ou direção da Corrente

[392] *Listener,* 14 dez.1939 *apud* HUNTFORD, Roland. *Fridtjof Nansen* (trad. de Jan Christensen). Oslo: Aschehoug, 2003.
[393] STATISTISK SENTRALBYRÅ. 37% do território continental da Noruega.
[394] Ibid.

Brasil_Noruega_último.indd 139 20/10/2011 12:36:16

do Golfo terão impacto direto no clima da Noruega e nas reservas de recursos pesqueiros.

No plano institucional, a Noruega foi um dos primeiros países a formalizar considerações ambientais dentro de uma política de governo, tendo criado, em 1972, um Ministério do Meio Ambiente, pasta conduzida por Gro Harlem Brundtland durante cinco anos, entre 1974 e 1979. Em 1980, o governo instituiu requisito de avaliação do perfil ambiental do orçamento nacional, com vistas a identificar medidas fiscais relacionadas com as metas de política ambiental. Foi dos primeiros a implementar taxa sobre emissões de CO_2 em 1991, logo após a Finlândia.[395]

Considerando o elevado grau de mobilização da opinião pública e, consequentemente, o nível de prioridade atribuída pelo Estado às questões ambientais, a Noruega desempenhou desde os anos 1970 reconhecido papel de liderança na esfera internacional para a promoção do debate e de ações concretas na esfera do meio ambiente. O chamado "Relatório Brundtland" – "Nosso Futuro Comum" – elaborado sob a coordenação da ex-Primeira-Ministra da Noruega e divulgado em 1987, estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável e preparou o terreno para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Paralelamente, a contar da década de 1970, a Noruega transformou-se em país produtor e exportador de petróleo, com um dos mais elevados níveis de emissão de dióxido de carbono relativamente ao tamanho de sua economia e de sua população. O país conta com 0,07% da população mundial, mas se calcula que as emissões de CO_2 relacionadas com suas exportações de petróleo e gás sejam equivalentes às emissões *per capita* de uma população de 185 milhões de habitantes, próxima à do Brasil.[396] A aspiração da Noruega de conciliar sua situação de nação petrolífera e sua pretensão de desempenhar papel ativo na promoção de políticas ambientais em nível mundial, coloca-se, literalmente, como um "dilema" no debate político atual.[397]

---

[395] Em 2007, cerca de 60% das emissões de CO_2 eram taxadas na Noruega, havendo alíquotas diferenciadas para a indústria pesada, pesca e navegação internacional.

[396] MÖLLER-HOLST, Stephen. *Norwegian Hydrogen Strategy*. 2008. Apresentação em pdf.

[397] WALAAS, Elisabeth. *Speech by the State Secretary on Norway's Policy and the Arctic Dimension*. Tromsø, 21 jan. 2008

Brasil_Noruega_último.indd 140 20/10/2011 12:36:16

6.1 – Política norueguesa sobre clima

Em 2007, o Parlamento aprovou a Política do Governo com relação ao Clima,[398] a qual estabeleceu estratégias para a redução de emissões de gases de efeito estufa nos planos interno e internacional. Os principais compromissos assumidos pela Noruega referiam-se à definição de metas nacionais para a redução de emissões, pesquisa sobre fontes renováveis de energia, desenvolvimento de tecnologias para captura e armazenamento de carbono, e à elaboração de plano para reduzir o desmatamento nos países em desenvolvimento com cobertura florestal.

O documento definiu as metas nacionais de:

i) reduzir as emissões, até 2012, em 10% além do compromisso assumido pela Noruega com base no Protocolo de Quito;
ii) redução de 30% das emissões até 2020;
iii) tornar a Noruega "neutra"[399] em matéria de emissões de CO_2 até 2050.

Em termos de ação global, o governo norueguês reconheceu a necessidade de criar condições para que o necessário aumento da utilização de energia pelos países em desenvolvimento não ocorresse em detrimento dos objetivos relacionados ao clima mundial. Para tanto, definiu que a ação internacional da Noruega se daria com base no estímulo a projetos a serem implementados pelos países em desenvolvimento no sentido da gestão sustentável dos recursos naturais, desenvolvimento de fontes energéticas de baixo teor de carbono, combate ao desmatamento, adaptação às alterações climáticas e prevenção de desastres ambientais.

A presença do Primeiro-Ministro norueguês em Bali, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, deu-se na sequência de entrega, em Oslo, do Prêmio Nobel da Paz ao Painel Internacional sobre Mudança do Clima e ao ex-Vice-Presidente norte-americano Al Gore.

No seu discurso, Stoltenberg defendeu que o novo acordo sobre o clima incluísse "todos os principais países emissores" e ressaltou, em

[398] MILJØVERNDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 34 (2006-2007)*: Norsk klimapolitikk. Oslo: MD, 2007.

[399] A totalidade das emissões relativas ao ano-base 1990 deverá ser compensada por redução de emissões no país e pela via de projetos de mitigação em países em desenvolvimento.

Brasil_Noruega_último.indd 141 20/10/2011 12:36:16

seguida, que "os países ricos carregam a responsabilidade histórica pela situação atual. Devem suportar o principal ônus da reversão da mudança climática: reduzindo emissões internamente e financiando cortes de emissões no mundo em desenvolvimento". Reforçando a disposição de participar ativamente do processo de instalação de novo regime pós-Quioto, o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg anunciou, naquele momento, que a Noruega "pode e está pronta para assistir [aqueles países] com conhecimentos e financiamento". Anunciou, na ocasião, decisão de aumentar para US$ 500 milhões anuais o volume de recursos a serem disponibilizados pela Noruega para o financiamento de programas de redução do desmatamento em países em desenvolvimento.[400]

Na sequência da reunião de Bali, o teor deste e dos demais compromissos constantes do documento de políticas sobre clima foi objeto de um "Acordo Interpartidário",[401] pelo qual os três partidos da coalização governista, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, e os três principais partidos de oposição estabeleceram um conjunto de princípios, metas e propostas de ações internacionais que têm servido de orientação para a atuação do governo na matéria. Longo de treze páginas e bastante detalhado, o acordo simboliza alto grau de consenso no meio político norueguês em relação aos interesses nacionais na área ambiental.[402] Para a comunidade internacional, sobretudo aqueles países que mantêm estreita cooperação com a Noruega, como o Brasil, no âmbito do Fundo Amazônia, o acordo interpartidário oferece garantias de vontade política e de previsibilidade no relacionamento.

Reeleita em outubro de 2009, a coalização de governo elaborou plataforma para o período 2009-2013 em que consolida e expande as metas de sua política ambiental em cinco vertentes principais, que serviram de base para as posições adotadas pelo país nórdico na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em dezembro, em Copenhague:

---

400 <http://www.regjeringen.no/nb/dep/smk/aktuelt/taler_og_artikler/statsministeren/statsminister_jens_stoltenberg/2007-4/Tale-til-FNs-klimakonferanse-pa-Bali.html?id=493899>.

401 **Klimaforliket**, 17 jan. 2008.

402 Entrevista do autor com Per Pharo, Diretor-Adjunto da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega no Ministério do Meio Ambiente, em 12 dez. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 142 20/10/2011 12:36:16

i) em termos de emissões globais, assinala o objetivo de redução de 50% a 85% até o ano de 2050; sendo que os países industrializados deverão reduzir suas emissões de 25% a 40%, até 2020 e o aumento das emissões dos países em desenvolvimento deverá ser desacelerado;
ii) no plano nacional, promessa de reduzir emissões em 40%, até 2020, com relação aos níveis de 1990, "caso possa contribuir para um acordo ambicioso sobre o clima, em que os maiores países emissores se comprometam de maneira explícita a reduzir suas emissões";
iii) antecipação para 2030 da meta de se tornar "neutra" em emissões de carbono, "como parte de um acordo global e ambicioso em que os demais países industrializados assumam suas maiores obrigações";
iv) obrigação dos "países mais ricos" de arcar com a redução de suas próprias emissões e de contribuir para o financiamento da redução das emissões dos "países pobres";
v) ampliar os recursos disponíveis para o financiamento das iniciativas norueguesas de combate ao desmatamento.

O "dilema" norueguês permanece, contudo, registrado nos indicadores recentes do desenvolvimento sustentável no país. Não obstante redução de 2,2% em relação ao ano anterior, em 2008 as emissões de gases de efeito estufa se situaram 1% acima do nível de emissões de 1990 (excedente de cerca de 4 milhões de toneladas de CO_2). Segundo relatório do Escritório Central de Estatísticas, "serão necessárias aquisições substanciais de créditos de carbono do exterior a fim de [que a Noruega possa] cumprir suas obrigações".[403]

Tal constatação e a premência por resultados concretos estariam na raiz do interesse e da prioridade atribuídos pela Noruega à questão do combate ao desmatamento em florestas tropicais, inicialmente percebida, inclusive em termos simplistas, como maneira "rápida e de baixo custo"[404] para reduzir emissões de gás carbônico.

[403] STATISTISK SENTRALBYRÅ. Viktige signaler om samfunnet. Indikatorer for bære-krafitg utvikling. *Rapport 26*. Oslo, 2009.
[404] <http://www.regjeringen.no/nb/dep/smk/aktuelt/taler_og_artikler/statsministeren/statsminister_jens_stoltenberg/2007-4/Tale-til-FNs-klimakonferanse-pa-Bali.html?id=493899>.

Brasil_Noruega_último.indd 143 20/10/2011 12:36:16

6.2 – Iniciativa climática e florestal do governo da Noruega

O lançamento na Conferência de Bali, em dezembro de 2007, da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega coincidiu com o anúncio, pelos Ministros Celso Amorim e Marina Silva, da criação do Fundo Amazônia, que contou, imediatamente, com a intenção pública de apoio manifestada pelo Ministro norueguês do Meio Ambiente, Erik Solheim.[405]

A iniciativa[406] foi estruturada em março de 2008, após a nomeação do Embaixador Hans Brattskar para a coordenação do programa e sua vinculação orçamentária aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Meio Ambiente. Os recursos para as contribuições aos diferentes projetos são, na maior parte, oriundos do orçamento da cooperação internacional da Noruega, que, em 2009, recebeu verba recorde US$ 700 milhões, um aumento de 25% em relação a 2008. Destes, US$ 250 milhões foram destinados à iniciativa florestal.

Assinala o Embaixador Brattskar que um dos pressupostos do projeto norueguês é de que as medidas de combate ao desmatamento e à degradação florestal acarretam "vantagem tríplice": além de reduzir emissões de gases de efeito estufa, contribuem à preservação da biodiversidade e ajudam a promover o desenvolvimento sustentável.[407] O documento de base menciona levantamento realizado pela Comissão Mundial sobre Florestas e Desenvolvimento Sustentável (WCFSD) de que cerca de 350 milhões de pessoas, entre as quais 60 milhões de indígenas, dependem exclusivamente da floresta para seu sustento diário.

São reconhecidos os desafios relacionados com a redução do desmatamento em países de florestas tropicais onde a gestão florestal é pouco desenvolvida, bem como a complexidade de neles implementar sistemas de monitoramento, análise, informação e verificação da redução nas emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal.

---

[405] *BBC*. Londres, 2 dez. 2007.

[406] <http://www.regjeringen.no/upload/MD/Vedlegg/Klima/klima_skogprosjektet/faktaark230409eng.pdf>.

[407] Entrevista do autor com Hans Brattskar, Diretor da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega, disponível em: <http://news.mongabay.com/2009/0319-norway_forests.html>.

Brasil_Noruega_último.indd 144 20/10/2011 12:36:17

A iniciativa prevê ações de cooperação pela vertente bilateral e pela via dos órgãos multilaterais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa de Desenvolvimento (PNUD), a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BIRD). Objetiva, nessa área de capacitação técnica e nos países em que seja necessário, apoiar a criação de uma entidade de coordenação nacional para cada Estado participante, de preferência em nível governamental, com a incumbência de administrar todos os esforços destinados à redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD), além de advogar o estabelecimento de uma estrutura internacional para divulgação do conhecimento e intercâmbio de métodos e experiências acumuladas.

Ademais da contribuição ao Fundo Amazônia, a Noruega tem utilizado os fundos da Iniciativa Climática e Florestal em programas de cooperação bilateral (Tanzânia e Guiana) e de financiamento a entidades multilaterais ou plurilaterais que apoiam projetos na África, na Ásia e na América Latina:

i) Programa Colaborativo das Nações Unidas para a Redução de Emissões por Desmatamento (UN-REDD) – a Noruega financiou com US$ 52 milhões a primeira fase do projeto destinado a desenvolver estratégias para programas nacionais de redução de emissões por desmatamento e para o fortalecimento das capacidades de monitoramento, avaliação e verificação;
ii) Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) – a Noruega é um dos 11 doadores (US$ 40 milhões) ao mecanismo do Banco Mundial de capacitação de instituições nacionais em REDD;
iii) The Congo Basin Forest Fund (CBFF) – Burundi, Cameroun, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe – compromisso de financiamento da ordem de US$ 80 milhões. Desembolso de US$ 12 milhões em 2008 e de US$ 4 milhões em 2009;
iv) The World Bank´s Forest Investment Program (FIP) – promessa de até US$ 50 milhões;

Brasil_Noruega_último.indd 145 20/10/2011 12:36:17

v) Tanzânia – US$ 80 milhões, em período de cinco anos (2009-2013), para o financiamento de projetos piloto em apoio aos esforços desenvolvidos pelo governo tanzaniano e pelo Programa UN-REDD no país;
vi) Guiana – apoio financeiro ao Fundo de Investimento REDD+ da Guiana, no montante de US$ 250 milhões, até 2015, com base em resultados de redução do desmatamento.

6.3 – Cooperação entre Brasil e Noruega

6.3.1 – Atuação norueguesa na Amazônia

Historicamente, o envolvimento de ONGs e do governo noruegueses na Amazônia esteve centrado no apoio a organizações indígenas. Em 1983, o Ministério dos Negócios Estrangeiros instituiu o Programa Norueguês para Povos Indígenas, que, já na sua primeira fase, incluía projetos em favor de organizações indígenas locais em cinco países da América Latina: Chile, Guatemala, Paraguai, Peru e Brasil. Consta ter sido o primeiro programa governamental com o objetivo de dar apoio direto às organizações indígenas de países em desenvolvimento.[408] Essa iniciativa tem como base a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa aos direitos de povos indígenas em estados independentes, também ratificada pelo Brasil.[409]

Cabe ter presente que a Noruega possui população indígena Sámi, estimada em 60.000 a 100.000 habitantes nômades que vive nos cinco condados mais ao norte do país, acima do Círculo Polar Ártico.

O Estado norueguês observa, em relação aos Sámi, o disposto no artigo 27 do Pacto das Nações Unidas sobre os Direitos Civis e Políticos e na Convenção nº 169 da OIT, anteriormente referida. Entre as últimas décadas do século XIX e os anos 1930, as autoridades norueguesas impuseram rígida política de assimilação do povo Sámi aos padrões sociais europeus. Avanços significativos só vieram a ocorrer em 1962, como resultado do primeiro debate parlamentar sobre princípios fundamentais que deveriam reger a política norueguesa em relação aos

[408] <http://www.norad.no/en/Tools+and+publications/Publications/Publication+Page?key=109564>.
[409] <http://planalto.gov.br/consea/Static/documentos/Eventos/IIIConferencia/conv_169.pdf>.

Brasil_Noruega_último.indd 146 20/10/2011 12:36:17

Sámi. Nos anos 1980, foram criadas a Comissão de Direitos dos Sámi e a Comissão Cultural Sámi, bem como se realizaram eleições locais para o Parlamento, Sámediggi, inaugurado em outubro de 1989 pelo Rei Olav.

No Brasil, o apoio a organizações indígenas e indigenistas é canalizado por intermédio da Embaixada da Noruega em Brasília. O programa contava, em 2009, com o equivalente a R$ 6,5 milhões, repassados diretamente a 21 projetos desenvolvidos por 17 entidades diferentes (ONGs e associações indígenas, como Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), Instituto Socioambiental (ISA) e Vídeo nas Aldeias (VNA), entre outras.

A ênfase do apoio norueguês está na promoção dos direitos humanos para os povos indígenas: garantia da continuidade do modo de vida por meio de demarcação de terras; acesso a atendimento médico diferenciado; escolarização diferenciada; promoção e defesa dos direitos culturais e dos conhecimentos tradicionais; e a situação da mulher indígena. Há percepção oficial norueguesa de que "onde lhes são concedidos tais direitos, como nos territórios indígenas do Brasil, os indígenas cuidam da floresta de forma mais eficaz do que poderia ser feito pelas autoridades ambientais nacionais".[410]

A agência NORAD, vinculada ao Ministério de Negócios Estrangeiros, dispôs em 2006 de aproximadamente US$ 235 milhões para parcerias com ONGs norueguesas no exterior. Destes, US$ 15,6 milhões foram destinados à cooperação com países da América do Sul, sendo que o Programa para Povos Indígenas tem sido financiado por verba específica da ordem de US$ 50 milhões ao ano.

A maior parte dos recursos para a região destina-se à Bolívia e ao Equador, seguidos de Colômbia e Brasil. Os fundos da cooperação para o desenvolvimento destinados ao país reduziram-se de US$ 3,5 milhões em 2003 para US$ 2,8 milhões em 2006, mas mantiveram ao longo dos anos uma média de 18% do total destinado à América do Sul.

Relatório da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) sobre atividades dessas organizações na

[410] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 13 (2008–2009)*: Klima, konflikt og kapital. Norsk utvikling politikk i et endret handlingsrom. Oslo: UD, 2008

Brasil_Noruega_último.indd 147 20/10/2011 12:36:17

América do Sul compila informações mais atualizadas sobre operações e fontes de financiamento relacionadas com as atividades desenvolvidas no Brasil.[411]

O documento registra a parcela que coube às principais ONGs norueguesas que atuavam no Brasil, em 2006: (a) Rainforest Foundation Norway: US$ 1,1 milhão; (b) Ajuda da Igreja da Noruega, US$ 266 mil; (c) Fundação Meninos Aprendizes da Anette, US$ 78 mil. O restante US$ 1,3 milhão foi destinado, por meio da Embaixada da Noruega em Brasília, a ONGs brasileiras que participam do Programa para Povos Indígenas. Note-se que as ONGs Rainforest Foundation Norway e Ajuda da Igreja da Noruega são as duas maiores receptoras de recursos da NORAD em termos globais. As contribuições para a primeira oscilaram entre 59% (2000) e 89% (2003) e, para a segunda, entre 14% (2006) e 66% (2001) do total das entidades norueguesas subsidiadas pela agência.

A Ajuda da Igreja da Noruega iniciou seus contatos no Brasil com a Diaconia e a Koinonia Brasil (associadas à Federação Luterana Mundial), Ação Educativa (AE) e Instituto Sócio Ambiental (ISA). Posteriormente, aliou-se ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O programa 2005-2009 da organização estabeleceu o objetivo de "identificar parceiros profissionais capazes de mobilizar grupos vulneráveis e atuar em iniciativas que possam influenciar mudanças de estruturas arcaicas e opressivas e consolidar a democracia". Seiscentos líderes do MST foram formados em cursos de três meses, entre 2000 e 2006, no âmbito de programa financiado em 80% pela ONG norueguesa. O projeto vinculado ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é custeado em 100%, e provê sementes de culturas agrícolas tradicionais dos índios guaranis.[412]

Por sua vez, a Rainforest Foundation Norway iniciou suas atividades no Brasil em colaboração com o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e atualmente também desenvolve projetos conjuntos com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Índio do Acre (CPIAcre), a

[411] NORAD. Development cooperation through Norwegian NGOs in South America. *NORAD Study*, n. 2, 2007.
[412] ISA: US$ 31.263; CTI: comunidades guaranis, US$ 28.421 (100%).

Brasil_Noruega_último.indd 148 20/10/2011 12:36:17

Comissão Pró-Yanomami (CCPY) e o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé).

O trabalho da Rainforest Foundation Norway concentra-se em territórios indígenas demarcados na região amazônica. Desenvolve suas atividades de maneira tripartite, com a colaboração de uma associação especificamente indígena e outra ONG brasileira. Dá ênfase à participação em projetos de educação ("Escolas na Floresta"), preservação da biodiversidade, informação socioambiental, fortalecimento de representantes locais nas áreas indígenas do Xingu e do Alto Rio Negro e apoio ao esforço de demarcação e controle das terras indígenas.[413] Com o CTI, atua na formação de professores, com foco na preservação ambiental, sustentabilidade econômica, afirmação étnica e conservação do patrimônio imaterial.[414]

Conquanto a ajuda aos povos indígenas tenha sido tradicionalmente influenciada pelos movimentos Igreja Luterana da Noruega e as ONGs cristãs, verifica-se que significativa parte da ajuda vem sendo direcionada à preservação da cultura indígena. Tal preocupação coincide com uma demanda do próprio governo brasileiro, conforme exposto nos Comentários ao Relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre direitos humanos dos povos indígenas.

A ajuda oficial da Noruega também se destina a apoiar os esforços do governo com vistas à regularização da posse de terra e ao respeito às áreas indígenas, no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da FUNAI. Com efeito, na lista das ONGs brasileiras beneficiárias, constam, como visto anteriormente, o CIMI e CTI, que integram a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Cabe ter presente que a Noruega também tem povo indígena e que o Parlamento Sami é consistente com a soberania norueguesa, dentro da "estrutura, unidade e integridade

[413] RAINFOREST FOUNDATION NORWAY. *Amazon Strategy 2008-2017*. Impresso.

[414] ISA/Associação Terra Indígena do Xingu: programa integrado no Xingu: US$ 385.010; ISA: florestas e biodiversidade; US$ 156.803; CCPY/Hutukara Associação Yanomami: educação e saúde, US$ 149.474; CTI/Wyty-Cati: capacitacão dos timbiras: US$ 125.049; Iepé/Conselho das Aldeias Wajãpi: capacitação, inclusive política, dos wajãpi, e gerenciamento de recursos naturais: US$ 123.490; ISA/ACEP; AEITU; Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro: educação: US$ 108.343; CPIAcre/Organização de Professores Indígenas do Acre: capacitação: US$ 95.497 (10%); Rede de Cooperação Alternativa/Várias associadas: capacitação: US$ 233.918.

Brasil_Noruega_último.indd 149 20/10/2011 12:36:17

territorial do Estado" norueguês, consoante a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas.

6.3.2 – Parceria no combate ao desmatamento

Os entendimentos mantidos entre as delegações brasileira e norueguesa durante a Conferência de Bali foram seguidos de intercâmbio de missões, com vistas a viabilizar a formalização da cooperação bilateral por ocasião da visita ao Brasil, em setembro de 2008, do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, mediante a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Temas Relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável, bem como o anúncio da promessa de contribuição financeira do governo da Noruega ao Fundo Amazônia de até US$ 1 bilhão, até 2015.

As conversações mantidas ao longo daquele ano deixaram clara a importância da coincidência quanto aos grandes objetivos de redução do desmatamento e de desenvolvimento tecnológico do sistema de monitoramento florestal, sem condicionalidades quanto à gestão das políticas públicas a serem financiadas pelo Fundo.

Em vista da importância política e financeira da iniciativa, bem como de seu caráter inovador, de definição exclusivamente brasileira das diretrizes estratégicas e critérios para a aplicação dos recursos do Fundo, a decisão sobre a participação norueguesa foi tomada de forma conjunta no gabinete do governo norueguês.[415] Expressou, assim, no nível mais alto, o reconhecimento de que "nenhum outro país com floresta tropical tem avançado tanto no sentido de construir sistemas de controle"[416] e a intenção de que "o acordo a ser celebrado com o Brasil formará a base do diálogo político ambiental entre os dois governos".[417]

A promoção do diálogo sobre questões que dizem respeito à mudança global do clima, ao meio ambiente, à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável constitui o pilar político-diplomático do Memorando e expande o nível da cooperação bilateral, além do apoio

[415] Entrevista do autor com Per Pharo, Diretor-Adjunto da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega no Ministério do Meio Ambiente, em 12 dez. 2009.
[416] Entrevista do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao jornal *Aftenposten*, 11 set. 2008.
[417] OFFICE OF THE PRIME MINISTER. *Press release*, 11 set. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 150 20/10/2011 12:36:17

financeiro ao Fundo Amazônia. Em uma questão tão importante e complexa nas esferas domésticas de ambos os países, o estabelecimento de um canal sistemático de contato entre governos não apenas facilita entendimentos sobre propostas de ações conjuntas como, também, ajuda a dirimir questões muitas vezes originadas de comentários externos mal fundados.

O acordo estabelece, ainda, campo para cooperação em tecnologias avançadas e destinadas a aprimorar o sistema brasileiro de monitoramento, comunicação, avaliação e verificação de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação florestal, como um elemento essencial para garantir o melhor funcionamento do regime de contribuições instituído pelo Fundo Amazônia, baseado no cálculo da taxa de desmatamento anual (TD). Embora o país disponha de um dos mais eficientes e confiáveis sistemas de monitoramento da cobertura florestal, desenvolvidos e operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE),[418] a complexidade do tratamento dos dados de satélite, bem como o propósito de intensificar as ações de controle e fiscalização no terreno, em tempo real, geram a necessidade de diversificar os instrumentos de detecção e desenvolver novas tecnologias de sensoriamento remoto.

Nesse campo, o INPE e o Centro Espacial da Noruega (NSC) iniciaram, no final de 2008, diálogo com vistas ao intercâmbio de conhecimentos em tecnologia de monitoramento remoto, com ênfase nas áreas de floresta. Foram identificadas duas esferas de cooperação em uma primeira fase: sensoriamento da cobertura vegetal na Amazônia por ondas radar (L-band SAR) e uso das estações de recepção de sinais de satélites no arquipélago norueguês de Svalbard (SVALSAT) e na Antártida (TrollSat), as quais monitoram mudanças no clima global a partir de informações recebidas, de maneira contínua, de polo a polo.[419]

O desenvolvimento da capacidade de integrar os sinais de radar às imagens óticas já disponíveis no sistema brasileiro permitirá o mapeamento de áreas encobertas por nuvens, em uma região caracterizada por elevada precipitação. A tecnologia norueguesa foi

[418] O Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) fornece informações mensais sobre o desmatamento em toda a região amazônica, integralmente disponibilizadas na internet.

[419] Inclusive poluição causada por derrames de óleo e outras substâncias em alto-mar.

Brasil_Noruega_último.indd 151 20/10/2011 12:36:17

reconhecida pelo INPE como uma das mais avançadas,[420] tendo sido a Noruega o primeiro país, após os EUA, a dominar o processamento de imagens radar de banda L.

Paralelamente, o acesso às estações de Svalbard e Troll poderá ser útil à captação de dados dos satélites brasileiros, em função do tempo necessário ao *download* das imagens transmitidas e da evolução de suas órbitas polares, ou ainda para transferência de imagens obtidas por outros satélites, na eventualidade de falhas técnicas.

Os entendimentos em curso entre os dois institutos espaciais, com foco no monitoramento da Amazônia, abrem, por sua vez, possibilidades de cooperação futura em projetos de maior complexidade. O INPE manifestou interesse na parceria com o NSC para a construção de satélite brasileiro de sensoriamento remoto por radar.[421] O primeiro satélite de construção inteiramente norueguesa, AISSAT, em órbita, permite aumentar de forma significativa as capacidades do sistema de monitoramento da navegação, das atividades de pesca e da poluição sobre a maior área marítima da Europa Ocidental, com 2,2 milhões de quilômetros quadrados. Segundo o Diretor do INPE, José Vianei, tal tecnologia tem relevância para o Brasil, tendo em vista responsabilidades de busca e salvamento no Atlântico Sul sobre área de 6,4 milhões de quilômetros quadrados até o meridiano 10º O.[422]

A terceira principal vertente de cooperação internacional definida no Memorando bilateral diz respeito ao interesse comum de explorar oportunidades de cooperação técnica em favor de terceiros países. Com efeito, a perspectiva de capacitação de países em desenvolvimento em recursos humanos e tecnologia está expressa tanto na Iniciativa Climática e Florestal da Noruega, já examinada , como no Fundo Amazônia, o qual poderá utilizar até 20% dos recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento nos demais biomas brasileiros e em outros países de florestas tropicais.[423]

Em 2009, o Brasil decidiu oferecer gratuitamente a países africanos as imagens do China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS). Eventuais projetos com a Noruega na África e na América do Sul,

[420] A missão do INPE foi chefiada por João Vianei Soares, Coordenador-Geral de Observação da Terra. Telegrama da Embaixada do Brasil em Oslo nº 368, de 18 jun. 2009.

[421] Ibid.

[422] Ibid.

[423] Artigo Primeiro, parágrafo primeiro, do Decreto nº 6.527, de 1º ago. de 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 152 20/10/2011 12:36:17

com vistas à implementação de sistemas e métodos de monitoramento ambiental em países de floresta, teriam o mérito de ampliar os esforços da cooperação técnica brasileira em um setor em que o país detém reconhecida experiência e *know-how*.

A contribuição da Noruega ao Fundo Amazônia está disciplinada pelo **C**ontrato de Doação celebrado, em 25 março de 2009, entre o BNDES e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, no qual foi expressa doação inicial ao Banco, na qualidade de gestor do Fundo, no valor de US$ 110 milhões no exercício 2009.[424] O repasse dos recursos é baseado em resultados de redução do desmatamento, mas os montantes são transferidos somente a pedido do BNDES, levando em conta as necessidades financeiras do Fundo.[425] Para 2010 e 2011, o governo norueguês se comprometeu a prover cerca de US$ 150 milhões por ano.[426]

6.3.3 – Cooperação em regiões polares

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) demonstram que as regiões polares exercem profunda influência sobre o clima mundial e, por consequência, também nos ecossistemas regionais. O estudo das mudanças de temperatura da cobertura de gelo e dos mares na Antártica e no Ártico, bem como de questões relacionadas com a camada de ozônio, a interação do sistema atmosfera-superfície gelada-oceano e a diversidade dos organismos vivos ali presentes, tem-

[424] "Article IV – Contribution of the Donor – The Donor shall make available to BNDES financial grants (each financial grant, a Contribution) to be used exclusively to support the projects to be financed from the Fund in the planned period 2009 – 2015, in accordance with Decree no. 6.527/2008, the regulations of the Fund, and its operational policies. For 2009 the Contribution will be in an amount up to NOK 700,000,000 (seven hundred million Norwegian crowns). Subsequent annual amounts will be specified in separate addenda to this Donation Agreement to be proposed by the Donor."

[425] "Article VI – Disbursements – The Contributions will be disbursed upon semi-annual written requests from BNDES based on the financial needs of the Fund and on the amount of emission reductions attested by the Technical Committee, except for the first Contribution as described in Article IV, which shall be paid within thirty days from the execution date of this Agreement. [...]"

[426] OFFICE OF THE PRIME MINISTER. Press release, 16 dez. 2009. "Our financing of the fund is results based and given the reduction, we will increase our contribution to the Amazon Fund to USD 150 million for 2010. It's very encouraging that deforestation continues to decline in the Amazon."

Brasil_Noruega_último.indd 153 20/10/2011 12:36:17

se revelado de suma importância para a compreensão de fenômenos que atingem populações e biomas muitas vezes distantes dos polos.

Hoje, sabe-se que a Antártica atua sobre o clima sul-americano e, tendo em vista sua influência sobre as correntes marinhas, o derretimento da calota polar no Ártico pode afetar o nível de precipitação sobre a Amazônia, com impacto sobre a cobertura florestal, a biodiversidade e as atividades humanas na região.

Ao ratificar o Tratado da Antártica, em 1975, o Brasil assumiu compromissos internacionais de realizar pesquisa científica substancial e zelar pela preservação do meio ambiente antártico. O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), criado pelo Decreto nº 86.830 de 1982, estabeleceu em 1984 a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) na Baía do Almirantado, Ilha Rei George. As atividades científicas brasileiras na Antártica qualificaram o país como membro consultivo do Tratado Antártico e como membro do Comitê Científico de Pesquisa na Antártica (SCAR).

O Ministério do Meio Ambiente é responsável pelo segmento ambiental do PROANTAR e coordena o Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAm). Duas das principais iniciativas de pesquisa se destinam a investigar (a) os reflexos das alterações ambientais globais na Antártica e suas consequências para o Brasil; e (b) a avaliação do impacto ambiental das próprias atividades brasileiras naquela região. Cientistas brasileiros ali realizam estudos integrados da atmosfera, do gelo, do solo e do oceano, mediante monitoramento de parâmetros físicos, químicos e biológicos, com vistas a melhor compreender o papel da Antártica como controladora das condições ambientais no Hemisfério Sul. Também são elaborados cenários de resposta da região às mudanças climáticas globais.

Por sua vez, com o aquecimento global, o Ártico ganha importância como repositório da evolução do clima terrestre e indicador crítico de mudanças futuras. Diante da perspectiva de redução da cobertura de gelo, começa a repercutir o debate sobre o aproveitamento dos recursos naturais e abertura de novas rotas marítimas na região. Caso se confirme, a utilização sustentável desse patrimônio trará consequências econômicas, ambientais e sociais no correr do século XXI.

Desde já, essa tendência leva a que maior número de países procure condições melhores de acesso a estudos, pesquisas e demais

Brasil_Noruega_último.indd 154 20/10/2011 12:36:17

atividades realizadas no Círculo Polar Ártico. Nessa perspectiva, para o Brasil, a cooperação com a Noruega poderá ajudar a criar condições para salto qualitativo no conhecimento dos mecanismos que influenciam diretamente o meio ambiente e a produção agrícola, intimamente vinculada ao clima regional e mundial, além de estimular a internacionalização da pesquisa científica brasileira.

Com longa tradição de pesca em mares gelados e de expedições polares, a Noruega dedica recursos humanos e orçamentários relativamente importantes à promoção da pesquisa em regiões polares e ao financiamento de ampla estrutura física de estações e laboratórios de pesquisa no Arquipélago de Svalbard, entre 74 e 81 graus Norte, e na Ilha de Bouvetøya, a 54 graus de latitude no Atlântico Sul.

Tendo o Ministério do Meio Ambiente no papel de coordenador das atividades nos polos, cabe ao Instituto Polar da Noruega implementar os projetos de pesquisa e administrar as estações norueguesas nos dois extremos.

O centro de pesquisa no Arquipélago de Svalbard encontra-se situado no povoado de Ny-Ålesund, na Ilha de Spitsbergen, em função do acesso facilitado durante a maior parte do inverno boreal. Abriga, permanentemente, entre 30 e 50 pesquisadores vinculados ao Centro Universitário de Svalbard (UNIS), ao Fórum Científico de Svalbard e à base de radar e pesquisa meteorológica EISCAT. Dispõe de porto e aeródromo, infraestrutura elétrica e de água e esgoto, serviço postal, hotel e armazéns de gêneros alimentícios. Longyearbyen, a capital, é sede da Estação de Monitoramento Remoto de Satélites SVALSAT. Desde 2008, Svalbard constitui uma das "grandes infraestruturas" (ESFRI) dentro da política comunitária europeia de pesquisa e desenvolvimento.[427]

No Hemisfério Sul, a Noruega também passou, em 2005, a dispor de uma estação permanente de pesquisa. Troll serve de apoio ao programa Norwegian Antarctic Research Expedition (NARE), com enfoque em oceanografia, biologia marinha e mudança do clima.

Inserem-se na rede polar norueguesa diversas outras instituições de pesquisa localizadas nas províncias mais ao norte do país: as Universidades de Tromsø (UiT) e Politécnica de Trondheim (NTNU); o Centro Polar Ambiental em Tromsø; a Fundação de Pesquisa NORUT;

[427] <http://www.forskningsradet.no/servlet/Satellite?c=Informasjonstekst&cid=1253959719078&pagename= infrastruktur%2FHovedsidemal#2.2>.

Brasil_Noruega_último.indd 155 20/10/2011 12:36:17

Centro Amundsen de Pesquisa no Ártico e o Centro Nansen de Pesquisa Ambiental, além do Instituto de Pesquisa Marinha (CMI), com sede em Bergen, entre outros. Destaque-se o Instituto de Pesquisa Marítima SINTEF/MARINTEK, situado em Trondheim, que mantém escritório de representação no Rio de Janeiro.

O orçamento governamental para pesquisa polar é administrado pelo Conselho de Pesquisa da Noruega (*Forskningsrådet* – NRC), ao qual incumbe implementar a política norueguesa de investigação polar mediante a concessão de meios financeiros aos diversos programas subvencionados pelo Estado, como o NORKLIMA (estudo do impacto das alterações climáticas), HAVKYST (pesquisa sobre oceanos e zonas costeiras) e PETROMAKS (avaliação das atividades de petrolíferas e da poluição marítima).[428]

Levando em conta a infraestrutura estabelecida em Svalbard e a extensão da rede de pesquisa norueguesa, o país nórdico vislumbra seu programa polar como um dos mais significativos itens de sua agenda de cooperação internacional. Nesse contexto, o exemplo da cooperação entre Noruega e Índia, iniciada em 2008, serve de estudo de caso para avaliação dos interesses brasileiros em relação ao tema polar.

Ao contrário da Antártica, onde possui suas próprias estações de pesquisa, o governo indiano tradicionalmente utiliza as instalações de pesquisa estabelecidas pela Noruega em Svalbard. O início da cooperação objetivou o desenvolvimento de um programa conjunto de pesquisa no Ártico, com base em Memorando de Entendimento firmado entre o Centro Nacional de Pesquisas Antárticas e Oceânicas (NCAOR), do Ministério indiano de Ciências da Terra, e o Instituto Polar (NPI) da Noruega.[429]

Em uma primeira fase, o NPI abrigou nas suas instalações em Svalbard, por períodos de duas a quatro semanas, nos meses de verão boreal, cientistas indianos especializados em biotecnologia (pesquisadores do Centro de Biologia Celular e Molecular – CCMB), medição do volume de aerossóis na atmosfera (Instituto de Meteorologia Tropical – IITM) e geofísica (Maharaja Sayajirao University). Na

[428] Embaixador Karsten Klepsvik, Assessor Especial para Recursos das Áreas Nórdicas do Ministério dos Negócios Exteriores, no Seminário sobre Atividades Polares a bordo do *Cisne Branco*. Oslo, 1 set. 2009.

[429] <http://npweb.npolar.no/english/articles/1215606949.23>.

Brasil_Noruega_último.indd 156 20/10/2011 12:36:17

segunda fase, foram realizados quatro projetos com o Laboratório Nacional de Física em Nova Delhi e com o próprio NCAOR, com vistas a melhor compreender os efeitos do Ártico sobre as variações climáticas no Oceano Índico.

Em 2008, a Índia inaugurou em Ny-Ålesund sua primeira estação autônoma de pesquisa (*Himadri*) no Ártico para estudo das alterações climáticas. O governo norueguês continua, porém, no quadro de sua Estratégia para aquele país, a desempenhar papel relevante no apoio à manutenção da estacão de Himadri e no financiamento de projetos conjuntos, aos quais o Conselho de Pesquisa da Noruega destina verbas da ordem de US$ 4 milhões por ano, dentro do programa indo-norueguês de ciência e tecnologia (INDNOR).[430]

Atualmente, além da Noruega, Alemanha, China, Coreia do Sul, França, Índia, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia possuem estações próprias de pesquisa em Ny-Ålesund. Destes, porém, somente Noruega, Alemanha, China, França e Rússia mantêm atividades durante todo o ano.

Como visto, a Noruega mantém numerosas atividades de pesquisa nos níveis nacional e internacional, com base em recursos humanos, físicos e financeiros de que poucos outros países dispõem. Trata-se de um dos principais colaboradores para o Ano Polar Internacional (IPY), esforço colaborativo multinacional e interdisciplinar para a produção e divulgação de estudos sobre os extremos gelados do planeta e sua influência global.

O IV Ano Polar Internacional (2007-2009) contou com a participação de 50 mil cientistas de 63 países. Encerrou-se com Conferência Internacional organizada em Oslo em junho de 2010. Em um período de quase quatro anos, o governo norueguês, um dos principais financiadores da iniciativa, investiu mais de US$ 50 milhões. Apenas a Noruega participou de metade dos 206 projetos implementados.[431]

Até 2007, o Brasil nunca havia participado de Ano Polar Internacional. Para essa quarta edição, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) subvencionaram projetos, em

[430] Norwegian Programme for Research Cooperation with India (INDNOR). *Programme to promote research cooperation between India and Norway* –Work Programme 2010-2019. Arquivo pdf..

[431] <http://ipy-osc.no/>.

Brasil_Noruega_último.indd 157 20/10/2011 12:36:17

cooperação com outros países, para estudos climáticos e da influência das correntes oceânicas provenientes da Antártica na plataforma da América do Sul, em especial na costa brasileira.

A participação brasileira mais efetiva neste tipo de iniciativa amplia o papel internacional do país e dá-lhe acesso a fontes de estudos e dados coletados nas regiões polares, de potencial interesse político, econômico e estratégico, além do natural valor científico. A título de exemplo, enquanto a Noruega responde, em média, por 0,6% da produção de conhecimento global, o país é responsável por 6% da pesquisa polar realizada no mundo.[432]

Nessa ótica, e com o objetivo de promover aproximação entre os governos brasileiro e norueguês no campo da cooperação polar, realizou-se, a bordo do Veleiro Cisne Branco, no dia 1° de setembro de 2009, primeiro Seminário sobre Atividades Polares.[433] A troca de informações e experiências entre as autoridades presentes evidenciou as oportunidades que se abririam para o Brasil de maior cooperação entre os dois países, dentro de um marco institucional negociado por ambos os governos.

No caso brasileiro, a presença em regiões isoladas do continente antártico constitui necessariamente uma operação sempre onerosa, em razão da distância, da temperatura, da aquisição e manutenção de equipamentos sensíveis e do investimento em recursos humanos. Tal atividade se encontra ainda submetida ao risco da concorrência com diversas outras iniciativas prioritárias de pesquisa no próprio território nacional, diretamente vinculadas ao estudo do bioma tropical. Por outro lado, cresce o interesse mundial pelos polos e maior número de países deseja estabelecer algum tipo de presença na Antártica de maneira temporária ou permanente.

---

[432] Palestra da Dra. Kirsten Mathisen, Diretora da Divisão para Prioridades Estratégicas do Conselho de Pesquisa da Noruega, no Seminário sobre Atividades Polares a bordo do *Cisne Branco*. Oslo, 1 set. 2009.

[433] Pelo lado brasileiro: Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Oliveira Medeiros, Subsecretário para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); e navegador Amyr Klink. Pelo lado norueguês: Embaixador Karsten Klepsvik, Assessor Especial para Recursos das Áreas Nórdicas do Ministério dos Negócios Exteriores; Dr. Peter Schei, Diretor do Instituto Fridtjof Nansen; Dr. Jarle Aarbakke, Reitor da Universidade de Tromsø; Dra. Kirsten Broch Mathisen, Diretora da Divisão para Prioridades Estratégicas do Conselho de Pesquisa da Noruega; e Dra. Birgit Njåstad, Chefe do Setor de Meio Ambiente do Instituto Polar Norueguês.

Brasil_Noruega_último.indd 158 20/10/2011 12:36:17

Nesse contexto, a construção de uma parceria de longo prazo com um sócio igualmente estabelecido no Atlântico Sul e com a disposição de compartilhar conhecimentos e recursos oferece condições para estender e consolidar a pesquisa brasileira na região. Além de ser reconhecidamente uma área importante para pesquisas de oceanografia e glaciologia, a estacão cientifica norueguesa está localizada em uma zona intensamente povoada por diversas espécies animais, no centro de rotas migratórias do Atlântico Sul. A Estacão Comandante Ferraz está situada em uma zona exposta a acrescido tráfego marítimo resultante de cruzeiros turísticos e outras embarcações. O impacto do tráfego marítimo na vida das espécies marinhas, pelo aumento de substâncias poluentes nas águas e de resistência a antibióticos é tema de pesquisa da Universidade de Tromsø, ao longo da costa norueguesa e no Arquipélago de Svalbard, que muito se beneficiaria dos resultados observados pelos cientistas brasileiros na Antártica.

A existência de um marco formal de colaboração permitiria, ainda, o intercâmbio de amostras biológicas mais diversificadas e sua observação por períodos de tempo mais longos e em maior número, fator decisivo para avaliar a presença ou a evolução de agentes patogênicos que possam pôr em risco a manutenção de diversas espécies. Estes são alguns dos temas que instituições norueguesas têm desenvolvido no Ártico e também na Antártica, especialmente em cooperação com instituições como o British Antarctic Survey. A ausência de um mecanismo formal de cooperação poderá ser a mais evidente explicação para a ausência de cooperação também com os pesquisadores do PROANTAR.

Com relação ao Ártico, seria igualmente recomendável o Brasil dispor da possibilidade de desenvolver trabalhos de pesquisa ao abrigo da extensa rede de instituições polares instaladas em território norueguês. Ny-Ålesund é palco de cooperações científicas que incluem 26 países, em campos diversos, onde a ciência brasileira pode e deve desempenhar um papel relevante. Svalbard é o ponto de latitude elevada de mais fácil acesso dentro do Círculo Polar Ártico.[434] Aliado ao fato de que a Noruega é um dos poucos países com estações de sensoriamento remoto de imagens radar, nas duas regiões polares (SVALSAT e TROLLSAT),

[434] <http://www.regjeringen.no/en/dep/kd/aktuelt/taler_artikler/forsknings--og-hoyere-utdanningsminister/tora_aasland/2008/opening-speech-ny-alesund-symposium.html?id=520380u>.

Brasil_Noruega_último.indd 159 20/10/2011 12:36:17

oferece condições únicas para a captação, duas vezes por órbita, das informações transmitidas pelos satélites utilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) para detecção de queimadas, o que permite avaliação em tempo real do problema e menor tempo de resposta para uma ação do poder público *in loco*.[435]

Enfim, para o Brasil, o objetivo último da parceria com a Noruega deverá ser a preparação e possível implementação de uma política efetivamente polar – e não simplesmente antártica – a fim de que o país possa ter participação ativa nos debates internacionais relacionados ao impacto do clima nos polos sobre o meio ambiente e a sociedade, o aumento de atividades econômicas em áreas de degelo (pesca, extração de petróleo, turismo) e a possibilidade de abertura de novas rotas de navegação marítima.

[435] INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL (INPE). *O monitoramento de queimadas em tempo quase real do INPE*. Disponível em <http://sigma.cptec.inpe.br/queimadas>.

Brasil_Noruega_último.indd 160 20/10/2011 12:36:17

Capítulo 7
Paz e reconciliação

"*Apresento-lhe seu inimigo número um.*"
Terje Rød Larsen, ao apresentar o
diplomata israelense Uri Savir ao
representante da OLP, Abu Ala[436]

A participação do Brasil nos esforços internacionais em prol da paz e da reconciliação em situações de conflito e, em especial a experiência de liderar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), tem gerado para o governo brasileiro a necessidade de examinar a maneira mais adequada de atuar em cenários cada vez mais diversificados e complexos, com base em informações factuais e análises de qualidade que sirvam de subsídios à formulação de ações diplomáticas e de estratégias de mediação. O Brasil é chamado a desempenhar um papel crescente em missões multilaterais de paz e também deseja ampliar seu escopo de atuação no contexto regional sul-americano e caribenho, na África e no Oriente Médio.

Identifica-se, com a Noruega, uma convergência no campo dos princípios e valores na ordem internacional, fundamentados no direito, na solução pacífica de conflitos e na solidariedade. Os primeiros

[436] SAVIR, Uri. *The Process: 1,100 Days That Changed the Middle East*. London: Vintage, 1999.

Brasil_Noruega_último.indd 161 20/10/2011 12:36:17

Seminários Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação, realizados durante as visitas de Estado do Rei Harald, em 2003, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, com abertura pelos chanceleres, demonstraram o elevado grau de prioridade que alcança o diálogo em prol da paz entre os dois governos, com base no reconhecimento mútuo do valor das experiências acumuladas em seus esforços respectivos, no Haiti e no Oriente Médio.

Esses encontros revelaram, ainda, o potencial de cooperação com os institutos noruegueses, para o fortalecimento, no Brasil, da estrutura de pesquisa sobre temas relacionados à paz tanto em nível de chancelaria como no meio acadêmico.

7.1 – O tema da paz na política externa norueguesa

A política externa norueguesa tem sido consistente em outorgar prioridade ao esforço de facilitação da paz e reconciliação, em nível mundial. Na maioria das situações, a Noruega tem atuado em apoio às iniciativas da Organização das Nações Unidas ou de organizações regionais. Estima, no entanto, que também pode contribuir para os esforços de paz e reconciliação através de seus próprios recursos, competência e vontade política, quando a pedido das partes em conflito.

Na sequência dos Acordos de Oslo, em 1993, entre Israel e a OLP, a tradicional sede do Instituto Nobel da Paz consolidou sua imagem de "Capital da Paz". A diplomacia norueguesa foi enaltecida, e o país passou a ocupar posição privilegiada em importantes foros internacionais, formais ou informais. Governo e ONGs noruegueses foram convidados a contribuir para a solução de conflitos em diversas partes do globo, como Sudão, Sri Lanka, Somália, Colômbia e a região dos Balcãs, entre outros.

Certo número de noruegueses envolvidos neste trabalho desde o início dos anos 1990 tornaram-se autoridades nacionais ou funcionários internacionais de alto nível. A título de exemplo, podem ser citados: o Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional, Erik Solheim (Sri Lanka); o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Raymond Johansen (Oriente Médio, Sri Lanka, Chifre da África e Sudão); os ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros, Thorvald Stoltenberg (Bálcãs) e Johan Jørgen Holst (Oriente Médio); o ex-Subsecretário Geral das

Brasil_Noruega_último.indd 162 20/10/2011 12:36:17

Nações Unidas para Assuntos Humanitários, Jan Egeland (Oriente Médio, Guatemala e Colômbia); o Secretário do Instituto Nobel da Paz, Geir Pedersen (Oriente Médio); e o ex-Representante do Secretário-Geral da ONU para a Palestina, Terje Rød-Larsen.

7.1.1 – "Política de engajamento"

Como visto no capítulo 3, a política exterior da Noruega define a si própria como uma "política de engajamento", fundamentada em uma "responsabilidade ética em nível global".[437] Este conceito caracteriza a intenção do governo norueguês de ampliar o escopo de sua participação em processos de paz e reconciliação,[438] acrescentando-lhes a dimensão da cooperação para o desenvolvimento dos países e regiões afetadas, como forma de dar condições de sustentabilidade à paz. Trata-se de uma evolução do papel tradicional do país de facilitador ou mediador dos entendimentos políticos para a paz. Parte da constatação, expressa no "Livro Branco" de política externa, de que "a maioria dos conflitos ocorre em países pobres e vulneráveis e que tais conflitos agravam a situação de pobreza e invertem o sentido do desenvolvimento (...). A Noruega tem longa tradição de apoio à resolução de conflitos e à construção da paz. Essas credenciais dão ao país uma base sólida para o exercício de uma política em que as questões de segurança e desenvolvimento estão interligadas".[439]

O que a literatura qualifica de "modelo norueguês para paz e reconciliação"[440] possui as seguintes características:

i) elevado grau de consenso político interno, ao longo da história e dos governos, sobre o papel da Noruega para a promoção da paz, o que garante ao país manter um compromisso de longo prazo nos processos de paz;

[437] UTENRIKSDEPARTEMENTET. *St.meld. nr. 15 (2008–2009):* Interesser, ansvar og muligheter. Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009. p. 103
[438] Id. p. 109, Figura 13.2.
[439] Id. p. 11.
[440] HANSSEN-BAUER, Jon. *The Norwegian model for conflict resolution*. Oslo, UD, 2005. Palestra.

Brasil_Noruega_último.indd 163 20/10/2011 12:36:17

ii) experiência em operações de manutenção da paz das Nações Unidas e como facilitador de processos de paz em diversas regiões do globo;
iii) grande disponibilidade de recursos financeiros, que permite ao país apoiar não só o processo de negociação, mas também estabelecer mecanismos de monitoramento e de construção da paz;[441]
iv) boas relações com atores internacionais influentes;
v) relativa autonomia, como país não membro da União Europeia (porém membro da OTAN)[442];
vi) reputação internacional de *bridge-builder*,[443] sem *hidden agenda*;[444]
vii) extensa rede de contatos, por intermédio da cooperação com ONGs norueguesas, mesmo em locais onde a diplomacia norueguesa tem pouca ou nenhuma presença;
viii) acesso a informações e análises de qualidade fornecidas pela rede de institutos noruegueses de pesquisa da paz.

7.1.2 – Experiência norueguesa

Os esforços noruegueses em prol da paz, excetuando a participação em operações das Nações Unidas, tiveram início durante o período da Guerra Fria, quando, nos anos 1950, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Halvard Lange e seu homólogo polonês, Adam Rapacki, desenvolveram um "diálogo fluido" e "relativamente secreto" sobre questões relacionadas com o confronto entre as forças da OTAN e do Pacto de Varsóvia.[445]

[441] A partir de 2005 o orçamento administrado pela Divisão de Paz e Reconciliação do Ministério dos Negócios Estrangeiros passou de US$ 10 para 20 milhões. A Noruega é o sétimo contribuinte ao orçamento da ONU para operações de paz.
[442] Autonomia, por exemplo, em relação a contatos com entidades identificadas como "terroristas" pela UE.
[443] WAAGE, *Hilde Norwegians, who needs Norwegians?* UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Evaluation Report 9*. Oslo, UD, 2000.
[444] Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre, no II Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação. Telegrama da Embaixada do Brasil em Oslo nº 602 de 21 set. 2007.
[445] STOLTENBERG, Thorvald. *Det handler om mennesker*. Oslo: Gyldendal, 2001. p. 88.

Brasil_Noruega_último.indd 164 20/10/2011 12:36:17

A Noruega chegou a estar envolvida nos esforços de paz e reconciliação em mais de 20 países e regiões. São apresentadas, a seguir, algumas das iniciativas mais relevantes, com maior ou menor grau de resultados positivos, que contribuíram para a consolidação da experiência norueguesa nessa área:

i) Sri Lanka – a convite do governo estabelecido e do movimento separatista Tigres de Libertação Tâmil Eelam (LTTE), a Noruega atuou como facilitadora do processo de paz no Sri Lanka desde o ano 2000. Com o apoio dos EUA, as partes assinaram um acordo de cessar-fogo em 2002. Após seis rodadas negociadoras, em 2003, as partes em conflito se dispuseram a explorar uma solução federativa dentro de um Sri Lanka unido. A Noruega conduziu a força de observadores civis nórdicos (Sri Lanka Monitoring Mission – SLMM), que supervisionou o acordo de cessar-fogo até sua suspensão pelo governo do Sri Lanka em janeiro de 2008. Em coordenação com Estados Unidos, Japão, Índia e União Europeia, buscou limitar o recrudescimento da violência em 2006, quando as partes retomaram os confrontos militares. O acordo de cessar-fogo havia resultado em uma sensível diminuição do número de mortes e na recuperação econômica de certas áreas do país. Manteve os canais de comunicação com os dois beligerantes, a fim de garantir a melhor proteção possível à população civil e a prestação de assistência humanitária às vítimas do conflito armado;

ii) Sudão – a Noruega coordenou o grupo de planejamento e liderou os esforços dos doadores para a reconstrução do país na esteira do acordo de paz entre o Norte e o Sul do Sudão, celebrado em 2005, com o apoio dos EUA, do Reino Unido e do país nórdico. A Noruega apoiou as negociações para o acordo de outubro de 2006 sobre o Sudão Oriental. Participa dos esforços diplomáticos com vistas ao referendo sobre o sul do Sudão e a uma solução permanente para a região do Darfur;

iii) Somália – junto com os EUA, a Noruega criou o Grupo Internacional de Contato para a Somália. Está entre os

Brasil_Noruega_último.indd 165 20/10/2011 12:36:17

maiores contribuintes em termos de assistência humanitária para a Somália, e também financia o mecanismo de acompanhamento do Acordo de Djibuti, celebrado entre o governo de transição e a oposição. Os somalianos constituem a terceira comunidade de imigrantes não europeus na Noruega;

iv) Burundi – o processo de inclusão do país africano na agenda da Comissão das Nações Unidas para Construção da Paz foi conduzido pela Missão da Noruega junto à ONU. O apoio norueguês ao Burundi tem sido canalizado principalmente através do Banco Mundial. A Noruega também apoia os esforços para encontrar soluções duradouras para a questão dos refugiados;

v) Filipinas – em 2001, o governo filipino e a Frente Democrática Nacional (NDFP) solicitaram à Noruega atuar como facilitador para o processo de paz. Três rodadas de negociações formais realizadas em Oslo resultaram na criação do Comitê Misto de Acompanhamento (CMA), com a função de monitorar o respeito pelos direitos humanos. As conversações formais de paz foram interrompidas no final de 2004, mas a Noruega logrou reunir as partes para conversas informais em maio de 2008;

vi) Colômbia – Noruega, Suíça e Espanha desempenharam papel de coadjuvantes aos esforços de diálogo entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN);

vii) Guatemala – a Noruega chegou a manter no país centro-americano a sua maior Embaixada na América Latina, tendo participado ativamente do processo de paz que levou à assinatura, em 1996, em Oslo, após seis anos de reuniões facilitadas pelos mediadores noruegueses, dos acordos de paz entre as Forças Armadas e a guerrilha, sobre direitos humanos e sobre direitos da população indígena.

vii) Haiti[446] – em março de 1998, a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, consultou o Ministro Knut Vollebæk sobre a possibilidade de a Noruega contribuir

[446] NORAD. Evaluation of Norwegian Support to Peacebuilding in Haiti 1998–2008. *Evaluation Report 5*. Oslo, 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 166 20/10/2011 12:36:18

para a facilitação do diálogo político no Haiti. À época, a participação norueguesa no Haiti era modesta e destinada a atividades promovidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Ajuda da Igreja da Noruega (NCA) era a única entidade norueguesa naquele país, uma vez que a chancelaria mantinha apenas um embaixador extraordinário para a região do Caribe, baseado em Oslo. Em parceria com a NCA, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estabeleceu um plano de ação com vistas a desbloquear o diálogo entre facções políticas, mediante consultas informais, transparentes e amplas. Durante os primeiros sete anos, mais de 75% dos recursos foram aplicados em esforços de promoção do diálogo político e de fortalecimento da sociedade civil.

Após as eleições haitianas de 2006 e a visita ao país do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Raymond Johansen, os objetivos foram ajustados de maneira a contemplar, por um lado, a promoção da estabilidade política através do desenvolvimento de instituições e práticas democráticas e, por outro, reduzir a violência urbana mediante mecanismos de resolução de conflitos por meios pacíficos.

Nesse contexto, a Noruega, por intermédio da NCA, estabeleceu "estreita cooperação" com a ONG brasileira Viva Rio, que desenvolvia projetos de reabilitação urbana no bairro de Bel Air, na zona vermelha de Porto Príncipe. A Noruega forneceu US$ 3,3 milhões do orçamento total estimado do projeto, por período de cinco anos, de US$ 12,5 milhões. Na avaliação do NORAD, "diferentemente de outros doadores, tais como a CIDA ou o BID, e de maneira interessante para o Viva Rio, a Noruega não destinou seu apoio a componentes específicos, mas […] manteve atitude mais abrangente de apoio ao diversos componentes do programa".[447]

A Noruega também tem atuado como facilitador dos contatos entre o Haiti e a República Dominicana, na questão

[447] Id., p. 29. CIDA: Canadian International Development Agency.

Brasil_Noruega_último.indd 167 20/10/2011 12:36:18

dos trabalhadores agrícolas migrantes na fronteira dos dois países;

viii) Oriente Médio[448] – A assinatura dos Acordos de Oslo,[449] em 13 de setembro de 1993, na Casa Branca, mostrou ao mundo em que medida a Noruega tinha contribuído para uma das mais principais tentativas de alcançar a paz no Oriente Médio desde a criação do Estado de Israel, em 1948. Constitui marco histórico e referência para o conceito de que goza a diplomacia norueguesa no tocante à solução de conflitos internacionais.

O chamado "Processo de Oslo" reuniu as características hoje associadas à abordagem da Noruega em questões complexas de busca da paz e reconciliação: uma atitude discreta de "facilitação" da paz – ao contrário da "mediação" formal –, baseada na construção de ampla rede de contatos diplomáticos e pessoais com representantes influentes das partes em conflito e dos demais países envolvidos diretamente na solução deste.

Conta o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thorvald Stoltenberg,[450] que a iniciativa do envolvimento norueguês partiu do presidente da OLP, Yasser Arafat, em 1979, por considerar a Noruega um importante canal de comunicação, em razão das estreitas relações deste país com Israel e, em especial, por razões ideológicas, com dirigentes do Partido Trabalhista israelense, mais propensos a considerar um caminho negociado para a paz. Além dos laços com Israel, o país nórdico também mantinha relações estreitas com os Estados Unidos, fator imprescindível em qualquer esforço de paz no Oriente Médio.

Como Chanceler, Thorvald Stoltenberg viu a construção de um relacionamento pessoal com Yasser Arafat e demais líderes da OLP como parte importante dos esforços para a paz e, assim, ao longo de vários anos, os noruegueses estabeleceram um *back channel* de reuniões, em

[448] WAAGE, Hilde. Peacemaking is a Risky Business. Norway´s Role in the Peace Process in the Middle East, 1993-96. *PRIO Report*, Oslo, n. 1, 2004.

[449] Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements.

[450] Entrevistado em 2 dez. 2009. STOLTENBERG, Thorvald. *Det handler om mennesker*. Oslo: Gyldendal, 2001. MOEN, Kjell Erik Møgster. *Fredskrigeren*: Thorvald Stoltenberg. Oslo: NRK Aktivum AS, 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 168 20/10/2011 12:36:18

segredo,[451] com vistas a fomentar o diálogo entre enviados israelenses e palestinos, inicialmente de forma não planejada, sem seguir um grande projeto ou um plano mestre.[452] Basicamente, os atores noruegueses atribuíram-se apenas um papel de facilitadores do processo.

Somente após a elevação do nível de representação israelense em maio de 1993, as conversações secretas na Noruega evoluíram de um exercício acadêmico, ainda exploratório, para uma discussão oficial sobre pontos concretos de negociação entre as partes. Nessa fase final, o papel desempenhado pelos noruegueses passou a ser o de mediador, com os riscos e a responsabilidade de eventual colapso do processo, tenuemente sustentado pela perspectiva da paz em troca do reconhecimento por Israel da Autoridade Nacional Palestina.

O processo de Oslo e o acordo de paz entre Israel e a OLP confirmaram a posição da Noruega como ator importante naquela região.[453] Com efeito, a política para o Oriente Médio continua a moldar uma parte significativa da agenda norueguesa de política externa. A Noruega lidera o fórum de doadores para os territórios palestinos (*ad hoc* Liaison Committee) e participa do grupo de observação internacional em Hebron (Temporary International Presence). Além do relacionamento oficial, cultiva ampla rede de contatos com os principais atores políticos na região por meio de sua rede de ONGs e de institutos de pesquisa.[454]

7.2 – Estrutura da rede norueguesa de pesquisa da paz

A Noruega é considerada pioneira na pesquisa sobre a paz e reúne o maior número de instituições temáticas (43) entre os países europeus. Ao contrário dos estudos estratégicos, dedicados à análise dos conflitos

[451] STØRE, Jonas Gahr. *Å gjøre en forskjell*. Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008. p.134: "Ao longo de várias décadas, tivemos como princípio manter contatos com todas as partes atuantes no Oriente Médio. Foi necessária coragem. Como quando Thorvald Stoltenberg e Knut Frydenlud tiveram os primeiros contatos com a OLP em Beirute, nos anos 1970. Ou quando Gro Harlem Brundtland, como Primeiro-Ministro, reuniu-se com Yasser Arafat, nos anos 1980".

[452] HANSSEN-BAUER, op. cit.

[453] STØRE, op. cit., p. 131.

[454] Ibid., p. 132. "O que torna especial o engajamento norueguês é a ampla rede de contatos que desenvolvemos. Temos pessoas com conhecimentos específicos. Muitos deles trabalham no serviço exterior. Após um ano como Enviado Especial do Quarteto para o Oriente Médio, Tony Blair me disse: não há quem conheça e compreenda melhor o conflito israelo-palestino do que a Noruega."

Brasil_Noruega_último.indd 169 20/10/2011 12:36:18

político-militares, o novo campo de pesquisa foi concebido, desde o início, como um processo tanto de reflexão como de proposição de métodos para o estabelecimento da paz.[455] Assim, na Noruega, a matéria é vista não apenas como uma ciência, mas também como fonte útil para a formulação de sua política exterior, no campo da mediação internacional ou na avaliação de posições adotadas no âmbito da ONU, da OTAN ou de outros organismos regionais.

O primeiro e principal centro de pesquisa sobre a paz, o PRIO (International Peace Research Institute, Oslo), foi estabelecido há cinquenta anos, em 1959, pelo sociólogo Johan Galtung, com recursos privados da família Rinde, de empresários navais, e a simpatia da liderança trabalhista, interessada em desenvolver base de conhecimentos sobre questões relacionadas à paz em plena Guerra Fria.[456] Dispõe de uma equipe de cerca de 80 pesquisadores noruegueses e estrangeiros, associados a departamentos sobre Solução de Conflitos e Construção da Paz, Ética e Normas Internacionais, e Segurança Internacional. Publica duas revistas, em inglês: *The Journal of Peace Research* e *Security Dialogue* (antigo *Bulletin of Peace Proposals*).

O PRIO abriga duas entidades especializadas de estudos: o Centre for the Study of Civil War (CSCW), que possui a distinção de Centro de Excelência Europeu, e o Forum for International Criminal Justice and Conflict (FICJC). Desde 2003, coordena o Mestrado em Estudos de Paz na Universidade de Oslo. Além de universidades e centros de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos, o PRIO tem procurado ampliar sua rede internacional de intercâmbio mediante acordos recentes com a Australian National University (ANU) e a Stellenbosch University, na África do Sul.[457]

---

[455] Galtung elaborou a distinção entre "paz negativa" (ausência de guerra, a falta de violência por falta de pessoal e violência pessoal e estrutural) e "paz positiva" (integração e cooperação, a ausência de violência estrutural e desenvolvimento pessoal).

[456] FORR, Gudleiv. *Strid og Fred*. Fredsforskning i 50 år: PRIO 1959-2009. Oslo, Pax Forlag AS, 2009. p. 14.

[457] Pesquisa bibliográfica revelou que, na década de 1970, os pesquisadores Helge Hveem, Dan Akerø, Per Borge e Dag Poleszynski desenvolveram projeto de pesquisa sobre questão da violência contra os índios no desenvolvimento do projeto Trombetas, da Mineração Rio do Norte, exportadora da bauxita para a Noruega (à época, *joint-venture* entre a CVRD e a ALCAN). O trabalho foi publicado em livro, com o título "Noruega no Brasil. Ditadura militar, genocídio e o alumínio norueguês" (HVEEM, Helge; AKERO, Dan; BORGE, Per; POLESZYNSKI, Dag. *Norge i Brasil, Militær diktatur, folkemord og norsk aluminium*. Oslo: Aschehoug, 1979).

Brasil_Noruega_último.indd 170 20/10/2011 12:36:18

A partir de 1992, o Instituto Nobel, cuja responsabilidade principal reside em auxiliar o Comitê com vistas à atribuição do Prêmio Nobel da Paz, passou também a coordenar um Fellowship Program, com recursos do Fundo Nobel. Desde então, quase 100 pesquisadores de mais de 25 países realizaram trabalhos em residência no Instituto, inclusive o sociólogo brasileiro, Prof. Clóvis Brigagão, em 2009.[458]

O Instituto Norueguês de Relações Internacionais (NUPI) foi criado, como o PRIO, em 1959. Reúne cerca de 60 pesquisadores em seis áreas temáticas, entre as quais um Departamento de Segurança e de Gerenciamento de Conflitos, com 19 colaboradores, inclusive Senior Research Fellow, coeditor da revista *Internasjonal Politikk*, Benjamin de Carvalho, norueguês com domínio do idioma português.

Além da Universidade de Oslo, a Universidade de Tromsø, no extremo norte da Noruega, desenvolveu Centro de Pesquisa da Paz, especializado em temas de segurança na região estratégica do Círculo Polar Ártico. Outras instituições acadêmicas multidisciplinares mantêm atividades de pesquisa da paz, *inter alia:* FAFO (*think-tank* financiado por sindicatos e empresas com o objetivo de realizar estudos sobre cooperação internacional e resolução de conflitos, com escritórios na África do Sul, China e Oriente Médio), Norwegian Peacebuilding Centre (NOREF), Center for International Climate and Environmental Research (CICERO), com programa sobre o impacto geopolítico das mudanças climáticas), Christian Michelsen Institute (CMI) e o Oslo Center for Peace and Human Rights, presidido pelo ex-Primeiro-Ministro Kjell-Magne Bondevik.

As organizações de paz estão agrupadas em federações, como a Aliança para a Paz, o Comitê Norueguês para a Paz e a União Norueguesa para a Paz, que também promovem cursos de formação, seminários e cursos de verão sobre os temas da paz e dos direitos humanos.

O grau de interação entre as esferas governamental e acadêmica é considerado especialmente elevado na Noruega em função do intenso uso das informações e análises elaboradas pelos institutos, bem como dos próprios pesquisadores em missões e nos esforços diplomáticos para a paz e a reconciliação, em situações complexas e países distantes.

[458] O Prof. Brigagão apresentou trabalho sobre "A cooperação Brasil-Argentina como paradigma de solução de conflitos para evitar a proliferação nuclear" no âmbito do programa de pesquisa, no biênio 2009-10, *The Spread of Nuclear Weapons: Past Experiences and Future Challenges*.

Brasil_Noruega_último.indd 171 20/10/2011 12:36:18

Como indicado anteriormente, é comum a chefia de instituições e centros de pesquisa por ex-altos funcionários ou ex-ministros com experiência adquirida nas negociações de paz. Tampouco inusitados são os casos de pesquisadores como Johan Jørgen Holst, que, após anos à frente do NUPI, tornou-se Ministro da Defesa e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

7.3 – Avaliação do sistema norueguês

A coordenação da participação norueguesa em operações e iniciativas de paz e reconciliação está a cargo do Departamento das Nações Unidas, Paz e Assuntos Humanitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que conta, na sua estrutura, com uma Divisão de Paz e Reconciliação. Relatório independente de avaliação das atividades de pesquisa sobre a paz levadas a cabo na Noruega e sua utilização em política externa[459] assinala pontos de interesse também para o Brasil, no momento em que se busca fortalecer o relacionamento entre a diplomacia e a academia também sobre o tema da paz, à luz da participação do país na MINUSTAH, com substancial esforço diplomático e militar, além de reconhecida presença de organizações da sociedade civil.

O relatório infere que a capacidade de pesquisa tem sido reconhecida como um ativo importante e singular do modelo norueguês: os institutos contam com o apoio financeiro continuado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), o que favorece a produção de literatura de alta qualidade e especialização. Conclui que a rede norueguesa de pesquisa logrou fornecer informações factuais e análises críticas ao Ministério, bem como desenvolver avanços conceituais que estariam levando à reelaboração de políticas, sobretudo em termos da correlação entre a construção de um ambiente de paz sustentável e o desenvolvimento econômico e social. Adicionalmente, os institutos fornecem à chancelaria *pool* de analistas qualificados para o debate interno, inclusive com o benefício de pontos de vista expressos

[459] CHANNEL RESEARCH. Evaluation of the Norwegian Research and Development Activities in Conflict Prevention and Peace-building. *Evaluation Report 5*. Brussels, 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 172 20/10/2011 12:36:18

pelos analistas estrangeiros dos diversos institutos.[460] Enfim, a rede de conhecimentos pessoais mantida pelos pesquisadores noruegueses no terreno estaria sendo efetivamente utilizada pelo ministério para contatos menos formais (*track-two diplomacy*), no escopo das negociações de paz.[461]

Os casos estudados no referido relatório – Sudão, Territórios Palestinos e Sri Lanka – terão demonstrado o valor das contribuições dos parceiros locais dos institutos noruegueses. A tendência à expansão da agenda da paz, com a ênfase em questões relacionadas ao desenvolvimento, ao clima e aos fluxos migratórios, implica a necessidade de pesquisa de natureza e de fontes diversificadas. Há o reconhecimento de um "mercado internacional" em pesquisas sobre a paz, ao qual o ministério deverá recorrer crescentemente em função das vantagens comparativas dos institutos estrangeiros sobre o estudo de conflitos nas suas respectivas regiões geográficas.

Com vistas a aperfeiçoar o sistema, o documento sugere a adoção de medidas, algumas das quais de particular interesse para a cooperação com o meio acadêmico brasileiro. Assim, foram apontadas as necessidades de:[462]

i) definição, pela chancelaria, de áreas prioritárias para a pesquisa por países, regiões geográficas e temas. Na medida em que a prevenção de conflitos exige cada vez maior ênfase na capacitação, seja na Noruega seja no exterior, essa atribuição de prioridades de longo prazo facultará melhor distribuição de recursos financeiros e o investimento, pelos institutos, em linhas de pesquisa permanentes;

[460] "The Sudan peace process is an interesting example of how the Norwegian government has benefited from Norwegian expertise and experience of Sudan in the academic world, among our NGOs and in our administration. We have cooperated closely with you during the negotiations – some of you directly, others indirectly. Academics have been hired as Sudan experts. Others have served us as advisors. We have been able to capitalise on years of academic investment in historical, anthropological and sociological studies on Sudan….You have made it possible for Norway to play a significant role as facilitators in the process….proving that a field of study that might have seemed obscure, in the end has become highly relevant to Norwegian policy – and to the promotion of peace." Palestra de Hilde Johnson no 75º aniversário do Instituto Chr. Michelsen, 15 mar. 2005.

[461] "Uso do pesquisador, em vez da pesquisa." CHANNEL RESEARCH. op. cit.

[462] CHANNEL RESEARCH. op. cit., Recommended Adjustments, p. 69 et seq.

Brasil_Noruega_último.indd 173 20/10/2011 12:36:18

ii) contratação de pesquisadores estrangeiros sobre países e regiões em que a Noruega esteja envolvida;
iii) desenvolvimento de parcerias estratégicas entre as instituições norueguesas e as de países do Hemisfério Sul, de modo a expandir capacidades de pesquisa e também gerar análises alternativas.

7.4 – Diálogo entre Brasil e Noruega sobre paz

Os primeiros Seminários Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação, realizados durante as visitas de Estado do Rei Harald, em 2003, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, com abertura pelos chanceleres, ressaltaram afinidades conceituais na agenda diplomática dos dois países e concluíram com a convicção, expressada pelo Ministro Celso Amorim, de que "Brasil e a Noruega poderão, em conjunto, contribuir em muito para a paz e a reconciliação em diferentes regiões do mundo."[463]

O encontro organizado em Oslo reuniu diplomatas, militares e pesquisadores brasileiros e noruegueses[464] e proporcionou o intercâmbio de informações atualizadas e de experiências em exercícios de construção da paz, em especial no Oriente Médio e no Haiti. Documentos de base

[463] Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na abertura do II Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação. Telegrama da Embaixada do Brasil em Oslo nº. 623 de 1 out. 2007.

[464] Participaram do lado brasileiro: os Embaixadores Affonso Ouro-Preto (Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio), Pedro Motta (Embaixador em Tel Aviv), Gonçalo Mello Mourão (Diretor do Departamento do México, América Central e Caribe – DMAC) e Paulo Cordeiro (Embaixador em Porto Príncipe), o General Carlos Alberto dos Santos Cruz (Comandante Militar da MINUSTAH), os Ministros Ligia Scherer (designada Chefe do Escritório de Representação em Ramalá) e Antonio Salgado (Subsecretaria-Geral Política I), o Conselheiro Cláudio Nascimento (Departamento do Oriente Médio e Ásia Central), os Professores Ricardo Seitenfus (Faculdade de Direito de Santa Maria) e Clóvis Brigagão (Universidade Cândido Mendes), Rubem César Fernandes (diretor da ONG Viva Rio) e João Marcelo Dalla Costa (do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais – GAPCon). Do lado norueguês: Svein Sæther, Diretor-Geral do Departmento de Nações Unidas, Paz e Assuntos Humanitários, da chancelaria local; Svein Sevje, Enviado Especial para o Oriente Médio; Kåre Eltervåg, Representante Especial, AHLC (*ad hoc* Liaison Committee), Johan Vibe, Diretor-Geral-Adjunto da Divisão de Paz e Reconciliação; Rut Krüger Giverin, da Divisão de Paz e Reconciliação; Mark Taylor, Diretor-Gerente Adjunto do Instituto FAFO; e Petter Skauen, da Ajuda da Igreja da Noruega (NCA).

Brasil_Noruega_último.indd 174 20/10/2011 12:36:18

sobre ambos os temas foram preparados pelas duas chancelarias e circulados antecipadamente a título de referência para os debates.

Houve mútuo reconhecimento das experiências dos dois países no Haiti e no Oriente Médio e ressaltaram-se as complementaridades das atitudes respectivas em relação à construção da paz, com ênfase no processo político, no caso da Noruega, e com viés de desenvolvimento econômico e social, no caso brasileiro, tendo o combate à fome e à pobreza e a promoção de melhores condições de saúde como elementos fundamentais para a prevenção de conflitos e a manutenção da paz nos países em desenvolvimento.

Foram aventadas propostas de ação conjunta visando a:

i) ações coordenadas no âmbito da ONU (citou-se o exemplo da criação do "Reconciliation Fund");
ii) promoção de "espaços de diálogo como meio de redução e prevenção de conflitos";
iii) intensificação dos contatos para a criação de um "Grupo de Amigos do Processo de Paz israelo-palestino" (por sugestão brasileira, em vista da necessidade de engajar mais países no processo, dar mais legitimidade e contribuir com novas ideias às conversações de paz);
iv) intercâmbio regular de informações entre diplomatas brasileiros e noruegueses no Oriente Médio e no Haiti;
v) cooperação institucional (parcerias de institutos noruegueses com o Instituto Rio Branco e com universidades brasileiras).

Registrou-se, por fim, a expectativa de que encontros dessa natureza se tornassem mais frequentes.

7.5 – Perspectivas da cooperação bilateral

7.5.1 – Aprofundamento do diálogo diplomático

No plano diplomático, os Seminários sobre Paz e Reconciliação realizados durante as visitas de Estado, bem como o diálogo permanente entre as chancelarias, por intermédio de suas embaixadas e representações, confirmaram a importância de maior articulação entre os dois países

Brasil_Noruega_último.indd 175 20/10/2011 12:36:18

sobre prevenção de conflitos e construção da paz, em uma perspectiva abrangente que também inclua a questão do desenvolvimento econômico e social.

As oportunidades para essa colaboração estão sendo evidenciadas em mais países e temas da agenda internacional. Além do Haiti, os esforços brasileiros de reconciliação na Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste, bem como o diálogo instaurado nas Cúpulas América do Sul-Países Árabes, têm sido acompanhados com interesse pela chancelaria norueguesa.

Também nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na Campanha Global para os ODM Relacionados à Saúde e na Iniciativa Saúde Global e Política Externa – metas e ações essenciais na perspectiva de se evitar o surgimento de novos conflitos –, Brasil e Noruega cooperam no mais alto nível de chefes de Estado e de ministros das Relações Exteriores.

Nesse contexto, encontra-se em preparação, entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Centro Norueguês de Construção da Paz (NOREF), o Terceiro Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação, previsto para realizar-se durante próxima visita do Chanceler Jonas Gahr Støre ao Brasil, com possível assinatura de memorando de entendimento entre as duas instituições que permita institucionalizar a cooperação e promover mais amplo debate com a sociedade civil mediante divulgação do conhecimento acumulado.

Ademais, a visita ao Brasil do Vice-Ministro da Defesa, Espen Barth Eide, em fevereiro de 2010 lançou as bases para novo campo de cooperação bilateral, podendo dar início ao estabelecimento de mecanismo regular de reuniões bilaterais de Estados-Maiores com o objetivo de estender à esfera militar a experiência de intercâmbio de informações sobre operações de paz, entre outros assuntos.

7.5.2 – Cooperação institucional

Como um dos países com maior presença no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil é chamado a atuar, opinar e agir nos muitos temas que dizem respeito à paz e à segurança no mundo. A participação do Brasil em 27 das 52 Missões de Paz da ONU representa um patrimônio

Brasil_Noruega_último.indd 176 20/10/2011 12:36:18

da política externa brasileira e constitui, por si só, um acervo digno de registro, estudo e difusão junto à sociedade civil.

Por sua vez, a disposição de atuar em processos de paz e de reconciliação à medida que o país reconhece o seu potencial de ajudar, movido por uma solidariedade ativa e pelo princípio da não indiferença, gera uma demanda por conhecimentos específicos ainda pouco cultivados no meio universitário brasileiro, que sirvam de suporte para a atuação diplomática, em geral, e militar,[465] nos casos das operações de paz.

Na sequência dos seminários bilaterais, foi proposta a institucionalização dos encontros de maneira a conferir-lhes periodicidade e propiciar maior divulgação do processo e do conhecimento acumulado. Sobretudo, na estrutura da Secretaria de Estado, em especial o Instituto Rio Branco (IRBr) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), conviria avaliar as condições de estabelecer intercâmbio institucional com entidades norueguesas, como o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPI), Instituto de Pesquisa da Paz (PRIO) e Centro Norueguês de Construção da Paz (NOREF), com vistas ao aproveitamento de experiências e recursos para a formação de profissionais e a capacitação de diplomatas no campo da negociação e da facilitação para a paz e a reconciliação.

Igualmente, a academia tem um papel a desempenhar em complementação ao trabalho do governo na pesquisa sobre prevenção, solução de conflitos e construção da paz, de uma perspectiva brasileira, autônoma e multidisciplinar. Foram identificadas duas iniciativas de cooperação institucional entre Brasil e Noruega, além do possível acordo de cooperação entre a FUNAG/IRBr e o NOREF, relacionadas à eventual criação de um centro especializado – a Escola da Paz, na Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro – e de cátedra no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Escola da Paz pretende funcionar como estabelecimento de ensino e capacitação de estudantes e profissionais nas áreas de prevenção, mediação, resolução e gerenciamento de conflitos internacionais. Está sendo concebida com uma estrutura aberta à participação à cooperação internacional, mediante o apoio à criação de cátedras que favorecerão

[465] As Forças Armadas mantêm um Centro de Treinamento para Operações de Paz – CI Op Paz, com sede no Rio de Janeiro.

Brasil_Noruega_último.indd 177 20/10/2011 12:36:18

o intercâmbio com pesquisadores de países selecionados. No caso da Noruega, foram feitos contatos pelo Prof. Clóvis Brigagão, durante os meses de abril a junho de 2009, com o Instituto Nobel da Noruega, o NOREF e o Centro de Oslo para a Paz.[466]

Em encontro na PUC-Rio, no mês de julho de 2009, entre o Diretor de Pesquisa do NUPI, Prof. Iver Neumann, e o Diretor do IRI, Prof. João Pontes Nogueira, foram delineados projetos de cooperação institucional em três vertentes: realização de projeto conjunto de pesquisa comparada sobre os "modelos" brasileiro e norueguês de participação militar em operações de paz, tomando por base os casos da MINUSTAH e da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); organização de curso de doutorado no Brasil; e patrocínio da Noruega à criação de uma Cátedra em Relações Internacionais na PUC-Rio.[467]

[466] BRIGAGÃO, Clóvis. *Final Report*: Institutional Contacts. Oslo, abr.-jun. 2009.

[467] NEUMANN, Iver; DE CARVALHO, Benjamin. *Norwegian-Brazilian research colaboration on peacekeeping, peacebuilding and global governance*. NUPI. Oslo, 2009. Documento de trabalho.

Brasil_Noruega_último.indd 178 20/10/2011 12:36:18

Considerações Finais

O entendimento político-diplomático e a parceria econômica que se desenvolveram nos últimos anos serviram de guia para a iniciativa governamental norueguesa de conferir uma dimensão estratégica ao relacionamento com o Brasil. As visitas de Estado e o intercâmbio de missões ministeriais ampliaram o diálogo e favoreceram a implementação de iniciativas em conjunto, com base em valores e objetivos semelhantes, como o binômio democracia e desenvolvimento econômico-social, a defesa do multilateralismo, a promoção dos direitos humanos e da solução pacífica de conflitos, bem assim o empenho na solução de alguns dos principais desafios globais como a mudança do clima, a extrema pobreza e a fome.

No campo econômico, o Brasil constitui o mais importante parceiro comercial da Noruega na América Latina, e a Noruega representa o principal mercado de destino das exportações brasileiras para os países nórdicos. Nosso país é o terceiro maior mercado receptor de investimentos noruegueses após a América do Norte e a União Europeia, em setores prioritários para a aceleração do crescimento, como exploração de petróleo e gás, produção mineral e indústria naval. Atualmente, 135 empresas norueguesas operam no Brasil, das quais 94 se acham instaladas no país. O setor naval norueguês fornece uma em cada quatro embarcações *offshore* em operação em águas brasileiras. Vale e Hydro

Brasil_Noruega_último.indd 179 20/10/2011 12:36:18

desenvolvem uma sinergia empresarial pela qual a companhia brasileira é, hoje, a segunda maior acionista, após o Estado norueguês, do segundo conglomerado industrial do país nórdico. Por sua vez, a Hydro adquiriu os ativos da mineradora brasileira no setor de alumínio, no Brasil. No conjunto, uma operação estimada em US$ 4,2 bilhões.

Este trabalho procurou identificar e estudar quatro áreas prioritárias que sinalizam o potencial de uma cooperação mais estreita e densa entre o Brasil e a Noruega.

A análise do capítulo IV teve por objetivo demonstrar que os dois países possuem interesses e responsabilidades partilhadas na exploração de petróleo e gás, seja no campo empresarial, em função da crescente sinergia gerada entre suas duas companhias nacionais, Petrobras e Statoil, seja na esfera política, em que a experiência norueguesa de formação de "modelo" para o setor serviu de inspiração para a proposição, pelo governo brasileiro, de regime regulatório específico para as atividades a serem desempenhadas nos campos do pré-sal. Viu-se que, com base em amplo consenso político sobre uma estratégia de longo prazo, o poder público norueguês desempenhou papel fundamental na formação do setor nacional do petróleo, com repercussões positivas sobre transferência de tecnologia, capacitação das universidades e centros de pesquisa, desenvolvimento de *clusters* industriais de bens e serviços e, em especial, a criação do segundo maior fundo soberano do mundo.

Concluiu-se sobre a importância do estudo continuado sobre o marco institucional norueguês, na perspectiva da implementação do novo regime brasileiro para o pré-sal. Acrescente-se, ainda, a utilidade do diálogo coordenado pelas duas chancelarias sobre a interrelação dos temas da segurança energética e do clima – tema de elevada prioridade no âmbito do governo e da academia noruegueses, tendo em vista a premente questão do degelo nos polos e seu impacto sob a segurança física das plataformas e instalações ou o controle das rotas de navegação.

No capítulo V, foram examinadas as oportunidades que se vêm abrindo para a ampliação do investimento, da presença industrial e da parceria tecnológica com o setor produtivo norueguês no contexto dos planos de investimentos estratégicos da Petrobras, de expansão da frota e modernização dos estaleiros brasileiros. Nesse contexto, deu-se ênfase à análise da política de formação de arranjos industriais (*clusters*) que terá tornado a Noruega um dos principais centros mundiais da cadeia

Brasil_Noruega_último.indd 180 20/10/2011 12:36:18

fornecedora de navipeças, de alta tecnologia embarcada e de engenharia naval, com base em uma gama diversificada de pequenas e médias empresas, com impacto positivo em termos de geração de empregos qualificados e de capacidade inovadora.

Nesse sentido, estimou-se particularmente útil para o Brasil aprofundar também a cooperação interinstitucional com a Noruega, tendo em vista a experiência acumulada desse país com políticas públicas de estímulo à cooperação entre estaleiros, fornecedores e universidades, cujo exame poderá oferecer subsídios ao aperfeiçoamento das políticas e dos programas brasileiros de fomento à inovação e à competitividade da indústria de construção naval e serviços correlatos. Iniciativas de colaboração interinstitucional entre o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp) e a agência Innovation Norway, entre o Cenpes/Petrobras e a rede de pesquisa SINTEF, bem como o estabelecimento no Rio de Janeiro do instituto de engenharia naval MARINTEK apontam nessa direção.

A manutenção de embarcações, sobretudo de plataformas *offshore* e navios de apoio à exploração petrolífera, é uma área na qual o Brasil está necessitando urgentemente de capacidade e, consequentemente, de investimentos. Cabe ressaltar que, além da crescente demanda interna, em função do desenvolvimento das atividades exploratórias no pré-sal, o segmento dispõe de potencial para transformar o país em um dos principais centros de reparos e manutenção no Atlântico. Inexiste no litoral da América do Sul e no da África Ocidental estaleiro com capacidade e tecnologia adaptadas à demanda prevista pela indústria do petróleo no Brasil e nas plataformas continentais ao largo de Angola e Nigéria, também com potencial de reservas petrolíferas na camada de pré-sal. Trata-se de oportunidade para atração de capital e *know-how* noruegueses, destacada por ambas câmaras de comércio bilaterais sediadas no Rio de Janeiro e em Oslo.[468]

O capítulo VI introduziu elemento comprovador da evolução qualitativa do relacionamento Brasil-Noruega sobre tema em que a cooperação bilateral, em si significativa, ultrapassa a esfera bilateral e concorre aos objetivos de política externa de ambos os países também na

[468] Norway's Brazil Strategy. *Draft minutes*: Joint meeting of the Brazilian-Norwegian Chamber of Commerce (BNCC) and the Norwegian-Brazilian Chamber of Commerce (NBCC). Rio de Janeiro, 15 set. 2010.

Brasil_Noruega_último.indd 181 20/10/2011 12:36:18

esfera da diplomacia multilateral. A institucionalização do diálogo sobre mudança do clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, no âmbito do Memorando de Entendimento de 2008, além do compromisso norueguês de apoio financeiro ao Fundo Amazônia, eleva o perfil da cooperação bilateral em temas ambientais. Mais do que em qualquer outra esfera, o compromisso norueguês com o Fundo, de forma pioneira e sem condicionalidades, espelha o sentimento de confiança recíproca existente no mais alto nível.

Em área de particular relevância e complexidade no debate político interno de ambos os países, o estabelecimento desse instrumento formal de consultas entre os dois governos não apenas faz avançar a cooperação como também facilita entendimentos sobre propostas de ações conjuntas em foros internacionais. O acordo definiu campo para a colaboração em tecnologias desenvolvidas pelo INPE e o Centro Espacial da Noruega e destinadas a aprimorar o sistema brasileiro de monitoramento remoto do desmatamento via satélite. Contemplou, ainda, vertente de cooperação triangular em favor da capacitação de países em desenvolvimento com cobertura de floresta tropical, um dos objetivos explícitos do Fundo Amazônia e da Iniciativa Climática e Florestal da Noruega. A possibilidade de projetos conjuntos com a Noruega na África e na América do Sul deverá contribuir para os esforços da cooperação técnica brasileira em um setor em que o país detém experiência e tecnologia reconhecidas mundialmente.

Por fim, a exposição do capítulo VII procurou evidenciar as vantagens de se estabelecer um canal sistemático e permanente de intercâmbio de experiências no campo da prevenção de conflitos, da manutenção da paz e dos esforços de reconciliação. Os primeiros dois Seminários Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação, realizados durante as visitas de Estado do Rei Harald, em 2003, e do Presidente Lula, em 2007, com abertura pelos Chanceleres Støre e Amorim, ressaltaram complementaridades na agenda para a paz dos dois países.

Levando em conta o legado de participação em missões da paz das Nações Unidas, mas sobretudo o marco histórico da liderança brasileira da MINUSTAH no Haiti, estima o autor que se coloca ante o governo brasileiro a necessidade de examinar a maneira mais adequada de atuar em cenários cada vez mais diversificados e complexos, com base em informações factuais e análises de qualidade que sirvam de subsídios

Brasil_Noruega_último.indd 182 20/10/2011 12:36:18

à formulação de ações diplomáticas e de estratégias de mediação. Nessa ótica, a institucionalização dos seminários bilaterais sobre paz e reconciliação, bem como o estabelecimento de canais de cooperação entre entidades norueguesas de pesquisa sobre a paz e o Itamaraty, Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais e universidades brasileiras poderá auxiliar o país no processo de capacitação de recursos humanos nas esferas civil e militar.

As parcerias nos setores de petróleo e gás, construção naval e logística *offshore*, meio ambiente e promoção da paz fundamentam-se em complementaridades e vantagens comparativas interessantes, em relação a outras parcerias do Brasil com países desenvolvidos. Consolidam-se como campos dos mais promissores para o diálogo político-diplomático, para as relações econômico-financeiras bilaterais e para a cooperação sobre temas de alcance global, que representam alguns dos maiores desafios da atualidade.

As oportunidades advindas de mais intenso relacionamento com a Noruega são importantes e podem ser aproveitadas pelo governo brasileiro, como forma de complementar os esforços nacionais que já vêm sendo feitos com vistas a explorar os recursos da camada de pré-sal, desenvolver e capacitar tecnologicamente a indústria naval, combater o desmatamento na Amazônia e contribuir para prevenção de conflitos e a construção da paz.

Tendo presente a Estratégia do Governo da Noruega para a Índia, lançada em 2009, e tomando por base avaliação realizada por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg a Nova Delhi em fevereiro de 2010, a cooperação em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) tem desempenhado papel central na evolução recente do relacionamento bilateral. Em parceria com universidades e centros de pesquisa indianos, o Conselho de Pesquisa da Noruega (*Forskningsrådet*) estabeleceu programa específico – INDNOR – com orçamento inicial da ordem de US$ 20 milhões para o quinquênio 2009-2013, para o financiamento de projetos conjuntos em pesquisa básica ou de aplicação industrial.[469]

[469] FORSKNINGSRÅDET. *Norwegian Programme for Research Cooperation with India (INDNOR)*: Programme to promote research cooperation between India and Norway. Work Programme 2010-2019.

Brasil_Noruega_último.indd 183 20/10/2011 12:36:18

O exemplo indo-norueguês permite entrever a importância que poderá vir a assumir o componente de cooperação bilateral em P&D ao longo da implementação da futura Estratégia para o Brasil, inclusive no campo da cooperação polar. Alem das áreas estudadas no presente trabalho e resumidas anteriormente, já estão sendo identificadas duas novas vertentes inovadoras de pesquisa conjunta, em aquicultura e no combate à poluição marítima.

A cooperação com a Noruega pode revelar-se também instrumento para o desenvolvimento da aquicultura de espécies nativas na região amazônica. A possibilidade de aumentar o consumo de proteína animal pela população brasileira, sem causar o avanço da pecuária sobre o cerrado no território da Amazônia Legal, aliada à necessidade de satisfazer o crescimento da demanda interna e do mercado mundial de pescado, oferecerem condições para a expansão do volume da produção local. Como país líder no setor, responsável pela introdução de práticas e tecnologias na aquicultura do salmão no Chile, a Noruega pode auxiliar o Brasil a desenvolver uma atividade econômica baseada no "uso sustentável e inovador" da floresta e na "utilização sustentável da biodiversidade", dois princípios fundamentais do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e requisitos para a concessão de financiamento pelo BNDES com recursos do Fundo Amazônia. A fim de desenvolver essa capacidade, os Ministérios da Pesca e Aquicultura dos dois países, por intermédio da Embrapa e do Norwegian Institute of Food, Fisheries and Aquaculture Research (NOFIMA), definiram projeto comum para melhoria dos métodos de produção e da tecnologia aplicada ao cultivo da espécie tambaqui.[470]

Por sua vez, a visita a Oslo, em outubro de 2010, da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, permitiu identificar o monitoramento da poluição marítima por petróleo e gás como tema de extrema atualidade, na sequência do grave acidente da British Petroleum com sua plataforma *Deep Horizon*, no Golfo do México. A ministra brasileira reconheceu a importância de maior intercâmbio sobre os métodos e procedimentos implementados pelos respectivos ministérios e agências responsáveis, bem como no maior conhecimento da tecnologia desenvolvida na

[470] MORTENSEN, Atle; TRØMBORG, Anders. *Strategic research co-operation between Embrapa and NOFIMA AS by establishing the tambaqui-development case*. Project abstract. Oslo, 14 set. 2010.

Brasil_Noruega_último.indd 184 20/10/2011 12:36:18

Noruega sobre Sistema Integrado de Monitoramento por Satélite da Navegação Marítima e da poluição por óleo derramado, capaz de cobrir o globo a partir de órbitas polares e estações no Ártico (no Arquipélago de Svalbard) e na Antártica (Estação na Terra da Rainha Maud), as quais permitem recepção de dados de satélites duas vezes por órbita.[471]

A participação brasileira mais efetiva em pesquisa nas regiões polares, antártica e ártica amplia o papel internacional do país e dá-lhe acesso a fontes de estudos e dados coletados nas regiões polares, de potencial interesse político, econômico e estratégico, além do natural valor científico. A título de exemplo, enquanto a Noruega responde, em média, por 0,6% da produção de conhecimento global, o país é responsável por 6% da pesquisa polar realizada no mundo. Para o Brasil, o objetivo último da parceria com a Noruega deverá ser a preparação e possível implementação de uma política efetivamente polar – e não simplesmente antártica – a fim de que o país possa ter participação ativa nos debates internacionais relacionados ao impacto do clima nos polos sobre o meio ambiente e a sociedade, o aumento de atividades econômicas em áreas de degelo (pesca, extração de petróleo, turismo) e a possibilidade de abertura de novas rotas de navegação marítima.

Nas quatro vertentes selecionadas, a parceria com a Noruega é desejável não apenas em função dos substanciais recursos – financeiros e tecnológicos – disponíveis como, também, pela vontade política manifestada pelo seu governo de dar prioridade ao relacionamento com o Brasil em uma perspectiva consistente e de longo prazo. Da perspectiva brasileira, a evolução positiva desse relacionamento cria condições para resultados favoráveis de longo prazo no âmbito de uma parceria que, pelo perfil do sócio, não deveria apresentar ônus político.

Dada a relevância das áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Noruega e tendo em vista seu potencial de aprofundamento e ampliação, conviria estabelecer mecanismos que permitissem institucionalizar as diferentes modalidades de contato bilateral, de forma estruturada e sob a coordenação das chancelarias. Em questões tão importantes e complexas, atinentes a políticas públicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, a existência de canal sistemático de diálogo diplomático não apenas facilita a busca de entendimentos como

[471] Reunião entre o Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional, Erik Solheim, e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Oslo, 15 set. 2010.

Brasil_Noruega_último.indd 185 20/10/2011 12:36:18

também ajuda a dirimir questões muitas vezes originadas de percepções equivocadas ou juízos mal-fundados.

Vivemos período de transformação social e econômica no Brasil. Estamos renovando nossa indústria naval, modernizando a cadeia produtiva para exploração dos recursos do pré-sal e investindo com visão de longo prazo na capacitação em ciência e da tecnologia. Nesse contexto, é recomendável pautar o relacionamento bilateral por um enfoque sistematizado. O estabelecimento de um mecanismo de consultas, gerido pelo Ministério das Relações Exteriores, deverá servir à melhor coordenação das iniciativas de cooperação com a Noruega, de modo a espelhar adequadamente os interesses nacionais de longo prazo.

Brasil_Noruega_último.indd 186 20/10/2011 12:36:18

Bibliografia

Noruega

BERGMAN, Michael; JUEL, Steinar; STEIGUM, Erling. Norges Bank Watch 2009. In: *Monetary policy and the financial turmoil.* Oslo: BI Norwegian School of Management, 2009.

BJORVATN, Kjetil; NORMAN, Victor; ORVEDAL, Linda; TENOLD, Stig. Globetrotterne. Norsk økonomi i en verden med fri handel, arbeidsvandring og internasjonaliserte bedrifter. *SNF Rapport*, Bergen, n. 11, 2007.

_____. De gode hjelperne. Virkninger av utviklingen i Kina og India for norsk økonomi. *SNF Rapport*, Bergen, n. 30, 2006.

BROWN, Andrew. *Fishing in Utopia*. London: Granta Books, 2008.

CHRISTENSEN, Christian. A. R. *Fridtjof Nansen*: A life in the service of science and humanity. Oslo: Ministry of Foreign Affairs, 1961.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Norway:* Country Profile. London, 2006.

Brasil_Noruega_último.indd 187 20/10/2011 12:36:18

_____. *Norway* – Country Report. London, nov. 2006.

EINHORN, Eric S.; LOGUE, John. Economic and social security in Scandinavia. In: *Meeting of the Council of European Studies*. Chicago, 2006.

FAO. General situation of world fish stocks. In: Review of the state of world marine fishery resources. *FAO fisheries technical paper 457*. Rome: FAO, 2005.

FOUCHE, Gwladys. Norway's sovereign wealth fund: £259bn and growing.*The Guardian*, London, 20 set. 2009.

FURRE, Berge. *História da Noruega:* século XX: da independência ao estado de bem-estar social. Trad. de Kristin Lie Garrubo. Blumenau: Edifurb, 2006.

FURUNES, Terje. The current situation in the Norwegian economy. In: *Dnbnor Bank Seminar on Norway´s Economy*, 2008, Oslo.

GJEDREM, Svein. *The economic outlook.* Oslo, 2009. Palestra no Banco Central da Noruega. Disponível em: <http://www.norges-bank.no/templates/pagelisting____73466.aspx>.

GYLFASON, Thorvaldur. Norway´s wealth: not just oil. *Vox-EU*, London, 6 jun. 2008.

HALVORSEN, Kristin. *Perspectivmeldingen 2009*. Oslo, 9 jan. 2009. Palestra na Academia de Oslo.

_____. *The Norwegian economic model*: prosperous and sustainable? Berlin, fev. 2007. Palestra no Ministério das Finanças da República Federal da Alemanha.

HARALD V. *The speech from the throne on the occasion of the opening of the 153rd session of the Storting.* Oslo, 2 out. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 188 20/10/2011 12:36:19

HILSON, Mary. *The Nordic model*: Scandinavia since 1945. London: Reaction Books, 2008.

HOWARTH, David. *The Shetland bus*. A classic story of secret wartime missions across the North Sea. Lerwick: The Shetland Times Press, 2005.

HUNTFORD, Roland. *Fridtjof Nansen*. Trad. de Jan Christensen. Oslo: Aschehoug, 2003.

_____. *O último lugar da Terra*: A competição entre Scott e Amundsen pela conquista do Polo Sul. Trad. de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HVEEM, Helge. *Entrepreneurs, institutions and foreign trade in Norway´s transformation 1845-1975*. Oslo, 1990. Trabalho apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

JENSEN, Leif Christian. Petroleum discourse in the European Arctic: the Norwegian case. *Polar Record*, Cambridge, n. 43, 2007.

LARSEN, Erling Røed. The Norwegian economy 1900-2000: from rags to riches. A brief history of policymaking in Norway. *Economic Survey*, Oslo, n. 4, 2001.

MCDORMAN, Ted L. The continental shelf beyond 200 miles: law and politics in the Arctic Ocean. In: *Conference on the world ocean in globalization*: challenge for marine regions, 21-23 ago. 2008, Oslo.

MEARS, Ray. *The real heroes of Telemark*: The true story of the secret mission to stop Hitler's atomic bomb. London: Coronet Books, 2003.

NÆRINGS- OG HANDELSDEPARTEMENTET. *Norwegian Trade and Industry*. Oslo: NHD, 2005.

_____. *Report to the Storting (White Paper) nº 13 (2006-2007):* An active and long-term state ownership. Oslo: NHD, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 189 20/10/2011 12:36:19

OECD. *Economic Surveys*: Norway. Paris, v. 2, 2007.

OLSSØN, Brit. The welfare state: the Norwegian model. *KS Arbeidsgiverutvikling, Murmansk*, may 2007. Apresentação em pdf.

PONTUSSON, Jonas. *Once again a model*: Nordic social democracy in a globalized world. Oslo, jan. 2009. Apresentção em pdf.

SCHJERVA, Roger. *Norwegian economic policy experiences*. Oslo, 8 dez. 2007. Apresentação em pdf.

STATISTICS NORWAY. *Economic trends for Norway and abroad*. Oslo: SSB, 2008.

ULLE, Geir; SKJULESTAD, Eivind. The European Free Trade Association. In: *European Free Trade Association Seminar,* 9 apr. 2008, Santiago.

US EMBASSY. *Foreign trade barriers*: Norway. Oslo, 2008.

UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Norway's relations with the World Trade Organisation*. Oslo: UD, 2008.

VAN DEN NOORD, Paul. The tax system in Norway: past reforms and future challenges. In: *OECD Economics Department Working Papers nº 244. ECO/WKP(2000)*, Paris, may 2000.

WTO. Trade Policy Review: Report by Norway. *WT/TPR/G/205*. Genebra: WTO, 2008.

_____. Trade Policy Review. Report by the Secretariat: Norway. *WT/TPR/S/205*. Genebra: WTO, 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 190 20/10/2011 12:36:19

Política externa norueguesa

AALTO, Pami; BLAKKISRUD, Helge; SMITH, Hanna (eds.) *The new Northern dimension of the European neighbourhood.* Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2008.

ALNÆS, Cecilie G. EFTA-Chile. In: *European Free Trade Association Seminar,* 9 apr. 2008, Santiago.

ANDERSEN, Svein S. Norway: insider and outsider. In: Advanced research on the europeanisation of the Nation-State (Arena), *Working Paper nº 4*, feb. 2000.

BARENTS EURO-ARCTIC COUNCIL. Cooperation in the Barents Euro-Arctic Region target: stability and sustainable development. *Doc. BEAC.CSO.2005.18.* Kirkenes, 1 june 2005.

BLAKKISRUD, Helge. *La politique étrangère de la Norvège au XXe siècle*. Oslo, 2000. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/dok/tidsskrift_og_nyhetsbrev/2000/la-politique-etrangere-de-la-norvege-au-.html?id=425723>.

BLINGEN, Jon. *Polhavsdiplomatiets norske utfordringer*. Hammerfest: NORISS, 2008.

BULL, Benedicte. *Discurso en el acto inagural de NORLANET.* Notas.

GODZIMIRSKI, Jakub M. High stakes in the High North. Russian-Norwegian relations and their implications for the EU. *Russie.Nei. Visions, n.* 25, dez. 2007.

HALVORSEN, Kristin. *Climate policies in a petroleum exporting country:* the case of Norway. Bali, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/ en/dep/fin/News/Speeches-and-articles/minister-2.html?id=577250>.

Brasil_Noruega_último.indd 191 20/10/2011 12:36:19

_____. *Sovereign wealth funds*. Paris, 3 june 2008. Discurso no Fórum da OCDE sobre Mudança do Clima, Crescimento e Estabilidade. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/fin/News/Speeches-and-articles/minister-2.html?id=577250>.

HENRIKSON, Alan K. Niche diplomacy in the world public arena: the global corners of Canada and Norway. Final draft of chapter to be in MELISSEN, Jan (ed.), *The new public diplomacy:* soft power in international relations. Palgrave Macmillan, UK.

JENSEN, Østein. Kontinentalsokkelens avgrensing utenfor 200 nautiske mil: Norske og Russiske perspectiver i de nordlige havområder. *Internasjonal Politikk*, v. 66, n. 4, dez. 2008.

KOSMO, Jørgen. What are the stratgic challenges faced by Norway in the years to come? In: *Security Policy Library,* Oslo, n. 5, 2005.

KVALHEIM, Alfred. *Fakta og myter om Norge og EU*. Oslo: Kolofon Forslag, 2008.

LEIRA, Halvard (red.). *Norske selvbilder og norsk utenrikspolitikk.* Oslo: NUPI, 2007.

LUNDE, Leiv; THUNE, Henrik et al. *Norske interesser*: Utenrikspolitikk for en globalisert verden. Grunnlagsrapport fra Utenriksdepartementet Refleksprosjekt. Oslo: Cappelen Damm, 2008.

LØVOLD, Andreas; LEIRA, Halvard. *Norsk utenrikspolitisk bibliografi (1905-2005).* Oslo: NUPI, 2007.

MOE, Arild; SCHEI, Peter Johan. Le Grand Nord – défis et potentiels. *Nordiques*, Paris, n. 9, 2005-2006.

NORWEGIAN ATLANTIC COMMITTEE. Arctic climate change. *Focus North*, n. 3, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 192 20/10/2011 12:36:19

_____. Developments in Arctic shipping. *Focus North*, n. 8, 2007.

_____. Environmental contaminants in the Arctic. *Focus North,* n. 7, 2007.

_____. Fishing and aquaculture. *Focus North*, n. 2, 2007.

_____. Maritime jurisdiction and commercial activity. *Focus North,* n. 6, 2007.

_____. Nuclear challenges. *Focus North*, n. 1, 2007.

_____. Oil and gas. *Focus North*, n. 5, 2007.

_____. The environment and marine transport. *Focus North*, n. 4, 2007.

NYHAMAR, Tore. Norske nasjonale interesser. *Internasjonal Politikk*, Oslo, v. 65, n. 3, nov. 2007.

PIRES, Adriano. *Panorama do petróleo no Brasil*. Brasília, IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/4a_Jornada_apresentacao_AdrianoPires.pdf>.

RISTE, Olav. *Norway´s foreign relations*: A history. Oslo: Universitetsforlaget, 2005.

_____. Facing the 21 century: new and old dilemmas for Norwegian foreign policy. *Security Policy Library*, Oslo, n. 13, 2001.

ROWE, Elana Wilson; DE CARVALHO, Benjamin (reds.). Norge og BRIK-landene. En verdensorden i endring? *NUPI Rapport*, Oslo, apr. 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 193 20/10/2011 12:36:19

SKULASON, Gustaf Adolf. The UN and the Law of the Sea. In: EKNES, Åge (ed.) *The Nordic countries in the United Nations:* Status and future perspectives. Stockholm: Nordiska Rådet, 1995.

STOKKE, Olav Scram. *A legal regime in the Arctic?* Interplay with the Law of the Sea Convention. Oslo: The Fridtjof Nansen Institute, 2007.

STØLEN, Kristi Anne. Research on Latin America in Norway. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe,* n. 72, apr. 2002.

STOLTENBERG, Jens. *Speech of the Prime Minister at the NATO-Russia Council*. Bucareste, 4 apr. 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/nb/dep/smk/aktuelt/ taler_og_artikler/statsministeren/statsminister_jens_stoltenberg/2008/tale-til-nato-russland-radet.html?id=506753>.

STOLTENBERG, Thorvald. *Nordic cooperation on foreign and security policy*: Proposals presented to the Extraordinary Meeting of Nordic Foreign Ministers. Oslo, 9 feb. 2009. Disponível em: <http://www.mfa.is/media/Frettatilkynning/Nordic_report.pdf>.

STØRE, Jonas Gahr. *A coordinated plan for Norway's contribution to Afghanistan:* Address of the Norwegian Minister of Foreign Affairs to the Storting. Oslo, 5 feb. 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. A new world order. *Aftenposten*, Oslo, 30 july 2008.

_____. *Foreign policy address to the Storting*. Oslo, 20 may 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Foreign policy address to the Storting*. Oslo, 10 feb. 2009. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

Brasil_Noruega_último.indd 194 20/10/2011 12:36:19

_____. *Foreign policy speech on relations between Norway and Russia.* Norwegian Institute of International Affairs. Oslo, 18 june 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Foreword to a report on UN multidimensional and integrated peace operations*. Oslo, june 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Nansen´s compass*: a global view on human security challenges. Tóquio, 25 oct. 2007. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. Norge: Lite, rikt og ekkelt? *Aftenposten*, Oslo, 1 june 2007.

_____. *Norway's perspective on energy security*: Breakfast at the U.S. House of Representatives. Washington, 28 feb. 2007. Disponível em <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Norwegian foreign policy in the age of globalisation:* views from the outside. The Refleks project´s seminar series. Oslo, 19 sept. 2007. Disponível em <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Norwegian foreign policy priorities*. Speech at London School of Economics. 26 oct. 2005. Disponível em <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Our most burning challenges*: climate change and energy security: why and how the EU and Norway care. Speech at Europakonferansen 2008. Oslo, 25 feb. 2008. Disponível em: <http://

Brasil_Noruega_último.indd 195 20/10/2011 12:36:19

www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Perspectives on foreign policy and energy*. Address to StatoilHydro's Leadership Forum (G-500). Stavanger, 18 june 2007. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Perspectives on Norway´s High North policy*. Speech by the Norwegian Minister of Foreign Affairs at the Arctic Frontiers Conference. Tromsø, 19 jan. 2009. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/Whats-new/Speeches-and-articles.html?id=844>.

_____. *Å gjøre en forskjell.* Refleksjoner fra en norsk utenriksminister. Oslo: Cappelen Damm, 2008.

STRØM-ERICHSEN, Anne-Grete. NATO in the 21st century. In: *The Leangkollen Seminar,* 2 feb. 2009, Leangkollen.

_____. *Threats and challenges, security and defence.* Oslo, 7 jan. 2008. Palestra. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/fd/whats-new/Speeches-and-articles.html?id=391>.

UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Aktuelle FN-spørsmål*. FNs 64. generalforsamling. Oslo, UD, 2009.

_____. *Forslag til Latin-Amerika strategi*. Oslo, UD, 2003. Documento de trabalho.

_____. *Utredning av modeller for etablering av permanent kunnskapmiljø på Latin-Amerika i Norge.* Oslo, UD, 2009. Documento de trabalho.

_____. *EØS-avtalen femten år*. Oslo: UD, 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 196 20/10/2011 12:36:19

_____. *St.meld. nr. 15 (2008–2009):* Interesser, ansvar og muligheter: Hovedlinjer i norsk utenrikspolitikk. Oslo: UD, 2009.

_____. *St.meld. nr. 27 (2007–2008):* Nedrustning og ikke-spredning. Oslo: UD, 2008.

_____. *St.meld. nr. 42 (2008–2009):* Eksport av forsvarsmateriell fra Norge i 2008, eksportkontroll og internasjonalt ikke-spredningssamarbeid. Oslo: UD, 2009.

WIEDSWANG, Kjetil. Utenforsnakket. *Dagens Næringsliv*, Oslo, 12 nov. 2008.

Brasil-Noruega

BRAZIL – SWEDEN/NORWAY. Rio de Janeiro, oct.-nov. 2008.

KUNSKAPSDEPARTEMENTET. *Forslag til Latin-Amerika Strategi*. Oslo, KD, 2009. Documento de trabalho.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Maço da Missão Empresarial Brasileira aos Países Nórdicos*. Brasília, MRE, 2002.

NORWEGIAN CENTRE FOR INTERNATIONAL COOPERATION IN HIGHER EDUCATION. *Facilitation of Higher Education Exchanges Between Brazil and Norway*. Oslo, SIU, 2009. Documento de trabalho.

UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Besøk av Brasils utenriksminister Roberto de Abreu Sodre 29. 5. – 1. 6.* 1998. Relatório.

_____. *Mote i Utenriksdepartement 3. mai 1967 i anledning av H M Kongens Brasil-besok.* Relatório.

_____. *Statsbesoket til Brasil.* 16 jul. 2003. Relatório.

Brasil_Noruega_último.indd 197 20/10/2011 12:36:19

_____. *Utenriksminister Stoltenbergs samtale med Brasils utenriksminites Roberto de Abreu Sodré 1. mai 1988*. Relatório.

_____. *Utredning av modeller for etablering av permanent kunnskapmiljø på Latin-Amerika i Norge*. Rapport. Relatório.

WARD, Andrew. Norway enjoys biggest gain in 13 years. *The Financial Times*, London, 15 nov. 2009.

_____. Norway seeks representation at G20. *The Financial Times*, London, 8 nov. 2009.

Energia: petróleo e gás

AL-KASIM, Farouk. The Norwegian petroleum industry: a farmer´s wisdom? *U4*, n. 2, 2008.

ALBRIGHT GROUP. *Assessment of implementation of articles 3 and 4 of the ethical guidelines for the Government Pension Fund – Global*. Report submitted to the Norwegian Ministy of Finance. Oslo, FD, 21 may 2008.

AUSTVIK, Ole Gunnar. Oil and gas in the High North: a perspective from Norway. *Security Policy Library,* n. 4, 2006.

BERGE, Gunnar. Foreword. *Facts 2007*: Norwegian Petroleum Directorate. Oslo, NPD, 2008.

BNDES. *Studies of regulatory, corporate and financial alternatives for the exploration and production of oil and gas and the industrial development of the oil and gas production chain in Brazil*. Rio de Janeiro, BNDES, 2009.

ECKBO, Espen. Norway in the driver´s seat. *Dagens Næringsliv*, Oslo, 31 oct. 2005.

Brasil_Noruega_último.indd 198 20/10/2011 12:36:19

ENGEN, Ole Andreas. The development of the Norwegian petroleum innovation system: a historical overview. In: *TIK working paper on innovation studies*, n. 20070605. Stavanger, 2007.

ENOKSEN, Odd Roger. *Building a sustainable petroleum industry:* the Norwegian experience. Mexico, 22 mar. 2007. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/oed/whats-new/speeches-and-articles.html?id=761>.

ERIKSEN, Tore. *The Norwegian petroleum sector and the Government Pension Fund – Global*. Oslo, 2006. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/se/dep/fin/ tema/statens_pensjonsfond/the-norwegian-experience.html?id=449253>.

ESTRADA, Javier H. Estrada. *El modelo petrolero noruego y posibles adaptaciones para Mexico.* Cidade do México, UNAM, 2006.

_____. El modelo petrolero noruego y sus beneficios. *Analítica Energética*, Cidade do México, 2006.

GJEDREM, Svein. From oil and gas to financial assets: Norway´s Government Pension Fund – Global. In: *Conference on Commodities, the Economy and Money*, 20 june 2008, Calgary.

_____. *Norwegian experiences in balancing economic development with macroeconomic stability: a historical perspective.* Oslo, NB, 2006.

HAGLAND, Jan. The Norwegian oil and gas adventure. *The Oil and Gas Review*, v. 2, 2003.

HANSEN, Inge K. Geopolitikk og miljø: nye utfordringer for Norge som energiaktør. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

HATAKENADA, Sachi; WESTNES, Peter; GJELSVIK, Martin; LESTER, Richard. *The regional dynamics of innovation:* a comparative

Brasil_Noruega_último.indd 199 20/10/2011 12:36:19

case study of oil and gas industry development in Stavanger and Aberdeen. Paper presented at the SPRU 40th Anniversary Conference on the Future of Science. Brighton, 2006.

HELLEBUST, Celma. A experiência norueguesa com regulamentos de saúde, meio ambiente e segurança na indústria do petróleo. *ANP: Informe Conjuntura*, n. 46, sept. 2009.

JAFFE, Amy Myers. Geopolitical positioning in petroleum resources and Norway's energy and foreign policy interests In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

JOHNSEN, Thore; GJØLBERG, Ole. *Ethical management of the Government Pension Fund – Global:* An updated analysis. Oslo, 14 may 2008. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/upload/FIN/Vedlegg/aff/analyse_etisk_forvaltning.pdf>.

LANDLER, Mark. Selling oil is easier than investing ethically. *The International Herald Tribune*, Paris, 2 may 2007.

MANHEIM, Frank. U.S. Offshore oil industry: new perspectives on an old conflict. *Geotimes*, dez. 2004.

MITCHELL, John V. Energy and Norwegian foreign policy. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

NEWHOUSE-COHEN, Caroline. La Norvège et le petrole: l´arbre qui cache la forêt. *BNP Paribas Ecoweek,* Paris, n. 2, 2004.

NORENG, Øystein. Norway: economic diversification and the petroleum industry. *Middle East Economic Survey*, v. XLVII, n. 45, 2004.

_____. The role of petroleum in Norway´s economic development. In: *Foro Petroleo y Desarrollo Sostenible*, 2008, Caracas.

Brasil_Noruega_último.indd 200 20/10/2011 12:36:19

NORGES BANK. Comments on the report by The Albright Group and Simon Chesterman on the implementation of the ethical guidelines. *SG/AKv 08/00229*. Oslo, NB, 6 june 2008.

_____. Council of Ethics for the Government Pension Fund – Global. *Annual Report 2006*. Oslo, NB, 2006.

_____. Government Pension Fund – Global. *Annual Report 2008*. Oslo, NB, 2009.

_____. *Ten years of Norges Bank Investment Management*. Oslo, NB, 2008.

NORWEGIAN PETROLEUM DIRECTORATE. *Development of fields and new infrastructure.* Oslo, NPD, 2006.

_____. *Facts 2009*: The Norwegian Petroleum Sector. Oslo, NPD, 2009.

_____. *The licensing system*. Oslo, NPD, 2006.

_____. *The Norwegian petroleum tax system*. Oslo, NPD, 2006.

NORWEGIAN RESEARCH COUNCIL. *Work programme for the new research programme on Latin America.* Oslo, FR, 2008.

PETROBRAS. *2020 Petrobras Strategic Plan*. Rio de Janeiro, 2008.

PETROBRAS. 2008-2012 Business Plan. Rio de Janeiro, 2008.

REINERTSEN, Maria. Ondskapens aksjer. *Morgenbladet*, Oslo, 11 july 2008.

ROSNES, Jan. Perspectives on the Norwegian continental shelf. In: *Pareto Seminar*, 29 aug. 2008, Oslo.

Brasil_Noruega_último.indd 201 20/10/2011 12:36:19

SMITH, Keith. Russian Energy Policy and its challenge to Western policy makers. *Security Policy Library*, Oslo, n. 4, 2006.

STERN, Jonathan. Globalisation, national interests and Norwegian energy policy. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

SUNLEY, Emil; BAUNSGAARD, Thomas; SIMARD, Dominique. Revenue from the oil and gas sector: issues and country experience. In: *IMF Conference on Fiscal Policy Formulation and Implementation in Oil Producing Countries,* 5-6 jun. 2002, Washington.

WANGEN, Gulbrand. *Activity plan and markets for 2009.* Oslo, INTSOK, jan. 2009.

_____. *INTSOK's Activity in Brazil.* Oslo, INTSOK, 2008.

YENIKEYEFF, Shamil M. The Arctic: a battle for the next energy frontier? In: *Geopolitics of energy*: Russia & Europe. Institute for Energy Studies, ago. 2007, Oxford.

Construção naval e logística *offshore*

AASE, Mons. DOF in Brazil. In: *Business Seminar of the State visit to Norway of President Luiz Inácio Lula da Silva,* 14 sept. 2007, Oslo.

AUSTVIK, Ole Gunnar. *The geopolitics of Barents Sea oil and gas*: the mouse and the bear. Cleveland, International Association for Energy Economics, 2006.

BACELAR, Fernanda. Aker Solutions in Brazil: ready to meet market demands. *Brazil – Sweden/Norway,* oct.-nov. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 202 20/10/2011 12:36:19

BELMIRO DO NASCIMENTO, João. *Cluster* marítimo-portuário: um diagnóstico inicial do cluster de petróleo e gás na microrregião de Santos. *eGesta*, v. 4, n. 2, abr.-jun. 2008.

BERG, Fredrik. The Brazilian petroleum offshore industry in 2008-2011. *Wikborg Rein*, Oslo, feb. 2008.

BJØRNSTAD, Stein. The Norwegian business system and the oil economy. In: *Conference on Comparative Business Systems*, jun. 2004, Utrecht.

CARLSEN, Carl Arne. DNV experiences from offshore projects and support for constructing MOUs to work in Brazil. In: *INTSOK Workshop on opportunities in Brazil*, 1 set. 2009, Kristiansand.

CROOKS, Ed. Oil titans increase R&D spending by 16%. *The Financial Times*, London, 29 july 2009.

DET NORSKE VERITAS. A fusion of experience and opportunity. *Brazil – Sweden/Norway*, Rio de Janeiro, june-aug. 2008.

ENGER, Thorleif. Yara in Brazil. In: *Business Seminar of the State visit to Norway of President Luiz Inacio Lula da Silva,* 14 set. 2007, Oslo.

HESTNES, Ernst. Odfjell drilling experiences. In: *INTSOK Workshop on opportunities in Brazil*, 1 set. 2009, Kristiansand.

HOVE, Kjetil; SÆTRE, Eldar. Strengthening positions in Brazil and Gulf of Mexico. In: *Capital Markets Conference.* Disponível em: <http://www.statoil.com/ en/NewsAndMedia/News/2008/Downloads/Peregrino%20IR%20Presentation.pdf>.

IDLAND, Halvard. *Closing report on Norwegian Ministry of Foreign Affairs' donation to Instituto Bola pra Frente.* Oslo, UD, 2009.

INNOVATION NORWAY. *Companies in Brazil owned by Norwegian citizens/capital*. Rio de Janeiro, Innovation Norway Office*,* 2009.

Brasil_Noruega_último.indd 203 20/10/2011 12:36:19

INTSOK. Oppotunities in Brazil with focus on Petrobras strategy plan 2007-2011. In: *Rio Oil & Gas Network Meeting,* set. 2006, Rio de Janeiro.

_____. *Promoting Norwegian oil and gas capabilities in international markets.* Oslo, INTSOK, 2008.

JAKOBSEN, Erik (org.) *Attracting the Winners:* The competitiveness of five European maritime industries. Oslo: Kolofon, 2006.

KONKRAFT. Internationalisation of the petroleum industry. *Report nº 4*. Oslo, 2008.

LILLOE, Vibeke. Minister Solheim opens CSR project. *Brazil – Sweden/Norway*, Oslo, dez. 2007.

LØKEN, Espen; BARBOSA, Alexandre. Industrial bacalao? Industrial relations in Norway and Brazil and within Norwegian companies in Brazil. In: *FAFO Report***,** 2008:04. Oslo, 2008.

MARINTEK. *Status and activities in Brazil*. Oslo, 2008. Documento de trabalho.

MOEN, Helie. *MARINTEK and SINTEF research partners in Brazil.* Rio de Janeiro, 2008. Documento de trabalho.

NARULA, Rajneesh. Effects of globalisation on Norwegian economic interests. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

NORSENG, Rune. Strengthening the Norwegian cluster for delivery. In: *INTSOK workshop on opportunities in Brazil,* 1 set. 2009, Kristiansand.

NORWAY EXPORTS. *Edição marítima, petróleo e gás*. Oslo, n. 51, 2008/2009.

Brasil_Noruega_último.indd 204 20/10/2011 12:36:19

NÆRINGSLIVETS HOVEDORGANISASJON. *Notat om møte med Jens Stoltenberg.* Oslo, NHO, 8 set. 2008.

OECD. *Developing highly skilled workers:* review of Norway. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/2/4/34458251.pdf>.

_____. *Economic survey of Norway 2007*: the petroleum sector and its impact. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/38/46/37979526.pdf>.

OLIVEIRA, Adilson de (coord.). Indústria Para-Petrolífera Brasileira Competitividade, Desafios e Oportunidades. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1811.pdf>.

OLSEN, Johnar. *Brazil*: markets and economic development. Oslo, INTSOK, 2007.

_____. *Brazilian Market*: key figures and directory of Norwegian companies. Oslo, INTSOK, 27 oct. 2008.

_____. State participation in the oil sector. *Brazil - Sweden/Norway*. out.-nov. 2008.

PETTERSEN, Josef. Supply Chain Focus. In: *INTSOK Workshop on opportunities in Brazil,* 1 set. 2009, Kristiansand.

REITE, Roy. Aker Yards in Brazil. In: *INTSOK Workshop on opportunities in Brazil*, 1 set. 2009, Kristiansand.

REITEN, Eivind. Hydro: set for growth in Brazil. In: *Business Seminar of the State visit to Norway of President Luiz Inácio Lula da Silva*, 14 set. 2007, Oslo.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEWQUENAS EMPRESAS. Inserção competitiva e sustentável de micro e pequenas

Brasil_Noruega_último.indd 205 20/10/2011 12:36:19

empresas na cadeia produtiva do petróleo, gás e energia. In: *Fórum Regional do PROMINP*, 5 sept. 2006, Santos.

STABELL, Mai C. *Petroleum related FDI and local economic and social development*: The Macae region in Brazil. Bergen, Institutt for Geografi, 2007. Monografia.

SUNDNES, Trond. Hydro vokser i Brasil. *Dagens Næringsliv*, Oslo, 15 aug. 2008.

WANGEN, Gulbrand; OLSEN, Johnar. *INTSOKs activity in Brazil – 2008*. Oslo, INTSOK, 2008.

WIJNOLST, Niko (ed.). *Dynamic European Maritime Clusters*. Amsterdam: IOS Press, 2006.

WHITNEY, Benson K. *Pension Fund disinvestment:* meeting Norwegian fairness standards? Oslo, NUPI, 2006. Palestra.

Clima, meio ambiente e desenvolvimento

BLAKER, Anne M. *CCS development in Norway. Oslo*, Gassnova, 2009. Disponível em: <http://www.zero.no/zero-konferansen/2009/anne-margrete-blaker.pdf>.

BORCHGREVINK, Axel. Brasil og det norske klima- og skogprosjektet. Norge og BRIK-landene. In: *NUPI Rapport*. Oslo, abr. 2009.

CHRISTOPHERSEN, Øivind. CO_2 storage in Norway, national regulations and international guidelines. In: *Miniseminar on CCS*, 9 set. 2008, Oslo.

_____. CO_2-storage in Norway, National Regulations and International Guidelines. In: Miniseminar on CCS, 9 set. 2008, Oslo.

Brasil_Noruega_último.indd 206 20/10/2011 12:36:19

COLLIER, Paul. Comments on Norwegian Development Strategy. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

EMBAIXADA REAL DA NORUEGA EM BRASÍLIA. *Rascunho de plataforma para diálogo, política exterior e saúde global*. 2008. Documento de trabalho.

GRIMSBY, Lars Kåre. *Muligheter og utfordringer ved utvidelse og intensivering av jordbruk i Afrika for produksjon av biodrivstoff*. Oslo: Zero, 2009.

HASLIE, Anita; ØVERLAND, Indra. Norges bitand til urfolk. *NUPI Notat*, Oslo, n. 708, 2006.

HJØRNEGÅRD, Sigrid. Grønne sertifikater. In: *Zero Emission Annual Conference*, 29 sept. 2009, Oslo.

KANESTRØM, Efraim. Rolls-Royce offshore exploration and production. In: *INTSOK workshop on opportunities in Brazil*, 1 set. 2009, Kristiansand.

KANESTRØM, Mette K. Vurdering av vindkraft offshore til reduksjon av klimagasutslipp. In: *Zero Emission Annual Conference*. Oslo, 29 sept. 2009.

KETZER, Marcelo; CUNHA, Paulo; ROCHA, Paulo. The needs for emerging economy countries – Brazil. In: *Third Capacity Building Workshop*, 26-30 jan. 2008, Al-Khobar. Disponível em: <http://www.cslforum.org/publications/documents/SaudiArabia/ T4_2_CSLF_EmergingEconomiesNeeds_Brazil_Jan08.pdf>.

KONKRAFT. Energinasjonen Norge: videreutvikling of fornyelse i en ny miljø- og geopolitisk æra. *Konkraft-rapport 1*. Oslo, 2008.

KRISTOFFERSEN, Berit; GJERSET, Marius; PALM, Thomas; BERGE, Unni. *Carbon capture and storage*. Oslo, Zero, 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 207 20/10/2011 12:36:19

LINDEBERG, Erik. Realisation of climate policy will depend on CO_2 capture and storage. In: *Zero Emission Annual Conference*, 29 set. 2009, Oslo.

MIGUEZ, Jose. A Brazilian perspective on CCS. In: *High-Level Conference on Fighting Climate Change With Carbon Capture and Storage*, 27-28 mai. 2009, Bergen.

MILJØDEPARTEMENTET. *The Government of Norway´s international climate and forest initiative*. Oslo: MD, 2009.

MOEN, Tor-Eivind. Status, fordeler og utfordringer ved elektrifisering innen O&G. In: *Zero Emission Annual Conference*, 29 sept. 2009, Oslo.

MØGEDAL, Sigrun. Update on the Foreign Policy and Global Health Initiative by june 1st 2009. *FPGH update 1.6.09/S.Møgedal*. Documento de trabalho.

NORAD. Development cooperation through Norwegian NGOs in South America. *NORAD Study*, n. 2, 2007.

_____. Evaluation of the Norwegian petroleum-related assistance: case studies regarding Mozambique, Bangladesh, East Timor and Angola. *Report 1/2007*.

_____. Oil for Development. *Report*. Oslo, 2008.

_____. *Principles for NORAD´s support to civil society in the South*. Oslo, mai. 2009.

O'BRIEN, Karen. Climate change impacts on Norway, what do we know? In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå? Oslo: UD, 2007.*

OBI, Cyril I. Norway's foreign policy in the context of the challenges of globalisation. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 208 20/10/2011 12:36:19

OPDAL, Olav Andreas; ANDREASSEN, Gøril L. *Norges tilgang på sporbart biodrivstoff*. Oslo: Zero, 2009.

OPDAL, Olav Andreas; HOJEM, Johannes Fjell. *Biofuels in ships***.** Oslo: Zero, 2007.

OSLO MINISTERIAL DECLARATION – global health: a pressing foreign policy issue of our time. *The Lancet.* London, 2 abr. 2007.

PICCIOTTO, Robert. Global security and development: Norway's future role. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

REGNSKOGFONDET. *Rainforest Foundation Norway strategy 2008-2017*. Oslo, 2007.

_____. *Regnskogens tilstand*. Oslo, 2009.

REICHE, Danyel. Sovereign wealth funds as a new instrument of climate protection policy? A case study of Norway as a pioneer of ethical guidelines for investment policy. *CICERO Working Paper,* Oslo, n. 3, 2008.

ROSENDAL, G. Kristin, Norway in UN environmental policies: ambitions and influence. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, v. 7, n. 4, 2007.

SKRETTING, Håkon. *Offshore shipyard in China and Korea*. Oslo, INTSOK, 2009.

STATISTICS NORWAY. Viktige signaler om samfunnet. Indikatorer for bærekrafitg utvikling. *Rapport 26*. Oslo, 2009.

STØRE, Jonas Gahr. *Corporate social responsability in times of economic recession.* New York, 15 jun. 2009. Palestra na Câmara de Comércio Noruega-Estados Unidos. Disponível em: <http://www.

Brasil_Noruega_último.indd 209 20/10/2011 12:36:19

regjeringen.no/nb/dep/ud/dep/utenriksminister_jonas_gahr_store/taler_ artikler.html?id=435039>.

SVENNINGSEN, Stig. Policy and plans for Carbon Capture and Storage: the Norwegian view. In: *Miniseminar on CCS*, 9 set. 2008, Oslo.

TJERNSHAUGEN, Andreas. Hvorfor går utslippene opp? In: *Zero Emission Annual Conference*, 29 sept. 2009, Oslo.

TJØNNELAND, Elling N. China in Africa. Implications for Norwegian foreign and development policies. *CMI Rapport*, Bergen, n. 15, 2006.

TORP, Tore A. 12 years of Norwegian CO_2 Storage: What have we learnt? In: *Miniseminar on CCS*, 9 set. 2008, Oslo.

_____. Experience of Sleipner CO_2 storage. In: *Miniseminar on CCS*, 9 set. 2008, Oslo.

UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Menneskerettighetenes plass i Norges utenriks- og utviklingspolitikk*. Oslo, UD, jun. 2009. Relatório.

_____. *Message nº 10 (2008-2009) to the Storting*: Corporate social responsibility in a global economy. Oslo: UD, 2008.

_____. *St.meld. nr. 13 (2008–2009):* Klima, konflikt og kapital. Norsk utvikling politikk i et endret handlingsrom. Oslo: UD, 2008.

_____. *St.meld. nr. 40 (2008-2009)*. Norsk humanitær politikk. Oslo: UD, 2008.

UTGÅRD, Bjørn. An Environmental NGO's Perspective on Carbon Capture and Storage. In: *Miniseminar on CCS*, 9 set. 2008, Oslo.

_____. *Carbon capture and storage*: a NGO´s perspective. Oslo, Bellona, sept. 2008.

Brasil_Noruega_último.indd 210 20/10/2011 12:36:19

VAJJHALA, Shalini; GODE, Jenny; TORVANGER, Asbjørn. An international regulatory framework for risk governance of carbon capture and storage. *CICERO Policy Note 2007:01,* mai. 2007.

VAN DEN NOORD, Paul; VOURCH, Ann. Sustainable economic growth: natural resources and the environment in Norway. *OECD Economics Department Working Papers nº 218*, ECO/WKP(99)10. Paris, ago. 1999.

VICTOR, David G. Advancing Norway's Interests in the Global Environment. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

Paz e reconciliação

AMORIM, Celso. *Speaking points for the Second Brazilian-Norwegian Seminar on Peace and Reconciliation*. Oslo, 14 set. 2007. Documento de trabalho.

EKNES, Åge. The Nordic countries and UN peace keeping operations. In: EKNES, Åge (ed.) *The Nordic countries in the United Nations*: Status and future perspectives. Stockholm: Nordiska Rådet, 1995.

FORR, Gudleiv. *Strid og Fred*: Fredsforskning i 50 år: PRIO 1959-2009. Oslo, Pax Forlag AS, 2009.

HANSEN, Annika S. Fredsnasjonen Norge og de nye FN-Operasjonene. In: LANGE, Even; PHARO, Helge; ØSTERUD, Øyvind (red.). *Vendepunkter i norsk utenrikspolitikk*. Nye internasjonale vilkår etter den kalde krigen. Oslo: Unipub, 2009.

HANSSEN-BAUER, Jon. *The Norwegian "model" for conflict resolution*. Oslo, UD, 2005. Palestra.

Brasil_Noruega_último.indd 211 20/10/2011 12:36:20

HELGERSEN, Vidar. *Peace, mediation and reconciliation: the Norwegian experience.* Bruxelas, 21 mai. 2003. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dokumentarkiv/Regjeringen-Bondevik-II/ud/Taler-og-artikler-arkivert-individuelt/2003/peace,_mediation_and_reconciliation-the.html?id=267693>.

LANGE, Even; PHARO, Helge; ØSTERUD, Øyvind. Utenrikspolitikken etter den kalde krigen. In: LANGE, Even; PHARO, Helge; ØSTERUD, Øyvind (red.). *Vendepunkter i norsk utenrikspolitikk:* Nye internasjonale vilkår etter den kalde krigen. Oslo: Unipub, 2009.

MACK, Andrew. Trends in Global Violence and Norway's Peace Diplomacy. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

MOEN, Kjell Erik Møgster. *Fredskrigeren: Thorvald Stoltenberg*. Oslo: NRK Aktivum AS, 2009.

NEUMANN, Iver B.; DE CARVALHO, Benjamin. *Norwegian-Brazilian research collaboration on peacekeeping, peacebuilding and global governance*. NUPI. Oslo, 2009. Documento de trabalho.

PETERSEN, Jan. *Peace, mediation and reconciliation*. Bruxelas, 21 mai. 2003. Palestra. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/nb/dokumentarkiv/Regjeringen-Bondevik-II/ud/Taler-og-artikler-arkivert-individuelt/2003/peace,_mediation_and_reconciliation.html?id=267097>.

STOLTENBERG, Thorvald. *Det handler om mennesker*. Oslo: Gyldendal, 2001.

STØRE, Jonas Gahr. *Managing conflict and building peace*: Norwegian policy for peace and reconciliation. Madri, 13 mar. 2006. Palestra.

_____. *Speaking points for the Second Brazilian-Norwegian Seminar on Peace and Reconciliation.* Oslo, 14 set. 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 212 20/10/2011 12:36:20

THUNE, Henrik; Ulriksen, Ståle. *Norway as an allied activist*: prestige and pennance through peace. *Oslo: NUPI,* 2002.

UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Engasjementspolitikken*: fred og forsoning. Oslo, 20 oct. 2008. Documento de trabalho.

_____. *Peacebuilding*: a development perspective: Strategic framework. Oslo: UD, 2004.

_____. *Terms of reference*: evaluation of Norwegian research and development activities in conflict prevention and peace-building. Oslo, 2007. Documento de trabalho.

WAAGE, Hilde Henriksen. Fredspolitikk i Midtøsten. In: LANGE, Even; PHARO, Helge; ØSTERUD, Øyvind (red.). *Vendepunkter i norsk utenrikspolitikk*. Nye internasjonale vilkår etter den kalde krigen. Oslo: Unipub, 2009.

_____. Peacemaking is a Risky Business. Norway´s Role in the Peace Process in the Middle East, 1993-96. *PRIO Report*, Oslo, n. 1, 2004.

WHITFIELD, Teresa. Armed conflict, peacemaking, and the role of Norway. In: UTENRIKSDEPARTEMENTET. *Globale Norge: hva nå?* Oslo: UD, 2007.

Brasil_Noruega_último.indd 213 20/10/2011 12:36:20

Brasil_Noruega_último.indd 215 20/10/2011 12:36:20

Formato *15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica *12 x 18,3cm*
Papel *pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes *Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
12/14 (textos)

Brasil_Noruega_último.indd 216 20/10/2011 12:36:20